



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

**CEATEC - CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E TECNOLOGIAS
POSURB – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANDRÉ PAIVA RODRIGUES

**A estruturação do espaço urbano-regional a partir das obras de
transposição do rio São Francisco (2007-2017): o exemplo de
Salgueiro e entorno**

Campinas
2020

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4
R696e

Rodrigues , André Paiva

A estruturação do espaço urbano-regional a partir das obras de transposição do rio São Francisco (2007-2017): o exemplo de Salgueiro e entorno / André Paiva Rodrigues . - Campinas: PUC-Campinas, 2020.

179 f.: il.

Orientador: Vera Santana Luz.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Impacto ambiental. 3. São Francisco, Rio. I. Luz, Vera Santana. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 711.4

ANDRÉ PAIVA RODRIGUES

“A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL A PARTIR DAS OBRAS DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (2007-2017): O EXEMPLO DE SALGUEIRO E ENTORNO”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Santana Luz

Dissertação defendida e aprovada em 07 de fevereiro de 2020 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Vera Santana Luz

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Claudio Manetti

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Marcelo Gomes Justo

Universidade Estadual Paulista

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esta dissertação aos meus queridos pais, Antônio e Silmara. Sem vocês este trabalho seria impossível de ser realizado. Vocês são – e sempre serão – o que a vida de melhor reservou.

Com enorme carinho e gratidão pela confiança e apoio, agradeço à minha insubstituível orientadora, Vera Santana Luz. Parceira de andanças pelos imensos sertões.

Agradeço aos professores que participaram de minhas bancas de qualificação e defesa, Cláudio Manetti e Marcelo Gomes Justo, pelo tempo e contribuições valiosas. Agradeço também a leitura atenta e escuta acolhedora de minha querida professora Patrícia Rodrigues Samora, exemplo intelectual e profissional de muitos anos.

Agradeço, sobretudo, a inestimável ajuda de todas as mulheres e homens com quem mantive contato nos lugares visitados para realização desta pesquisa, em especial Ivoneide e Diana, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro e Givânia Silva e João Ventura da Associação Quilombola Conceição das Crioulas. Meu muito obrigado! Este agradecimento se estende, como não poderia deixar de ser, a toda comunidade de trabalhadores, quilombolas e indígenas representados por estas instituições citadas.

O presente trabalho com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.

This Study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance code 001.

RESUMO

Sob o diagnóstico de que as rebaixadas condições de vida da população do interior nordestino estariam essencialmente associadas à escassez de água, as ações governamentais na região do semiárido brasileiro historicamente estiveram relacionadas a grandes projetos de *hidráulica de solução*, centradas principalmente na construção de sistemas técnicos de contenção, armazenagem e distribuição de água que agem decisivamente sobre a organização espacial e formas de acumulação na região. A integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (PISF) é o mais completo e recente exemplo desta longa tradição de intervenção do Estado no semiárido. À vista disso, o presente trabalho busca identificar impactos urbanos e regionais que a transposição das águas causou em partes do interior pernambucano, ao longo Eixo Norte do projeto, na região de *Salgueiro e entorno*. Inicialmente, partimos de elementos que permitiram evidenciar a disponibilidade hídrica oferecida por essas obras como arranjo cujo objetivo principal é a expansão e diversificação do agronegócio em áreas do semiárido – território que até então constituiu em área de reserva para esse setor. Posteriormente, observou-se que ao atingir estes territórios, as demandas por reestruturação produtiva promoveram e intensificaram vários processos de reordenamento territorial, tais como deslocamentos populacionais, urbanização, aumento e complexificação das relações cidade-campo e “ajustes” em suas morfologias, compondo uma maior interação técnica e econômica nestas áreas, bem como condições de sua integração a circuitos mais amplos de produção, consumo e inversões – adequado ou condizente com a atual fase de mundialização da economia que impõe crescentemente ao país um novo padrão de reprodução do capital, baseado em exportação de especialização produtiva (agromineral). Na sequência, verificou-se que a forte crise que se abateu sobre a política e economia do país, por ocasião de desmanche do *lulismo* e de suas políticas de desenvolvimento, levou para a região a reversão dos processos em curso, instaurando sobre seu território um novo perfil de crise, baseado em custo econômico de paralisação de projetos estruturantes – tornando-se a maior e, por hora, mais duradoura transformação ocasionada pelas obras de integração de bacias.

Palavras-chave: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional; Região do Semiárido Brasileiro; Agronegócio globalizado; Cidades do agronegócio; Urbanização extensiva.

ABSTRACT

Under the diagnosis that the low living conditions of the northeastern interior population were essentially associated with water scarcity, governmental actions in the Brazilian semiarid region have historically been related to large solution hydraulic projects, mainly focused on the construction of technical systems for containment, storage and distribution of water that act decisively on the spatial organization and forms of accumulation in the region. The integration of the São Francisco River with the Northeast North Basins (PISF) is the most complete and recent example of this long tradition of state intervention in the semiarid. In view of this, the present work seeks to identify urban and regional impacts that the waters transposition caused in parts of the Pernambuco interior, along the Northern Axis of the project, in the Salgueiro region and surrounding areas. Initially, we started from elements that showed the water availability offered by these works as an arrangement whose main objective is the expansion and diversification of agribusiness in areas of the semiarid – territory that until then constituted a reserve area for this sector. Subsequently, it was observed that upon reaching these territories, the demands for productive restructuring promoted and intensified various processes of territorial reordering, such as population displacement, urbanization, increase and complexity of city-countryside relations and “adjustments” in their morphologies, composing a greater technical and economic interaction in these areas, as well as conditions for their integration into wider circuits of production, consumption and investment - adequate or consistent with the current phase of economic globalization that increasingly imposes on the country a new pattern of capital reproduction, based on exportation of productive specialization (agromineral). As a result, it was found that the severe crisis that struck the country's politics and economy at the time of the dismantling of Lulism and its development policies led to the reversal of ongoing processes, establishing a new crisis profile on its territory, based on the economic cost of stopping structural projects – becoming the largest and, for the time being, the most lasting transformation brought about by the basin integration works.

Keywords: São Francisco River Integration Project with Northeastern Basins; Brazilian Semiarid Region; Globalized agribusiness; Agribusiness cities; Extensive urbanization

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Delimitação oficial do semiárido.....	25
Mapa 2- Zonas climáticas nordestinas.....	45
Mapa 3- Eixos do Projeto de Integração do Rio São Francisco.....	64
Mapa 4- Trechos dos Eixos Norte e Leste.....	67
Mapa 5- Altimetria e Eixos de Transposição do PISF.....	71
Mapa 6- Vilas Produtivas Rurais e detalhamento das metas.....	86
Mapa 7- Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de Pernambuco em 2017.....	97
Mapa 8- Região de Salgueiro e entorno	98
Mapa 9- Equipamentos e projetos na área de infraestrutura	99
Mapa 10- Salgueiro e entorno: Equipamentos sociais.....	100
Mapa 11- Salgueiro e entorno: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e “vocações” econômicas.....	101
Mapa 12- Salgueiro e entorno: Bacias hidrográficas, barragens e açudes.....	106
Mapa 13- Ferrovia Transnordestina	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores absolutos dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os municípios da RIDE Petrolina-Juazeiro.....	55
Tabela 2 - Taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira.....	61
Tabela 3 - Usos múltiplos: Resultados por estados.....	68
Tabela 4 - Cadastramento Fundiário por municípios do Eixo Norte (Resumo).....	80
Tabela 5 - Cadastramento Fundiário por Estado (<i>Resumo</i>).....	80
Tabela 6 - Relação de Vilas Produtivas Rurais (VPR) no Estado de Pernambuco.....	85
Tabela 7 - Salgueiro e entorno: Território, População e Dados Socioeconômicos.....	98
Tabela 8 - Custo do atraso em termos de menor PIB agropecuário (R\$ mil de 2013).....	137
Tabela 9 - Participação da Quantidade Produzida no Semiárido Nordeste em relação à produção de seus estados (excluído o Maranhão, onde não há Semiárido).....	141
Tabela 10 - Produção de Feijão, no Semiárido, entre 2009 e 2016 (em toneladas).....	142
Tabela 11 - Produção de mandioca, no Semiárido, entre 2009 e 2016 (em toneladas).....	142
Tabela 12 - Produção de milho, no Semiárido, entre 2009 e 2016 (em toneladas).....	142
Tabela 13 - Áreas produtivas e nº imóveis rurais dos municípios de <i>Salgueiro e entorno</i> entre 2006 e 2017.....	143
Tabela 14 - Rebanho caprino e pastagem nos municípios de <i>Salgueiro e entorno</i> entre 2006 e 2017.....	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Demanda de água por região hidrográfica.....	53
Gráfico 2- Indicador de <i>stress</i> hídrico por região hidrográfica (2006-2016).....	56
Gráfico 3- Usos múltiplos: Resultados por estados.....	68
Gráfico 4- Evolução do volume médio dos reservatórios do Nordeste do Brasil.....	95
Gráfico 5- Crescimento do PIB bruto da região de Salgueiro e entorno e Pernambuco comparados	19
Gráfico 6- Variação do PIB e formação bruta de capital fixo e consumo das famílias	19

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Esquema das intervenções hidráulicas.....	72
Imagem 2- Construções nas VPR de Salgueiro.....	114
Imagem 3- Objetos do PISF (canais, bomba adutora, aqueduto).....	136
Imagem 4- Estação de bombeamento e sistema elétrico, Cabrobó	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas.
ASA	Articulação no Semiárido.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CNI	Confederação Nacional das Indústrias.
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina.
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
CONDEPE	Agência de Planejamento e Pesquisa do Estado de Pernambuco.
CONVIVER	Programa de Ações Integradas de Convivência com o semiárido.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.
FNT	Ferrovias Nova Transnordestina.
MIN	Ministério da Integração Nacional.
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais.
PBA	Programa Básico Ambiental.
PISF	Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional.
PNRH	Plano Nacional de Segurança Hídrica.
RPA	Região Produtiva do Agronegócio.
SAB	Região do Semiárido Brasileiro.
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1 – NATUREZA E SENTIDO DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.....	13
1.1 Sistemas técnicos, especialização produtiva e capitalismo dependente: em busca dos marcos teóricos	13
1.2 O sertanejo e a seca	23
1.2.1 A intervenção do estado no semiárido e a indústria da seca	30
1.3 Domínio dos sertões seco: a originalidade da terra	40
1.3.1 O Rio São Francisco e seu vale: modernização e pobreza	48
1.4 Grandes Projetos de investimento e neodesenvolvimentismo no Brasil	57
CAPÍTULO 2 – O QUE É A INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL	63
2.1 O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional...63	
2.2.1 O caráter integrador do Projeto	63
2.2.2 Segurança e sinergia hídricas: o reforço do papel integrador do PISF.....	87
2.2 Impactos, contradições e conflitos na transposição das águas.....	89
CAPÍTULO 3 – A ESTRUTURAÇÃO URBANA E REGIONAL A PARTIR DAS OBRAS DO PISF: O CASO DE SALGUEIRO E ENTORNO	96
3.1 O território de Salgueiro e entorno	96
3.2 <i>Salgueiro e entorno</i> : crescimento urbano e das funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio e mineração.....	104
3.3 <i>Salgueiro e entorno</i> : Vilas Produtivas Rurais, reassentamento de populações e a nova relação campo-cidade	111
3.4 <i>Salgueiro e entorno</i> : heterogeneidade estrutural e hierarquia urbana.....	118
3.5 <i>Salgueiro e entorno</i> : estagnação e crise.....	121
3.5.1 Efeitos da Operação Lava Jato sobre a indústria da construção civil no Brasil e seus desdobramentos em <i>Salgueiro e entorno</i>	124
3.5.2 Efeitos da crise econômica sobre os projetos estruturantes de <i>Salgueiro e entorno</i>	132
3.5.3 Uma década de seca: estresse hídrico, paralisação e crise produtiva no campo de <i>Salgueiro e entorno</i>	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS.....	164

Introdução

Acumulam-se no Brasil e na América Latina de maneira geral, evidências da imersão de um novo *padrão de reprodução do capital*, baseado em exploração e exportação de especialização produtiva – *commodities* agrícolas e minerais e produtos industrializados de baixíssimo valor agregado –, com inúmeras implicações econômicas e territoriais.

A constituição de um novo padrão exportador de especialização produtiva no continente marcou o fim do padrão industrial latino-americano, que, com diversas etapas e características em nossa região ocorreu em suas principais economias entre meados das décadas de 1930 e 1980 (OSÓRIO, 2012a e 2012b). Para atender os diversos mercados externos aos quais o Brasil está integrado, diferentes governos ao longo dos últimos 30 anos vêm permitindo – e mesmo estimulando – uma matriz de desenvolvimento fortemente dependente da exploração da terra e de recursos naturais territorializados, resultando em uma reprimarização da economia e em novo papel na divisão internacional do trabalho (como fornecedor de insumos alimentares, energéticos e de matérias-primas).

Nesse quadro, abrem-se aceleradamente novas fronteiras da produção agrícola, pecuária e extrativista no país incorporando novos territórios às cadeias de produção de valor do agronegócio e mineração, viabilizadas a partir de grandes empreendimentos que estruturam um complexo de objetos técnicos e sistemas de infraestrutura modernos que “integram” ou capturam o *exército de lugares de reserva* (Santos, 1993 *apud* ELIAS, 2006, p. 65) de formas diversificadas e em grande escala, que avançam de maneira violenta sobre territórios de populações nativas e camponesas, bem como sobre áreas de preservação ou proteção permanentes, resultando em desastres ambientais e intensos conflitos sociais – em termos que reproduzem uma acumulação primitiva.

É inequívoco o caráter do *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional* (PISF) neste sentido. A concepção do projeto, expresso em seu Relatório de Impactos Ambientais (BRASIL, 2004, p. 83), o define como um sistema de engenharia que permitirá o uso da água para dinamização da atividade econômica e “incorporação de novas áreas ao processo produtivo”, prevendo ganhos da irrigação na ordem de até 161.000 hectares – ou ainda 186.000 hectares segundo outros critérios adotados ao longo do texto. Nas palavras do ex-secretário de infraestrutura hídrica do Ministério da Integração Nacional e ministro desta mesma pasta entre os anos 2010 e 2011, João Reis Santana Filho (2007, p. 15-17), é função do projeto de

integração de bacias “servir de apoio ao aumento da produção, de forma a superar a configuração de uma ‘economia sem produção’, tal como alguns autores percebem a face do semiárido (...) ampliando as possibilidades de integração da economia do Nordeste com outras regiões (dentro e fora do País), tendo como pressuposto básico a garantia hídrica para região”.

No contexto desses documentos, “dinamização da economia regional” deve ser lida como estímulos ao crescimento econômico, com melhorias consistentes na agricultura, pecuária e indústria (BRASIL, 2004 e 2017), tendo como “estratégico” na concepção do PISF a otimização dos “usos múltiplos” ou “difusos” da água, em um quadro crescente de oferta e gestão eficiente do recurso – isto é, “segurança” e “sinergia” hídricas (BRASIL, 2004, p. 48-51). Aqui, faz-se necessário ressaltar que, entre aquilo que se está considerando como “possibilidades múltiplas de uso hídrico” 53% correspondem apenas água para irrigação (CODEVASF, 2018), utilização mais demandada por todos os estados que receberão a água transposta, exceto o Ceará que intenta transpor as águas principalmente para o abastecimento de suas médias e grandes cidades, bem como ao complexo siderúrgico-portuário exportador de Pecém – o que, neste último caso, não deixa de estar vinculado ao padrão de especialização produtiva agromineral, não obstante o caráter industrial desta zona de processamento de exportação.

É interessante observar no caso em tela que a administração e operação do PISF, após a consecução das obras, será de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), conforme Decretos nº. 5.995/19 e nº. 8.207/14 – uma empresa que atua na implantação e gestão de infraestrutura hídrica de uso comum para agricultura irrigada (CODEVASF, 2008).¹

A implementação de modernas estruturas exploradoras e exportadoras de especialização produtiva agromineral imprimem novas formas de organização espacial, como a consecução de uma urbanização associada – e mesmo dependente – a uma acumulação capitalista no campo, produzindo fenômenos do tipo “*cidades do campo*”

¹ Assim, a natureza do projeto pode ser mais bem compreendida quando observada sob o ângulo da incorporação de novos territórios para a agricultura irrigada – um de seus principais objetivos, senão o principal. Esta visão é condizente com a estratégia desenvolvimentista do Ministério da Integração Nacional nos anos dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) – que, entre outras coisas, procurou estruturar um sistema nacional de agricultura irrigada, capaz de “atender ao mercado interno e aos diversos mercados externos dos quais o Brasil já participa,” em um quadro de atenção e ampliação do “dinamismo da agricultura e da agroindústria brasileiras” (BRASIL, 2011, p. 12-13).

ou do “*agronegócio globalizado*” (SANTOS, 2013; ELIAS, 2006 e 2017); “*urbanização extensiva*” (MONTE-MÓR 1994 e 2006); “*continuum rural-urbano*” (ROSA e FERREIRA, 2010) e “novas relações campo-cidade” (SOBARZO, 2010; SPOSITO, 2010; OLIVEIRA, 2013), bem como uma nova regionalização, tributária de uma “produtividade espacial” como atributo dos lugares (SANTOS 1998; SANTOS e SILVEIRA, 2001; ELIAS e PEQUENO, 2015), produzindo novas hierarquias e zonas de localização diferenciadas de arranjos produtivos, logísticos e de gestão.

Tais mudanças – que, no limite, apontam para transformação da economia e do território nacionais em momento ou parte da economia internacional e da exacerbação das especializações produtivas (SANTOS, 1998, p. 50) através de imensos projetos de infraestrutura não podem ser vistas separadas do sistema financeiro em busca de aplicações lucrativas e diversificadas à imensa massa de capitais especulativos a procura de valorização – neste caso, via edificação do espaço e mercado de terras –, transformando o país em plataforma de valorização financeira, capaz de proporcionar aos fundos imobiliários, incorporadoras e grandes construtoras ganhos incalculáveis.

Assim, procuramos apresentar esses elementos descritos acima ao longo do capítulo I, em especial nas seções 1.1 (Sistemas técnicos, especialização produtiva e capitalismo dependente: em busca dos marcos teóricos) e 1.4 (Grandes Projetos de Investimento e a produção do espaço no Lulismo). Nas seções 1.2 (O Sertanejo e a seca) e 1.3 (O Domínio dos sertões secos: a originalidade da terra) procuramos adicionar a estas reflexões o caráter teórico e prático que sempre permeou as discussões e as políticas territoriais no domínio do semiárido brasileiro, excessivamente preso ao falso diagnóstico que associou as características climáticas e pedológicas “extremas” às rebaixadas condições de vida e produção na região, uma estratégia que escamoteou seus verdadeiros problemas: as formas específicas pelas quais se reproduz o capitalismo na (extrema) periferia do sistema e pelo caráter de suas relações com as regiões mais avançadas de produção capitalista.

Verificaremos, ainda, que tampouco se sustenta o discurso que procura descrever a região do semiárido brasileiro como uma unidade monolítica, dotada dos mesmos problemas naturais, sociais e econômicos; o que procuramos demonstrar aqui é que sob qualquer aspecto não se pode falar de homogeneidade e, deste modo, de “soluções gerais” para seus problemas e crises ou para “ativação” de sua economia – demandando, em função de sua heterogeneidade, políticas públicas múltiplas, descentralizadas e adaptadas às demandas e características de cada lugar, na perspectiva

de convivência com o semiárido e conservação de seu complexo e delicado ambiente, e não em seu combate e exploração exacerbada, como pretendem os esforços de crescimento e socorro baseados meramente em soluções hidráulicas e na expansão de monocultivos comerciais irrigados, do qual o PISF é o maior e mais recente exemplo.

A presença de movimentos sociais que trabalham junto às populações do semiárido tem demonstrado que a inserção de pequenas e diversificadas estruturas hídricas são capazes de favorecer as famílias sertanejas em períodos de estiagem (VIANNA, 2015; CONTI e SCHROEDER, 2013), o que demonstra ser necessária uma nova gestão de água, baseada em tecnologias sociais hídricas e geridas pelas comunidades que fazem seu uso (BAPTISTA e CAMPOS, 2013; CARVALHO, 2019), aliadas a políticas sociais permanentes e de apoio ao pequeno e médio produtores (FAO, 2016). A não observação a estes fatos, por séculos tem gerado conflitos e políticas que terminam por aumentar o problema relacionado ao acesso à água e à terra; as obras de hidráulica de solução constantemente têm criado movimentos de desapropriação, grande especulação imobiliária rural, lutas e reforço do poder coronelístico na região.

No capítulo II, particularmente seção 2.2 (Impactos, contradições e conflitos na transposição das águas), procuramos reconstituir alguns elementos deste conflito por ocasião de implantação do projeto de integração de bacias. Avaliamos como politicamente organizou-se governo, partidos, empresas e sociedade civil ao longo da implementação das obras e quais impactos sociais e ambientais já podem ser verificados na região. Procuramos salientar que a percepção acerca da realização ou não da obra sempre esteve muito ligada ao lugar do território onde se encontram as vozes dissonantes; se dentro da zona receptora – e, portanto, beneficiária do projeto – ou se dentro da zona doadora, em princípio prejudicada pela transferência das águas.

Há que se considerar de igual maneira, a forte preocupação dos movimentos sociais pelo enfraquecimento da luta por direitos na região e pressão que os projetos de *hidráulica de solução* e o agronegócio exercem sobre as terras e políticas sociais conquistadas até então pelas organizações civis e mobilizações – fator que os colocam em contradição com o PISF e tudo o que ele de fato, e tendencialmente, representa.

Na seção 2.1 (O Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional), realizou-se um detalhamento do Projeto de Integração do rio São Francisco e dos diversos planos ambientais associados. Inicialmente, procuramos descrever e apresentar o sistema de integração de bacias; levantou-se os principais objetos que o compõem, seu percurso, sua extensão e performance, para em seguida

verificar algumas das comunicações oficiais sobre o projeto, ressaltando o papel ideológico que a solução de tipo técnico e, como tal, “neutra”, joga na configuração de um modelo regional de desenvolvimento.

Outro problema relevante incutido no contexto do projeto diz respeito às transformações e ajustes imediatos e futuros da integração de bacias. Preocupamo-nos em avaliar os impactos do projeto de integração de bacias a partir das modificações ocorridas na região de *Salgueiro e entorno*, no interior pernambucano. Tal região não é fruto de critérios de regionalização oficial, em especial aqueles propostos pelo IBGE, mas resultado dos efeitos comuns dos investimentos e obras sobre os municípios atingidos pelo Eixo Norte do PISF que, entre os anos de 2007 e 2010, receberam vultuosos aportes públicos em decorrência das obras de transposição e dos planos de desenvolvimento do Estado de Pernambuco, bem como grandes investimentos privados que acompanharam este movimento. Esta região compreende os municípios de Cedro, Mirandiba, Parnamirim, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova, Verdejante, Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Cabrobó e Salgueiro – este último na qualidade de principal centro urbano e econômico da região.

Os efeitos de tal projeto sobre o território de *Salgueiro e entorno* foram múltiplos e, de maneira geral, reproduzem os fenômenos típicos da implantação de grandes projetos de desenvolvimento. Procuramos dividir tais transformações em dois períodos, por apresentarem dinâmicas e sentido diferentes entre si. O primeiro diz respeito à fase de implantação do projeto e corresponde, aproximadamente, aos anos de 2007 e 2012. Nesta fase observa-se grande aporte de dinheiro público; crescimento do circuito superior da economia urbana de Salgueiro, que passa atrair projetos de apoio ao agronegócio, em especial em agrologística; diversificação e intensificação de sistemas de engenharia e objetos técnicos nos municípios do “entorno” e na área rural de Salgueiro; projetos de integração da economia dos municípios da região entre si e com áreas e setores mais amplos.

Em sua fase posterior, entre os anos de 2013 e 2017 (que podemos estender até o ano corrente), observa-se uma regressão destes processos observados e das tendências em curso. É o momento em que os grandes projetos estruturantes começam a sofrer atrasos no cronograma de obras; os preços internacionais das *commodities* começam a cair vertiginosamente, desestimulando grandes aportes em estruturas de especialização produtiva; e a crise política começa a afetar os contratos do governo federal com as empreiteiras prestadoras de serviço na região, até finalmente paralisarem-se todas as

grandes obras. Neste período, observa-se o abandono de projetos, endividamento e crise de empresas locais, comprometimento das receitas dos municípios da região, aumento do desemprego e regressão das interações técnicas e econômicas com circuitos mais amplos de produção e circulação.

O capítulo III é inteiramente dedicado a descrever esses fenômenos. Na seção 3.1 (O território de Salgueiro e entorno) buscamos identificar a dinâmica recente que permitiu entender os municípios em questão como polos de interiorização de projetos e negócios, bem como eixos prioritários das políticas públicas de crescimento de Pernambuco, permitindo que os entendesse como uma região.

Na sequência, as seções 3.2 (*Salgueiro e entorno*: crescimento urbano e das funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio e mineração) e 3.3 (Vilas Produtivas Rurais, reassentamento de populações e a nova relação campo-cidade), fazem um retrato desta primeira fase de transformações, entre os anos de 2007-2012, com destaque às reestruturações socioespaciais observadas, bem como com as tendências insinuadas neste intervalo, que apontavam para um tipo de urbanização que, simultaneamente, poderia ser descrita nos termos de uma *urbanização extensiva* de seu entorno regional e de uma *cidade do agronegócio* para Salgueiro.

Na seção 3.5 (Salgueiro e entorno: estagnação e crise) identifica-se os elementos que compõem a reversão dos processos observados anteriormente (crise econômica e política), descrevendo a fase dos anos de 2013 em diante; articula-se a eles os efeitos que a grande estiagem entre os anos de 2012 a 2017 produziram sobre as safras agrícolas no Nordeste – fator que contou como elemento catalisador da crise observada nesta segunda fase regressiva –, bem como permanências e resistência que sugerem um modelo de desenvolvimento e gestão dos territórios diferentes e em contradição àqueles de combate à seca do PISF, expressos nos termos da luta pelo acesso a terra, a água e aos modos de vida tradicionais dos núcleos quilombolas e indígenas da região.

Capítulo 1

Natureza e sentido da Transposição do Rio São Francisco

1.1 Sistemas técnicos, especialização produtiva e capitalismo dependente: em busca dos marcos teóricos

Seja qual for o país e seu estágio de desenvolvimento econômico, há sempre nele um arranjo formado pela justaposição de elementos naturais – solos, subsolos, relevos, recursos hídricos, florestas, faunas – e elementos sociais, isto é, conjuntos de infraestruturas adicionadas ao território, indispensáveis à vida social – estradas, pontes, sistemas de irrigação, represas, sistemas de energia, cidades. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistemas que permite que se criem as condições de trabalho, produção, circulação e consumo próprios de cada época.

Cada elemento natural é resultado de uma complexa estrutura de associações que mantém com os demais elementos da natureza, ao longo de um período de tempo determinado. Assim o são também os elementos técnicos – o que permite Santos (1998 e 2000) entendê-los como famílias ou sistemas técnicos, e nunca como objetos isolados.

Esses sistemas técnicos definem ou representam uma época, pois são carregados de intencionalidades, capacidades, noções e formas de agir típicos de cada período. Em nossa época, esclarece Santos (2000, p. 25), “o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica”. Ela permite, ainda de acordo com Santos (1998 e 2000), a articulação combinada de todos os objetos criados do atual período técnico, em todos os lugares e simultaneamente, algo inédito na história humana.

Cada sistema técnico ao surgir não faz necessariamente que desapareçam os sistemas técnicos do passado. Estes continuam existindo “mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não-hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos.” (SANTOS, 2000, p. 25). Assim, quando um território ou determinado ator não têm as condições para atrair, criar ou utilizar as técnicas consideradas mais avançadas, prossegue o autor, tornam-se, por isso mesmo, menos importantes no atual período técnico.

As relações entre os sistemas técnicos presidem a hierarquia entre os lugares: a posição relativa de cada lugar é dada, em grande parte, em função das técnicas de que é capaz de possuir e mobilizar (SANTOS 1998, p. 62) e, como tal, cada lugar é avaliado e

deve-se referir àqueles dotados de maior número de instrumentos hegemônicos (SANTOS 2000, p. 26). “A combinação, num lugar, de técnicas de idades diferentes, significa, em cada momento histórico, possibilidade local de acumulação ou desacumulação do capital em virtude da rentabilidade virtual devida aos modos de produção concretos” (SANTOS, 1998, p. 62).

Dessa maneira, a técnica – ou melhor, os sistemas técnicos – constitui um elemento de explicação da sociedade, e de cada um de seus lugares. Todavia, tomada simplesmente como arranjo físico de objetos nada explica. A quantidade de capital circulante e seus padrões de reprodução são eixos que nos ajudam a compreender o território nos marcos do atual período histórico, assim como o papel do Estado e o poder econômico e político das empresas nos permitem elucidar os fatores centrais relacionados à produção social do espaço e seu uso (SANTOS, 1998, p. 62).

O estudo dos sistemas técnicos, como aqueles que se instalam no semiárido brasileiro, dos quais os objetos hidráulicos para interligação de bacias se constituem em objeto central de nossa preocupação, ultrapassam a análise de sua materialidade e desempenho e exigem uma incursão mais profunda na área das relações sociais. São elas que explicam as causas e as consequências, em diferentes lugares, da instalação de objetos e sistemas de engenharia, bem como do verdadeiro sentido de seu uso, segundo combinações que extrapolam as demandas, características e condições gerais de vida e produção locais e mesmo regionais.

As atuais condições das técnicas permitem-nos falar de uma economia verdadeiramente mundializada, isto é, de um período histórico em que, pela primeira vez, todos os elementos materiais hegemônicos de produção da realidade e da vida encontram-se articulados e mobilizados para um mesmo fim: a reprodução da forma valor.

A partir da globalização, conforme supõe Costa (2008, p. 24), o sistema capitalista generalizou a produção internacionalizada, mediante a instalação de inúmeras empresas e investimentos transnacionais por todo o planeta, transformando-o em uma esfera única para realização e acumulação de capital, a tal ponto que, conforme nos esclarece Santos (1998, p. 65), nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda produção local seja localmente consumida ou, ao contrário, em que todo o consumo local é provido de uma produção local.

Como resultado, temos que as infraestruturas instaladas ou em vias de instalação no território encontram, em grande parte, explicações e justificativas fora do lugar, isto é, em lógicas que transcendem seu entorno imediato.

Uma vez que o consumo local depende de uma produção distante, a cujas regras se relacionam e se submete, “a distribuição dos produtos terminam por influir no tipo, na quantidade, forma e disposição das infraestruturas correspondentes, cuja existência, deste modo, torna-se ali igualmente autônoma em relação às condições próprias do lugar” (SANTOS, 1998, p. 65). O sentido e a qualidade dos grandes sistemas técnicos instalados nos territórios passaram a ser informados a partir do papel e importância que têm do ponto de vista de uma acumulação global.

Com a globalização da produção e finanças emergem novos ramos econômicos e reconfiguram-se os sistemas técnicos hegemônicos, a partir da introdução maciça da ciência, tecnologia e informação aos processos de produção, circulação e consumo mundiais, a partir das tecnologias da comunicação, microeletrônica, robótica, engenharia genética, nanotecnologia e elementos de inteligência artificial – cujas características representam uma terceira fase da Revolução Industrial.

O que se projeta sobre o território, a partir destas tecnologias, é a possibilidade de uma descentralização dos meios de produção para além de suas áreas concentradas (as zonas industriais das grandes cidades), e sua distribuição nas formas de eixos, pontos e manchas disseminadas sobre porções cada vez mais vastas do território. Sua espacialização na forma de arranjos produtivos descentralizados produz uma realidade que não apenas demanda integração e crescente mecanização/automação dos lugares, mas da própria esfera da circulação.

A organização dessa trama de relações socioespaciais que se estende à região e ao campo – cingida por sistemas técnicos, ciência e informação modernos para seu funcionamento –, é parte daquilo que Monte-Mór (2006, p. 15), seguindo Lefebvre (1999), classifica como *urbanização extensiva*: a disseminação dos processos de produção e reprodução resultantes da “*explosão*” das cidades industriais sobre todo território, bem como do cotidiano urbano (questões sociopolítica e culturais intrínsecas à *pólis* e à *civitas*).

A urbanização extensiva, “forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista (...) desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros” (MONTE-MÓR, 1994, p. 171), atingiu nas últimas três

décadas todas as regiões do país, fazendo o urbano presente em todo o território nacional. De acordo com Monte-Mór (2006, p. 16-17), este padrão de urbanização estendeu-se “a partir das regiões metropolitanas, articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias-primas, seguindo a infraestrutura de transporte, energia e comunicações, criando e estendendo as condições de produção e meios de consumo coletivo”.

Esta descentralização dos meios de produção e das formas urbanas para além das cidades industriais é resultado, também, das possibilidades de negócios que a expansão concreta das cidades gera, ou seja, é resultado da “mais-valia formada e realizada na especulação e pela construção imobiliária” (LEFEBVRE, 1999, p. 147). A reprodução da forma *valor* via edificação do espaço é dependente do sistema financeiro de crédito,¹ cada vez mais globalizado, e “embora a materialização das suas ações reflita na produção material da cidade [e sua expansão], a lógica da produção está dissociada de um planejamento que tenha como finalidade promover o bem comum” (SILVA, 2013, p. 06), mas apenas impulsionar maior remuneração aos fundos imobiliários e empresas da construção civil (incorporadoras, construtoras, etc.), comandadas pela lógica financeira – produzindo uma urbanização dominada pela lógica *corporativa* que se estende pelo território, alcançando e envolvendo o campo.²

As mudanças que se verificam com a globalização econômica, conforme aponta Elias (2006, p. 59), também promovem profundas transformações no processo produtivo associado à agropecuária que reestruturam seus sistemas de objetos e de ações, no sentido de produzir aquilo que Santos (2000, p. 88) classificou como *agricultura científica globalizada* – exigente que é da adição de ciência, tecnologia e informação globais em seu processo produtivo.

¹ “A produção do espaço urbano via ‘imobiliário’ necessita do capital financeiro, seja para romper com os limites impostos pela propriedade privada da terra, seja pelas imposições do processo de produção, como: compra de materiais, pagamento da força de trabalho, etc., o que faz com que esse setor seja cada vez mais dependente de fontes de financiamento, que também são utilizadas no processo de comercialização. O imobiliário depende do sistema de crédito, ou seja, do capital fictício e da desregulamentação do mercado. Comprometida e imbricada com o processo de produção e reprodução das relações capitalistas, a produção do espaço urbano se centra cada vez mais no capital financeiro”. (SILVA, 2013, p. 07). Os sistemas técnicos e equipamentos urbanos que se estendem sobre o território “*explodindo*” a cidade (urbanização extensiva), são fenômenos, também, da *financeirização do espaço*.

² Seguindo Milton Santos (2013, p. 119-120), temos que urbanização e cidades são *corporativas* não apenas pela facilidade que criam ou representam para a operação de grandes empresas, corporações econômicas e ao capital financeiro, mas pela prevalência de reivindicações setoriais que comandam seu crescimento e gestão. Cf. SANTOS, M. *A Urbanização brasileira* (2013), em especial capítulo 12 “A urbanização e a cidade corporativa”, p. 109-129.

Nos marcos desta agricultura científica, a aplicação dos procedimentos e métodos modernos para sua realização – com vistas ao aumento de produtividade, eficiência e competitividade, bem como à redução de custos – aprimorou e tornou mais denso e complexo o processo produtivo no setor, imprimindo importantes transformações. Entre elas podemos destacar, seguindo Oliveira (2013, p. 127), o desenvolvimento da agricultura via industrialização, produzindo a agroindústria, e a fusão desta agroindústria aos setores de comércio e serviços urbanos, caracterizando o agronegócio. “Esta unificação está sendo possível porque o capitalista tornou-se também proprietário das terras, latifundiário (...) capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa.”³

As empresas agrícolas, complexos agroindustriais, grandes corporações agroalimentares, agroquímicas e agroenergéticas são as unidades produtivas hegemônicas e típicas da agricultura científica globalizada. Como agentes principais dos negócios globalizados no campo, relacionam-se e se fundem ao capital comercial e de serviços urbanos – notadamente ao setor financeiro – através de variados mecanismos, entre eles o financiamento produtivo e a abertura de capitais na bolsa de valores. Aceleraram, desta forma, o processo de financeirização da agropecuária transformando a agricultura em um negócio também especulativo e regulado pelas exigências de altas taxas de lucro e pelo mercado mundial.⁴ O agronegócio é, nas palavras de Oliveira (2013, p. 131), “sinônimo de produção para o mundo”, cabendo se referir às *cadeias globais de valor*⁵ que envolvem a produção agropecuária moderna de *agronegócio globalizado*.

³ Desta forma, cidade e campo vão se unindo dialeticamente do ponto de vista do processo produtivo, da mesma forma que o fazem quando consideradas as relações sociais de produção: uma forte tendência à proletarianização dos trabalhadores do campo (boias-frias) e, ao mesmo tempo, a sujeição da agricultura camponesa – pequenos proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários – à lógica de produção capitalista, fazendo com que ela produza a partir de insumos e técnicas modernas para a rede do agronegócio que a explora, a partir do sistema de preços e financiamentos. Cf. OLIVEIRA, 2013, p. 127.

⁴ Sobre financeirização da agricultura brasileira Cf. DELGADO, Guilherme Costa (2012). **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).

⁵ Em termos gerais, uma cadeia global de valor é formada por um grande número de empresas ligadas em rede, por meio de processos de fabrico ou produção, comercialização, distribuição e financiamento de determinada mercadoria. Cada etapa no interior desta rede de ações empresariais é responsável pela adição de valor – trabalho e tecnologia – às mercadorias, desde às fases iniciais de aporte e produção até sua circulação e consumo.

Conforme esclarece Elias (2017, p. 03), entre os principais objetivos do agronegócio globalizado está “a obtenção de lucro e renda da terra, com a produção de muitas novas mercadorias voltadas ao mercado urbano, nacional e internacional, de alimentos, de *commodities* e de agrocombustíveis”. Levando em conta os principais fatores de produção da atividade agropecuária, segue a autora, “teríamos, entre as características de sua reestruturação produtiva, o capital e a tecnologia intensivos”.

A aplicação maciça de ciência, tecnologia e informação em seu processo produtivo também tem como um dos objetivos pretendidos minimizar a importância dos componentes naturais do solo, do clima e do ciclo biológico das plantas e dos animais ao processo de reprodução ampliada do capital no setor, uma vez que os insumos artificiais, os sistemas técnicos e a manipulação genética são capazes de diminuir o tempo necessário de reprodução ou rentabilidade do capital na agropecuária⁶ – historicamente mais lento do que nos demais setores da economia (ELIAS, 2006, p. 54 e ELIAS, 2018, p. 03).

Destarte, nas áreas onde a agricultura científica globalizada se expande, verifica-se uma importante demanda por bens científicos típicos da terceira fase da revolução industrial, promovendo uma gradual e constante substituição do meio natural e do meio técnico herdado de períodos anteriores, por um meio denso de sistemas de engenharia e objetos típicos da atual fase de produção globalizada.⁷

Verifica-se também para várias cidades “cuja urbanização se deve diretamente à consecução e expansão do agronegócio” um fortalecimento de seu papel de apoio e extensão às suas atividades, enquadrando-as em funções urbanas associadas, e mesmo dependentes, dos setores modernizados da agroindústria (ELIAS, 2006, p. 70). Conforme observado pela autora, nestas cidades “se realiza a materialização das

⁶ “Para isto, houve grandes investimentos para a transformação das forças produtivas do setor, com a adoção de alguns pacotes tecnológicos [conjunto de insumos, equipamentos, serviços tais como sementes selecionadas, agrotóxicos, insumos químicos, tratores, colheitadeiras, pesquisa agropecuária, entre muitos outros] fortemente alicerçados na ciência, tecnologia e informação, reestruturando os sistemas técnicos agrícolas, difundindo um padrão estandardizado de produção.” (ELIAS, 2017, p. 03).

⁷ Isto é, a constituição de um meio técnico-científico-informacional que, tal como aponta Santos (2000, p. 80-84), significa um aumento da proporção da natureza social sobre a natural, e uma conseqüente pressão no sentido de reestruturação do espaço geográfico, no campo e nas cidades, via adoção de novos sistemas técnicos (fixos) e ações a eles associados (fluxos). Representa ainda a possibilidade de instalação e aproveitamento de sítios menos férteis e menos adequados à ocupação agrícola intensiva, anteriormente preteridos pela grande produção de gêneros tropicais, suavizando-se, deste modo, as questões locacionais antes imprescindíveis. Cf. SANTOS, M. (1998 e 2000).

condições gerais da reprodução do capital no agronegócio”, fazendo surgir as *cidades do agronegócio*.⁸

No atual período histórico, a apropriação das terras e dos recursos naturais territorializados – organizados pelos principais agentes do agronegócio globalizado – acirra-se. De acordo com Oliveira (2013, p. 128) o desenvolvimento dos processos contraditórios do capitalismo no campo, em sua fase mundializada, poderia ser definido tanto em termos de uma *territorialização do capital monopolista* na agricultura – quando a rede monopolista é agente produtora e proprietária da terra –, quanto nos termos de uma *monopolização do território pelo capital monopolista* – quando a rede monopolista domina o processo de produção, circulação e consumo sem ser, contudo, proprietária das terras, isto é, “monopoliza o território sem entretanto territorializar-se”. Desta forma, “a terra transforma-se, cada vez mais, de terra de trabalho em terra de negócio (...) aumentando ainda mais a concentração fundiária e o tamanho das propriedades na qual o agronegócio se realiza” (ELIAS, 2017, p. 04).

Antes de se constituir em sistema de socorro ou assistência à população sertaneja e urbana do Nordeste, o *Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional* (PISF) é a estruturação de um sistema técnico que tem como fundamento as demandas da produção e consumo em sua fase mundializada. É um projeto de investimento que busca criar e estender as condições de reprodução da forma *valor* no semiárido nordestino, inserindo-a, simultaneamente, nos circuitos espaciais de produção do agronegócio globalizado e da urbanização corporativa (RODRIGUES e LUZ, 2019, p. 3540).

De acordo com Rodrigues (2005, s/n), trata-se de um macro sistema de engenharia que visa inserir, ainda mais intensamente, a região nordestina na Divisão Internacional do Trabalho enquanto fornecedora de *commodities* e insumos alimentares, implantando ao longo de seus eixos de expansão “uma racionalidade exclusiva do valor de troca em detrimento do valor de uso, transformando-se, assim, em mais um espaço da globalização”.

Nos termos do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do PISF, suas ações garantem o “crescimento de atividades produtivas que têm na água um de seus mais

⁸ “As cidades do agronegócio do *Brasil agrícola moderno* têm-se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. No período técnico-científico-informacional as cidades se multiplicaram no país e passaram a desempenhar muitas novas funções, transformando-se em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pela produção agrícola e industrial, associadas aos complexos agroindustriais”. (ELIAS, 2006, p. 70, *grifo no original*).

importantes componentes” (BRASIL, 2004, p. 11), via “dinamização da atividade agrícola e incorporação de novas áreas ao processo produtivo”, segue o documento.⁹

Verifica-se, assim, que o objetivo principal do projeto é a dinamização da economia regional e incorporação de novas áreas ao processo produtivo, via aumento da oferta e da garantia de água – pressupondo a disponibilidade de água o fator determinante da pobreza ou da riqueza na região.¹⁰

Trata-se, deste modo, de um padrão de desenvolvimento que busca na interiorização do investimento transformar partes da região do semiárido em uma das principais plataformas de beneficiamento e exportação de *commodities* e insumos primários, bem como encontrar setores capazes de absorver e valorizar o montante de capitais disponíveis no sistema financeiro, organizando-se verdadeiras redes técnicas de irrigação, eletrificação, armazenagem, transportes e telecomunicações que, em conjunto, produzirão um estreitamento das relações campo-cidade via o espraiamento de sistemas técnicos, objetos, serviços e relações de trabalho típicos das regiões urbano-industriais do país (*urbanização extensiva*) sobre as áreas diretamente afetadas pelo projeto, bem como qualificação e (ou) reforço das cidades da região como *cidades do agronegócio* – fenômeno que abordaremos ao longo do texto.

Do ponto de vista espacial o que se projeta é, por um lado, a expansão do agronegócio e dos sistemas técnicos típicos da atual fase da economia globalizada; por outro lado, um investimento extremamente seletivo que acarretará profundas requalificações e mudança na hierarquia dos lugares – e da própria região, no interior da divisão territorial do trabalho nacional.

Conforme indicam os pressupostos aos quais nos referimos anteriormente – e a dinâmica da agropecuária no médio-alto São Francisco –, produzirão sobre as terras e a

⁹ “O aumento da oferta de água vai permitir inserção de novas áreas nos perímetros agrícolas irrigados; a recuperação de áreas abandonadas (...) a inserção de áreas ao longo dos canais a serem construídos e dos rios receptores, denominadas de ‘irrigação difusa’; e finalmente a inserção de outras áreas que apresentam potencial para o desenvolvimento agrícola da região semiárida e que não estão produzindo por falta de d’água. O total de água a ser transposto pelo Projeto de Integração pode viabilizar, de acordo com os estudos realizados, aproximadamente, 161.500 hectares, em 2025, divididos da seguinte forma: água para irrigação difusa ao longo dos canais que atenderá a 24.400 hectares; água para irrigação planejada que atenderá a 137.100 hectares.” (BRASIL, 2004, p. 83). Em outros momentos do texto, porém, admite que “o Projeto de Integração permitirá a inserção, na região, de cerca de 186.000 hectares de novas terras agricultáveis com irrigação.” (*idem*, p. 122).

¹⁰ “A disponibilidade de água é, sem dúvida, o fator determinante da pobreza e riqueza na região. Os efeitos da seca sobre o setor produtivo agropecuário e sobre o modo de vida das populações são aterradores e determinantes da estagnação econômica generalizada, das enormes dificuldades para a sobrevivência, das condições de saúde inadequadas e do acelerado esvaziamento populacional das zonas rurais.” (BRASIL, 2004, p. 116).

população sertaneja das regiões diretamente afetadas pelas obras aquilo que vem sendo classificado nos estudos agrários como *territorialização do capital monopolista* na agricultura. Neste caso, conforme admite o próprio relatório de impactos ambientais (RIMA), a implantação do Projeto poderá provocar “aumento na procura das terras mais próximas e mais aptas para o cultivo. Esse fato pode gerar êxodo de pequenos produtores (posseiros, pequenos proprietários, produtores sem terra) e o aumento repentino e exagerado do valor de venda dos imóveis rurais” (BRASIL, 2004, p. 81), permitindo um forte processo de especulação imobiliária em benefício da grande agroindústria.¹¹

Neste processo, não apenas a agricultura “camponesa” – pequenos produtores, produção familiar, posseiros, arrendatários e parceiros –, mas a agrobiodiversidade regional se vê comprometida, sobretudo pelas tendências de estímulo a produção de *commodities* e insumos primários na região, a exemplo do que ocorre no médio e médio-alto vales do São Francisco.¹² Sem grande destaque ou plano especial para a produção de alimentos (de consumo familiar e de pequena produção comercial) o que se vislumbra é a permanência de uma vulnerabilidade dos sertanejos aos efeitos da seca – sobretudo nos anos em que as irregularidades pluviométricas forem mais acentuadas.¹³

São poucos os momentos que os planos de transposição do rio São Francisco se referem à pequena e média produção agrícola ou agricultura familiar, sendo atividades consideradas beneficiárias do programa nos mesmos termos que a grande produção ou as atividades urbanas.¹⁴ “Não há qualquer menção à possibilidade de uma reforma agrária pautada em princípios agroecológicos e (ou) distributivos” (RODRIGUES e

¹¹ De acordo com Nunes (2014, p. 82), no programa de reassentamento de camponeses em áreas afetadas “cada trabalhador realocado teria 5 anos para concluir o período de serem proibidos da venda dos lotes (residenciais e de produção agrícola)”. Este período já foi alcançado para a maioria dos assentados, estando, portanto, as agrovilas (Vilas Produtivas Rurais – VPR) em condições favoráveis à especulação imobiliária – aptas que estão ao cultivo irrigado e grande proximidade dos canais.

¹² Cf. Relatório São Francisco Vivo -Terra e Água, Rio e Povo. Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco, 2008.

¹³ Sobretudo porque os problemas que condicionam as rebaixadas condições de vida no semiárido nordestino e a crise que periodicamente se instaura por ocasião das estiagens estão mais ligados à relativa escassez de terras e ao colapso da produção de subsistência do que propriamente à falta d’água em termos absolutos, conforme iremos tratar adiante.

¹⁴ “O Projeto de Integração representará (...) uma segurança para as bacias do Nordeste Setentrional diante das irregularidades climáticas da região. A população, tanto urbana quanto rural, as indústrias, os pequenos e grandes agricultores e todos os demais setores produtivos poderão usar a água disponível nos grandes açudes da região para gerar empregos, renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida. Se a chuva não cair, as águas do rio São Francisco garantirão o abastecimento humano, as safras agrícolas e as atividades industriais e do turismo.” (BRASIL, 2004, p. 10-11)

LUZ, 2018, p. 02) que poderia ser, ainda de acordo com os autores, “um dos principais indutores de uma política de elevação das condições de vida da população sertaneja e de combate aos efeitos da seca.”

Pretendemos demonstrar que o projeto de integração de bacias seja, portanto, um projeto para um novo ordenamento econômico e territorial que justifica o “estratégico” na concepção do plano, qual seja, integrar as bacias hidrográficas regionais e combater a seca dentro de uma concepção conhecida como *hidráulica de solução*, considerando a seca como um problema hidrológico e hidráulico. A população nordestina historicamente tem sido afetada por este tipo de diagnóstico e políticas territoriais que favorecem grandes projetos de desenvolvimento em sua região, os quais beneficiam os grandes proprietários de terra, políticos e elites empresariais regionais e o grande capital nacional e internacional.¹⁵

O papel do Estado neste processo é central. De acordo com Gudynas (2013, p. 304), para responder à demanda global por *commodities* os diferentes governos da América Latina nas duas últimas décadas, com especial destaque ao Brasil, vêm defendendo e mesmo estimulando uma matriz de desenvolvimento baseada no fortalecimento do agronegócio e do extrativismo, resultando, inclusive, numa reprimarização da economia. Com Lula da Silva (2003-2010), prossegue Gudynas (2013), o Brasil se consolidou como potência em mineração e na monocultura para exportação, não obstante sua origem operária e linguagem desenvolvimentista.

André Singer (2012, p. 177) ao comentar sobre a força e as circunstâncias especiais que cercaram o nascimento do Lulismo arguirá que, em parte, a força da expansão mundial associada à valorização das *commodities* deve ser considerada como elemento de explicação para seu sucesso, já que possibilitou, entre outras coisas, “o Brasil ter aumentado em mais de 67% o seu ritmo de crescimento *ainda no primeiro mandato de Lula* em relação ao segundo mandato de *FHC*.” (*grifos no original*).

É importante observar que será através da ação do Estado que a ampliação e intensificação do agronegócio e da exploração de recursos naturais por meio dos chamados “grandes projetos de desenvolvimento” se viabilizaram, ao longo dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), com a criação de

¹⁵ Sobre a qualificação da seca como um problema hidrológico e hidráulico Cf. CAMPOS, José Nilson B. (2014). **Secas e políticas públicas no semiárido**: ideias, pensadores e períodos. Sobre a história da construção de açudes públicos e sua apropriação coronelística no semiárido nordestino Cf. ASSUNÇÃO, L. M. e LIVINGSTONE, I. (1993). **Desenvolvimento inadequado**: construção de açudes e secas no sertão do Nordeste.

grandes sistemas de infraestrutura e programas de investimento com recursos públicos, como as diversas ações do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), do qual o projeto de transposição das águas do rio São Francisco faz parte.

1.2 O sertanejo e a seca

No Brasil o termo semiárido refere-se ao clima regional e aos atributos fisiográficos e bióticos que dele derivam, mas também a uma delimitação geográfica oficial do território nacional, definida em 2005 pelo *Ministério da Integração Nacional*, através da Portaria nº 89, para fins administrativos.¹⁶ Neste caso, o Semiárido corresponde a um conjunto de municípios que atende a, pelo menos, um dos seguintes critérios climatológicos: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; risco de seca ou prolongamento da estação seca, de um ano para outro, maior que 60% tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (PEREZ-MARIN e SANTOS, 2013, p. 15).

Com base nesses critérios – e a partir de sua mais recente atualização, em 2017¹⁷ –, a Região do Semiárido Brasileiro (SAB) estendem-se por um espaço geográfico que abrange 1.262 municípios, perfazendo mais 970.000 km² – possuindo, aproximadamente, 62% de seus habitantes em áreas urbanas e 38% em áreas rurais – englobando todos os estados nordestinos, o norte de Minas Gerais e o Vale de Jequitinhonha.¹⁸ (Mapa 1).

Ao longo de toda história do país, a Região do Semiárido Brasileiro (SAB) se constituiu em uma das zonas de mais baixo desenvolvimento e mais agudamente dependente de fatores externos para sua dinâmica econômica. As rebaixadas condições de vida de sua população é um problema de enorme complexidade, intimamente relacionado à formação econômica e social do Nordeste como um todo (FURTADO,

¹⁶ Cf. BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do semiárido brasileiro**. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional: Brasília, DF, 2005.

¹⁷ Cf. BRASIL, Ministério da Integração Nacional (MIN), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 2017 <<http://sudene.gov.br/planejamento-regional/delimitacao-do-semiarido>> Acesso em: 20. Fev. 2018.

¹⁸ Referente aos estados do Nordeste, metade tem mais de 85% de sua área caracterizada como semiárida, sendo o Ceará o que possui a maior parte de seu território com esse perfil. O Maranhão passou a fazer parte do Semiárido Legal em 2017, com a inclusão de seus primeiros municípios dentro da área. Setenta e três novos municípios nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Piauí passaram a fazer parte do Semiárido Legal a partir de 2017.

2009, p. 36-49). A instalação de um sistema de propriedade altamente concentrador de terras e renda, combinado a uma especialização agrícola acentuada em suas áreas úmidas e subúmidas, com base na *superexploração do trabalho*,¹⁹ são os elementos que nos permitem explicar suas características mais proeminentemente *subdesenvolvidas*.²⁰

Ao se considerar o “problema” da semiaridez de grande parte do território nordestino e a seca, a complexidade da questão se agrava. Porém, não são os fatores naturais que produzem as rebaixadas condições de vida da população sertaneja.²¹ Tal como defende Furtado (2002, p. 41), “esse fenômeno [semiaridez] não teria tanta gravidade se outro tipo de economia se houvesse formado no Nordeste”, e não a que lá historicamente prevaleceu, isto é, um sistema econômico estruturalmente vulnerável e instável, inadaptado ao meio.

Uma das heranças mais marcantes do período colonial no semiárido brasileiro encontra-se na estrutura fundiária. De acordo com Menezes e Morais (2002, p. 55), “esta encontra-se polarizada no sistema latifúndio/minifúndio, resultado de um processo contínuo de concentração da terra nas mãos de poucos proprietários e da insignificante oportunidade de acesso a ela para pequenos agricultores”.²² Esta estrutura torna-se um notável empecilho para a elevação das condições gerais de vida da população sertaneja, ao mesmo tempo em que a deixa mais vulnerável às adversidades econômicas e naturais.

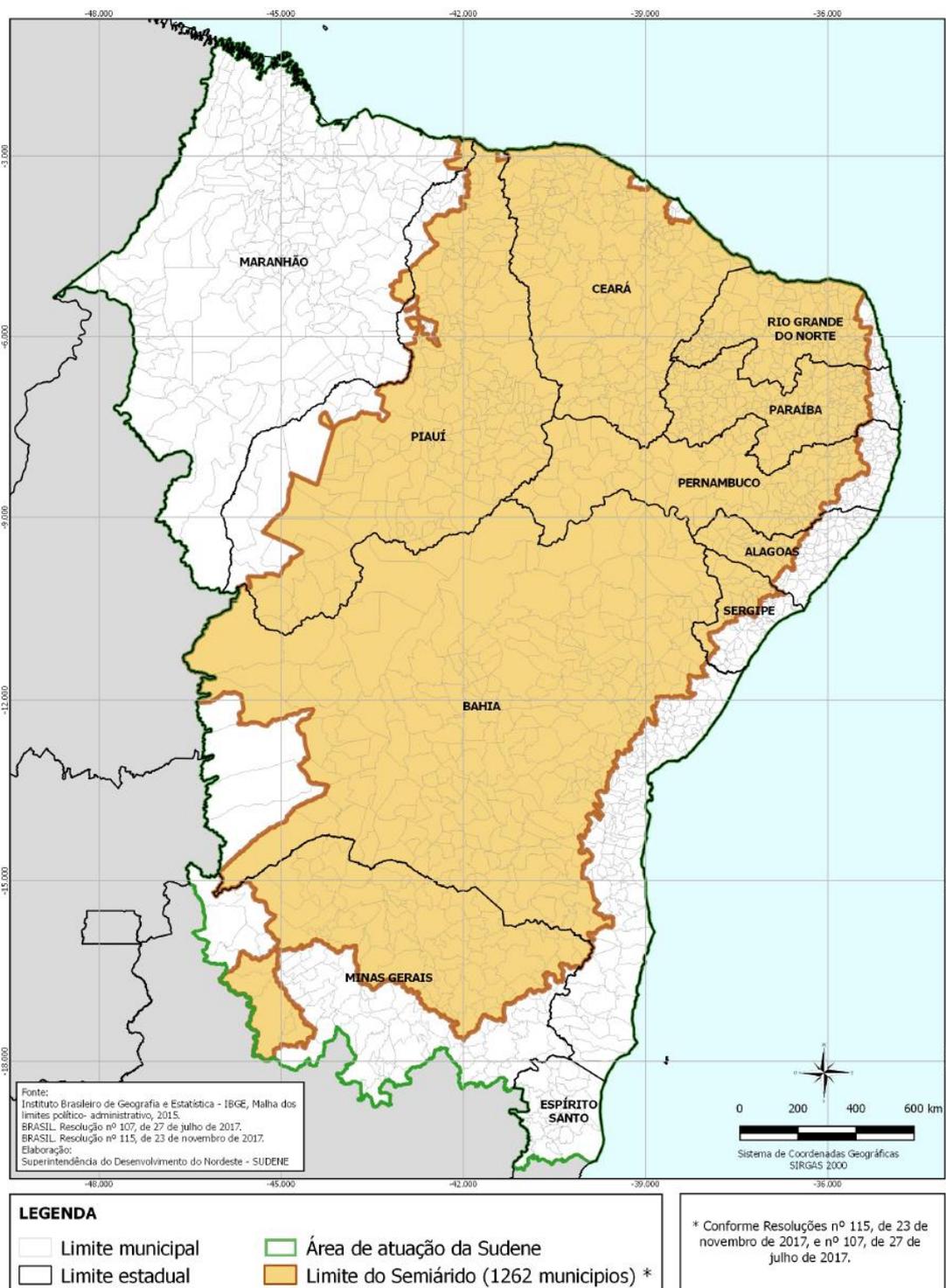
¹⁹ Forma de acumulação centrada no crescimento da exploração do trabalhador – via incremento das jornadas de trabalho, aumento da intensidade do trabalho ao longo de sua jornada ampliada e rebaixamento dos salários abaixo ao mínimo necessário – em detrimento da inovação e ampliação da capacidade produtiva do trabalho, como nas economias centrais. Cf. MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**, 2017.

²⁰ Entendemos por subdesenvolvimento a situação caracterizada pela reprodução, até o limite, da lógica geral da acumulação capitalista: “que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo (...) no quadro de uma situação econômica marcada por uma capacidade potencial crescente da oferta e uma restrição sistemática das possibilidades de consumo”. (MARINI, 2017, p. 63-64)

²¹ “Isoladamente, o conhecimento de suas bases físicas e ecológicas não tem força para explicar as razões do grande drama dos grupos humanos que ali [semiárido nordestino] habitam” (AB’SÁBER, 1999, p. 07), ainda que sejam os condicionantes do meio natural, complementa o autor, uma prévia para “explicar causas básicas de uma questão que se insere no cruzamento dos fatos físicos, ecológicos e sociais”. (*Id. Ibidem*).

²² Sobre a introdução do capitalismo e a consolidação do latifúndio no Brasil e no Nordeste Cf. PRADO Júnior, Caio. **História econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 2012 e FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2000.

Mapa 1: Delimitação oficial do semiárido.



Fonte: SUDENE, 2017.

Ao longo de todo século XX, parte significativa da economia sertaneja apoiou-se na agropecuária de subsistência, caracterizada pelo cultivo do milho, feijão, mandioca e

outros gêneros alimentares. No interior das grandes propriedades da região, erigiu-se o complexo algodão/pecuária, isto é, trabalho assalariado na pecuária e arrendamento ou parceria na agricultura (FURTADO, 2002, p. 42). Nos latifúndios típicos da região sertaneja, ainda encontrarmos um conjunto de família de “moradores” ou “agregados”, estabelecendo relações que beiram muitas vezes formas caracteristicamente servis, isto é, sem salário, ofertando-se em seu lugar direito a moradia e uma faixa de terra para lavoura de subsistência, entre outras formas não-monetárias de pagamento.²³

Aqui está a chave analítica que permite interpretar a relação entre seca e migração. De acordo com Furtado (2009, p. 43) historicamente a seca tem sido resultado do colapso da agricultura de subsistência, que deixa a grande massa de pequenos e médios produtores – parceiros (meeiros, terceiros), arrendatários e posseiros – sem ter o que comer. “Não tendo o que comer, não adianta sequer ao homem ficar a espera da renda proporcionada pelo algodão ou qualquer outra xerófila que, em conjunto com a produção de alimentos, costumam plantar. É esse o homem que sai para a estrada, que se ‘retira’, em busca de alguma fonte de emprego que lhe permita sobreviver”. Quando vem a estiagem, encontra-se obrigado a vender sua produção comercial (geralmente, algodoeira), arrendada ou em parceria, por baixíssimo valor ao dono da terra. “E o fazendeiro o exige porque precisa do algodão para transformá-lo em pasto, a fim de assegurar a sobrevivência de parte do gado” (FURTADO, 2009, p. 43).²⁴

A partir da segunda metade do século XIX, as migrações se intensificaram no Nordeste, motivadas por esta estrutura econômica vulnerável e extremamente concentradora de terras e renda – que periodicamente, com a chegada da seca, expulsa ou afasta temporariamente o “camponês”, por ocasião do colapso de sua pequena produção alimentar, inapta à ecologia local.

O drama da população nordestina, agravado no período de estiagem, tem como consequência a tragédia das retiradas que, de acordo com Menezes e Morais (2000, p. 42), podem ser representadas nas migrações de natureza intrarregional – onde populações flageladas procuram socorro nas capitais do litoral nordestino ou em

²³ Sobre o debate acerca das relações servis no campo e sua natureza feudal, semifeudal ou capitalista Cf. STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**. O debate tradicional –1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011; STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**. O debate na esquerda –1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2011 e PRADO Júnior, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²⁴ “É realmente delicado o equilíbrio ecológico a que estão submetidos os sertanejos. Basta que um inverno não chegue [inverno, aqui, refere-se às chuvas de verão], que venha muito atrasado ou com chuvas muito escassas, para que se declare a calamidade.” (BERNARDES, 1999, p. 77).

municípios localizados em áreas subúmidas do sertão –, e aquelas que chegam a formar correntes migratórias para fora da região²⁵ – muitas vezes induzidas e organizadas pelo governo, num esforço de orientação deste fluxo para o processo de acumulação de determinados setores em algumas regiões do Brasil, como aqueles ocasionados pelos ciclos agroexportadores (borracha, café, etc.) e de industrialização no país, podendo ser lido como um complemento ao modelo de desenvolvimento nacional condizente com sua situação de *dependência*,²⁶ onde os custos de rebaixamento da mão de obra, via migrações internas e manutenção da forte concentração fundiária, permitem um padrão de acumulação baseado na superexploração do trabalho e oligopolização da renda da terra (rural e urbana), entre outros fatores.²⁷

Tradicionalmente, foi desta forma que o Nordeste foi inserido na divisão territorial do trabalho no país: como um centro de exportação de mão-de-obra barata e desqualificada para o restante do país, regulando o mercado de trabalho por meio de baixos salários, bem como fornecedor de matérias-primas e insumos alimentares produzidos em suas regiões úmidas e subúmidas, a partir da grande propriedade monocultora e superexploradora do trabalho (OLIVEIRA, 2008, p. 163-164). Nas décadas de 1960 e 1970, de forma mais intensa, o Nordeste ofertava para a região

²⁵ “Alta fertilidade humana, forte seleção biológica [inadaptabilidade agrícola] e ausência de oportunidades de emprego para os sem-terra teriam de ocasionar o apelo à migração, numa desesperada luta pela sobrevivência. Assim, a grande região seca brasileira passou a ter o papel histórico de fornecer mão-de-obra barata para quase todas as outras regiões detentoras de algum potencial de emprego. Nordestinos de quase todos os recantos mobilizaram-se nas mais variadas direções, seguindo a vaga de cada época. Para a Amazônia, nos fins do século passado e inícios do atual. Para São Paulo desde a década de 1930. Para Brasília nos anos 60. Para o norte do Paraná e São Paulo por todo o tempo, sobretudo depois da construção da estrada Rio-Bahia. Finalmente, para o norte de Goiás, às margens da Belém-Brasília, a Transamazônica e, para o sul do Pará, nos anos 70.” (AB’SÁBER, 1999, p. 26-27).

²⁶ Dependência ou capitalismo dependente faz menção à integração da economia nacional ao mercado mundial nos termos de uma integração imperialista dos sistemas de produção e financiamento, isto é, a constituição de vínculos subordinados e complementares de produção, circulação e consumo que ligam regiões subdesenvolvidas aos centros de capitalismo desenvolvido – estas últimas controlando toda a lógica e demandas deste sistema. Como resultado produz-se aquilo que a história econômica consagrou como desenvolvimento capitalista desigual e combinado entre as nações e no interior delas. Cf. BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2015 e MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

²⁷ Neste sentido, os interesses oligárquicos nordestinos e industriais (de São Paulo e Rio de Janeiro) por diversos momentos se mesclam e se complementam, mesmo mantendo suas especificidades e eventuais conflitos. Ajudaram, pois, a preencher o conteúdo daquilo que ficou conhecido como *sistema oligárquico-burguês*: sistema de dominação onde a oligarquia não se encontra liquidada mas, ao contrário, mantém seus privilégios básicos e forte influência sob a hegemonia econômico-social burguesa, dela fazendo parte. Para detalhamento deste sistema Cf. BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2015. Em especial capítulo IV: “as condições e características do desenvolvimento dos países cuja industrialização foi produto da expansão e transformação do setor primário-exportador”.

Centro-Sul do país, mão-de-obra quase ilimitada que, entre outras coisas, possibilitou a obtenção de uma *mais-valia extraordinária*²⁸ no setor industrial e impediu uma escassez relativa de mão-de-obra, capaz de elevar as condições de vida nos grandes centros urbanos.²⁹

O sistema de propriedade e a extrema especialização agrícola no litoral nordestino determinaram que o fator mais escasso do Nordeste são terras aptas e disponíveis para a produção de alimentos, com base em pequenas e médias propriedades, e não água. Ainda, a expansão das plantações que favoreceu o latifúndio e a ocupação dos sertões semiáridos acarretou a inibição do desenvolvimento socioeconômico, já que produziu uma economia altamente concentradora de renda e, conseqüentemente, impediu a formação de mercado interno – não podendo passar da fase de crescimento na base de exportação para fase de crescimento na base de mercado interno; um crescimento de tipo autônomo ou autopropulsor.³⁰

Até a década de 1960, o conjunto da agropecuária nordestina permaneceu quase inalterado em seus aspectos gerais, isto é, como economia de *plantation*. De forma mais precisa, seguindo Oliveira (2008, p. 160-161), até esta década observa-se a submissão de setores modernizados do Nordeste açucareiro e têxtil da Zona da Mata aos desígnios do Nordeste algodoeiro-pecuário do semiárido e agreste, que impôs à região a hegemonia das formas mais arcaicas de produção e circulação – fazendo, inclusive, retroagir o próprio movimento de reprodução tipicamente capitalista no Nordeste, adotando formas de acumulação muitas vezes descritas como feudais ou pré-

²⁸ Um aumento da relação entre a remuneração do trabalho e as taxas de mais-valia, neste caso, manutenção de baixos salários mesmo com o aumento de produtividade. Sobre o conceito Cf. MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2017 (p. 171-177).

²⁹ Sobre a absorção e escassez relativa de mão-de-obra via desenvolvimento das capacidades produtivas Cf. Furtado, Celso. **O Nordeste e a saga da SUDENE (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 (p. 33-34) e OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008 (p. 162-164).

³⁰ Convém ressaltar que o fluxo de renda monetário e, conseqüentemente, seus efeitos multiplicativos reduz-se à relação entre unidade produtiva, concentrada em pouquíssimas mãos, e o exterior – ou melhor, aos pagamentos feitos ao exterior que são importação de mão-de-obra, de equipamentos, materiais de construção e consumo conspícuo. Assim, a inversão feita numa economia de *plantation* – agroexportadora, monocultora, latifundiária e escravista (ou superexploradora do trabalho no quadro atual) –, tal como afirma Furtado (2000, p. 55), “fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário”, bem como sua regressão ou crise redundava em perda da capacidade produtiva apenas para este mesmo empresário – sem que houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema socioeconômico (arcaico e estratificado).

capitalistas.³¹ Desta forma, até este período, a relação entre o sertanejo e a seca basicamente responde pelos processos descritos no interior das grandes unidades sertanejas, o complexo pecuária/plantação xerófila (geralmente, algodão-mocó).

Alcançado pela Revolução Verde na década de 1980, vislumbra-se a partir desta década a ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio globalizado (ELIAS, 2006, p. 66), tomando algumas áreas específicas dessa região que, até então, em conjunto, compunha o *exército de lugares de reserva*, nos termos propostos por Milton Santos (2013 *apud* ELIAS, 2006, p. 65).

A partir dos sistemáticos investimentos modernizadores em setores agropecuários e requalificação de sítios para uma agricultura científica e o agronegócio – definidos nos termos de perímetros irrigados e industrialização dos demais processos envolvidos –, transforma-se a relação entre as populações sertanejas e a seca. Os marcos deste processo serão as construções das barragens e represas de Sobradinho (1976-79) e Itaparica (1980-1988), no vale do rio São Francisco, em território baiano – episódios marcados por um enorme número de camponeses, sobretudo posseiros, desapropriados de suas terras às margens do rio e inúmeras cidades e povoados completamente alagados.³²

A reestruturação da agropecuária nordestina, assim, processou-se de forma socialmente excludente e territorialmente seletiva. Em primeiro lugar, manteve intocada a estrutura fundiária desigual da região, operando processos de concentração e centralização dos capitais no campo e expropriação camponesa em áreas de modernização, via diferentes mecanismos, sobretudo àqueles ligados à instalação de grandes sistemas hídricos como barragens, represas, açudes e perímetros irrigados.

Ao longo deste conjunto de reestruturações, um grande número de famílias desapropriadas no campo passou a viver em pequenas cidades da região, ao mesmo tempo em que o rápido processo de instalação de sistemas técnicos na agricultura produziu algo como uma (agro)industrialização que absorveu a produção agrícola e urbanizou o campo neste locais, “explodindo” ou expandindo formas urbanas sobre

³¹ Sobre a dialética *Nordeste açucareiro/têxtil* (semiburguês) x *Nordeste algodoeiro-pecuário* (oligárquico). Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008 (p. 153-176).

³² Cf. VIANNA, Aurélio (*et. alii.*) **Hidroelétricas, ecologia e progresso**: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1990. Em especial capítulo de COSTA, Ana Luiza B. M. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do estado.

estes territórios, nos termos propostos por Lefebvre (1999, p. 15-32), ou uma nova urbanização, conforme descreve Santos (2013, p. 53-61).

Existe hoje no Nordeste, assim como nas regiões Norte e Centro-Oeste, uma verdadeira dicotomia entre uma agricultura tradicional e uma agricultura científica, apresentando-se em algumas partes bem delimitadas do território nordestino verdadeiros enclaves de modernidade em pleno semiárido, especialmente, tal como descreve Elias (2006, p. 66), em alguns de seus vales úmidos – submédio São Francisco e baixo curso dos rios Açu e Jaguaribe e nos cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão que, juntamente com Tocantins, na região Norte, forma o MATOPIBA.

Nas três ou quatro últimas décadas, estes espaços agrícolas do Nordeste vêm sendo afetados pela intensificação das relações de produção tipicamente capitalistas. Isso significa, ainda de acordo com Elias (2006, p. 66) “que as transformações da agropecuária se dão de forma seletiva, e atingem intensamente algumas áreas, as quais se especializam em determinadas culturas, corroborando para o avanço do capitalismo no campo”. Neste sentido, o que se pretende demonstrar, é que o PISF é mais um capítulo que segue nesta direção.

1.2.1 A intervenção do Estado no semiárido e a indústria da seca

Há uma opinião predominante, aponta Manuel Correia Andrade (1988, p. 71), de que a pobreza do Nordeste e a forte desigualdade regional em nosso país são consequências da seca. Para o autor, “esta opinião é falsa e foi generalizada em parte por desconhecimento da realidade nacional e regional e em parte por uma atitude política dos grupos dominantes que utilizam as secas para obter vantagens junto ao governo”.

O grande problema, conforme foi mencionado, não é representado pela seca em si – ainda que ela se projete impiedosamente nas esferas social e econômica em períodos recorrentes – mas pela exploração da seca pelas elites políticas e econômicas locais que controlam a propriedade da terra, a comercialização da produção agrícola, a exploração dos recursos naturais e a aplicação de investimentos federais e estaduais de combate à seca e financiamento produtivo.

A seca – assim como todos os demais “*natural hazards*” –, atinge de forma mais violenta as camadas pobres da população, justamente aquelas que não dispõem de reservas e perdem tudo que possuem quando atingidas, muitas vezes sendo obrigadas a migrar para as grandes cidades do país. Beneficia, porém, as camadas de mais alta

renda, proprietários e comerciantes, porque com a “chegada da seca, chega com ela a oportunidade de adquirir a terra e o gado dos agricultores pobres que não têm condições de alimentar os seus animais e de permanecer na terra, não podendo barganhar ao discutir o preço com o comprador” (ANDRADE, 1988, p. 72). Em geral, são nesses momentos que o grande proprietário consegue gado, terras e mão-de-obra a baixos preços – enquanto dispõe de reservas alimentares.³³

As intervenções governamentais não se constituem em soluções eficazes ao problema, nem mesmo momentâneas. Historicamente, ao convocar esta população desapropriada em frentes de trabalho para o desenvolvimento de grandes obras públicas de combate à seca, remuneraram estes trabalhadores com baixíssimos salários – em geral, inferiores ao mínimo – e os concentram em determinadas áreas, onde são obrigados a consumir tudo que precisam, sobretudo o indispensável à alimentação, a preços elevados e com baixa qualidade (ANDRADE, 1988, p. 72). Em conjunto, ainda, estas obras patrocinaram em áreas particulares ou próximas a elas um elevado número de sistemas de engenharia (açudes, poços artesianos, estradas, sistemas de irrigação) altamente valorizadores e seletivos, que permitiram uma exploração mais intensiva do solo e da água, além de uma interligação com mercados e redes interurbanas mais amplas, elevando o valor de grandes propriedades com investimentos públicos.

A *indústria da seca* é movida pelo círculo vicioso que as políticas territoriais e socioassistenciais de combate e mitigação da seca promovem ao proporcionar benefícios às elites, sobretudo compensações eleitorais (COELHO, 1985, p. 27-40). O mecanismo se estrutura ao transformar a água armazenada para os períodos de estiagem em um bem escasso para a maioria dos sertanejos em favor de grandes proprietários, através da manipulação privatista dos recursos e *sistemas de engenharia*.³⁴

³³ “Mesmo nas áreas de climas semiáridos a subúmidos dos agrestes e similares, onde se implantou uma economia rural mais harmônica (...) ocorrem dramas lamentáveis de empobrecimento. Aí, durante as secas prolongadas, os pequenos proprietários que perdem suas roças procuram conduzir seu gado para pastos alugados. Mas, se o período seco prolongado for declarado, o gado é vendido por preços aviltados nas margens das feiras do agreste, até que o proprietário, pressionado pela falta d’água e pelo esgotamento de seu dinheiro, acaba vendendo sua propriedade para grandes fazendeiros ou pessoas de maior posse.” (AB’SÁBER, 1999, p. 33).

³⁴ De acordo com Santos (1998, p. 65-71), sistemas de engenharia são os conjuntos de infraestruturas adicionadas ao território, indispensáveis à vida do grupo. Para este autor, a configuração territorial é formada por diversos sistemas de engenharia que o homem justapõe à natureza e que, em suas palavras, servem como “verdadeiras próteses (...) de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho e circulação próprias de cada época”. Podem ser lidas, portanto, como sinônimo de sistema técnico.

Elites políticas e econômicas locais aproveitam-se francamente deste mecanismo por troca de votos e outros favores políticos, por acesso a água nos períodos de estiagens prolongadas – produzindo o fenômeno do clientelismo com características sertanejas: baseado, como todos os demais, no voto de cabresto, desvio de verbas, superfaturamento de obras e tráfico de influência, conforme descreve Janotti (1992, p. 16-64) para todo o país, mas envolto numa linguagem ou conjunto de argumentos regionais específicos que, genericamente, poderíamos classificar como *discursos sobre a seca*.

Neste processo, é muito comum que empresários, industriais e empreiteiros – ligados a partidos e (ou) grupos de pressão regionais – beneficiem-se dos vultosos créditos e condições especiais de investimento oferecidos por ocasião da implantação de programas ou projetos para o semiárido: um sistema próprio de *acumulação regional* (OLIVEIRA, 2008, p. 176-178), às expensas da imensa população pobre sertaneja e do frágil ecossistema regional.

O uso político da seca, conforme salienta Silva (2003, p. 369), vem se adaptando e agindo até os dias atuais. Seus mecanismos, segue o autor, têm orientado as formas de intervenção no semiárido, reproduzindo o paradigma de necessidade e possibilidade de combate à seca e seus efeitos que, em conjunto, apontam ou se traduzem em ações governamentais baseadas em a) ações que fortalecem a indústria da seca; b) políticas de caráter emergencial, fragmentadas e descontínuas desenvolvidas em momentos de calamidade pública; c) soluções hidráulicas, com a construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo empreiteiras e grandes propriedades rurais.

De acordo com Campos (2014 p. 70-72), desde o século XVI as secas são conhecidas como fenômeno na região nordeste brasileira e, a partir das décadas de 1860 a 1870, foram objeto de intensos debates onde se discutiu se eram ou não um problema nacional que deveria ser alvo de políticas públicas.

Sob os impactos da tragédia da grande seca de 1877 a 1879, definitivamente foram reconhecidas como “óbice ao desenvolvimento e causas de tragédias sociais”, onde se imputou desfechos de “*hidráulica de solução*” para atenuação destes problemas, tais como construção de poços, açudes, interligação de rios, etc. (CAMPOS, p. 70-72).

A partir de então, no âmbito dos debates e literatura desenvolvidos entre o final do século XIX e início do século XX, aventaram-se propostas para garantir suprimento de água sendo que as duas principais opções foram a açudagem e a importação de água

do rio São Francisco – sendo esta última sempre relegada a segundo plano em função de seus altos custos e poucos recursos tecnológicos, à época, indisponíveis em escala, embora esta opção sempre tenha ressurgido com força (CAMPOS, p. 70-72).

A criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909) foi um marco na formulação e aplicação da construção da infraestrutura hidráulica: através de seu primeiro diretor geral, o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, houve propostas e encaminhamentos de decisões centrais nas políticas públicas e ideias que pautaram o debate acerca do tema.

Para o engenheiro, a confiabilidade do suprimento de água seria um problema hidrológico e hidráulico, porém a simples garantia de água e tecnologia para sua distribuição e armazenamento não seriam suficientes para o enfrentamento da questão, outras políticas deveriam ocorrer paralelamente como construção de estradas e suprimentos elétricos, postos de trabalho e assistência à população sertaneja.

Apesar de Arrojado Lisboa defender uma programação mais extensiva e sistemática de pesquisas científicas que dessem conta de entender e propor soluções regionais para além da mera aplicação técnica em soluções hidráulicas, a principal característica do IOCS – rebatizado de Inspetoria Federal de Obras Contra Seca (IFOCS), em 1919 e, finalmente, como Departamento Nacional de Obras contra Seca (DNOCS), em 1945 – foi construir obras, em detrimento de avaliações complexas e projetos socioeconômicos mais amplos. Ao longo de toda sua existência, suas ações reforçaram os diagnósticos de que acumulação d'água seria essencial à sustentabilidade da vida social e econômica no Nordeste, dando apoio às tarefas de açudagem e barramentos de rios.

A partir da década de 1940, inicia-se uma transformação radical no vale do rio São Francisco com a criação da *Companhia de Hidro Eletricidade do São Francisco* (CHESF), em 1945, e a criação da *Comissão do Vale do São Francisco* (CVSF), em 1948, inaugurando uma nova fase na gestão da água em escala regional. Responsáveis, respectivamente, pela implantação/gestão de projetos de hidroeletricidade e agricultura irrigada, promoveram uma série de obras com enormes impactos no semiárido, entre eles aqueles que culminaram com o desaparecimento de cidades e povoados ao longo do rio São Francisco – por ocasião da construção dos reservatórios e represas de Sobradinho (1977-1978) e de Itaparica (1988-1989) –, bem como, no sentido inverso, a estruturação de importantes cidades no baixo São Francisco, notadamente as cidades de Paulo Afonso (BA) e Delmiro Gouveia (AL).

Com a redemocratização do país, em 1945, abriu-se uma grande oportunidade para serem encaminhadas propostas acerca do “aproveitamento das possibilidades econômicas” do rio São Francisco, assim como os da população de seu vale, alcançando os debates realizados por ocasião da constituinte de 1946. Através do mandato do deputado Manuel Novais, foi incluído um artigo no texto constitucional estabelecendo que o Governo Federal deveria, no prazo de vinte anos, traçar e executar um plano de aproveitamento máximo das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, disponibilizando para isso uma quantia anual superior a 1% das rendas tributárias da União (COELHO, 2005, p. 117), viabilizando financeiramente as agências regionais de desenvolvimento e obras de combate à seca.

Não obstante a linguagem desenvolvimentista e de apelo popular daqueles que defenderam e propunham projetos de intervenção estatal ao longo do vale do rio São Francisco – típicos da fase *nacional-desenvolvimentista*³⁵ de então, liderados pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) – o que prevaleceu foi uma agenda de grandes obras e serviços econômicos regionais, sem criar fatores determinantes à permanência e elevação das condições de vida da população sertaneja, reproduzindo o padrão de intervenção já observado em outros sítios da região semiárida.

Para Coelho (2005, p. 118), tal orientação pode ser descrita através das experiências e teses defendidas por Lucas Lopes – secretário estadual de energia e transporte em Minas Gerais, presidente do BNDE (1956) e ministro da Fazenda (1958-1959) no governo Juscelino Kubistchek (1956-1961) –, onde defende “uma rota inflexível e audaciosa para dominar as águas do rio, tendo em vista essencialmente utilizá-las para gerar energia elétrica, abandonando o propósito de beneficiar a

³⁵ Modalidade de economia política que, entre meados das décadas de 1930 e 1960, colocou no centro do debate e política brasileiros pautas ligadas à estratégia e rumos do desenvolvimento nacional, efetivado a partir de uma intervenção estatal na esfera econômica com objetivos industrializantes. Em sua fase inicial, ligado à figura de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), o governo federal ampliou sua disposição para dirigir a economia em três eixos: 1) investimentos públicos em setores considerados estratégicos, tais como indústria de base (máquinas, equipamentos e insumos industriais, como energia elétrica e aço), infraestruturas e indústrias de bens duráveis de consumo; 2) por uma política fiscal, de controle do câmbio e das importações buscando com isso estimular a produção interna, organizando um modelo de industrialização via substituição de importações e 3) na incorporação das massas trabalhadoras aos padrões “modernos” de produção e de consumo, via proletarianização e urbanização. No plano político e social, organizou-se através de uma articulação entre a camada da burguesia nacional e a fração nacionalista do estamento burocrático-militar com o nascente proletariado urbano – adicionando, paulatinamente, lideranças intelectuais como aquelas do Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB). A noção pela qual se estabeleceu esta aliança se deu pela leitura de que a principal contradição responsável pelo atraso brasileiro, e mesmo latino-americano, não se daria entre o capital e o trabalho, mas entre a “nação” e a “antinação”.

população dos sertões do São Francisco.”³⁶ Política que não apenas modificou os objetivos sociais da Constituição de 1946, mas as próprias ambições nas quais se assentava o pacto nacional-desenvolvimentista do período.

No curso de criação de instituições responsáveis por viabilizar as estratégias de desenvolvimento do governo federal nos anos anteriores, a implantação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, trouxe para região a noção de desenvolvimento do Nordeste com base nas ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fazendo surgir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.

As propostas da superintendência devem ser consideradas como um marco nas políticas territoriais da região, na medida em que pensam, pela primeira vez, o combate à seca e a gestão dos recursos naturais territorializados – notadamente, água e solo – dentro de uma agenda mais complexa: a do planejamento regional.

A economia brasileira até a década de 1950 apresentava ainda um conjunto de deficiências de infraestrutura (energia elétrica, petróleo, transportes, comunicações) e, sobretudo, grandes desigualdades regionais, associadas a péssimas condições na distribuição de renda e elevadas taxas de miséria absoluta. Eleito em 1955, Juscelino Kubitschek lançou, em 1956, o *Plano de Metas*³⁷ e o *Conselho do Desenvolvimento*, que iria coordenar a execução do plano. De acordo com Cohn (1976, p. 64) é dentro deste contexto que os problemas socioeconômicos nordestinos se expressam como regionais e não nacionais, já que “o Nordeste se impõe ao Governo Federal como um

³⁶ “Esclarecendo seu entendimento sobre o São Francisco, Lucas Lopes explicou que o objetivo a ser alcançado era planejar o ‘domínio da água’. E enfatizou: ‘somente depois de um *domínio da água* será possível estabilizar-se a ocupação econômica da calha fluvial e desenvolver-se a produção, o comércio e a vida social’. Em seu arrazoado, acrescentou que essa questão sempre foi vista como um problema *fundamentalmente de engenharia* e que, por isso, ‘se procurou criar na comissão do Vale do São Francisco *uma equipe homogênea de engenheiros*’. Partindo da premissa de que, em termos de engenharia, o problema de domínio da água se expressa pelo objetivo de regularização do regime fluvial, no plano das realizações o objetivo básico foi, portanto, construir ‘obras de múltipla finalidade, de reservatórios de compensação anual que, além de eliminar a crista dos transbordamentos e encher as depressões das curvas de vazão, deem origem a grandes fontes de energia hidrelétricas, permitam a irrigação de largas áreas, reduzam os entulhamentos do rio e a erosão’”. (COELHO, 2005, p. 120; *grifos nossos*).

³⁷ Plano de ação econômica em grande escala do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Previsto para um período de 5 anos, o plano consistia em 30 metas, agrupadas em 5 setores, a saber: energia; transporte; industrialização; educação e alimentos. O plano teve origem em diagnósticos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e em ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e de técnicos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), tal como se apresentavam na década de 1950. Considerado o primeiro plano global de desenvolvimento da economia nacional, foi a espinha dorsal do desenvolvimentismo pretendido por JK..

problema que exige sua intervenção de modo mais efetivo e sistemático, devido ao agravamento das tensões sociais e políticas da região”, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950.

Neste período, “o desenvolvimento do Nordeste se torna necessário para manutenção do padrão de integração do sistema político e social nacional” (COHN, 1976, p. 64), ainda que não o seja para expansão, em termos econômicos, do sistema capitalista de produção no Brasil – já garantido, de acordo com a autora, pela dinâmica de modernização e industrialização do Centro-Sul do país. Os constantes colapsos da economia agrícola e de subsistência na região semiárida brasileira, a ação das ligas camponesas³⁸ e o grande (e crescente) desequilíbrio econômico regional produziram a leitura de ser o Nordeste “(...) a mais extensa dentre as zonas de mais baixo desenvolvimento, ou mais agudamente subdesenvolvidas, de todo o Hemisfério Ocidental” e, conseqüentemente, “socialmente mais explosivo que a maioria das regiões subdesenvolvidas” (FURTADO, 2009, p. 37).³⁹

A criação da SUDENE constitui resposta a essa crise política e social nordestina (COHN, 1976, p. 109). As condições que o planejamento regional pretendeu criar naquela região são aquelas de “tornar o estado *também produtor* no Nordeste” (OLIVEIRA, 2008, p. 251; *grifo no original*), isto é, capacidade de criar empresas estatais e mistas, importar bens de produção agrícola e industrial em condições especiais, construir infraestruturas em variadas escalas e isentar de impostos empresas que se instalassem para o aproveitamento das matérias-primas regionais. Ainda nas palavras do autor “um elenco de mecanismos cujo objetivo era de transformar parte da mais-valia captada pelo Estado, sob as formas de impostos e taxas, em capital”.

³⁸ Importante movimento de massa camponês, com grande capacidade de ação, que reivindicou mudanças no campo brasileiro por meio da luta pela reforma agrária. Cf. STEDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012. “O movimento de organização da classe camponesa das propriedades açucareiras apresentou, até 1962, todas as características de uma arrematada revolucionária de tipo clássico. Os líderes, fossem de formação marxista ou católica, tinham todos a preocupação de dizer bem alto que estavam lutando contra a ordem de coisas prevalecente” (FURTADO, 1964 *apud* COHN, 1977, p. 83).

³⁹ “Sobretudo a partir de 1958 o Nordeste passa a se configurar como um problema de segurança nacional. A seca desse ano, conjuntamente com o resultado das eleições [favorecendo as candidaturas e partidos mais radicais de esquerda, como o PSB e PCB], põe em evidência a região como uma área explosiva, na medida em que as tensões sociais se tornavam mais agudas. As tensões sociais locais passam para primeiro plano, e a preocupação para com elas se traduziu em termo de serem concebidas como um perigo separatista, de a região se desvincular do país. Julgava-se, então, que a grande disparidade de graus de desenvolvimento e de nível de vida entre as diferentes regiões brasileiras poderiam se traduzir numa desagregação nacional, e isto num governo cuja tônica política principal é exatamente a integração nacional.” (COHN, 1976, p. 103).

Rompe-se, assim, nas palavras de Celso Furtado (2009, p. 44), a visão que prevaleceu entre os dirigentes dos órgãos responsáveis pelo melhor conhecimento da região – em geral, engenheiros civis –, “de que o grande problema do Nordeste é a limitação da disponibilidade de água. Daí a concentração de esforços no represamento da água”. Neste novo contexto, a escassez hídrica passa a ser vista como “apenas um dos componentes do problema”, juntamente com a complexa pedologia regional, e sua disponibilidade e uso como instrumentos necessários para a ampliação e fortalecimento da base agrícola regional, nos termos de uma agricultura de alta produtividade (FURTADO, 2009, p. 45), mediante mecanização e adaptações das técnicas agrícolas (irrigação intensiva), ampliação da agrobiodiversidade e colonização de áreas subúmidas da região – Maranhão em especial –, reorientando os incrementos demográficos para estas regiões.⁴⁰

Substitui-se a ideia que é condição suficiente para o combate à seca e às rebaixadas condições de vida da população a mera implantação de sistemas de engenharia hidráulicos. Esta ideia complexa de planejamento regional é, em um primeiro momento, adotada com algum grau de distorção pelos técnicos militares responsáveis pela SUDENE, após o golpe de 1964, mas é por fim abandonada com a consolidação dos governos da ditadura civil-militar que promovem um retorno aos grandes projetos de desenvolvimento e gestão de recursos naturais na região do tipo “*hidráulica de solução*”.

Condizente com a lógica da Guerra Fria e das doutrinas acerca da geopolítica brasileira, os governos militares subordinaram a gestão hídrica à relação desta com a modernização conservadora da agricultura – isto é, ao aumento sistemático da produtividade no campo a partir da administração intensiva de agroquímicos, perímetros de irrigação, máquinas e pesquisas na agricultura sem questionamentos quanto ao sistema de propriedades, produção – monocultora e exportadora – e financiamento altamente concentrados. À Sudene “reservou-se o direito de auxiliar no desenvolvimento regional onde coubesse” (COLOMBO, 2003, p. 162), transformando-a em órgão descentralizado, sem recursos e autonomia, sendo suas prerrogativas iniciais completamente alternadas, ainda de acordo com a autora.

⁴⁰ Cf. FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: FURTADO, C. **O Nordeste e a Saga da Sudene** (1958-1964). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Col. Arquivos Celso Furtado, v.3, 2009.

Partiu-se para um modelo de retirada da superintendência da “intervenção planejada”, cabendo-lhe tão somente colaboração com as políticas centrais do Ministério da Fazenda e do Planejamento na região; socorro imediato às populações atingidas por extremos climáticos (secas, enchentes) e calamidades públicas; assistência nas áreas da “coordenação” fiscal, pesquisa e implementação de programas especiais “que enfatizavam a necessidade de integração das regiões brasileiras à economia nacional e não mais a redução das desigualdades regionais” (COLOMBO, 2013, p. 163).⁴¹

Assim, no interior daquilo que atendia aos Planos de Desenvolvimento Nacional da ditadura civil-militar, produziu-se na região Nordeste mais do mesmo: políticas de caráter emergencial, fragmentadas e descontínuas, desenvolvidas em momentos de calamidade pública, sobretudo frentes de trabalho aos atingidos pelas secas; incentivo à migração para os grandes centros industriais, agroindustriais e frentes pioneiras; e inserção de pequenos e médios produtores – parceiros e arrendatários – em redes clientelísticas mais amplas, alimentadas com dinheiro público em financiamentos pontuais de projetos do tipo “hidráulica de solução” em terras privadas, em especial armazenagem e represamento de águas em açudes, com pouco ou nenhum benefício social e eficiência econômica.⁴²

Será apenas no âmbito de restauro da democracia no país que podemos identificar uma nova fase das políticas públicas, surgindo entre as décadas de 1980 e 1990 a partir dos fracassos da SUDENE no contexto da ditadura militar e de avanço internacional das discussões ambientalistas.

Encaminhadas pela EMBRAPA e organizações não-governamentais, alternativas sustentáveis de desenvolvimento do semiárido surgiram, baseadas na ideia de que é possível e necessário conviver com os ciclos naturais de estiagem, concebendo o semiárido “enquanto um complexo de ecossistemas com seus limites e as suas potencialidades (...) disseminando práticas e tecnologias apropriadas de manejo de recursos hídricos e de agroecologia que fortaleça a agricultura familiar” (SILVA, 2003, p. 375-377) e a preservação/recuperação do meio – elabora-se, assim, um novo

⁴¹ Ações que garantem a captura definitiva da região pelo capitalismo monopolista do Centro-Sul ou expansão da hegemonia burguesa em escala nacional. A este respeito Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

⁴² Cf. ASSUNÇÃO, L. Márcio & LIVINGSTONE, Ian. Desenvolvimento inadequado: construção de açudes e secas no sertão do Nordeste. In: **Revista Brasileira de Economia**, n° 47, Rio de Janeiro, 1993.

paradigma ou padrão de diagnóstico e intervenção no interior dos discursos sobre as secas.

Esta proposta de construção de convivência com o semiárido ganhou impulso significativo com a criação da *Articulação no Semiárido* (ASA) e de programas governamentais frutos desta articulação civil, como o *Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o semiárido: um milhão de cisternas rurais* (P1MC),⁴³ em 2001 e o *Programa de Ações Integradas de Convivência com o Semiárido* (Programa Conviver), em 2003, conjunto de ações voltadas para melhoria e reforço da agricultura familiar baseada em renda mínima aos produtores através de seguro-safra, compra governamental de seus produtos, crédito agrícola e educação/assistência a técnicas agroecológicas (adaptadas à realidade natural do sertanejo).⁴⁴

Assim, os modelos ou padrões que procuram um equilíbrio no interior dos ecossistemas artificiais que se estabelecem em áreas agrícolas, encontram na agricultura familiar, nas tecnologias sociais hídricas, no zoneamento agroecológico e na pequena e média propriedade policultora, os elos centrais para a superação da fome e do rebaixamento de vida das populações sertanejas – medidas capazes de modificar os padrões de produção, consumo e apropriação dos recursos disponíveis em áreas de semiárido.

Coadunada com aquilo que Jalfim (s/d, p. 03), chama de “vozes destoantes” do auge do paradigma dominante do combate à seca, lançam-se novas proposições que se materializam “em diretrizes de construção do modelo de desenvolvimento sustentável apropriado às peculiaridades socioambientais das terras secas da região” (SILVA, 2008 *apud* MARINHO e OLIVEIRA, 2013, p. 240).

A partir de 2005, com o anúncio do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, esta nova concepção baseada no eco desenvolvimento e convivência com os ciclos de estiagens em ambientes semiáridos perde fôlego e é rapidamente eclipsada por

⁴³ Sobre a Articulação no Semiárido – ASA e os programas “Um milhão de cisternas rurais” – P1MC e “Conviver”. Cf. **ASA Brasil**. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso: 23 Jul.2019.

⁴⁴ O paradigma da convivência com o semiárido opõe-se ao caráter excludente e tecnocrático das políticas territoriais que tradicionalmente orientam as estratégias de intervenção na região; não surge ou se estrutura a partir dos interesses ou conveniências das oligarquias regionais e das políticas públicas tradicionais, mas do protagonismo de movimentos sociais, entidades civis e alguns órgãos públicos de pesquisa do semiárido. Cf. **Declaração do semiárido**. Proposta da Articulação no semiárido brasileiro para a convivência com o semiárido e combate à desertificação. ASA. Recife, 26 de novembro de 1999. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf> Acesso: 23.07.2018.

debates técnicos e socioeconômicos que envolvem as obras e análises de aproveitamento do projeto.

1.3 O domínio dos sertões secos: a originalidade da terra

A situação de pobreza extrema e calamidade que enfrentam as populações sertanejas em períodos de estiagens prolongadas – seja em situações que envolvam chuvas insuficientes ou irregulares – nos pressupostos deste trabalho, estão ligadas, conforme mencionamos anteriormente, ao colapso da agricultura de subsistência e inadaptação ecológica da pequena lavoura a tais características do meio. De acordo com Furtado (2009, p. 43), o sistema econômico que tradicionalmente prevaleceu no semiárido “constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características climáticas e ecológicas da região”.

A agricultura de subsistência, base do minifúndio, conforme sublinha Silva (2003, p. 367) “foi sendo desenvolvida largamente através das *roças de matuto*, que produziam gêneros alimentícios (mandioca, feijão, milho) para o auto abastecimento.” Em oposição, a grande propriedade formou-se com base na pecuária extensiva, produção monocultora de xerófilas (algodão) e expulsão de grupos indígenas da região.

Em ambos os casos, argumenta Silva (2003, p. 367), prevaleceram atividades produtivas e arranjos econômicos inapropriados do ponto de vista do manejo ambiental e das potencialidades paisagísticas, que não reconheceram e tampouco respeitaram a diversidade, complexidade e singularidade dos sertões nordestinos – essenciais para a correta ou melhor apropriação e uso do espaço regional.

O desconhecimento desta grande diversidade e complexidade do semiárido, historicamente conduziu à introdução de práticas inadequadas – tanto do ponto de vista ecológico, quanto econômico – isto é, do aproveitamento e sustentabilidade de seus recursos. Em conjunto, estas práticas provocaram mudanças significativas na biodiversidade e grandes desequilíbrios ambientais.⁴⁵

⁴⁵ Citando dados de estudos realizados pelo Ministério do Meio Ambiente no ano de 2002, Silva (2003, p. 367) indica que 68% da área do semiárido brasileiro encontra-se antropizada, sendo 35,5% extremamente antropizada. Além disso, prossegue o autor, nesta região estão localizadas as maiores áreas do país em termos de processos de desertificação – a introdução generalizada de atividades e tratos culturais agropecuários inapropriados (queimadas, desmatamentos nas margens de mananciais, implantação de culturas adversas) que provocam a degradação ambiental no semiárido, transformaram-na em uma das áreas brasileiras mais degradadas pelo uso intempestivo da terra.

Sob o falso diagnóstico de que os problemas desta região estariam essencialmente relacionados à escassez de água – chuvas e intermitência dos corpos d'água –, as ações governamentais estiveram quase sempre relacionadas à generalização de grandes projetos de hidráulica de solução, centrados principalmente na construção de açudes públicos e privados – sem conseguir obter grandes resultados, do ponto de vista da melhoria das condições de vida de sua população, não obstante se tenha realizado ao longo de todo século passado notáveis esforços no sentido do represamento da água, aumento dos perímetros irrigados e da produtividade agrícola.

De acordo com Guimarães Duque (2004, p. 12), no semiárido brasileiro “nunca houve seca total, mas parcial”, e regiões úmidas e subúmidas do Nordeste como “o Maranhão chuvoso são mais atrasadas do que o Ceará seco”, não cabendo, portanto, o argumento da disponibilidade dos recursos naturais como os fatores decisivos do “progresso”. Se levarmos em conta os elementos de sua diversidade ecológica regional, o argumento da disponibilidade dos recursos naturais – notadamente a água – se torna ainda mais frágil, sobretudo porque quando comparado a outras regiões semiáridas do mundo o semiárido brasileiro (SAB) apresenta índices pluviométricos superiores em média.

A originalidade dos sertões secos no nordeste brasileiro de acordo com Ab'Sáber (2003, p. 83), reside num complexo conjunto de atributos: climáticos (deficiência hídrica, imprevisibilidade da precipitação pluviométrica), hidrológicos (rios intermitentes periódicos, predominantemente exorreicos), pedológicos (solos litólicos, poucos profundos, atapetados por fragmentos dispersos de rochas cristalinas e de baixa infiltração) e bióticos (conjuntos vegetais que formam matas secas e campos composto por espécies xerófilas e hipoxerófilas). Na realidade, prossegue Ab'Sáber (2003, p. 83), os atributos do domínio dos sertões secos derivam-se do tipo de clima semiárido regional, muito quente e sazonalmente seco, que se projeta radicalmente para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico dos sertanejos.

Esta região pode ser vista como um enclave de escassa pluviosidade média (inferior a 800 mm anuais) no interior de um país com mais de 90% do seu território dominado por climas úmidos e subúmidos intertropicais e subtropicais. As causas de escassez de precipitação nestes sítios são múltiplas e ainda não inteiramente compreendidas (CONTI e FURLAN, 1995, p. 106).

Em suas características mais específicas, “os sertões nordestinos não escapam a um fato peculiar a todas as regiões semiáridas do mundo: a variabilidade climática”

(AB'SÁBER, 2003, p. 89), isto é, uma sequência muito irregular – e relativamente imprevisível – dos anos e durações dos períodos de estiagem, assim como das localidades que incidirão com mais intensidade.⁴⁶

As matas secas, abertas e xerófilas que se desenvolvem em climas com precipitações próximas ou inferiores a 800 mm anuais são bem características e, por vezes, definidoras dos próprios limites regionais do semiárido. Elas são muito ricas em recursos oleaginosos, frutíferos e energéticos⁴⁷ – com grande potencialidade agroecológica que certamente poderiam ser mais bem exploradas, não fosse a desigual estrutura agrária e agropecuária em moldes europeus – inaptas às condições ecológicas dos sertões.

As variações nos tipos de solos que sustentam estas formações vegetais são muito acentuadas – a diferença de origem, profundidade, fertilidade são grandes. Em sua maioria, são de origem cristalina – granítica ou gnáissica –, apresentando importantes setores em que são ineptos para exploração intensiva com características predominantemente rasas, impermeáveis e (ou) poucos férteis, alternados por faixas de solos de origem sedimentar e maior disponibilidade de águas superficiais, adequadas à exploração intensiva e à agricultura irrigada.⁴⁸

Os sistemas hidrográficos e hidrológicos regionais, quando comparados aos sistemas em outros domínios de natureza no Brasil, são dotados de uma excepcional originalidade: são predominantemente intermitentes – sazonais, com lençóis fundos e ressequidos, alimentados nos períodos de estiagem pelos próprios rios – e exorreicos – suas águas drenam-se diretamente para o mar, sem formar verdadeiras bacias hidrográficas ou convergir para corpos d'água ou depressões interiores. Este sistema, como costuma ocorrer em qualquer região semiárida do mundo, está diretamente dependente do ritmo climático sazonal – incluindo, em graus importantes, seus rios perenes (São Francisco e Paranaíba) que nos ocuparemos de caracterizar mais à frente.

⁴⁶ De acordo com Ab'Sáber (2003, p. 89), “a média das precipitações anuais de uma localidade qualquer serve apenas para normatização e referência, em face de dados climáticos obtidos em muitos anos”. Portanto, naquilo que caracteriza a estiagem regional, não é o total da precipitação, e sim sua distribuição irregular no tempo e espaço que caracteriza a seca – dentro de um quadro em que podemos afirmar, seguindo Guimarães Duque (2004, p. 16-18), longe de estar uniformemente semiárido.

⁴⁷ Sobre os imensos potenciais de plantas nativas na região e seu aproveitamento Cf. MELO e VOLTOLINI (orgs.) **Agricultura familiar dependente de chuva no semiárido**. Brasília, Embrapa, 2019.

⁴⁸ Cf. BRASIL, Câmara dos Deputados. **Seca: Análises, pressupostos, diretrizes, projetos e metas para o planejamento de um novo Nordeste**, 2003.

Em conjunto, o domínio dos sertões secos possui ecossistemas frágeis e com baixa capacidade de recuperação; “técnicas de aração inadequadas, pastoreio excessivo, desmatamento e irrigação sem cautelas podem provocar com facilidade a desertificação” (BRASIL, 2003, p. 10) a exemplo do que ocorre em muitas áreas de semiárido pelo mundo.

A periodicidade com a qual a seca atinge o Nordeste tem sido objeto de estudo e abordagens diversas, que, assim como eventos naturais extremos de outra natureza, são ocorrências de previsão relativamente imprecisa – apesar de avanços no reconhecimento de seus ciclos e sinais que os antecedem. Por resultarem em sérios danos sociais e econômicos, além de promoverem mudanças ambientais significativas, secas estão classificadas naquilo que se convencionou chamar de *natural hazards* (BARBOSA, 2000, p. 07) e, frequentemente, tornam-se o elemento ou atributo definidor de toda uma região – como no caso do Brasil.

Nesta extensa porção do território nacional, os grandes problemas que incidem sobre os sertanejos são produzidos nos alongados estirões de sertões secos e não na totalidade da região em questão (AB’SÁBER, 2003, p. 94). Para o cotidiano destas populações, são as irregularidades – mais do que a escassez – das precipitações pluviométrias os fatores mais graves que condicionam a vida e produzem, historicamente, trágicos cenários.⁴⁹

Na observação do geólogo Arrojado Lisboa – aponta o relatório da Câmara Federal sobre a seca (2013, p. 10) – a chuva na região cai “irregularmente no correr dos anos, irregularmente no correr de uma mesma estação, irregularmente sobre a própria superfície”.

Seguindo os estudos climatológicos, pesquisas que versam sobre os solos e a flora da região do semiárido brasileiro apontam que esta parte do Brasil não é uniforme em quase nenhuma de suas condições fisiográficas; há um acentuado grau de diversidade que forma ambientes ecológicos próprios, alguns com singularidades acentuadas. “Aquela opinião de um Nordeste igualmente semiárido não resistiu aos

⁴⁹ “Cabeceiras, por exemplo – situada no médio vale do Rio Paraíba do Norte, sertão dos Cariris Velhos, Paraíba – apesar de ser o lugar menos chuvoso de todo o Nordeste semiárido (264 mm por ano), é considerado de clima ‘bom’. Ali, o total médio das chuvas anuais é muito inferior ao de todos os outros sertões. Mas, em compensação, chove o ano inteiro (...)” (AB’SÁBER, 2003, p. 87-88).

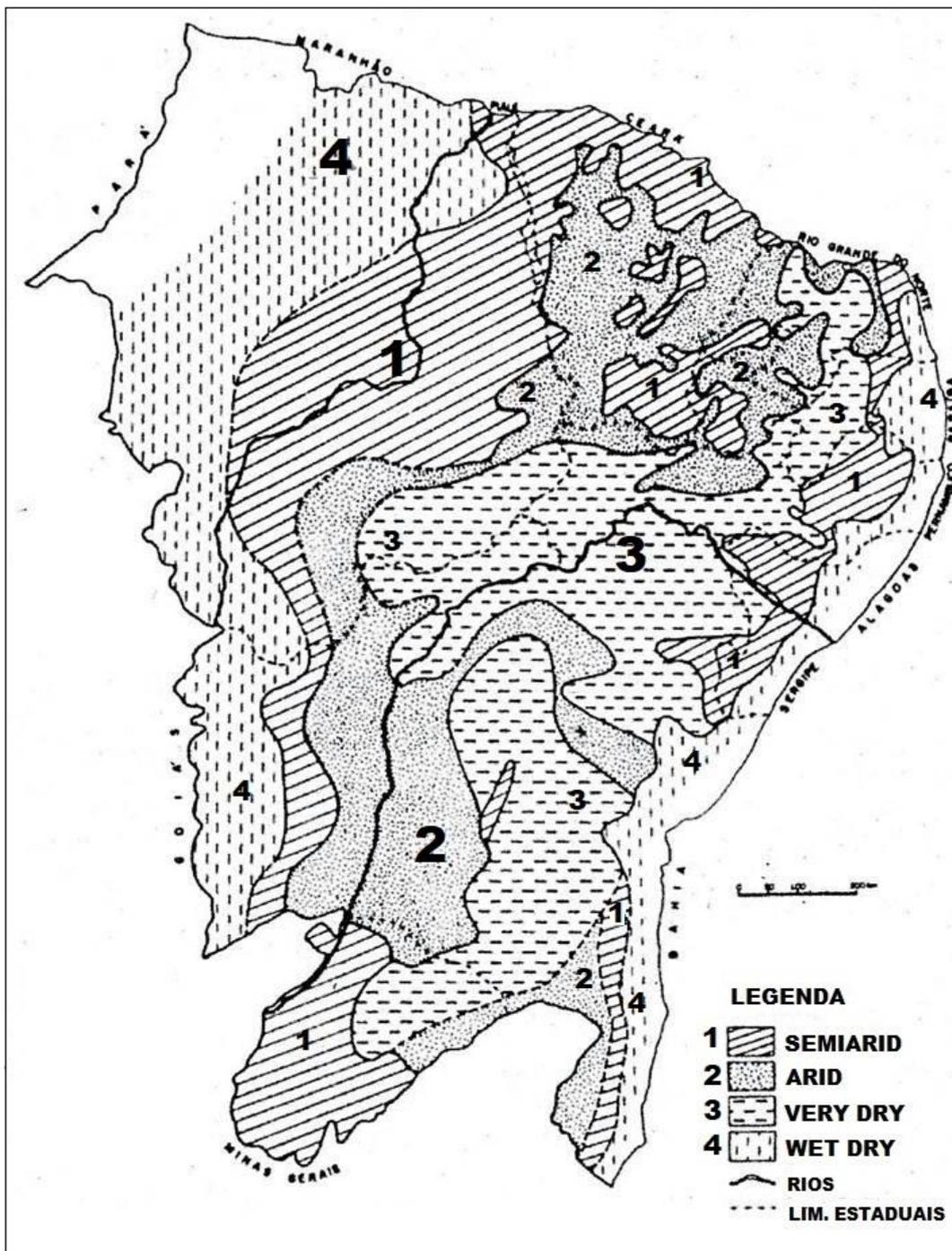
exames mais detalhados. E muitos erros foram cometidos em nome da aridez generalizada.” (DUQUE, 2004, p. 39).⁵⁰

Tal como assinala Guimarães Duque (2004, p. 42), uma das grandes dificuldades em se desvelar com precisão esta diversidade e complexidade dos ambientes naturais da região é seu elevado nível de antropização e deficiência técnica; os elevados níveis de alteração da vegetação primitiva – “feita pela roçada, pelo fogo e pela erosão” –, associados à insuficiência de dados – falta de estações meteorológicas e sua distribuição inadequada – dificultam o trabalho de conhecimento e definição da diversidade regional. Não obstante as dificuldades descritas, a variedade ecológica e fisiográfica da região impõe-se ao observador mais atento que se sente “forçado” ao reconhecimento do semiárido como um conjunto paisagístico com características e potencialidades distintas.

Aziz Ab’Sáber (2003, p. 87-89), com base em trabalho realizado por George Hargreaves para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no início da década de 1970, destaca a existência de quatro áreas regionais de clima seco no interior do semiárido, baseado em critérios de evapotranspiração e duração dos períodos de deficiência hídrica. São elas: 1) áreas semiáridas moderadas (*semiarid*), conhecidas como caatingas agrestadas ou agrestes regionais; 2) áreas semiáridas rústicas ou semiáridas típicas (*arid*), conhecidas como altos sertões; 3) áreas semiáridas acentuadas ou subdesértica (*very arid* ou *very dry*), popularmente conhecidas como “sertões bravos”; e, por fim, 4) as áreas subúmidas ou de transição (*wet dry*), conhecidas como agreste (mapa 2).

⁵⁰ Entre estes “erros”, assinala Duque (2004, p. 39), encontra-se a adoção da *hidráulica de solução* que jamais logrou os resultados esperados, sobretudo porque a ausência de água não é o único – nem mesmo o principal – fator que condicionou as condições de vida e produção tão rebaixadas de vastas áreas do Nordeste: se a escassez absoluta de água tivesse a centralidade alegada para a estagnação e rebaixamento das condições de vida e cultura material das populações sertanejas – como certos discursos e imaginário populistas nos fazem crer – as margens dos rios São Francisco e Parnaíba, bem como a úmida Zona da Mata nordestina não apresentariam indicadores sociais e de produtividade tão baixos, rústicos e desiguais como na região do Nordeste seco (*Id. Ibidem*). Dito de outro modo, se o Nordeste, por hipótese, se tornasse relativamente chuvoso, é mais provável que a pobreza persistiria em seu interior. Isto porque, tal como observa Furtado no conjunto de seus relatórios preparados no contexto da SUDENE, o subdesenvolvimento e suas estruturas sociopolítica e econômica são fatores de retardamento mais importantes do que a escassez de água. Cf. FURTADO, Celso. **O Nordeste e a Saga da Sudene** (1958-1964). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Col. Arquivos Celso Furtado, v.3, 2009.

Mapa 2: Zonas climáticas nordestinas



Fonte: HARGREAVES, 1971 *apud* AB'SÁBER, 2003, p. 87 (*adaptado*).

Guimarães Duque (2004), ao caracterizar as regiões naturais do Nordeste brasileiro a partir de sua cobertura vegetal e clima, incorpora elementos pedológicos e geomorfológicos dos sítios, propondo a existência de oito sub-regiões no interior do semiárido brasileiro: *Caatinga*, *Agreste*, *Carrasco*, *Seridó*, *Cariris-Velhos*, *Curimataú*,

Serras e Sertão – todas pertencentes ao território legalmente definido como região do semiárido brasileiro.⁵¹

Patenteia-se a grande heterogeneidade regional mesmo quando se observa o semiárido brasileiro apenas do ponto de vista de sua cobertura vegetal: a Caatinga. Esta se caracteriza por diferentes tipos de associações vegetais que formam conjuntos heterogêneos de matas secas e campos. Conti e Furlan (1995, p. 174-176) distinguem três tipos destas associações vegetais na região: a *vegetação de campos secos das chapadas*, o *Agreste* e a *Mata Seca* – esta última, por sua vez, ecologicamente subdividida em *Caatinga seca não-arbórea*, *Caatinga seca arbórea*, *Caatinga arbustiva densa*, *Caatinga de relevo mais elevado* e *Caatinga do chapadão do Moxotó*.

Por seu turno, Bernardes (1999, p. 69) assevera ser tão variada a cobertura vegetal da região semiárida brasileira “que seria preferível referir-se a ela no plural”, em substituição à noção de caatinga sertaneja. Complementa o autor que “todos os naturalistas e fitogeógrafos que estudam a caatinga sentiram a sua complexidade e o seu caráter extremamente heterogêneo”, citando como exemplo o trabalho do botânico alemão Philip von Luetzelburg, para a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, onde “distinguiu nada menos que doze tipos de caatingas grupados nas duas categorias descritas [arbórea e arbustiva], atendendo à frequência de determinadas plantas e as aspecto daí resultante” (BERNARDES, 1999, p. 70), acrescentando, na sequência, que “depois dele muitos dos estudiosos que se aprofundaram na questão apresentaram novas tentativas de classificação acentuando novos aspectos ainda não apontados”.

O conhecimento da grande diversidade natural e social do semiárido brasileiro (SAB) torna-se, assim, fator determinante para a definição e implementação de políticas territoriais adequadas às diferentes realidades locais, seja de crescimento econômico ou de convívio com o semiárido – não admitindo a manutenção de imagens estereotipadas ou generalizados sobre sua realidade, que dificultam a tomada de decisão nas políticas públicas.

Diagnósticos e soluções macrorregionais que tomam a região como um todo homogêneo – do tipo que atribui, igualmente, a falta d’água como o maior obstáculo para as práticas de atividades produtivas na região e, portanto, sua disponibilização como panaceia ao crescimento e desenvolvimento social e econômico – não têm força

⁵¹ Cf. DUQUE, José G. (2004). **O Nordeste e as lavouras xerófilas** e DUQUE, José G. (2004b) **Perspectivas Nordestinas**.

para desenhar estratégias eficientes e úteis à superação do drama dos grupos humanos do semiárido e sua preservação ambiental. Como tal, estão fadadas ao fracasso ou a resultados diferentes dos esperados pela maioria dos brasileiros – servindo, uma vez mais, a uma minoria privilegiada, detentora dos meios de produção e instâncias de decisão política.

Em nível nacional, o semiárido é percebido como espaço a ser “desenvolvido”, nos termos da coincidência disso com a expansão da moderna economia de mercado em sua fase mundializada. Coexistem nessa percepção interesses sociopolíticos legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da terra (e de seus recursos) e de apropriação do poder de decisão do Estado sobre os usos de seu território. Em nível regional, onde igualmente coexistem interesses diversos, a percepção dominante ainda atribui ao semiárido a condição de região problema do Brasil, isto é, área inteiramente seca e estéril, responsável pelas rebaixadas condições de vida de um grande número de brasileiros, onde restam poucas alternativas de desenvolvimento social e econômico. Para a sociedade regional, em particular, e parte da brasileira, a disponibilização permanente de água nos reservatórios, açudes e canais de transposição se não são condições suficientes para estimular o crescimento e desenvolvimento social e econômico, são condições centrais para a elevação das condições de vida das populações sertanejas, via melhorias consistentes na agricultura, na pecuária, na indústria (do campo e das cidades) e na infraestrutura regional. Em nível local, a incidência dessas percepções e ações, somadas às demandas sociais, materializa-se numa dinâmica espacial de grande velocidade de transformações; um renovado conjunto de arranjos territoriais produtivos, do qual o PISF é parte.

Tal como aponta Elias (2006, p. 67), há duas lógicas principais na organização do espaço agropecuário brasileiro: “uma conservadora, que ainda funciona fortemente alicerçada nas especificidades das condições naturais e dos ciclos biológicos das plantas e animais”; e uma segunda, prossegue a autora, “modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado”. A nosso ver, o conjunto de objetos técnicos dispostos na forma de sistema do PISF corresponde a esta segunda forma de produção do espaço; é a expansão física do modelo de desenvolvimento implementado no médio-alto São Francisco, a partir dos anos de 1980, o primeiro trecho do vale do grande rio a viver “o processo de difusão da agricultura científica e do agronegócio [que] hoje possui

importante região de frutas, voltadas especialmente para exportação, notadamente seu trecho polarizado pelos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)” (ELIAS, 2006, p. 67), a partir da construção da represa de Sobradinho (1976-1978) – ideologicamente justificada e levada adiante pelo discurso de combate à seca e suas consequências, e perseguindo, igualmente, a resolução dos problemas regionais via soluções de mercado (ativação econômica através da disponibilização de água e sistemas de regadio).

Por sua proximidade ou condições de leitura comparada, uma avaliação dos elementos que compõem o processo de modernização e seus resultados no médio-alto São Francisco nos interessa como fonte de avaliação de eventuais impactos do PISF na agricultura irrigada no Nordeste Setentrional, bem como nas condições de vida das populações sertanejas em médio e longo prazos.

1.3.1 O rio São Francisco e seu vale: modernização e pobreza

Ao longo do processo de reorganização produtiva da agropecuária nordestina e urbanização de seu território, nos marcos do atual período de mundialização econômica, acelerado nas três últimas décadas, o rio São Francisco tem contribuído de forma significativa, através, por exemplo, da geração de energia elétrica, da formação de polos industriais e agroindustriais complexos, bem como da generalização de perímetros irrigados.

Nascido em áreas de Cerrado do Planalto da Serra da Canastra (MG) – há 1.300m acima do nível do mar –, avança para o norte do estado de Minas Gerais, criando um longo arco nordeste ao cruzar os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe até o oceano Atlântico. Atravessa grandes extensões do semiárido, ocupando aproximadamente 638.000 km² (MENEZES e MORAIS, 2002, p. 25), entre espaços agrícolas tradicionais, fortemente alicerçados em agricultura dependente das condições naturais locais e relações de trabalho não-monetárias e camponesas, até espaços agrícolas densamente ocupados e modernizados, afetados pela intensificação das relações de produção e trabalho tipicamente capitalistas.

“Da fonte à foz, o São Francisco possui 36 rios tributários, formando sua rede de afluentes. Estima-se que seu leito atinja 2.700 m² de estrada d’água, numa vazão média de 2.800 m³/s” (MENEZES e MORAIS, 2002, p. 25), sendo o maior rio entre os inteiramente nacionais. Aproximadamente 34% de sua bacia localiza-se em Minas Gerais, enquanto os 66% restantes distribuem-se entre os estados nordestinos, com especial destaque para a Bahia (45%) (MENEZES e MORAIS, 2002, p. 25).

Seguindo a extrema variabilidade climática do SAB – o rio possui regime de cheias muito irregular: seu volume oscila entre 900 e 1.000 m³/s na estação seca, até 10.000 e 12.000 m³/s durante a estação chuvosa (MENEZES e MORAIS, 2002, p. 26). Com a cheia, o rio inunda as áreas ribeirinhas, alagando consideravelmente seu leito – também chamado de terras lindeiras –, depositando sobre elas uma grande quantidade de matéria orgânica e mineral, permitindo a agricultura de *vazante*, que garante a produção de milho, feijão, amendoim, cebola, entre outros gêneros alimentares. (AB’SÁBER, 1999, p. 18).

Tradicionalmente, parte de sua produção comercial têm se destinado ao abastecimento de cidades do Nordeste mas, com cada vez mais frequência, conforme efetiva-se o processo de modernização agropecuário em curso na região, direciona-se o principal de sua produção ao mercado externo do Centro-Sul do país e internacional. As cidades da chamada “Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA” (RIDE Petrolina-Juazeiro),⁵² no submédio vale do rio São Francisco, passam a viver esse processo de difusão da agricultura científica e do agronegócio, notabilizando-se como centros produtores e exportadores. Da mesma forma, o médio vale do São Francisco, polarizado pelo município de Barreiras, foi “a primeira área do nordeste a se associar aos processos de difusão da produção intensiva de soja” (ELIAS, 2006, p. 66). Nestas áreas, são intensas as reestruturações da produção e, conseqüentemente, das relações sociais de produção e do território regionais, com inúmeros impactos do ponto de vista dos sistemas técnicos, estrutura agrária e relação campo-cidade.

A difusão do agronegócio globalizado pelo vale do rio São Francisco, assim como no restante do Nordeste, com a *territorialização do capital monopolista* na

⁵² Criada pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 9 de setembro de 2002, a “Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA” é constituída pelos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho, no Estado da Bahia, e Petrolina, Lagoa Grande, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco – contando com Projeto de Lei Complementar (nº 574/10), propondo a integração das cidades de Cabrobó, Afrânio e Dormentes, em Pernambuco, e Uauá, Abaré e Chorrochó, na Bahia, à região. De acordo com os dispositivos legais que criam e regulamentam as RIDEs, estas regiões têm como objetivo a promoção e organização de ações administrativas da União, dos Estados e dos municípios com fins à criação de projetos que visem o crescimento econômico, redução das desigualdades sociais, bem como sua integração em escala regional. Para a RIDE Petrolina–Juazeiro, de acordo com o site do Ministério da Integração – atual Ministério do Desenvolvimento – “foram investidos diretamente na RIDE recursos orçamentários voltados para o fortalecimento da atividade turística associada à agricultura irrigada, à ciência e à tecnologia e, principalmente, à vitivinicultura”. Sobre a RIDE Petrolina-Juazeiro Cf. **Região Integrada do Desenvolvimento - RIDE Petrolina-Juazeiro**. Disponível em: <http://mi.gov.br/regiao-integrada-de-desenvolvimento-do-polo-petrolina-e-juazeiro>. Acesso 23.07.2019

agricultura e *monopolização do território* pelo capital, nos termos propostos por Oliveira (2013, p. 128), passa a dominar parte significativa da produção, circulação e consumo regionais, resultando em novos *arranjos territoriais produtivos*, definidos por um “acirramento da dialética na organização do espaço agrícola (...) a culminar em um espaço agrícola extremamente fragmentado” (ELIAS, 2006, p. 66), isto é, num aumento extremo da seletividade quanto à distribuição das políticas públicas e dos sistemas de engenharia e objetos típicos, ou correspondentes, da atual fase mundializada da produção.

Isto significa que os lugares escolhidos para receber investimentos – em geral via grandes projetos de desenvolvimento –, transformam-se em pontos de modernização ou *pontos luminosos*, na nomenclatura proposta por Santos e Silveira (2001, p. 264), introduzindo-se de maneira solidária – e, por isso mesmo, vantajosa –, na divisão internacional do trabalho, tornando-se alheios às demandas e lógicas de todo o restante do território e populações da região em que estão inseridos.

Por outro lado, conforme esclarece Oliveira (2013 p. 129), produz-se uma explosão ou expansão da lógica urbano-industrial sobre o campo, via processo de expulsão dos trabalhadores do campo, que passam a se concentrar nas cidades “quer para serem trabalhadores na indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo”, e na expansão do trabalho familiar camponês nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário (parceiro, renteiro, posseiro), sujeitada esta produção ao fabrico de matérias-primas para as indústrias capitalistas e, ao mesmo tempo, consumindo crescentemente produtos industriais no campo (agroquímicos, maquinários, insumos ultraprocessados para animais e plantas, entre outros).

É, pois, no interior desta lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo globalizado, que entra a inserção cada vez maior do Nordeste no agronegócio. É respondendo a esta lógica que o *Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional* (PISF) se insere como sistema modernizador regional, ao permitir a expansão artificial do vale do rio São Francisco ao nordeste setentrional – o que equivale dizer, do ponto de vista do agronegócio globalizado, aumento dos vales úmidos do semiárido, que até então compunham o *exército de lugares de reserva*, com fins “a sua incorporação aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e internacionais hegemônicas do setor” (ELIAS, 2006, p. 65).

Nas margens do São Francisco sempre houve níveis elevados de irrigação nas atividades agrícolas. De acordo com Menezes e Morais (2002, p. 27) isso foi feito durante muito tempo por meio das rodas d'água e, a partir da década de 1950, da utilização de moto-bombas e bombas elétricas, “que permitiram a expansão da área cultivada e a diversificação dos produtos”. Ao longo do processo de modernização agrícola, entre as décadas de 1970 e 1980, prosseguem Menezes e Morais (2002, p. 27), houve, a cada cinco anos, um acréscimo de quase 100.000 hectares irrigados na região, intercalados por uma pecuária e produção de alimento rudimentares, do tipo “cultura de subsistência”.

Atualmente, de acordo com o relatório *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil*, da Agência Nacional de Águas (BRASIL, 2018, p. 30), quando comparadas as demandas de uso da água, a região do vale do rio São Francisco é a que tem a maior parte de sua vazão comprometida com a agricultura irrigada, muito acima da média nacional (Gráfico 1) – não obstante ser uma das regiões com maior *stress hídrico* e maior vulnerabilidade do ponto de vista do abastecimento urbano/rural (que no caso das outorgas emitidas pela ANA correspondem exclusivamente ao abastecimento público) e uso animal (dessedentação), conforme indicam os gráficos 1 e 2.

Seguindo Santos (2000, p. 88-92), Santos e Silveira (2001, p. 84-89) e Elias (2006, p. 65), deve-se ressaltar a existência de vários circuitos produtivos e sistemas técnicos, de diferentes idades, associados à economia agrícola, formando, por sua vez, diferentes arranjos territoriais produtivos, que podem ser identificados e mesmo definidos por seus sistemas técnicos. O vale do São Francisco reproduz esta mesma diversidade de agentes sociais e econômicos associados à agropecuária, que promovem circuitos produtivos com características específicas e produzem diferentes arranjos territoriais.

Entre os agentes sociais e econômicos que promovem circuitos produtivos na região deve-se destacar aquele formado pela agricultura camponesa – tanto aquela integrada à agroindústria, quanto a de produção tradicional, de subsistência ou da produção simples de mercadoria –, um segundo grupo formado pelas médias e grandes empresas agroindustriais, muitas vezes representadas na figura de empresários rurais ou famílias proprietárias de terras (ruralistas), e, por fim, um terceiro grupo formado pelas grandes *holdings* que dominam a cadeia produtiva de valor em determinados setores

agropecuários, da produção às pesquisas em desenvolvimento, passando pela publicidade, distribuição e serviços financeiros modernos.⁵³

A expansão de atividades tipicamente capitalistas e a oligopolização da produção e circulação no mercado regional propiciou a centralização de capitais nas formas de arranjos produtivos em territórios antes preteridos pela produção agropecuária, com o uso intensivo de sistemas de engenharias e objetos típicos da terceira fase da Revolução Industrial, capazes de promover não apenas o crescimento técnico e industrial do campo, mas a urbanização e o crescimento urbano de alguns municípios da região, como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Juazeiro na Bahia e Petrolina e Lagoa Grande em Pernambuco, promovendo importantes mudanças nas relações campo/cidade por todo o vale do rio São Francisco.⁵⁴

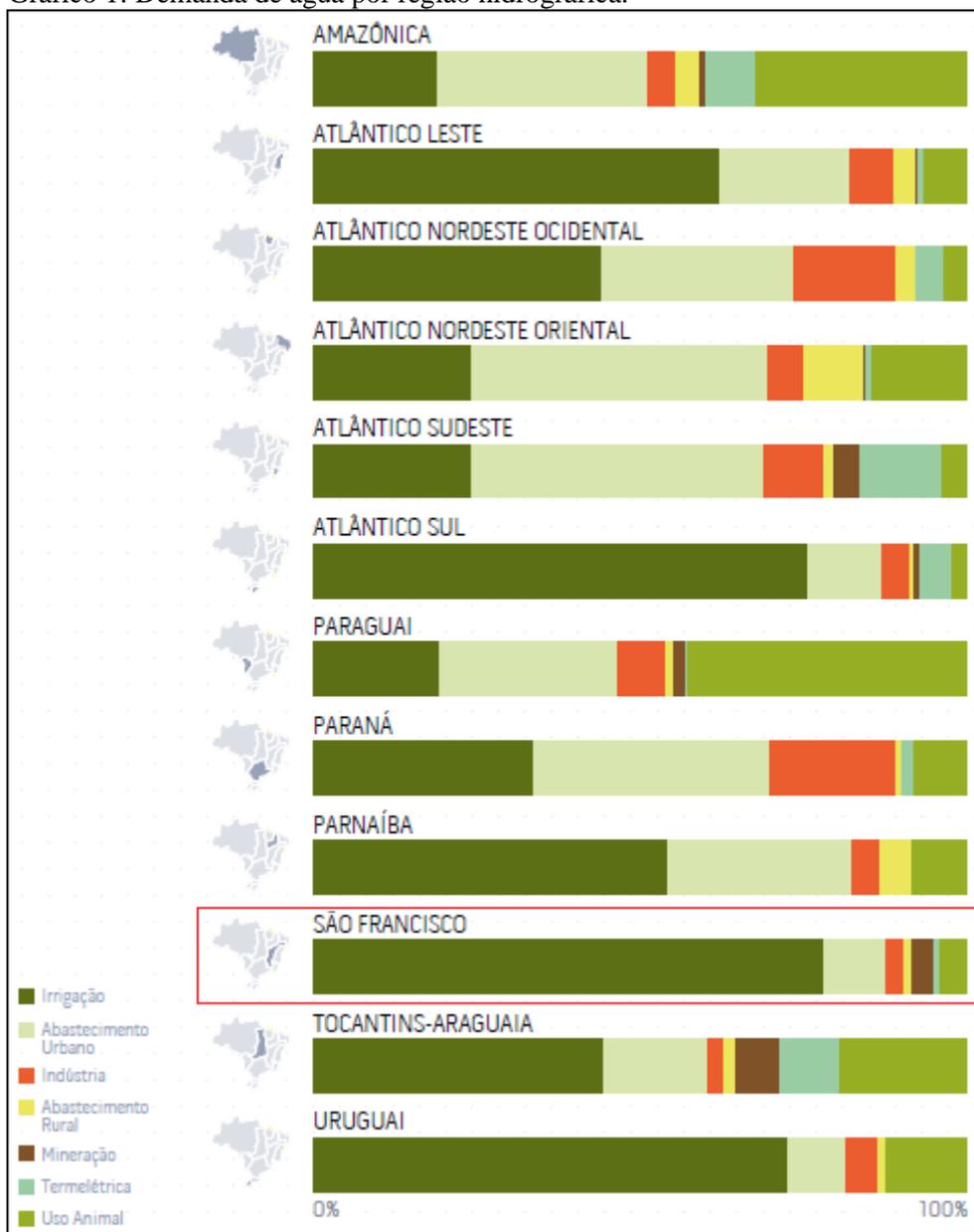
Os arranjos territoriais produtivos pertencentes ao circuito produtivo do agronegócio globalizado – do qual o PISF faz parte, como eixos indutores destes arranjos no Nordeste setentrional – formam redes de fluxos rápidos que conectam a escala local à regional e global, de modo a organizar-se no território os elementos necessários à produção mundializada, no tocante à agricultura científica. Contudo, de acordo com Elias (2006, p. 66), “o circuito superior da economia agrícola só se realiza em uníssono com as cidades, próximas e distantes, e incrementa a economia urbana e a urbanização”, resultando num tipo específico de cidade classificada por Santos (2013, p. 73-77) como *cidade do campo* e por Elias (2006, p. 66) como *cidade do agronegócio*.⁵⁵

⁵³ Para se ter uma ideia da força e tamanho deste terceiro grupo no Brasil, apenas no ano de 2016, os 10 maiores conglomerados agropecuários no país faturaram juntos mais de 56 bilhões de dólares – cifra obtida mesmo com a crise que se abateu nos preços dos alimentos e *commodities* no setor, algo próximo a ¼ do PIB brasileiro de 2016. Entre estes grupos, por ordem de vendas no ano, estão Bunge (9,7 bi), Cargill (8,4 bi), Souza Cruz (7,0 bi), Sadia (6,4 bi), Brasil Foods (5,9 bi), Unilever (4,7 bi), Copersucar (4,0 bi), JBS (3,3 bi), Nestlé (3,3 bi) e ADM (3,2 bi). Para mais detalhes dos valores e atuação das empresas Cf. JULIBONI, Márcio. As 10 maiores empresas de agronegócio do Brasil. *Revista Exame*, setembro de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/as-10-maiores-empresas-de-agronegocio-do-brasil/>> Acesso: 14/07/2018.

⁵⁴ Para um balanço da relação campo-cidade neste início de século Cf. SPOSITO, M. Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.) **Cidade e Campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Sobre este processo no médio-alto vale do rio São Francisco, associado a índices de desempenho econômico e desenvolvimento Cf. LIMA e SOUSA (2017). Desenvolvimento rural dos municípios da Região Integrada de Petrolina (PE) - Juazeiro (BA).

⁵⁵ Isto contribui na organização de um novo sistema urbano regional, muito mais complexo, resultado da difusão do agronegócio globalizado no semiárido, expressos, por exemplo, em uma alteração na hierarquia urbana, crescimento e metropolização das cidades no interior nordestino, aumento da migração pendular – campo/cidade –, dadas novas relações de trabalho agropecuário, e fortalecimento de cidades intermediárias e locais, tanto em termos econômicos como demográficos.

Gráfico 1: Demanda de água por região hidrográfica.



Fonte: Conjuntura dos Recursos hídricos no Brasil. Agência Nacional de Águas (BRASIL, 2018)

Não obstante o amplo processo de reestruturação produtiva da agropecuária do Vale do São Francisco e urbanização de seu território, “a pobreza continua inabalável sem alterar sua marca histórica” (CAMELO FILHO, 2005, p. 88). Ainda, de acordo com Camelo Filho (2005, p. 88), embora haja êxito dos grandes projetos de desenvolvimento implantados desde as nascentes do rio e seus afluentes até a foz, o resultado do processo caracteriza-se por ser excludente, ou seja, “deixam de fora a maioria dos trabalhadores do grande Vale”.

Os empregos gerados nos perímetros de irrigação não são condições suficientes para elevação consistente dos níveis de vida da população sertaneja, pois os padrões de acumulação ainda mantêm-se baseados na superexploração do trabalho, isto é, uma massa de salários fixados abaixo de seu nível mínimo.⁵⁶ Ainda se levarmos em conta o grande processo de expropriação, desterritorialização compulsória e precarização dos espaços habitados pelas populações pobres e nativas onde estes grandes vetores de modernização se realizam, teremos uma medida mais clara de seus resultados.

Deste modo, “os benefícios proporcionados continuam limitados a um reduzido grupo social local e o espetáculo do ‘crescimento’ só tem lugar para uns poucos.” (CAMELO FILHO, 2005, p. 89) Com isso, prossegue o autor, “(...) essa estrutura pode até gerar riquezas, mas distribuir renda jamais, mesmo empregando um considerável número de pessoas no conjunto das atividades diretas e indiretamente ligadas aos projetos de irrigação”.

Conforme avaliam Lima e Sousa (2017, p. 03-16), a partir de observação estatística acerca do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) da RIDE Petrolina-Juazeiro,⁵⁷ apenas Petrolina (PE) e, por muito pouco, Juazeiro (BA) se configuram como alto nível de desenvolvimento rural, dentro dos parâmetros estabelecidos. Em contrapartida, “a metade dos municípios da região estudada [RIDE Petrolina-Juazeiro] foi classificada com nível baixo e muito baixo de desenvolvimento rural” (Tabela 1), não obstante sua proximidade com o rio São Francisco e o crescimento da fruticultura irrigada por amplas áreas destes municípios.

O intenso processo de desenvolvimento designado para o Vale do São Francisco resultou em elevado número de atividades agrícolas ancoradas na produção de *commodities* e monoculturas irrigadas para exportação, que consome vultosos investimentos e atende aos interesses, principalmente, das grandes empresas e agentes

⁵⁶ Isso é possível porque ao mesmo tempo em que emprega uma tecnologia poupadora de mão-de-obra, a agroindústria se vê diante de uma oferta de trabalho em crescimento e uma brutal concentração fundiária, o que permite fixar os salários em seu nível mais baixo.

⁵⁷ Para tais autores, o IDR é mensurado pela média aritmética do Índice de População – IPOP (que mede a densidade demográfica e a variação da população no município, buscando evidenciar seu poder de atração e retenção demográficos), pelo índice de Bem-Estar Social – IBES (constituído por variáveis que consideram aspectos relacionados à educação, às condições de infraestrutura do domicílio e acesso a água), pelo Índice de Meio Ambiente – IMA (diz respeito às questões ambientais, principalmente associadas ao manejo de recursos naturais, como proporção de estabelecimentos que adotam práticas de conservação do solo e uso de adubos e fertilizantes) e, por fim, o índice de Desenvolvimento Econômico – IDE (que procura definir o perfil do mercado de trabalho e do rendimento médio das famílias). Conforme a fórmula: $IDR = IPOP + IBES + IMA + IDE / 4$

hegemônicos da mundialização, a expensas do “circuito inferior” de produção – particularmente da produção camponesa, produtora de alimentos.

Tabela 1: Valores absolutos dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os municípios da RIDE Petrolina-Juazeiro.

Municípios	Indicadores*				IDR
	IPOP	IBES	IDE	IMA	
Lagoa Grande – PE	0,3201	0,6820	0,6601	0,4618	0,5310
Orocó – PE	0,3491	0,7132	0,3322	0,4423	0,4592
Petrolina – PE	0,4528	0,6908	0,7014	0,3735	0,5546
S. Mª da Boa Vista – PE	0,4469	0,5838	0,2674	0,5037	0,4505
Casa Nova – BA	0,3961	0,2980	0,2595	0,2842	0,3095
Curaçá – BA	0,3876	0,4989	0,3041	0,2685	0,3648
Juazeiro – BA	0,4827	0,6241	0,7843	0,3055	0,5491
Sobradinho – BA	0,3830	0,4483	0,6920	0,3664	0,4724
Valor Médio	0,4023	0,5674	0,5001	0,3757	0,4614

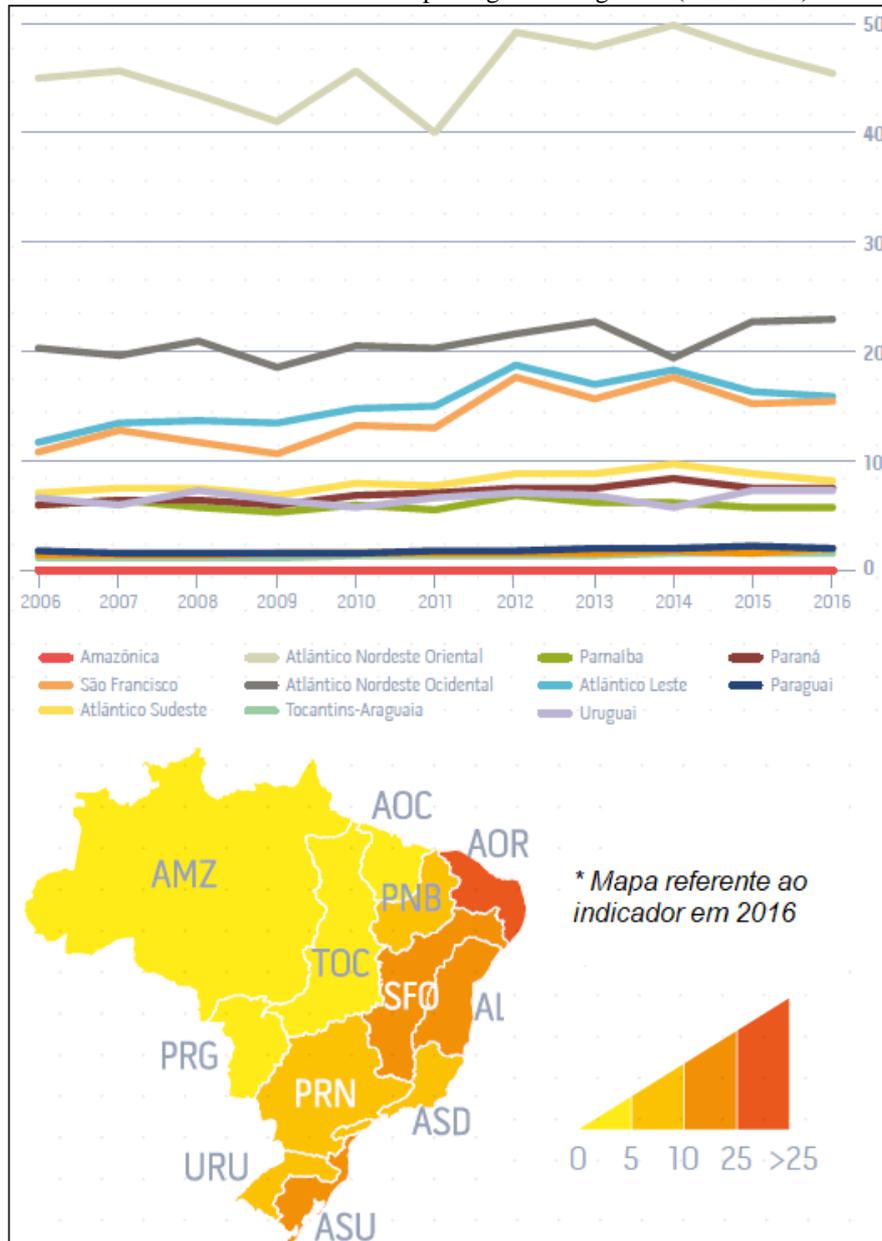
Fonte: LIMA e SOUSA (2017, p. 14). O indicador IPOP se refere ao dinamismo populacional dos municípios e/ou região estudada; IBES utiliza aspectos referentes à educação e a infraestrutura no meio rural; IDE diz respeito ao mercado de trabalho e ao rendimento domiciliar *per capita* e; IMA trata das condições concernentes ao meio ambiente. A distribuição dos municípios da RIDE por nível de desenvolvimento rural segue o seguinte critério de classificação: 0,5491 < 0,6368 (alto nível de desenvolvimento); 0,4614 < 0,5491 (médio nível de desenvolvimento); 0,3737 < 0,4614 (baixo nível de desenvolvimento); e 0,2860 < 0,3737 (muito baixo nível de desenvolvimento).

Neste paradigma, os atuais projetos de desenvolvimento desempenham um papel preponderante. A reestruturação da economia se estabelece, de fato, como uma forma de levar ao auge, agora em áreas dos sertões secos, a integração imperialista dos sistemas de produção. Esta situação coloca em dúvida o potencial – e mesmo a necessidade – do PISF: seria ingênuo acreditar que o êxito deste projeto estaria inscrito na ordem natural das coisas, como querem seus defensores.

A erradicação da fome e a diminuição da pobreza e desigualdade social no campo – que, entre os anos de 2010 e 2016, rendeu ao Brasil amplo reconhecimento internacional – não estiveram ligadas ao alto desempenho dos grandes projetos de desenvolvimento ou à expansão do agronegócio globalizado. Ao contrário, estiveram ligadas a fatores ou lógicas diferentes, mais especificamente ao sucesso daquilo que Singer (2012, p. 125) classifica como “a instauração do ambiente rooseveltiano no país”, baseado numa tímida, porém gradual, melhora das condições de vida dos mais pobres e crescimento econômico, via programas de renda mínima, distribuição de renda

e expansão do crédito, do salário mínimo e do consumo⁵⁸ – assunto que abordaremos na sequência.

Gráfico 2: Indicador de *stress* hídrico por região hidrográfica (2006-2016)



Fonte: Agência Nacional de Águas (BRASIL, 2018).

⁵⁸ As condições que permitem – e, de fato, permitiram entre 2003-2015 – melhoras nas condições de vida de uma população são sempre decisões *políticas* que, por sua vez, dependem de condições concretas da luta de classes. Assim, ainda que este crescimento econômico também estivesse ligado em certa medida à elevação persistente dos preços das *commodities* no mercado mundial – *boom das commodities* –, foi “a ativação do mercado interno de massa”, representado pela diminuição absoluta da pobreza e ao aumento dos gastos públicos no pé da pirâmide social, que permitiu “o uso criativo das possibilidades abertas pela retomada econômica mundial dos anos 2000.” (SINGER, 2012, p. 146). Afasta-se, deste modo, o argumento de que as melhoras nas condições de vida no campo – e, particularmente, no semiárido brasileiro – estiveram ligadas simplesmente ao crescimento da composição técnica e da produtividade da terra, representadas pela expansão do agronegócio globalizado no país. Cf. **Superação da Fome e Pobreza Rural**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura-FAO, 2016.

1.4 Grandes projetos de investimento e neodesenvolvimentismo no Brasil: a produção do espaço no Lulismo

Nos dois últimos decênios a América Latina como um todo passa a apresentar aquilo que Maristella Svampa (2013, p. 30) classifica como *Consenso das commodities* – um padrão de desenvolvimento assentado na exploração intensiva de bens primários, sustentado pela extrema elevação no mercado internacional dos preços das matérias-primas, alimentos e produtos industriais semielaborados demandados em grande escala pelos países centrais e potências emergentes.

No impulso de atender as novas demandas globais por *commodities* agrícolas e minerais, os diversos governos da América Latina agem no sentido de produzir – a partir de diversas políticas territoriais, reformas institucionais e rearranjos produtivos – uma matriz de desenvolvimento classificada por Gudynas (2013, p. 303) como *neoextrativista* que, entre outras coisas, resultará na reprimarização de suas economias.

Trata-se da manutenção do modelo extrativista e agroexportador de longa história na América Latina, dotado agora de novas características e papéis exercidos por seus agentes, notadamente do Estado com atuação mais ativa e que, em vários casos, “alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais” (GUDYNAS, 2013, p. 303), como ocorreu, conforme nossa hipótese, no interior daqueles governos que existiram no Brasil, entre os anos de 2003 e 2016, sob liderança direta ou inspiração de Lula da Silva.

Este retorno acentuado a um modelo exportador de especialização produtiva no Brasil e na América Latina pressupõe a emergência de um *novo padrão de reprodução do capital* (OSÓRIO, 2012a; 2012b), isto é, novas condições de produção, circulação, consumo e financiamento condizentes com uma intensificação da exploração da terra e dos recursos naturais territorializados que, em nosso continente, cada vez mais vem se organizando através de grandes projetos de desenvolvimento – ou “*grandes projetos de investimento*”, na classificação proposta por Vainer e Araújo (1992, p. 33-39) –, com enormes implicações socioespaciais.⁵⁹

⁵⁹ “São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos da população/regiões das proximidades dos

Neles “a territorialização do grande capital se realiza através de um processo de ‘ajuste espacial’ incorporando novas áreas à lógica de acumulação” afetando diretamente “as terras, os territórios, os recursos e os modos de vida camponeses, indígenas, e de comunidades tradicionais, resultando em intensos conflitos ambientais e territoriais” (GTAgrária das AGBs Rio de Janeiro e Niterói, 2015, p. 182).

Sobre o território destes povos e comunidades, fazem avançar violentamente as fronteiras da agroindústria, da mineração, da hidroeletricidade e outros projetos “neoextrativistas” que, em termos espaciais, significam um processo de instalação de novos sistemas de engenharia e objetos em grande escala, para consolidação de uma nova base produtiva e logística capaz de imprimir racionalidade, velocidade, fluidez e produtividade requeridas pela nova fase de acumulação do capital (GTAgrária das AGBs Rio de Janeiro e Niterói, 2015, p. 182).

Além de um novo ajuste espacial – densidade técnica e arranjos produtivos –, estes grandes projetos viabilizam um novo ajuste regulamentar e institucional – densidade normativa e ideologia – capaz de impingir práticas, regras e diretrizes, não necessariamente formalizadas em termos legais, que imponham coerção direta, simbólica ou mediada, de comportamentos políticos e econômicos a grupos e indivíduos, com fins a retirar obstáculos e redefinir o acesso e controle nos usos do território de acordo com os interesses do grande capital (ACSELRAD, 2013, p. 111-113).

Estes ajustes ou reestruturações dependem, em elevado grau, de uma vontade política interna ou nacional, isto é, do Estado-nação, para sua efetivação. Tal como afirma Santos (2000, p. 77), “o Estado continua forte e a prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica”. Por intermédio da legislação, atores, instituições e de cooperação com o mercado interno, os vetores internacionais da modernização se instalam seletivamente nos territórios, impondo-lhes, associadamente com o Estado e as elites que o comandam, comportamentos e ajustes compatíveis com seus interesses.⁶⁰

empreendimentos” (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 34). Buscam atender, deste modo, a produção e reprodução das condições gerais da acumulação e a do ordenamento territorial, prosseguem os autores.

⁶⁰ Para um balanço acerca do papel do Estado diante das forças da globalização Cf. COSTA, Edmilson. **Globalização e capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Assim, “com a globalização o que temos é um território nacional da economia internacional” (SANTOS, 2000, p. 77), não podendo tomar a conjuntura internacional como única explicação para a produção do espaço. Para o estudo ora proposto, faz-se necessário incorporar as condições internas que permitem que a demanda mundial por *commodities* seja utilizada de determinadas maneiras e, sobre elas, construa-se uma superestrutura política capaz de materializar e organizar os termos da relação nacional-internacional nesta nova fase, expressas nos moldes de uma produção social do espaço, através de grandes projetos de investimento.

Acreditamos que as relações internacionais sejam, deste modo, parte da explicação sobre o PISF, porém não esgotam o assunto. Este projeto deve ser entendido também como um produto daquilo que poderia se chamar “economia política do lulismo”. Esteve vinculado – tornando-se símbolo –, a um conjunto de iniciativas para revitalização de regiões extremamente carentes, implementadas ao longo dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) – iniciativas que, em elevado grau, buscaram na reestruturação das atividades produtivas e de infraestruturas, dos quais são parte, o aprofundamento do consenso das *commodities* como estratégia de desenvolvimento regional, um modelo condizente com a expansão do agronegócio globalizado.

De acordo com Singer (2012, p. 15), o lulismo é o encontro de uma liderança – a de Lula da Silva –, com uma fração de classe, o *subproletariado*,⁶¹ ligadas através de um programa cujos pontos mais importantes foram desenhados em seu primeiro mandato, entre 2003 e 2005, baseado, principalmente, no combate à pobreza, em especial “(...) onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital”.

⁶¹ De acordo com Paul Singer (1976, p. 22-84) *apud* André Singer (2012, p. 77) subproletariado são aqueles que “oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Estão nesta categoria (...) “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos de condições mínimas de participação na luta de classes”. Correspondem, de acordo com os autores, a algo em torno de 60% dos trabalhadores no Brasil. Acrescentamos que é resultado direto, ou expressão sociológica, do padrão da acumulação baseado na *superexploração* do trabalho, nos termos propostos por Marini (2017).

Deste modo, procurando fincar raízes no subproletariado – centro da equação eleitoral brasileira, particularmente forte no Nordeste brasileiro⁶² –, o projeto nacional encabeçado pelo presidente Lula da Silva aumentou o investimento público para produzir o que considerava um alívio na situação dos mais pobres e desenvolvimento de seus territórios, sem confronto com o capital. Reagindo ao imaginário popular que historicamente associou as rebaixadas condições de vida dos sertanejos com a seca, onde Lula conta com elementos biográficos, o presidente anuncia em 2005, em mensagem ao Congresso Nacional, o Projeto de Integração do rio São Francisco com as bacias do semiárido nordestino – colocando-se na linha mais adiantada do histórico movimento de intervenção do Estado no semiárido, isto é, como realizador do maior e mais importante projeto de hidráulica de solução nordestino.⁶³

O lulismo favoreceu, em particular no segundo mandato do presidente Lula, a aceleração do crescimento econômico e dos investimentos públicos e privados em infraestruturas, sob pretexto de integração do subproletariado à condição proletária via criação de empregos. No plano ideológico, isso trouxe outra vez à tona, a gramática desenvolvimentista, nos termos de uma coordenação das ações com base em um planejamento e uma regulação firmes por parte do Estado.⁶⁴

É neste contexto que nasce o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Janeiro de 2007, aos quais os grandes projetos de desenvolvimento se vinculam mais diretamente. Liberando recursos para o aumento do investimento público, o PAC

⁶² “(...) o coração do subproletariado está no Nordeste. Não somente porque na região empobrecida, que é a segunda região mais populosa do país, habita boa parte dos subproletariados, mas porque dela irradiam os subproletariados que buscam oportunidade no centro capitalista, que é o Sudeste” (SINGER, 2012, p. 78), recolocando os termos da dialética Centro-Sul/Nordeste, importante elemento de explicação do desenvolvimento econômico brasileiro no século XX (OLIVEIRA, 2008).

⁶³ Cabe ressaltar que nos discursos do presidente Lula, a representação do semiárido brasileiro (SAB), o qual as ações de seu governo procura desenvolver, é construída como local economicamente precário, dotado de baixas taxas de produtividade em sua principal atividade econômica, a agropecuária, e deficiente em infraestruturas física e social. Em seus territórios, em função das secas prolongadas, as rebaixadas condições de vida e renda da população não permitiriam o desenvolvimento do comércio ou da produção industrial modernas – necessitando de intervenções diretas do governo federal para realizá-las, dos quais ele, nordestino e retirante, conhecedor empírico da realidade e demandas locais, tem interesse, dever moral e, portanto, condições em fazê-lo. Cf. “Eu sei o que é carregar pote de água na cabeça”. Partido dos Trabalhadores, 28. Ago. 2017. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/eu-sei-o-que-e-carregar-pote-de-agua-na-cabeca-diz-lula/>>. Acesso: 15. Dez. 2018.

⁶⁴ Por desenvolvimentismo, entendemos, seguindo Singer (2018, p. 41-42), ser a “marca de ativismo estatal” no qual caberia ao governo papel indispensável no planejamento econômico e desconfiança das forças espontâneas do mercado. “*Desenvolvimentismo quer conotar aqui antiliberalismo*” (grifos no original). Cf. SINGER, André. **O Lulismo em crise**. Um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Em especial capítulo 1: *Cutucando onças com bases curtas*.

recupera o papel de Estado indutor, investindo pesadamente em infraestruturas físicas e sociais, “quase duplicando o montante orçamentário destinado a investir – de 0,4% do PIB entre 2003 e 2005 para 0,7% entre 2006 e 2008” (SINGER, 2012, p. 149), tendo o investimento crescido em média, entre 2004 e 2010, a taxas de 6,7% ao ano, superando até mesmo o crescimento do consumo, que foi de 4,5% anuais (CARVALHO, 2018, p. 10).⁶⁵

A alta dos preços das *commodities* reforçou o crescimento dos investimentos em grandes projetos de engenharia e equipamentos públicos (infraestrutura). Conforme apresentado na Tabela 2, a taxa de crescimento real anual dos investimentos entre os anos de 2003-2005 é de 2,0% e de 9,1% para os anos de 2006-2010 – quando se iniciam as obras de transposição do rio São Francisco (2007). Mantêm-se em alta de 2,2% entre os anos de 2011-2014, caindo substancialmente apenas nos últimos semestres do governo Dilma Rousseff, por ocasião da crise política e econômica que levaram ao seu impedimento.

Tabela 2 - taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira.

Variáveis econômicas selecionadas	1999-02	2003-05	2006-10	2011-14	2015-16
PIB (% ao ano em termos reais)	2,3	3,4	4,5	2,3	-3,5
Preço das <i>commodities</i>	10,3	19,1	10,5	-7,0	-6,5
Consumo das famílias (% ao ano em termos reais)	1,6	2,6	5,8	3,5	-3,8
Investimento total (% ao ano em termos reais)	-1,2	2,0	9,1	2,2	-12,1

Fonte: FMI (Primary Commodity Index) e IBGE (Contas Nacionais Trimestrais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) *apud* CARVALHO (2018, p. 12, *Adaptado*). As taxas anualizadas são as que seriam observadas caso a economia tivesse crescido ao mesmo ritmo em cada ano dos períodos acima.

A alta das *commodities* e a volta de fluxos de capitais permitiram o elevado crescimento real anual dos investimentos na ordem de 13,3% nos anos de estabilidade do lulismo (2003-2014) “não só porque aumentou os incentivos e recursos disponíveis para investimento nos próprios setores produtores de *commodities* (com destaque para Petrobras)” (CARVALHO, 2018, p. 33-34), mas também, prossegue a autora, “porque gerou efeitos em cadeia para os setores relacionados (fornecedores, por exemplo) e

⁶⁵ “Quanto ao crescimento do PIB, diferentemente do que se costuma argumentar, o componente que mais cresceu não foi o consumo de famílias, e sim o investimento [2003-2014]. É verdade que o consumo ocupa uma parcela maior do PIB, de modo que expansões do consumo contribuem mais para seu crescimento do que outros componentes. No entanto, quando se olha apenas para as taxas de crescimento real dos diversos componentes da demanda, vê-se que o consumo cresceu menos do que o investimento nesse período” (CARVALHO, 2018, p. 32-33).

elevou a própria arrecadação do governo, ajudando a criar espaço fiscal para a expansão dos investimentos públicos”.

O que a análise dos dados e eventos parece sugerir é que no período lulista o modelo de crescimento que vigorou no Brasil, por ocasião dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, foi um reforço à estruturação de um conjunto de novos arranjos territoriais produtivos, a partir de um incremento no investimento em sistemas de engenharia e objetos técnicos que, de maneira geral, relacionam renda da terra, mercado de crédito e a construção civil, por meio de grandes projetos de desenvolvimento urbano e agrário, essencialmente organizados e financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Tais processos estruturantes, se os considerarmos de um ponto de vista amplo, reforçam aquilo que Guerreiro (2017, p. 03) entende como uma “intensificação da renda da terra, na sua face rural e urbana”, que combina a extensão da renda da terra – por meio da incorporação de novas terras ao processo produtivo rural e urbano – e a intensificação de seu uso – por meio do aumento de sua produtividade, por mecanismos que avançam na extração de mais-valia relativa, redundando em “aumento da composição técnica dos territórios” que nos fala Santos (1998; 2000; 2013) e Elias (2006 e 2017).

Assim, os grandes projetos de desenvolvimento – dos quais o PISF nos interessa particularmente –, podem ser entendidos como instrumentos importantes de articulação das forças produtivas, condizentes simultaneamente tanto com as forças mundializadas da economia de mercado, como com a nova gramática desenvolvimentista dos agentes e setores nacionais. “Deste ponto de vista, esta eclética combinação daria resposta à especificidade do país (e da América Latina) no atual estágio de acumulação do capital” (GUERREIRO, 2017, p. 03), na medida em que permitiria o desenvolvimento interno das forças produtivas em paralelo com o reforço das condições de dependência – e não a sua superação – na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de *commodities* e insumos industriais de baixo valor agregado. Uma verdadeira “reversão neocolonial”, na imagem proposta por Sampaio Jr. (1997, p. 21-32).⁶⁶

⁶⁶ “Enquadrada nas teias da ordem global, uma economia em processo de reversão neocolonial fica condenada a compensar a adversidade da conjuntura histórica levando ao paroxismo as oportunidades de acumulação por espoliação, superexploração do trabalho, especulação e pilhagem do patrimônio público.” (SAMPAIO JR., 2013, p. 12).

Capítulo 2

O que é o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

2.1 O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)

Com estrutura de mais de 720 km de canais, túneis, adutoras e estações de bombeamento – que preveem o desvio de 1% a 3% das águas do rio São Francisco (algo entre 26,4 m³/s e 127 m³/s), para abastecer rios intermitentes e açudes que secam durante o período de estiagem – a obra foi dividida em dois grandes eixos (Norte e Leste) e um Projeto Básico Ambiental (PBA) subdividido em 38 programas paralelos de avaliação e minoramento de impactos socioambientais nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.¹ (Mapa 3)

De acordo com o Ministério da Integração Nacional (MIN)² – órgão federal responsável pelo projeto –, estão associados aos dois eixos de integração das bacias a construção de 13 aquedutos, 09 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 04 túneis, com 15 km de extensão, para transporte de água e 09 subestações de 230 quilowatts com 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta tensão.³

O Eixo Leste passa pelos municípios pernambucanos de Floresta, Betânia, Custódia e Sertânia, em Pernambuco, até Monteiro, na Paraíba. Foi projetado para levar água para cerca de 4,5 milhões de pessoas nestes municípios e em 168 municípios adjacentes. É composto por 05 estações de bombeamento, 05 aquedutos, 01 túnel, 01 adutora e 12 reservatórios que, até o segundo semestre de 2017, estavam em fase de pré-operação – testes e verificação dessas estruturas e de seus equipamentos –, de acordo com o Ministério da Integração Nacional (Mapa 3).

O Eixo Norte, o maior dos dois canais, passa pelos municípios de Cabrobó, Terra Nova, Salgueiro e Verdejante, em Pernambuco; Penaforte, Jati, Brejo Santo,

¹ Em conjunto, segundo informações disponibilizadas pelo governo federal, o PBA corresponde a 10% de dos investimentos do projeto, valores que já ultrapassam R\$ 1 bilhão.

² BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Informações sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao.index.aps>>. Acesso em: 15. Fev. 2017.

³ Ao PISF estão também associados outros projetos de infraestrutura hídrica dos estados, assim como propostas de integração da gestão de águas na região, a partir da integração de seus sistemas de engenharia (BRASIL, 2004, p. 31). A construção de milhares de quilômetros de adutoras a partir dos grandes açudes já existentes na região e a implantação/expansão de perímetros irrigados a partir destes mesmos açudes e canais interligados são exemplos disso.

Mauriti e Barro, no estado do Ceará; Monte Horebe, São José de Piranhas e Cajazeiras, na Paraíba. É composto por mais de 400 km de canais artificiais, também constando estações de bombeamento, aquedutos, túneis, reservatórios, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica, além de prever projetos para construção de duas centrais hidrelétricas de pequeno porte nos reservatórios de Jati (CE) e Atalho (CE) com, respectivamente, 40 MW e 12 MW de capacidade.

Mapa 3: Eixos do Projeto de Integração do Rio São Francisco.



Fonte: WESTIN, 2017 (Adaptado).

Seus eixos estão subdivididos em trechos – cinco no Eixo Norte (trecho I, II, III, IV e VI) e um único trecho no Eixo Leste (trecho V) – que podem ser operados de maneira independente, “cada um com seu próprio sistema de controle funcionando como uma torneira, abrindo e fechando de acordo com o volume de água a ser conduzido até os açudes importantes” (Brasil, 2004, p. 38) facilitando a gestão em cada parte, de acordo com suas demandas (Mapa 4).

As bacias hidrográficas beneficiadas pelas águas transpostas do rio São Francisco são as do rio Jaguaribe (CE), do rio Piranhas-Açu (PB e RN), do rio Apodi

(RN), do rio Paraíba (PB) e dos rios Moxotó, Terra Nova e Brígida, em Pernambuco, na bacia do rio São Francisco (BRASIL, 2004, p. 03). (Mapa 4)

Conforme estabelecido pelo Decreto nº. 5.995 de 19 de dezembro de 2006, alterado pelo Decreto nº. 8.207 de 13 de março de 2014, caberá à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), a operação e manutenção do projeto. Isto é, exercer as funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura decorrente do PISF, após o término das obras.⁴

A atuação da empresa, neste sentido, é de responsabilidade da área de Desenvolvimento Integrado e Infraestruturas da CODEVASF que, de acordo com seu atual diretor, Marco Aurélio Diniz, considera também as principais linhas de atuação de seu setor “expandir a agricultura irrigada, ampliar a oferta de água, gerir e recuperar infraestrutura hídrica (...)”, além da atuação na gestão do Projeto de Integração do São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf).⁵

Nos termos do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do PISF (BRASIL, 2004, p. 10), integrar o rio São Francisco com as bacias hidrográficas dessa região significa “construir estruturas para levar cerca de 3,5% da vazão disponível na altura de Sobradinho para as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB-RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE), chamadas ‘bacias receptoras’”. Assim, prossegue o documento, “dos quase 90 bilhões de metros cúbicos de água que o rio São Francisco despeja no mar em média por ano, cerca de 2 bilhões de metros cúbicos serão captados pelo Projeto, de acordo com a necessidade”.⁶

Oficialmente, o PISF prevê o abastecimento direto de 12 milhões de pessoas no campo e nas cidades por onde os canais atravessam, além de um número indireto muito maior de pessoas beneficiadas ao fornecer água às bacias integradas. Todavia, conforme

⁴ Cf. BRASIL. Decreto nº 8.207, de 13 de março de 2014. Altera o Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, que institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2014/decreto-8207-13-marco-2014-778259-norma-pe.html>> Acesso em: 06. Jan. 2018

⁵ Cf. “Codevasf apresenta projetos a parlamentares e assessores em painel na Câmara dos Deputados”. CODEVASF, 16. Nov. 2018. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/noticias/2017-1/codevasf-apresenta-projetos-a-parlamentares-e-assessores-em-painel-na-camara-dos-deputados>>. Acesso: 14. Jun de 2019.

⁶ “Os principais dados globais do Projeto são: (i) 127,0 m³/s de vazão máxima quando a Barragem de Sobradinho verter [e houver necessidade comprovada nos açudes receptores]; (ii) 61,3 m³/s de vazão média *interanual*; (iii) 26,4 m³/s de vazão firme [vazão contínua].” (SANTANA FILHO, 2007, p. 17; *grifo no original*).

esclarece Vianna (2015, p. 412-416), os deslocamentos populacionais – desapropriações e migrações para as margens dos canais com o propósito de suprir a demanda reprimida de água –, os conflitos fundiários e a acessibilidade/distribuição equitativa de água e terras na região impõem desafios concretos e que permanecem subdimensionados ou parcialmente “esquecidos” nos informes e estudos de impactos ambientais do Ministério da Integração Nacional.

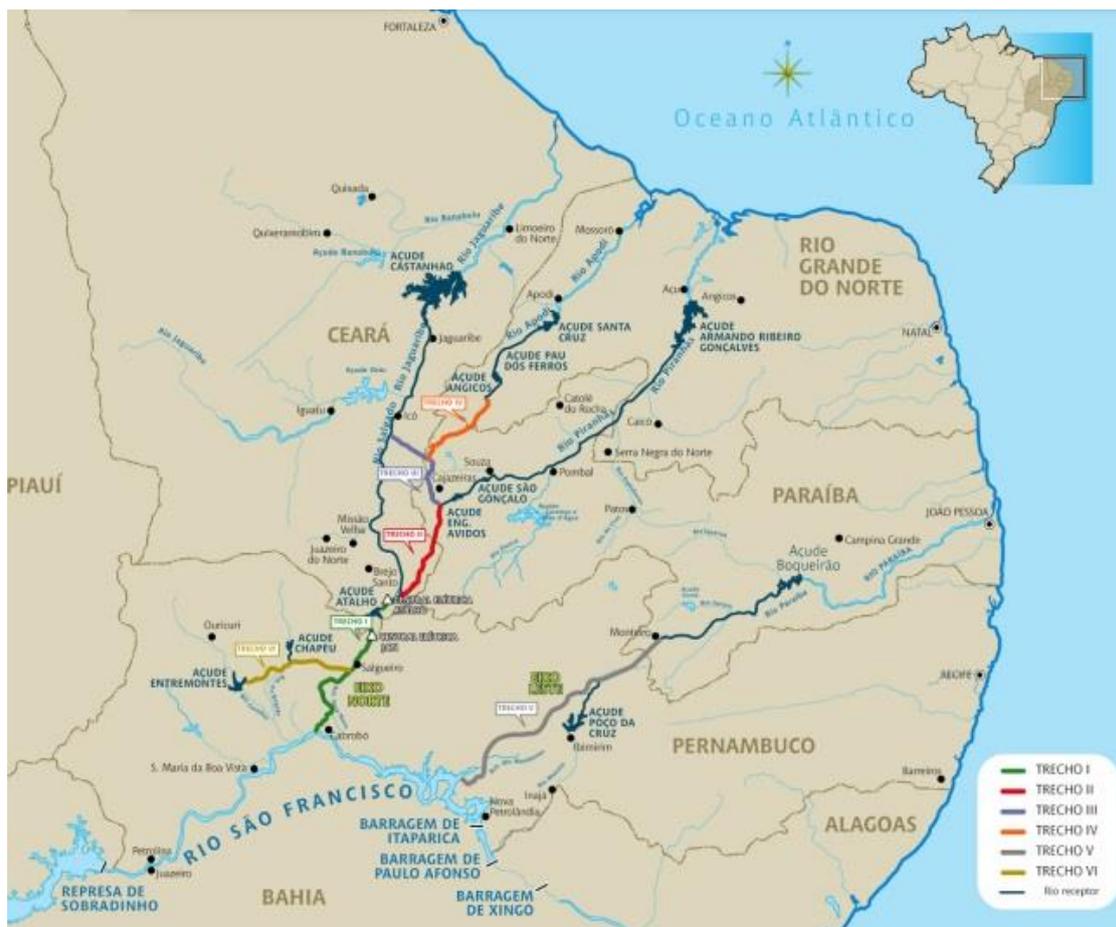
Nas comunicações oficiais do Projeto, traduzidas em informações constantes em rede eletrônica pelo Governo Federal e no EIA/RIMA, o Projeto de transposição prevê o abastecimento humano e animal como prioritários,⁷ sendo considerado também como um instrumento promotor do desenvolvimento regional, fornecendo água para o desenvolvimento da irrigação, carcinicultura e criação de peixes e pesca, entre outros projetos nos quatro estados beneficiados: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba.⁸

O Relatório de impacto ambiental (RIMA) prevê que com a finalização das obras do PISF haverá a “inserção dos 24.400 hectares ao longo dos canais no processo produtivo (por meio da irrigação)” e ainda outros “186.000 hectares de novas terras agricultáveis com irrigação” (BRASIL, 2004, p. 122). Ainda, estas novas condições de oferta de água disponibilizada pelo Projeto, potencialmente também favorecerão um maior desenvolvimento de atividades econômicas urbanas (indústria, comércio e serviços) e mudanças nos padrões culturais e tecnológicos da região (BRASIL, 2004, p. 123), decorrentes da implantação de infraestruturas de armazenagem e distribuição de água e energia elétrica, bem como de atividades de implantação e gestão de novos projetos decorrentes da dinamização das atividades econômicas e incorporação destas novas áreas ao processo produtivo.

⁷ Busca garantir, em especial, a segurança hídrica às cidades de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró (CE) e Campina Grande, Caruaru (PB), além das centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido e de áreas do interior do Nordeste alcançadas pelas obras do projeto. Cf. BRASIL, 2004, p. 49-50.

⁸ Nas palavras do ex-secretário de infraestrutura hídrica do Ministério da Integração Nacional (2007-2010) e ex-Ministro da Integração Nacional (2010-2011), João Reis Santana Filho (2007, p. 17), “o Projeto é caracterizado como de múltiplos propósitos, daí o fato de seu principal objetivo estar relacionado ao impulso de desenvolvimento sustentável da região semiárida, ampliando as possibilidades de integração da economia do Nordeste com outras regiões (dentro e fora do país), tendo como pressuposto básico a garantia hídrica para a região”. A apresentação destes elementos, ainda de acordo com o ministro, definiria os limites de ação do Projeto, a saber: “servir de apoio ao aumento da produção, de forma a superar a configuração de uma ‘economia sem produção’, tal como alguns autores percebem a face econômica do semiárido; e não elevar a produção ao ponto de ultrapassagem dos limites previsíveis que mantém a sustentabilidade do uso dos recursos, observando sempre a prioridade de seu uso que é a *dessedentação humana e animal*”. (SANTANA FILHO, 2007, p. 15; *grifo no original*).

Mapa 4: Trechos dos Eixos Norte e Leste.



Fonte: BRASIL, 2004, p. 39

Os *usos múltiplos* a que se destina o manejo da vazão transposta representa a oportunidade de tratar o Projeto não apenas como um conjunto de obras que é, mas como uma peça do desenvolvimento regional (SANTANA FILHO, 2007, p. 12), conjunto de infraestruturas estruturantes que “criam externalidades econômicas que podem ser apropriadas pelos agentes econômicos, tornando seus empreendimentos mais eficazes na exploração das *vantagens comparativas das regiões*, especialmente quando partem de baixos patamares de produtividade” (SANTANA FILHO, 2007, p. 14; *grifo nosso*), conforme elucidado no texto do ex-ministro.

Seguindo o relatório “Projeto São Francisco” da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF, 2018, p. 33) os “múltiplos propósitos” ou “usos múltiplos” das águas da transposição significam, essencialmente, água para irrigação (53%) e – em um segundo e terceiro lugares bem distantes –, abastecimento urbano (28%) e água para indústria (13%) nos estados atendidos pelo projeto (CE, PB, PE e RN) (tabela 3).

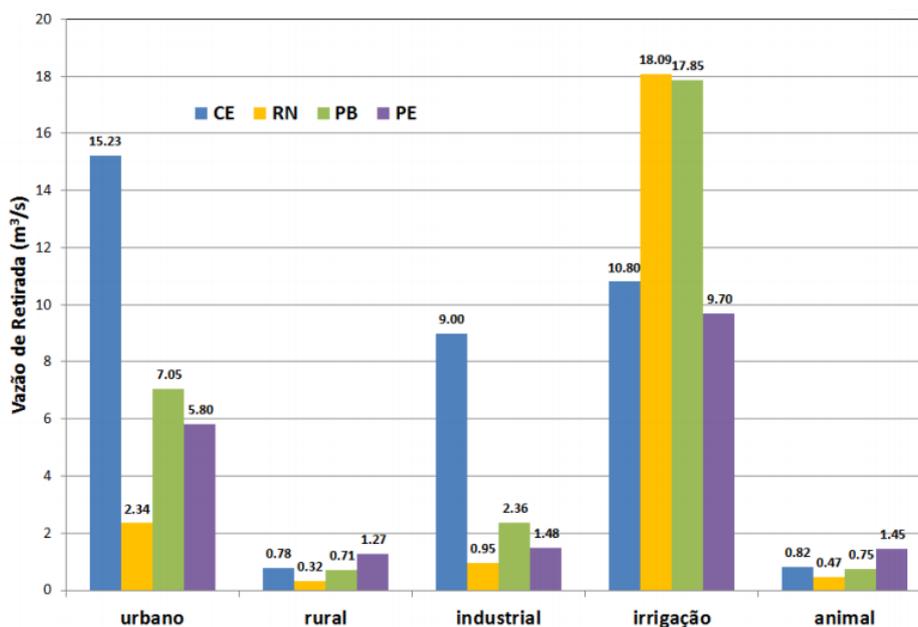
Tabela 3: Usos múltiplos: Resultados por estados

Sub-região PISF	Demanda pelo Uso da Água (m ³ /s)						
	Abastecimento				Irrigação	Demanda Total	
	Animal	Industrial	Rural	Urbano			
Ceará	0,82	9,00	0,78	15,20	10,80	36,60	34%
Paraíba	0,75	2,36	0,71	7,05	17,85	28,72	27%
Pernambuco	1,45	1,48	1,27	5,80	9,70	19,70	18%
Rio Grande do Norte	0,47	0,95	0,32	2,34	18,09	22,17	21%
Demanda Total	3,49	13,79	3,08	30,39	56,44	107,19	
	3%	13%	3%	28%	53%		

FONTE: CODEVASF, 2018, p. 33

Observando os dados têm-se que se não fossem as altas demandas de água para o abastecimento urbano do estado do Ceará – estado com quase 100% de seu território em áreas de semiárido e destino da maior parte das águas transpostas pelo projeto (34%) – os “usos múltiplos” a que se referem todos os documentos e textos que procuram validar o projeto de integração de bacias seriam quase que sinônimo de águas para irrigação, conforme se observa com mais clareza no gráfico 3.

Gráfico 3: Usos múltiplos: Resultados por estados



FONTE: CODEVASF, 2018, p. 33

Deste modo, os dados apresentados pela tabela 3 e gráfico 3, associados à natureza da empresa responsável pela gestão do PISF – CODEVASF, uma empresa de construção e gestão de perímetros irrigados – revelam inequivocamente a vocação natural do projeto: “dinamização da atividade agrícola e incorporação de novas áreas ao processo produtivo” (BRASIL, 2004, p. 11).

Para definir o atual percurso dos canais, segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL, 2008, p. 40), foram analisadas 22 possibilidades de desenho, numa área de aproximadamente 110 000 km², entre 153 municípios dos Estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. O caminho escolhido foi o que melhor atendeu os seguintes quesitos técnicos, ambientais e econômicos: 1) “Preservação das áreas das Unidades de Conservação (UC), áreas ocupadas por comunidades especiais (terras indígenas e remanescentes de Quilombos) e áreas preservadas pelo Patrimônio Histórico Brasileiro” (como sítios arqueológicos e paleontológicos, este último propositalmente adicionado nesta categoria); 2) “Potencial para abastecer o maior número possível de cidades e povoados”; 3) “Garantia no fornecimento de água para as atividades agropecuárias e para o abastecimento humano nas áreas vizinhas aos canais que serão utilizados para o transporte da água” (*múltiplos usos*); 4) “Capacidade de oferecer água em quantidade suficiente para que os açudes receptores atuem como polos de distribuição de água” (*segurança hídrica*) e, por fim, 5) “Respeito aos diferentes usos das águas do rio São Francisco”.⁹

Um aspecto relevante a ser destacado acerca do percurso das obras de transposição de bacias é a “capacidade dos rios e riachos da região de serem incorporados ao sistema de integração das águas, de modo que não haja enchentes ou transbordamentos, e consequentes perdas de água e de terras nas margens” (BRASIL, 2008, p. 41). Apresenta-se, neste ponto, o conceito de *sinergia hídrica*, enfoque que, de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (BRASIL, 2005, p. 53), “substitui e complementa o armazenamento de água pela interligação dos açudes [e demais corpos hídricos] existentes”, realizando o transporte da água “articulando diversos espaços em busca dos usos mais adequados às situações variadas do Nordeste Semiárido”.

⁹ Neste caso, de acordo com Barros (2014, p. 30), tratando da água a ser transposta “como passível de usos ilimitados” (*água ao alcance de todos*, de acordo com *slogan* do Projeto), “contemplando tanto interesses de grupos econômicos quanto às populações pobres do Semiárido”.

O fornecimento de diferentes volumes de água ao longo dos canais de distribuição em quantidade suficiente aos diferentes usos (*segurança hídrica*), e sua interligação – e possibilidade de gestão integrada – às adutoras, reservatórios e demais objetos de *hidráulica de solução*, de acordo com a necessidade e tipo de consumo de cada Estado (*sinergia hídrica*), são as promessas centrais do PISF, elementos que celebrariam sua superioridade em relação aos sistemas técnicos já construídos e em funcionamento, bem como em relação ao padrão de intervenção pública de órgãos e instituições tradicionais de combate à seca.

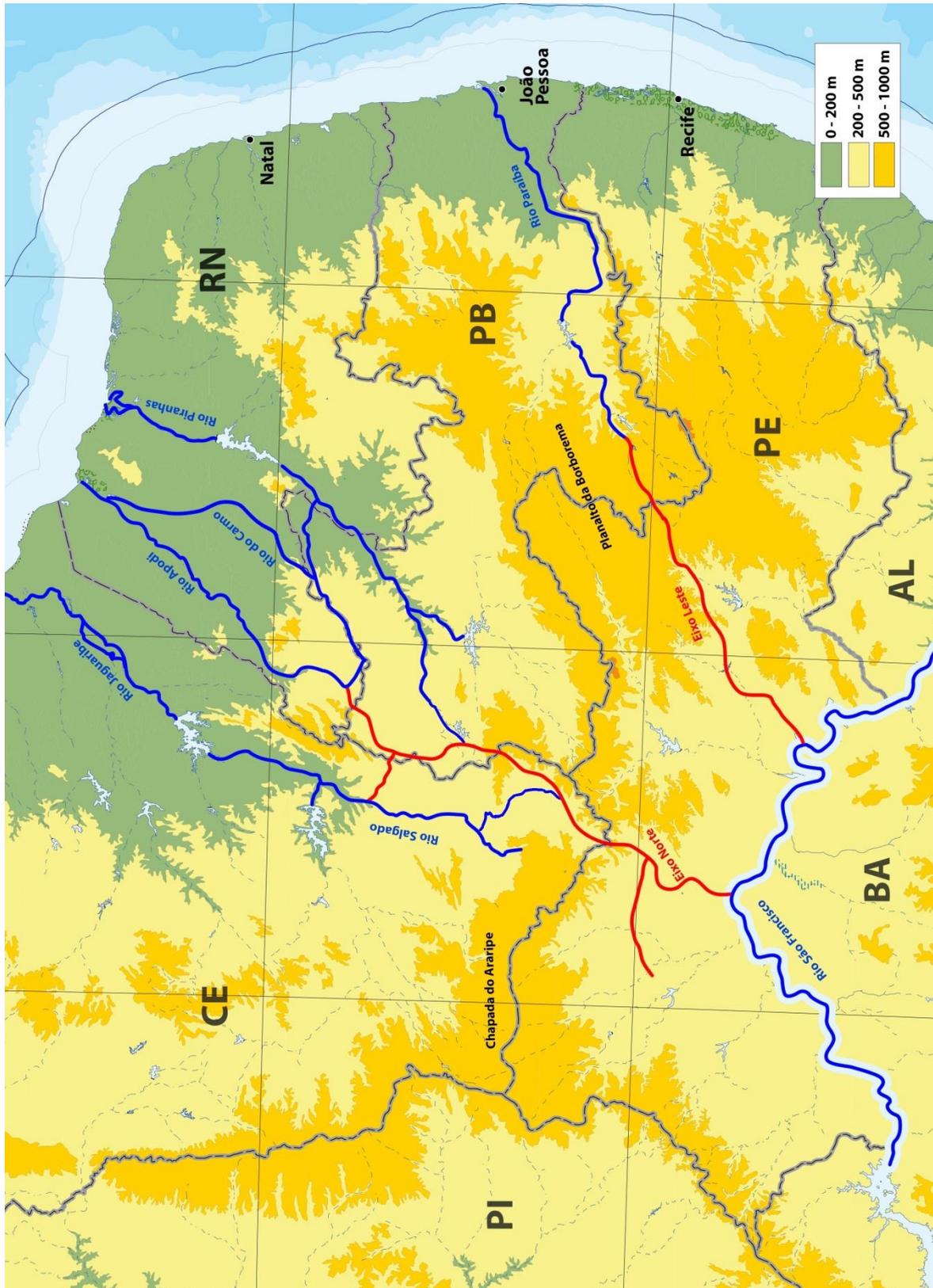
Acrescente-se, ainda, o fato da concepção vigente do Projeto, de acordo Santana Filho (2007, p. 16) ser outro ganho e inovação, já que se distingue das propostas anteriores de integração de bacias. Divididas em quatro aspectos fundamentais, a concepção do projeto busca fortalecer a sustentabilidade dos ecossistemas da Bacia do São Francisco, através de: manejo adequado da vazão transposta, compatíveis com a preservação do rio; ações de revitalização por toda sua bacia; apropriação múltipla e equitativa dos benefícios do projeto por parte de todos os segmentos sociais e produtivos; ação de Programas Básicos Ambientais que possibilitam a prevenção, mitigação e correção dos impactos ambientais da região.¹⁰

Diante da diversidade geomorfológica regional (Mapa 5), um dos desafios do projeto foi, de acordo com o Relatório de Impactos Ambientais (BRASIL, 2004, p. 38), “encontrar meios de superar os desníveis de altitude entre os locais de captação de água no rio São Francisco e os pontos receptores”. Esses desníveis altimétricos chegam a 165 metros no Eixo Norte e a 304 metros no Eixo Leste, conforme podemos observar nos esquemas de intervenções hidráulicas adiante (Imagem 1, páginas 72 a 78).

Como resultado, o nível de densidade técnica, expresso pelo número de objetos de engenharia dispostos em forma de sistema hidráulico, aumenta em função da necessidade de superação de tais desníveis; adiciona-se como elementos indispensáveis à obra um elevado número destes objetos, tais como nove estações de bombeamento, quatorze aquedutos e quatro túneis – em especial, o túnel Cuncas 1, o maior túnel da América Latina para transporte de água, com 15,4 km de extensão, cortando trecho da Serra de Monte Horebe, entre Chapada do Araripe e o Planalto da Borborema.

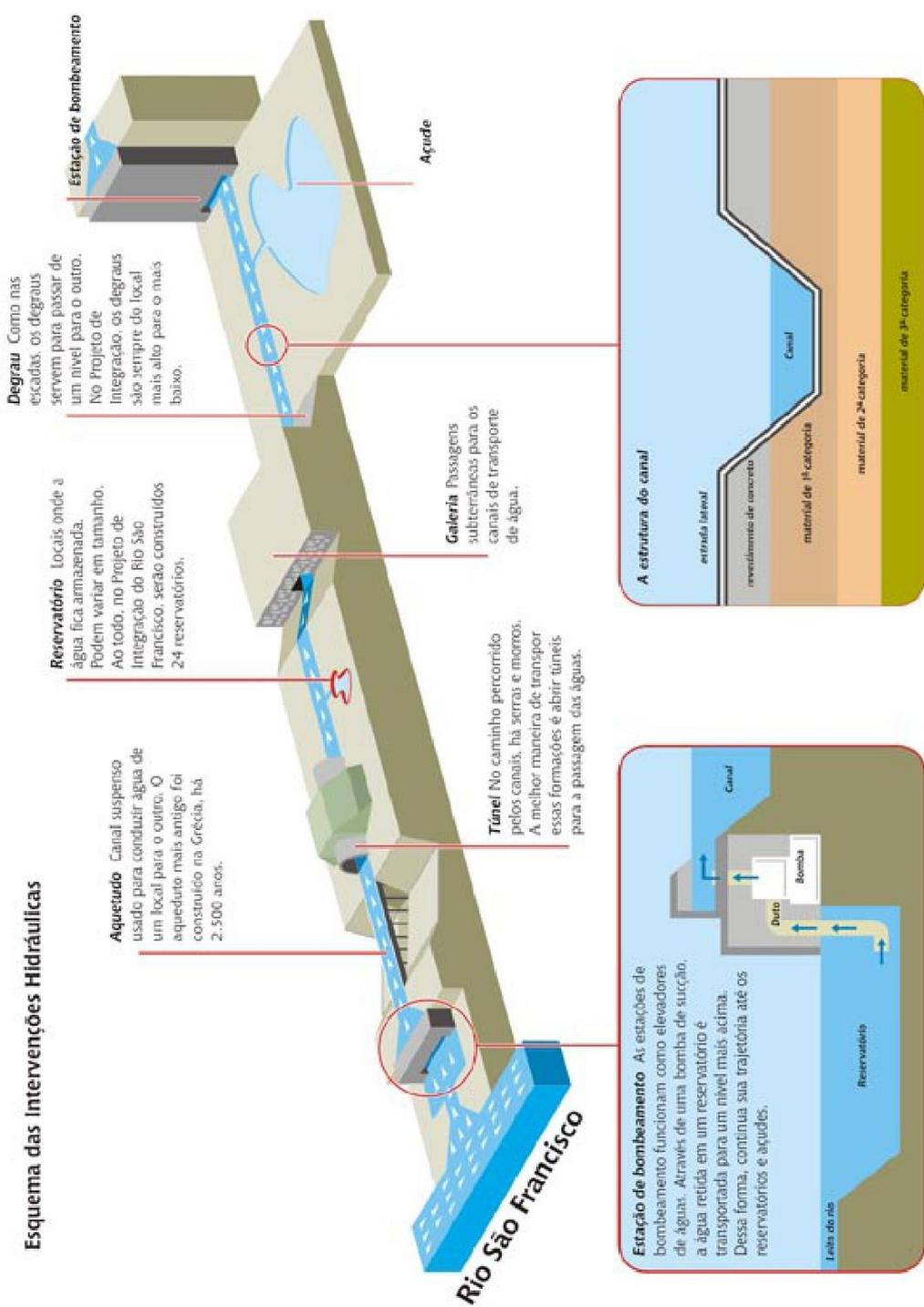
¹⁰ “Essas mudanças [de concepção] devem ser creditadas, à interação das diversas correntes de pensamento que dialogaram durante extenso tempo nos diversos foros de representação, situação que se credita ao diálogo democrático e federativo das agências públicas com a sociedade civil. Como parte da convergência de ideias, os usos difusos da água para a população residente ao longo das faixas de terra dos canais do Projeto resultaram ampliados” (SANTANA FILHO, 2007, p. 17).

Mapa 5: Altimetria e Eixos de Transposição do PISF.



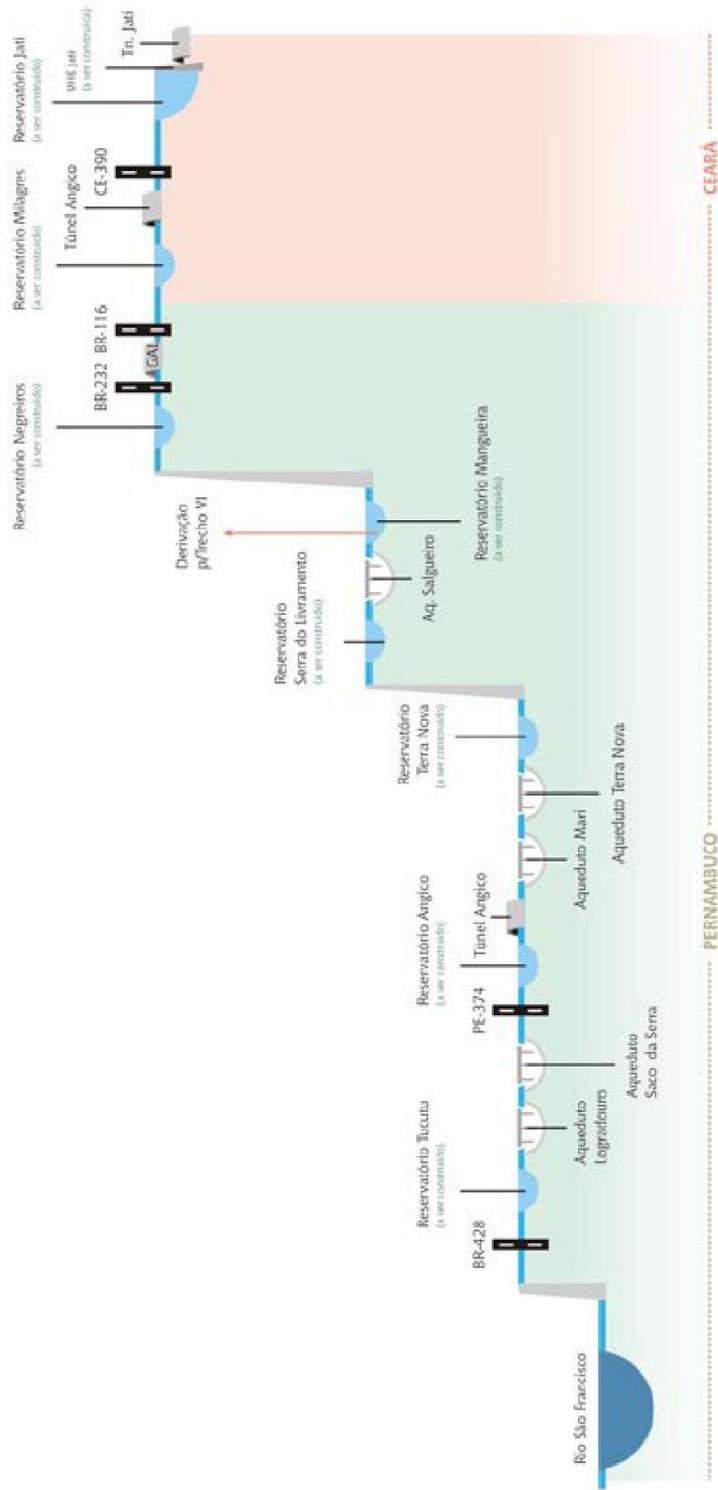
FONTE: Elaborado pelo autor, a partir de IBGE, 2017.

Imagem 1: Esquema das intervenções hidráulicas



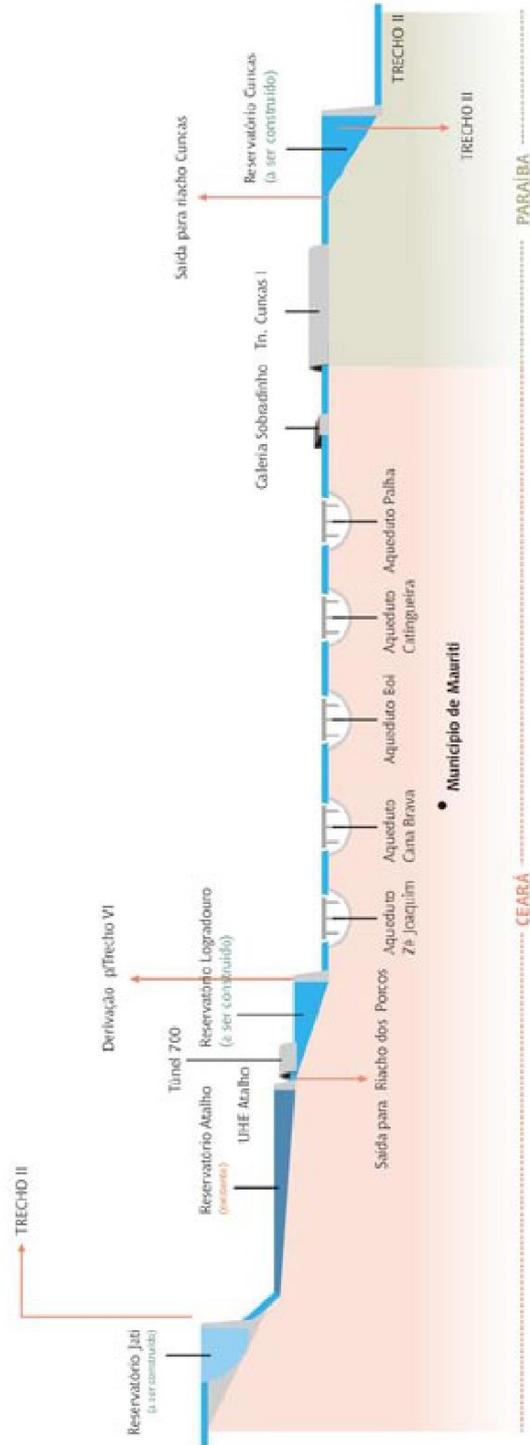
FONTE: BRASIL, 2004, p. 41

TRECHO I (Eixo Norte)



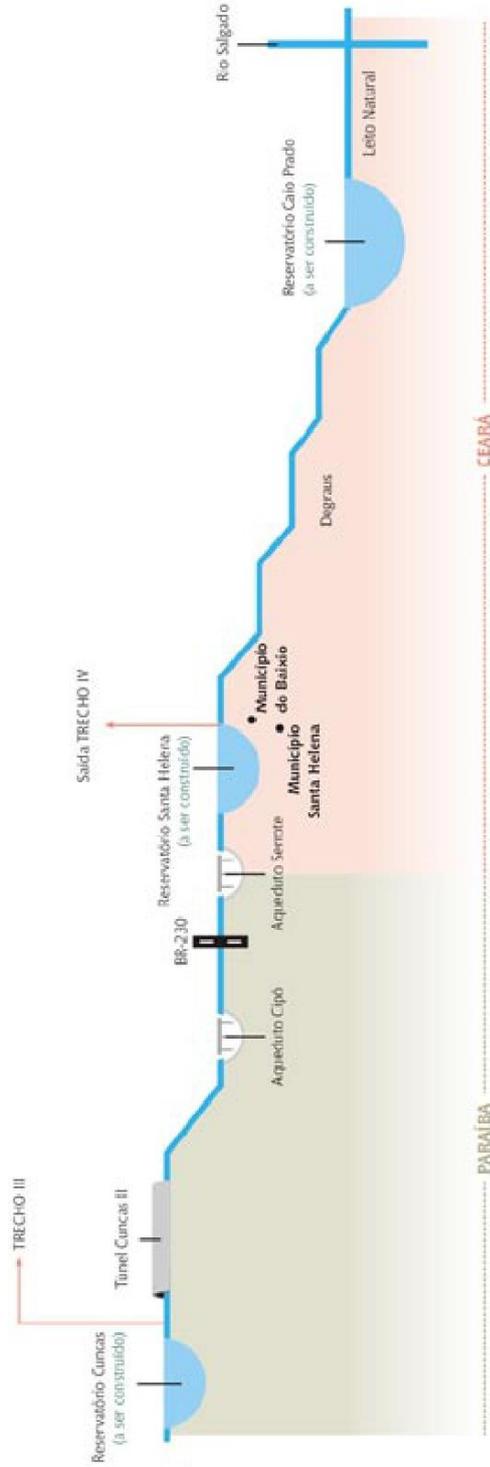
FONTE: BRASIL, 2004, p. 42

TRECHO II (Eixo Norte)



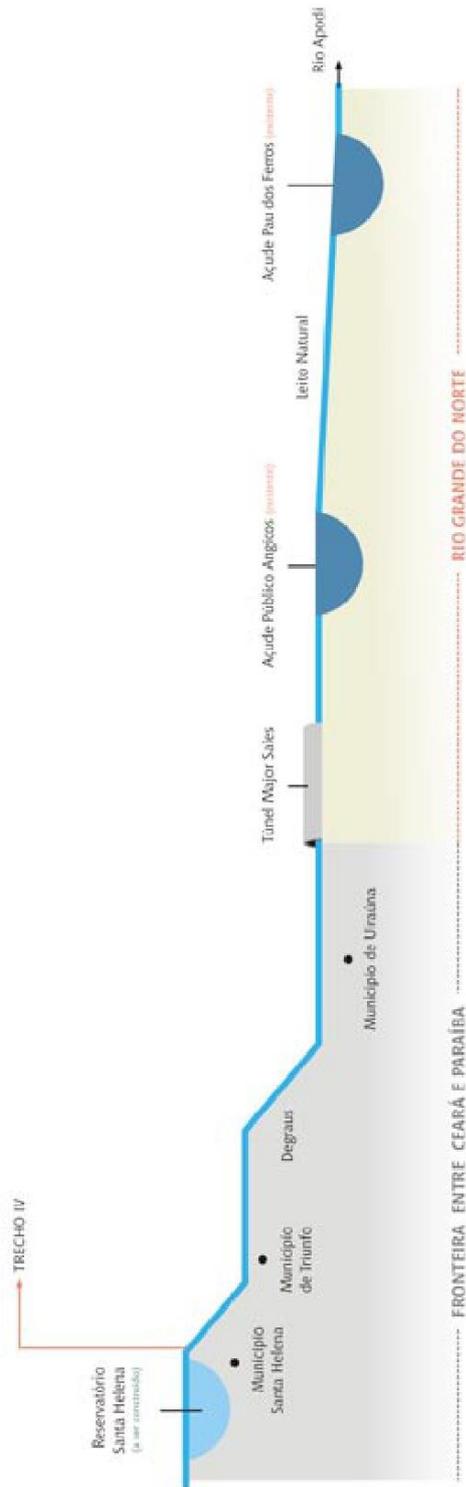
FONTE: BRASIL, 2004, p. 43

TRECHO III (Eixo Norte)



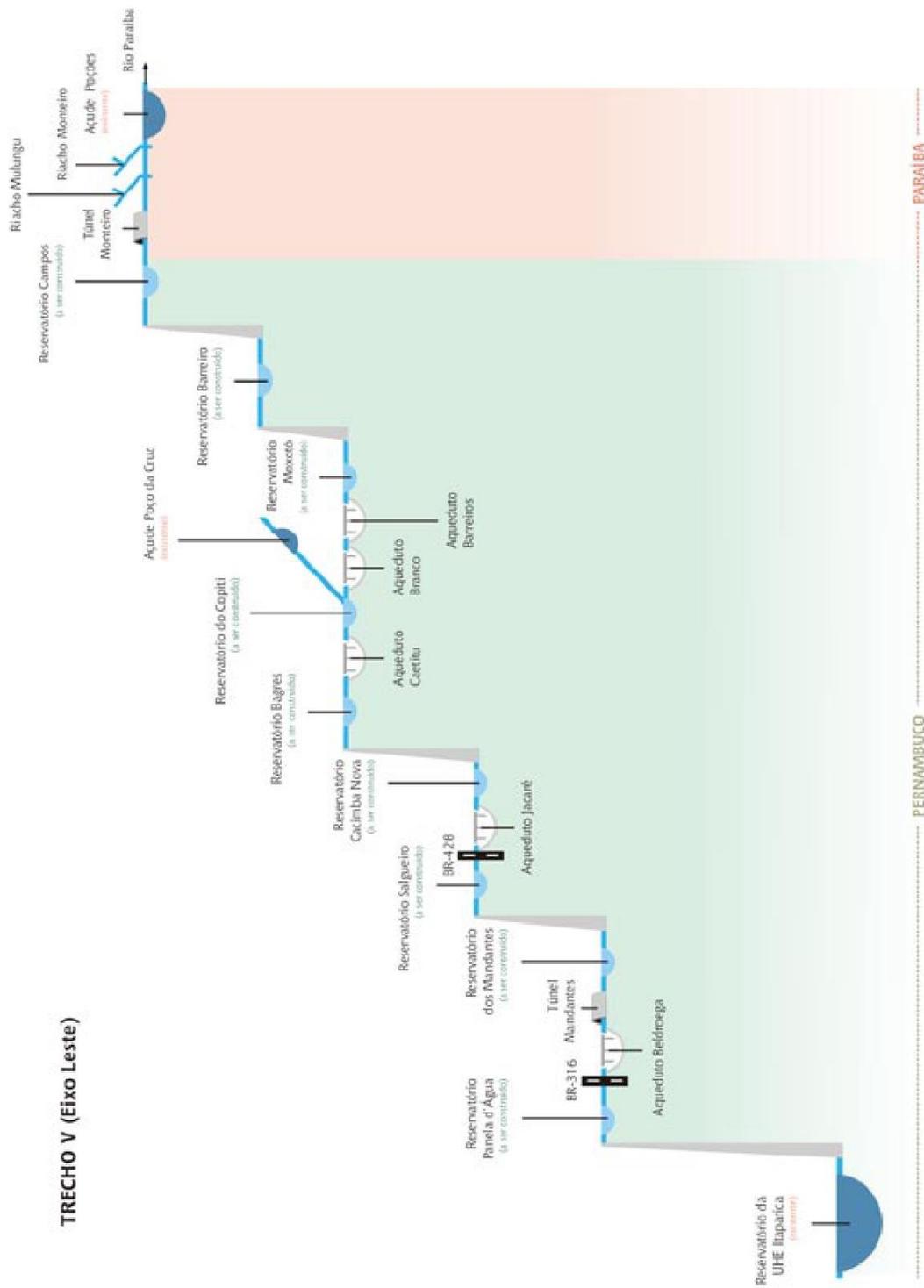
FONTE: BRASIL, 2004, p. 44

TRECHO IV (Eixo Norte)



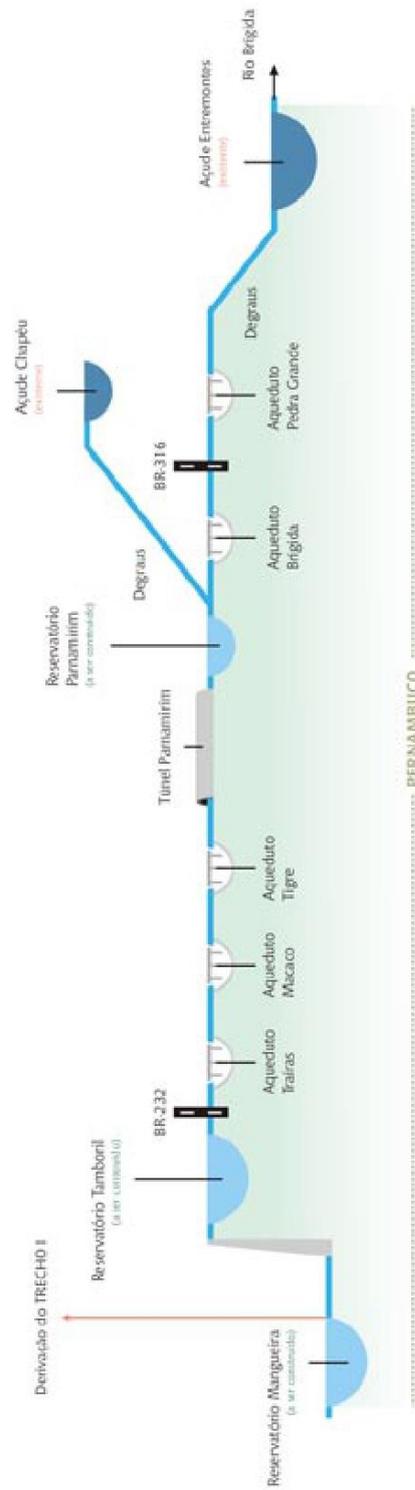
FONTE: BRASIL, 2004, p. 45

TRECHO V (Eixo Leste)



FONTE: BRASIL, 2004, p. 46

TRECHO VI (Eixo Norte)



FONTE: BRASIL, 2004, p. 47

2.2.1 O caráter integrador do Projeto

Um dos aspectos mais importantes do PISF é justamente apresentar-se como um projeto de integração regional, e não apenas como um conjunto de iniciativas isoladas – do tipo objetos de “*hidráulica de solução*”. Para isso, o texto do Relatório de Impactos Ambientais (BRASIL, 2004) e a comunicação social do projeto e suas ações (BRASIL, 2017) não apenas substituem a expressão *transposição* – que não é usada uma única vez sequer no RIMA e nos documentos emitidos pelo Ministério da Integração Nacional – pela expressão *integração de bacias*, mas procuram apresentar o PISF como um conjunto de objetos de engenharia associados em forma de sistema, correspondente ou integrado a um Plano Ambiental Básico (PBA) subdividido em 38 programas de compensação ambiental, minoramento de conflitos sociais, monitoramento e acompanhamento das mudanças que ocorrem na região e implementação de melhorias.

Entre estes destacamos o *Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias* (PBA-7), o *Programa de Reassentamento de Populações* (PBA-8) e o *Programa de Regularização Fundiária nas Áreas do Entorno* (PBA-19) – particularmente relevantes para aquilo que desejamos identificar, a saber, a estruturação do espaço urbano e regional a partir das obras do PISF.

O *Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias* (PBA-7) foi o programa desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional para acompanhar e viabilizar o processo indenizatório das propriedades rurais atingidas pelas obras do PISF. Teve como base de desenvolvimento “os resultados gerados pelo cadastramento para desapropriação realizado na faixa de 200 metros ao longo do traçado dos canais e de 100 metros acima da cota máxima dos reservatórios a serem construídos na 1ª etapa do empreendimento” (BRASIL, 2005c, p. 04).

Seu público alvo foi constituído pelo conjunto dos proprietários de terras e (ou) benfeitorias, passíveis de indenização, localizados na faixa a ser desapropriada. De acordo com Nunes (2014, p. 77) o *Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias* (PBA-7) foi o programa que apresentou “o maior número de conflitos com a população diretamente afetada com a transposição do rio São Francisco a partir do início de sua execução”, dados os valores propostos de indenização, bem como a precariedade da situação cadastral dos imóveis passíveis de desapropriação.¹¹

¹¹ Cf. MADEIRO, Carlos. Famílias reclamam de indenizações de transposição do Velho Chico. Universo Online Notícias. Março de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/25/tiraram-o-sonho-dele-familias-reclamam-de-indenizacoes-de-transposicao-do-velho->

De acordo com dados do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005c, p. 03), 1.889 propriedades foram atingidas diretamente pelas ações de expropriação, sendo 1.132 no Eixo Norte e 757 no Eixo Leste. No município de Salgueiro, conforme observamos na tabela 4, houve a desapropriação de 268 imóveis rurais, atingindo 1.634 km² de área municipal (3,13% de seu território). Do ponto de vista da participação dos estados, Pernambuco foi o estado que mais cedeu áreas ao projeto (7.720 ha), seguido do Ceará (5.700 ha) e da Paraíba (5.550 ha), conforme podemos observar na tabela 5.

Tabela 4 - Cadastramento Fundiário por municípios do Eixo Norte (Resumo)

Município	Estado	Imóveis	Área		
			Atingida (km ²)	Municipal (km ²)	%
Cabrobó	PE	201	23,87	1.658	1,44
Salgueiro	PE	268	51,21	1.634	3,13
Verdejante	PE	23	2,13	476	0,48
Floresta	PE	142	28,14	3.644	0,77
Custódia	PE	179	18,21	1.404	1,30
Sertânia	PE	334	15,01	2.422	0,62
Total (I)		1.147	138,57	11.238	1,23
Jati	CE	37	10,21	313	3,26
Brejo Santo	CE	60	35,38	662	5,34
Mauriti	CE	130	8,64	1.112	0,78
Penaforte	CE	71	2,78	190	1,46
Total (II)		298	57,01	2.277	2,50

Fonte: Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005c)

Tabela 5 - Cadastramento Fundiário por Estado (Resumo)

Estado	Eixo Norte		Eixo Leste		Total	
	Imóveis (u)	Área (ha)	Imóveis (u)	Área (ha)	Imóveis (u)	Área (ha)
Pernambuco	49	7.721,636	655	6.136,271	1.147	13.857,907
Ceará	298	5.700,796	-	-	298	5.700,796
Paraíba	342	5.550,128	102	150,993	444	5.711,121
Totais	1.132	18.972,56	757	6.287,264	1.889	25.259,824

Fonte: Ministério da Integração Nacional (BRASIL 2005c)

[chico.htm](#)> Acesso: 21 Jan. 2019. De acordo com André Monteiro, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em Pernambuco, "Encontramos valores absolutamente irrisórios em relação aos valores dos bens, da terra, das benfeitorias", afirma, contando que houve caso em que o valor pago não chegou a 7% do real". Cf. MADEIRO, Carlos. Transposição pagou indenizações baixas e afetou índios e quilombolas, diz pesquisador. Universo Online Notícias. Março de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/25/tiraram-o-sonho-dele-familias-reclamam-de-indenizacoes-de-transposicao-do-velho-chico.htm>>. Acesso: 21 Jan. 2019.

O Programa de indenização de terras e benfeitorias articula-se, particularmente, com o *Programa de Regularização Fundiária nas Áreas do Entorno* (PBA-19). Este tem por objetivo promover a regularização fundiária, cadastro e georreferenciamento dos municípios cortados pelas obras do PISF, com destaque para as áreas “potencialmente irrigáveis localizadas nas várzeas da ADA [área diretamente afetada]”. (BRASIL, 2005e, p. 03). De acordo com o Ministério da Integração Nacional, “o público-alvo do Programa é constituído principalmente pelos pequenos produtores posseiros das terras dos municípios cortados pelas obras (...) com destaque para os ocupantes das várzeas irrigáveis” (BRASIL, 2005e, p. 03).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA (2011, s/n) – órgão executor do programa – a finalidade dos trabalhos “é a destinação de terras públicas, primando sempre pelo princípio da democratização do acesso a terra, por meio da regularização da situação jurídica de posseiros, com a expedição de títulos de domínio ou licença de ocupação”, incluindo também, prossegue o documento, “a ratificação de títulos já emitidos pelos estados na faixa de fronteira”.¹²

É grande o potencial deste Programa no sentido de reorganização do sistema de propriedades dos municípios alcançados pelas obras do PISF. De acordo com o documento oficial do Plano “não se deve perder de vista a oportunidade do momento de se promover um ordenamento territorial e fundiário compatível com as transformações do espaço rural provocadas pelas futuras obras”, e avança no sentido anunciar que

Não se pretende com a execução deste Programa impedir a ocorrência de pressões sobre o mercado de terras da região, pois estas se configuram como inevitáveis, pois nada impedirá que os detentores dos imóveis, agora devidamente legalizados, cedam os seus direitos em troca de uma remuneração que considerem satisfatória. Busca-se sim fortalecer a posição principalmente dos pequenos posseiros das terras de boa qualidade cortadas pelo empreendimento frente às ações dos agentes do mercado de terras locais.

Nos estudos para a implantação do Projeto de Integração foram identificadas extensas áreas potencialmente irrigáveis nas várzeas ao longo da Área Diretamente Afetada - ADA. Estas áreas, principalmente em função da disponibilidade de água projetada para o uso difuso, com certeza serão objeto de interesse por parte dos agentes do mercado de terras. (BRASIL, 2005e, p. 02)

De acordo com NUNES (2014, p. 75) pôde-se confirmar que nos anos que constituíram a execução do “Programa de Regularização Fundiária nas Áreas do

¹² Cf. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA divulga vídeo sobre regularização fundiária. 16. Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incra-divulga-video-sobre-regularizacao-fundiaria>>. Acesso: 17 Jan. 2019.

Entorno do Canal”, presente no Programa Básico Ambiental, “foi reduzido o número de terras públicas e coletivas, ampliando assim o aumento da concentração fundiária no sertão pernambucano, e especificamente nos municípios onde as propriedades estarão no entorno dos canais”, bem como um crescimento de propriedades rurais muito acima da média nacional, com especial destaque para os municípios de Pernambuco, entre eles Salgueiro.¹³

Segundo dados do Centro Tecnológico do Agronegócio do Rio Grande do Norte (2017: s/n), na região em questão “cerca de 40% dos produtores rurais (em sua maioria agricultores familiares) não dispõem da propriedade rural, estando na condição de assentados sem títulos, parceiros, arrendatários, ocupantes ou sem terras”. Neste quadro, o cadastramento, georreferenciamento e a regularização de terras de posseiros legítimos permitirá, segundo informações do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (2014 *apud* Nunes, 2014, p. 73) que os atuais posseiros negociem suas terras quando houver processo de desapropriação ou ofertas do mercado sobre suas terras tituladas. Nos termos do INCRA,

O Programa de Regularização Fundiária impulsiona o desenvolvimento e a melhoria da renda mínima das famílias atendidas. O título da terra em mãos possibilita aos seus beneficiários inúmeros benefícios, dentre os quais se destaca a segurança jurídica, além de contribuir sobremaneira para a inserção dos agricultores no sistema produtivo, aquecimento da economia local, acesso às políticas públicas e aos financiamentos bancários, diminuição do êxodo rural, diminuição dos conflitos pela posse da terra e erradicação da pobreza rural extrema. (INCRA, 2011: s/n).

Em todos os municípios atingidos pelas obras de integração de bacias houve um notável contingente de famílias na zona rural realocadas, reorganizando o uso da terra e a distribuição territorial das comunidades em áreas diretamente afetadas pelas obras do PISF. Para organização do processo de retirada da população residente nestas faixas e

¹³ Estes fenômenos, todavia, sofreram uma estagnação e mesmo alguma reversão a partir de 2014. Conforme pudemos ver junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro e visitas *in loco*, na área produtora do município, há perda de safras agrícolas e estagnação da produção, por um conjunto *especial* de circunstâncias que abordaremos mais à frente. Tal retração também pode ser observada segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017). Este revés, entretanto, não compromete o argumento do autor, segundo o qual o PBA-19 promove expectativas futuras e pressões sobre a estrutura fundiária.

seu reassentamento foi implementado o *Programa de Reassentamento de Populações* (PBA-8).

O Ministério da Integração Nacional, buscando minimizar os impactos socioeconômicos e culturais sobre a população a ser deslocada, de acordo com sua comunicação oficial, promoveu medidas de reassentamento que propiciassem “condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual.” (BRASIL, 2005d, p. 3-4). Para tal, organizou as chamadas Vilas Produtivas Rurais, “áreas rurais adquiridas pela União, dotadas de infraestrutura comunitária e de produção, destinadas ao reassentamento das famílias residentes na faixa de obra que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo empreendedor” (BRASIL, 2017, s/n).

De acordo com informações do Plano (BRASIL, 2005, p. 03), ao todo foram construídas 18 vilas ao longo dos Eixos Norte e Leste, para o reassentamento de 273 famílias proprietárias e 572 famílias não proprietárias, totalizando 845 famílias.¹⁴

Em termos gerais, as Vilas Produtivas Rurais (VPRs) são agrovilas próximas aos canais de transposição que contam com casas de 99 m² em lotes de meio hectare, além de postos de saúde, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, rede de água, esgoto, energia elétrica e setores produtivos comerciais e agropecuários – com no mínimo cinco hectares por beneficiário, sendo um destinado à irrigação (BRASIL, 2017a).

O Programa de Reassentamento das Populações foi concebido a partir de nove etapas, a saber: **1) Atividades Preliminares** (envolvendo cadastro Censitário e da Pesquisa Socioeconômica da População afetada; mapeamento, quantificação e caracterização preliminar da população a ser realocada; elaboração dos Termos de Referência para a elaboração dos Planos de Reassentamento); **2) Plano de Reassentamento** (envolvendo diagnóstico socioeconômico da população afetada; definição das diretrizes gerais e específicas e dos critérios de elegibilidade ao reassentamento; elaboração das alternativas de realocação e reassentamento das famílias e das modalidades de reassentamento; identificação de áreas para o reassentamento rural

¹⁴ 1.889 propriedades rurais e 848 famílias nos números oficiais do site do Ministério da Integração Nacional. Cf. Vilas Produtivas Rurais. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/projeto-sao-francisco/vilas-produtivas-rurais>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

coletivo, a partir do zoneamento da área de 2,5 km nas margens dos canais; identificação das alternativas para a realocação urbana das famílias em situação de risco social; elaboração do Plano de Reassentamento; elaboração dos convênios e contratos necessários à implementação do Programa); **3) Aprovação dos Planos de Reassentamento**, opção pelas modalidades e pelos locais para o reassentamento (incluindo validação dos planos e concordância, pelas famílias elegíveis, com as alternativas de realocação e com os locais de reassentamento propostos; formalização do compromisso individual da família com a modalidade de reassentamento e com o local de transferência escolhido); **4) Atividades Preliminares para a Transferência das Famílias para Reassentamento Rurais Coletivos** (envolveu cadastro familiar de móveis, utensílios e animais domésticos; distribuição das casas e lotes, a partir de critérios de parentesco, vizinhança e afinidade consensuados com a população a ser reassentada; elaboração e legalização da documentação para a posse definitiva das casas e lotes, obedecidas as normas jurídicas legais; elaboração do Plano de Sustentabilidade como instrumento norteador para o desenvolvimento de atividades produtivas; emissão definitiva dos Planos de Reassentamento; realização de capacitações modulares com vistas à preparação das famílias para a transferência, abordando temas relativos à qualidade de vida, às relações interpessoais, à preservação e manutenção das estruturas de uso comum [escola, posto de saúde e centro comunitário] e à sustentabilidade ambiental); **5) Projeto Executivo das Vilas Produtivas e Execução das Obras** (licitação, contratação e execução das obras: demarcação dos lotes residenciais e produtivos, implantação da infraestrutura básica, social e produtiva; construção das residências e dos equipamentos comunitários); **6) Transferência das famílias;** **7) Apoio à Reinserção Socioeconômica das Famílias** (envolvendo ações que visam, através de apoio social, econômico e técnico às famílias reassentadas, facilitar e propiciar as condições para a sua reinserção nas novas áreas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida como, por exemplo, realização de capacitações modulares periódicas voltadas para a formação de organizações associativas, o planejamento e sustentabilidade das atividades a serem desenvolvidas, organização produtiva e gestão dos processos produtivos; apoio às associações através da elaboração do planejamento para a sustentabilidade e formação dos Grupos de Responsabilidades; promoção de assistência técnica para as famílias reassentadas visando o desenvolvimento sustentável; orientação sobre as alternativas de geração de renda e de acesso a linhas de crédito; proposição de parcerias com organismos governamentais e

não governamentais atuantes na região; transferência de gestão para os governos municipais dos equipamentos sociais implantados); **8) Processo de Reassentamento em Áreas Remanescentes e de Famílias em Situação de Risco Social** (No caso de famílias em condições especiais, principalmente idosos, em que se configura situação de que não sejam capazes de se adaptar às modalidades de reassentamento propostas, sendo adotadas medidas especiais, consensuadas com os interessados, de reassentamento em áreas urbanas ou em área de remanescentes, caso demonstrem o desejo de permanecer nas proximidades da área onde atualmente vivem. Estas situações foram avaliadas, caso a caso, de modo a adotar-se medidas necessárias que pudessem assegurar, no mínimo, a reprodução de suas condições atuais de vida) e **9) Monitoramento e Avaliação do Programa** (desenvolvido durante o transcorrer do Programa de Reassentamento) (BRASIL, 2005d, p. 09-13).

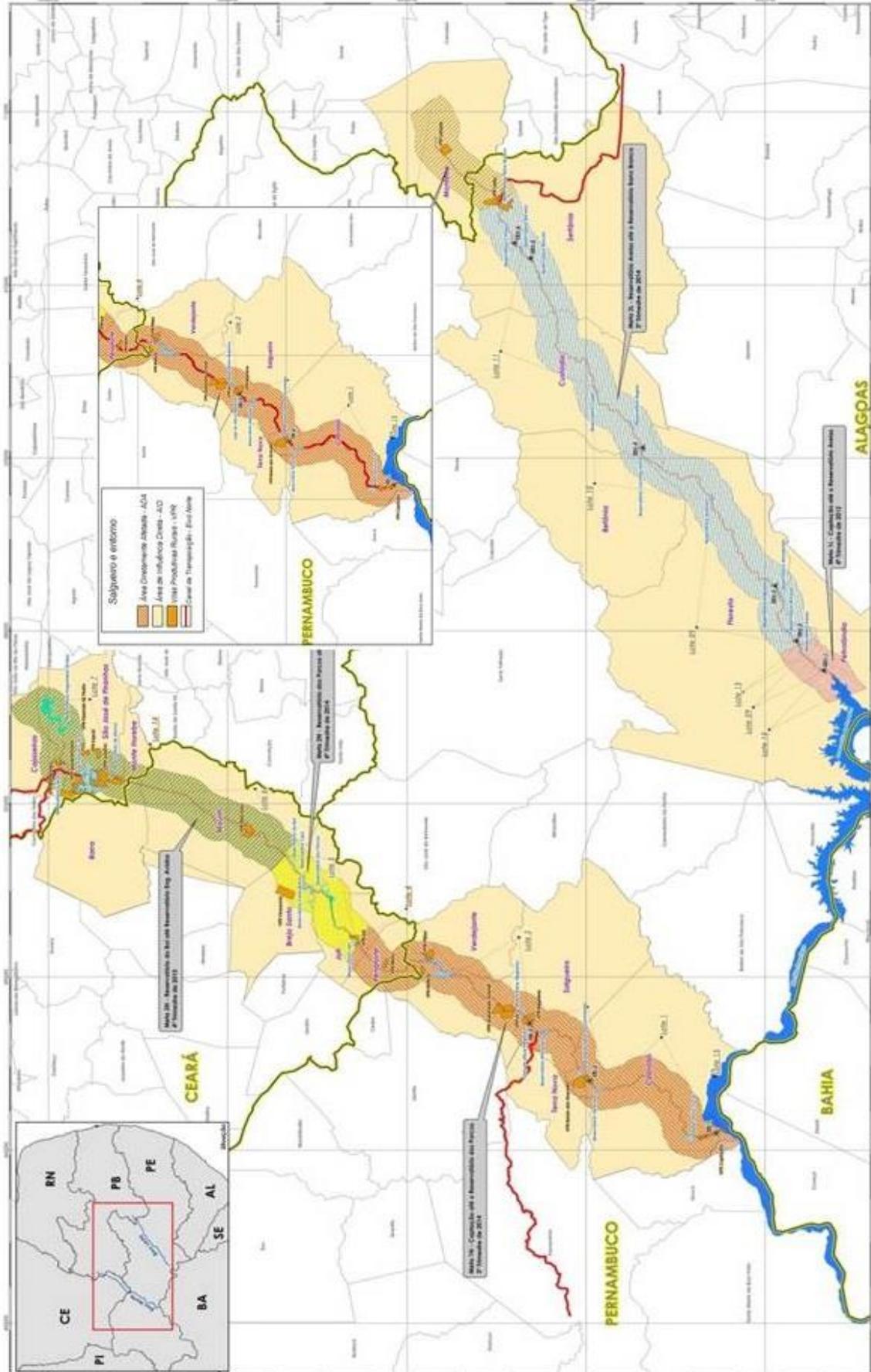
Na tabela 6 pode-se observar a distribuição e localização das VPR e de famílias reassentadas por município em Pernambuco, com destaque para Salgueiro – com maior número de vilas produtivas (4) e famílias originalmente reassentadas (106). Na sequência, constata-se a distribuição espacial destas mesmas vilas ao longo dos dois eixos do projeto de integração de bacias. Conforme veremos mais adiante, o número de famílias e indivíduos reassentados tem aumentado, assim como o padrão de habitação e disposição das benfeitorias no interior das mesmas tem variado muito, em função das diversas (e dinâmicas) formas de apropriação e uso destes locais.

Tabela 6: Relação de Vilas Produtivas Rurais (VPR) no Estado de Pernambuco

VPR	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS REASSENTADAS
Negreiros	Salgueiro	26
Uri	Salgueiro	45
Queimada Grande	Salgueiro	25
Malícia	Salgueiro	20
Captação	Cabrobó	17
Baixio dos Grandes	Cabrobó	83
Pilões	Verdejante	25
Salão	Sertania	38
	Total em PE:	279

Fonte: Nunes, 2014, p. 80.

Mapa 6: Vilas Produtivas Rurais e detalhamento das metas. Fonte: Ministério da Integração, 2007.



2.2.2 Segurança e sinergia hídricas: o reforço do papel integrador do PISF

De acordo com Barros (2014, p. 29), a justificativa apresentada pelo Ministério da Integração Nacional para a realização do PISF “englobaria alguns motivos principais, construídos numa argumentação de maximização dos benefícios e minimização dos impactos, a partir de uma simplificação do ‘vulto’ da obra de engenharia”. Por exemplo, referindo-se aos enormes impactos gerados pelas obras do empreendimento, o relatório de impacto ambiental do Projeto argumenta que “a oferta imediata de água, tanto para abastecimento quanto para a produção, a partir do início da operação do Projeto, deverá refletir-se em uma mudança local positiva, *compensando as perturbações decorrentes da obra*” (BRASIL, 2004, p. 122, *grifo nosso*).

A argumentação feita neste mesmo documento – e, conseqüentemente, no discurso político que pretende embasar – constrói-se de tal maneira que apresenta as obras de integração do rio São Francisco com as bacias setentrionais como única solução possível para os problemas regionais. Para isso, reivindica a falta de água como a principal responsável pela miséria do sertanejo: “a disponibilidade de água é, sem dúvida, o fator determinante da pobreza ou da riqueza na região” (BRASIL, 2004, p. 116). Em seguida, complementa o argumento afirmando ser o PISF “a principal alternativa para enfrentar o problema da escassez de água no sertão e no agreste”, sem a qual, prossegue o texto, “não se vislumbra uma solução para o abastecimento regular de água, e espera-se uma continuidade do processo secular de empobrecimento e de crescimento da miséria na região e dos problemas a ele associados.” (BRASIL, 2004, p. 117).

O reforço ao já conhecido (e questionável) diagnóstico que estabelece uma relação mecânica entre “secas” e rebaixadas condições de vida das populações sertanejas no documento é intencional. Presta-se ao papel de legitimador das ações do Estado, já que aposta, conforme esclarece Barros (2014, p. 29), em apresentar o PISF como “inovador” e “pioneiro” em relação aos demais projetos de *hidráulica de solução*, capaz de oferecer, nos termos do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido (BRASIL, 2005, p. 102), “garantia de abastecimento humano e possibilidade de uso mais intenso [e integrado] dos recursos hídricos reservados (...) aumentando a eficiência de uso das águas armazenadas” – isto é, *sinergia hídrica* ou reorganização da infraestrutura hídrica conduzida segundo o enfoque articulado de redes.¹⁵

¹⁵ “Esse enfoque substitui e complementa o armazenamento de água pela interligação dos açudes existentes. A infraestrutura hídrica realiza o transporte da água articulando diversos espaços em busca dos

Assegurando, assim, um uso mais eficiente e integrado das águas represadas e disponíveis nos rios, pretende-se demonstrar ser o PISF capaz de subsidiar um “crescimento e o desenvolvimento social e econômico, com melhorias consistentes na agricultura, na pecuária, na indústria e na infraestrutura local”, representando, portanto, “uma *segurança* para as bacias do Nordeste Setentrional diante das irregularidades climáticas da região” (BRASIL, 2004, p. 10, *grifo nosso*) – segurança, no contexto dos documentos em questão, expressa nos termos de uma normalização do abastecimento humano (urbano e rural) de água, dinamização ou crescimento econômico capaz de permitir a fixação do homem na região.

Tendo em vista o expressivo estoque de água existente em açudes e represas da região, bem como a complexidade de sua construção e dimensionamento nas variadas condições ambientais encontradas pelo semiárido, “segurança e sinergia hídricas” revestem-se de forte poder argumentativo. Isto porque, conforme esclarece Suassuna (2004, p. 01), a compatibilização entre a capacidade dos reservatórios e o volume escoado do riacho por elas represado é fator central nas experiências de *hidráulica de solução* – seja do ponto de vista do cotidiano das populações urbanas e rurais do Nordeste brasileiro, seja do ponto de vista do planejamento territorial.¹⁶

Assim, as abordagens que procuram se organizar a partir da interligação e administração adequadas dos volumes de água dos reservatórios e otimização de seus resultados em termos de uso desse recurso, possuem forte poder de persuasão. A perspectiva de uso articulado de água, somado a um planejamento conjunto de seu volume e vazão, permitem que o PISF seja apresentado como um projeto com “grandes

usos mais adequados às situações variadas do Nordeste Semiárido (...) Essa iniciativa, ao desgarrar-se do estilo de atuação tanto da CODEVASF quanto do DNOCS no Nordeste Semiárido, procura estabelecer um novo padrão de intervenção pública, que integra o uso produtivo ao uso humano da água, bem como às diferentes escalas de produção” (BRASIL, 2005, p. 53).

¹⁶ Caso a represa seja subdimensionada, argumenta Suassuna (2004), se aproveitará pouco da água ali armazenada, perdendo grande parte de seu volume por transbordamento. Ao contrário, se a barragem for superdimensionada, prossegue o autor, ela raramente encherá, o que provoca a salinização de suas águas (a evaporação retira a água, mas o sal permanece na represa), com grandes prejuízos às propriedades a jusante, que não receberão a água do riacho represado por longo tempo e pelo alto teor de sal e poluentes que nelas se encontram pouco diluídos (*Id. Ibidem*). “No Nordeste, esses problemas vêm se agravando a cada dia, com represas que chegam a passar anos e às vezes décadas sem sangrar [verter água], dado o sem-número de açudes construídos na bacia hidrográfica, na maioria das vezes sem a adoção de critérios técnicos que justifiquem a sua construção (o enchimento de uma represa fica na dependência do sangramento das demais existentes a sua montante), e outras que numa simples chuva sangram em demasia, não raro com o rompimento do balde, por não conseguirem reter as águas que chegam em volumes desproporcionais ao seu dimensionamento.” (SUASSUNA, 2004, p. 01).

diferenciais” (BRASIL, 2005 e 2006) e forte grau de legitimidade, quando utilizados apenas estes critérios.¹⁷

2.2. Impactos, contradições e conflitos na transposição das águas

O projeto de transposição do rio São Francisco, na visão de seus críticos, esbarra em diversos problemas estruturais, políticos, socioeconômicos e ambientais. Para Coelho (2005, p. 183-184), a discordância em relação ao projeto de interligação de bacias decorre fundamentalmente de quatro pontos: 1) o projeto fundamenta-se em uma análise equivocada acerca das rebaixadas condições de vida e atraso econômico regionais, apontando a seca como realidade conformadora destes fenômenos; 2) vultuosos recursos públicos serão investidos para, essencialmente, beneficiar uma pequena parcela da população, a saber, àquela dos grandes detentores dos meios de produção e políticos da região; 3) o desvio de parte das águas do rio será prejudicial às populações ribeirinhas e nocivo aos estados “doadores” deste volume; 4) os modos de estruturação deste projeto são autoritários e, em parte, violam a legislação sobre a gestão de recursos hídricos.

Outros problemas relevantes estão incutidos na esfera política e socioeconômica, como o risco de migrações em massa para as margens dos canais, a fim de suprimir a demanda reprimida pela água existente no Semiárido Brasileiro (VIANNA, 2015, p. 413); a aceleração do modelo de crescimento, baseado na concentração fundiária, exclusão social e expropriação de povos e comunidades tradicionais, ao longo dos eixos de transposição (Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco, 2008, p. 01); ou ainda uma intensificação e dependência do modelo de acumulação neoextrativista ancorado em ideias de “vocações regionais” – altamente subordinado ao mercado externo, desindustrializante e dilapidador da terra e seus recursos naturais, nos termos propostos por Gudynas (2012, p. 303-318).

¹⁷ “Pode-se dizer que o Projeto se configura como um elemento típico de uma nova geração de projetos que representa a superação da velha geração do planejamento – conhecida em seu conjunto como ‘solução hídrica’ – apresentando-se, portanto, como uma forma social, econômica e política renovada de apoio ao desenvolvimento regional, com base em recursos naturais restritivos. (...) A reorganização da infraestrutura hídrica é conduzida segundo o enfoque das redes, que privilegia a interligação dos açudes existentes. Essa iniciativa claramente se descola das ações isoladas do passado, criando um novo padrão de intervenção pública.” (SANTANA FILHO, 2007, p. 20; *grifo nosso*). Em linguagem mais pueril, sentenciar o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA): “Todo ser humano merece ter uma vida digna, o que inclui, entre outras coisas, ter saúde, acesso à água de qualidade e condições de gerar renda. É nesse contexto que o Projeto se insere, como uma obra estruturante que, associada aos grandes açudes já construídos e aos sistemas de distribuição existentes e em implementação, poderá melhorar substancialmente o panorama do Nordeste Setentrional. A região passará a ter a segurança hídrica necessária ao desenvolvimento sustentável de sua população.” (BRASIL, 2004, p. 06; *grifo nosso*).

Todas estas possibilidades mobilizaram, e ainda desencadeiam no país, conflitos e ações contra o Projeto. De um lado, a propaganda do governo que visa levar água para quem tem sede. Do outro, de acordo com Vianna (2015, p. 414), “a proposta de que mesmo com a transposição concluída, a acessibilidade às águas dos canais não será para todos”.

Citando estudos que analisam o comportamento parlamentar na discussão da transposição do Rio São Francisco, Barros (2014, p. 82) aponta que os pronunciamentos no Congresso se polarizaram de forma suprapartidária, isto é, “o que preponderou nesse debate não foi a orientação partidária, mas as bancadas estaduais agindo em defesa dos interesses de seus estados, revelando comportamento territorial e suprapartidário”, resultado semelhante ao encontrado por Vianna (2015, p. 415), quando afirma que “a posição contrária ou favorável ao projeto depende de onde se está no território”.¹⁸

Entre os opositores do Projeto, prossegue Barros (2014, p. 82), “a objeção gira em torno dos impactos ambientais, do vultoso custo das obras, a existência de alternativas mais simples e menos onerosas, da necessidade de revitalização do Rio São Francisco”, bem como acusações ligadas ao “*marketing* político” do projeto, com objetivos de promover a imagem do Presidente. Por seu turno, do lado favorável “os representantes dos Estados receptores e o Governo Federal argumentam que o Rio São Francisco, um bem da União, deve servir a todos os estados da Federação para garantir a ‘equidade no desenvolvimento econômico’ na região nordestina.” (BARROS, 2014, p. 82).

A oposição da sociedade civil organizada em relação ao PISF também pode ser caracterizada como o receio pela possível perda de territórios e força política até então conquistados pelos camponeses e suas organizações sociais junto ao Estado, expressos em programas ligados a promoção de tecnologias sociais hídricas – como projetos da captação de água de chuva no semiárido, destaque ao *Programa 1 Milhão de Cisternas* (PIMC) –, e de apoio à agricultura familiar, via seguro agrícola, seguro de preço e seguro contra calamidade de seca – nos termos do sub-programa de assistência técnica e extensão rural do *Programa de Fortalecimento à agricultura familiar* (Pronaf). O temor de recrudescimento da indústria da seca também deve entrar como um fator relevante, claro está que “a água representa um forte instrumento de poder, ou seja, quem detém a

¹⁸ De uma forma geral, aponta Vianna (2007 *apud* VIANNA, 2015, p. 415), “quem está dentro da zona receptora, é favorável; quem está fora dela é indiferente ou contra, e quem está na zona doadora é intensamente contra”, posição que prevalece não apenas entre os políticos, mas também entre acadêmicos e religiosos envolvidos no debate.

posse a água, domina, além do território onde ela está inserida, o direito de manipular as decisões acerca de seu uso e obviamente de quem a utiliza” (VIANNA, 2015, p. 415).

Segundo Coelho (2005, p. 182), três argumentos principais são apresentados pelos defensores da transposição de águas do São Francisco. Entre eles, argumenta-se que 1) é imperativo resolver a situação de milhões de brasileiros que vivem no Nordeste Setentrional; 2) o projeto retira do São Francisco volume irrisório de sua vazão – aproximadamente 1% –, o que não afeta o rio e as atividades que dele necessitam; 3) o projeto é de baixo custo, quando comparado aos benefícios que proporcionará, entre eles a economia de gastos com os flagelados pelas secas.

A ativação da economia regional, por meio da ampliação dos perímetros irrigados e do fortalecimento das atividades agropecuárias (BRASIL, 2005b), bem como a garantia da “segurança hídrica” para as populações urbanas e rurais (BRASIL, 2004), são também argumentos muito recorrentes na defesa do PISF. A incorporação da tese de revitalização do rio São Francisco, adicionada “com o propósito de tentar diminuir o combate ao projeto” (COELHO, 2005, p. 181), também deve ser vista como um discurso que fortaleceu a posição daqueles que defendiam e defendem o projeto de transposição – não obstante o aporte de recursos orçamentários disponibilizados, e efetivamente aplicados, na revitalização do rio ser baixo em relação ao total das obras.¹⁹

Para Santana Filho (2007, p. 17), parte das críticas contundentes ao Projeto “deriva do fato de que o mesmo vem sendo tratado, em muitas ocasiões, apenas e tão somente, como um conjunto de obras de infraestrutura, deixando de levar em consideração seu uso e seu impacto sobre os espaços que recebem a mesma infraestrutura”. Para o autor, tal estrutura mostra capacidade de organizar social e economicamente os territórios que alcança, “podendo transformar sua face produtiva e de bem-estar” ao criar: aporte de capital fixo ao processo de geração de excedente econômico; elevação do patamar de oportunidades de negócios; ganho de eficiência na gestão de água acumulada e aumento da oferta hídrica na região beneficiada (61 m³/s na

¹⁹ De acordo com Castro e Pereira (2017, p. 73), no decorrer do embate político em torno do projeto, surgiu uma proposta alternativa ao projeto de transposição, qual seja, a revitalização do São Francisco. “A ideia de revitalização foi o eixo central da linha de argumentação de determinados deputados que se posicionaram contrariamente à realização do projeto de transposição. Logo, entretanto, a revitalização passou a ser defendida praticamente como uma espécie de compensação para os estados doadores pela realização do projeto de transposição”. Construiu-se, deste modo, uma estratégia política que desfez a contradição entre transpor e revitalizar, e compôs uma terceira possibilidade de tomada de posição política, a saber, a defesa da transposição concomitante à revitalização (MELLO, 2008 *apud* CASTRO e PEREIRA, *Id. Ibidem*).

média anual), com geração de emprego e renda pelo uso da água (SANTANA FILHO, 2007, p. 14-16).

Imensos impactos ambientais, decorrentes do modelo de modernização baseado na expansão do agronegócio globalizado, já estão em curso ao longo do vale do rio São Francisco – e a eles juntar-se-ão os efeitos das obras de integração. Com volume cada vez mais reduzido e sofrendo todo tipo de degradação em suas matas ciliares e solos, o atual estágio do rio e suas adjacências apresentam problemas capazes de impedir a operação, manutenção e sustentabilidade do PISF, de acordo com o relatório da Controladoria Geral da União (BRASIL, 2017b, p. 21-102). Do ponto de vista das condições hídricas, temos que as principais fontes de degradação da bacia do São Francisco são os lançamentos de efluentes industriais, domésticos e agroquímicos em suas águas, bem como a perda de solos e desmatamentos oriundos da agropecuária – justamente os modelos de ocupação aos que o PISF dará suporte.

A expansão dos programas de geração de hidroeletricidade, com um grande número de projetos hidroelétricos, abrangendo pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas hidrelétricas (UHEs), barragens de perenização e barragens de múltiplos usos, associados ao crescimento de polos para aquicultura – notadamente, carcinicultura e piscicultura – e da exploração intensiva de água, completam o quadro de predação e ameaças ao patrimônio hídrico regional, de acordo com o relatório de conflitos socioambientais da Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco (2008).

Ainda de acordo com o mesmo relatório, a expansão de monocultivos de gêneros tropicais – entre eles, cana-de-açúcar, coco, fumo, mamona –, bem como a expansão dos complexos minerário-siderúrgico-madeireiro – para a produção, em especial, de carvão, eucalipto e salitre –, em detrimento da agricultura camponesa e dos modos de vida das populações da bacia – indígenas, quilombolas, vazanteiros, brejeiros, catingueiros, etc. –, são os fatores mais característicos do modelo de desenvolvimento do vale do rio São Francisco, dos quais o PISF é resultado direto e, por extensão, procura reproduzir e expandir.²⁰

De acordo com Castro e Pereira (2017, p. 75), a pressão adicional sobre os recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio São Francisco, promovida pelo PISF, e os

²⁰ Note-se que os impactos ambientais decorrentes da expansão do agronegócio globalizado no Brasil, que já se observam em escala por toda a Bacia do rio São Francisco, são: o desmatamento dos biomas regionais, em especial cerrado e caatinga; diminuição da bio e agrodiversidade; uso intensivo de água e solo, tendo como horizonte sua escassez e degradação, não raras vezes associado à sua contaminação pela utilização excessiva de agroquímicos, tais como agrotóxicos, corretivos, fertilizantes e antibióticos.

programas de revitalização do Governo Federal, deveriam organizar medidas para garantir um consumo racional da água na bacia, evitando a superexploração da vazão do rio e seus afluentes. Todavia, oferecem o contrário, sobretudo quando observados do ponto de vista do incremento à irrigação, pecuária e ocupação que o PISF visa subsidiar.

O aumento da *pegada hídrica*²¹ em uma região relativamente carente de água como o semiárido brasileiro é um problema de grande relevância, pois o uso de água para além de seus limites de exploração pode contribuir para seu esgotamento precoce – conforme já podemos observar no rio São Francisco²² e nos reservatórios nordestinos (Gráfico 4). Assim, “a concentração de fluxos exportadores sobre fatores escassos (água no semiárido) pode engendrar desequilíbrios insanáveis à insustentabilidade do desenvolvimento da região” (SANTANA FILHO, 2007, p. 15), sobretudo quando observada a possibilidade de episódios prolongados de estiagens.

A quantidade e qualidade da água (superficial e subterrânea) é condicionada por variáveis naturais ligadas, por exemplo, ao regime de chuvas, escoamento superficial, geologia e cobertura vegetal (BRASIL, 2018, p. 19), mas sobretudo por ações antrópicas, como o lançamento de efluentes, desmatamento, manejo dos solos e a pressão geral que se exerce sobre os recursos extraídos e (ou) modificados.

De acordo com o relatório da Agência Nacional de Águas, intitulado *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil* (BRASIL, 2018, p. 29), “a demanda por uso de água

²¹ “A pegada hídrica é um indicador do uso da água que considera não apenas o seu uso direto por um consumidor ou produtor, mas, também, seu uso indireto. A pegada hídrica pode ser considerada como um indicador abrangente da apropriação de recursos hídricos, vis a vis ao conceito tradicional e restrito de captação de água. A pegada hídrica de um produto é o volume de água utilizado para produzi-lo, medida ao longo de toda cadeia produtiva.” (HOEKSTRA, A. et ali., 2011, p. 02). **Manual de Avaliação de Pegada Hídrica**. Estabelecendo o padrão global. Disponível em: <<http://ayhoekstra.nl/pubs/Hoekstra-et-al-2013-ManualDeAvaliacaoDaPegadaHidrica.pdf>>. Acesso em 07 Jan. 2019. Os valores referentes à pegada hídrica dependem substancialmente de fatores endógenos, como as características hidrográficas e climáticas da região. Deste modo, uma pegada hídrica grande torna-se sustentável em áreas ricas em água enquanto, ao contrário, uma pegada hídrica pequena pode comprometer a sustentabilidade em áreas com escassez de água – fator que, em tese, inviabiliza a defesa de um modelo agrícola altamente dependente de irrigação, como aqueles ligados aos monocultivos de frutas tropicais, em áreas de semiárido – estejam ou não suas bacias perenizadas pelo manejo de água.

²² Entre eles, destacam-se o assoreamento do rio, ocasionando o aparecimento de areais e o rebaixamento médio de seu leito, bem como o avanço da cunha salina – salinização na região da foz do rio. Sobre o assoreamento e redução de seu leito Cf. “Estudo revela que o leito do rio São Francisco recebe 23 milhões de toneladas de sedimentos por ano”. O Estado de Minas, 24 Set. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/09/24/interna_gerais.903045/estudo-revela-que-leito-do-rio-sao-francisco-recebe-23-milhoes-de-tone.shtml> Acesso em: 06 Jan. 2018. Sobre avanço da cunha salina Cf. “Interferência no Rio São Francisco faz água do mar invadir seu leito”. O Globo, 06 Jun. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/interferencia-no-rio-sao-francisco-faz-agua-do-mar-invadir-seu-leito-19443562>> Acesso em: 07 Jan. 2018.

no Brasil é crescente, com aumento estimado de aproximadamente 80% no total retirado de água nas últimas duas décadas. A previsão é de que, até 2030, a retirada aumente 24%”, fator que, por si, “deverá amplificar os problemas causados pelas estiagens prolongadas e a precária infraestrutura nacional de distribuição” (BORGES, 2018, s/n).

O histórico da evolução dos usos da água, prossegue o relatório, está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento econômico adotado, sendo que o maior uso de água no Brasil e no mundo é realizado pela agricultura irrigada. “Esse uso corresponde à prática agrícola que utiliza um conjunto de equipamentos e técnicas para suprir a deficiência total ou parcial de água para as culturas, e varia de acordo com a necessidade de cada cultura, tipo de solo, relevo, clima e outras variáveis” (BRASIL, 2018, p. 29). A alta vulnerabilidade decorrente de um *balanço hídrico*²³ desfavorável nas Bacias do Nordeste Setentrional, associada à forte antropização do meio e implantação de uma agricultura biologicamente inapta às condições ambientais locais, podem agravar a situação e levar a períodos de crise hídrica por escassez ao conduzir, crescentemente, a formação de um sistema fortemente dependente de consumo e retirada de água em grande escala – bem como enorme dependência de fertilizantes, corretivos e agrotóxicos que viabilizem a produção.

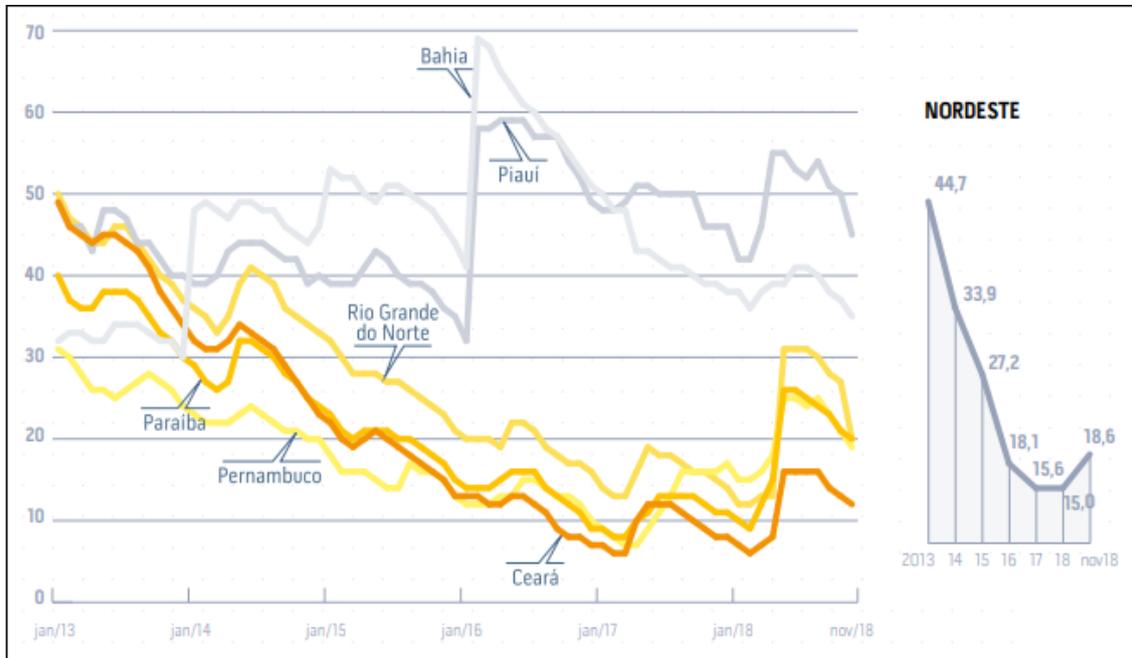
O que se projeta, pois, a partir das obras de integração de bacias é o aumento da pressão sobre os recursos naturais territorializados (solo e água) e das disputas fundiárias, dadas as condições criadas para uma ampliação dos monocultivos irrigados no interior nordestino. Por um lado, estes projetos atendem às demandas das cadeias internacionalizadas de produção de valor (agronegócio globalizado) às quais a economia brasileira, na condição de economia dependente, busca adequar-se;²⁴ por outro lado, prometem agir, ou são constituídos como, um instrumento de desenvolvimento

²³ “Quando comparadas as demandas de uso da água, em termos quantitativos e qualitativos, com a quantidade de água disponível, obtém-se o *balanço hídrico*, que é elaborado em suporte à gestão da água” (BRASIL, 2018, p. 29; *grifo nosso*).

²⁴ “Para atender ao mercado interno e aos diversos mercados externos dos quais o Brasil já participa, a proposta da SAE [Secretaria de Assuntos Estratégicos, vinculada ao Ministério da Integração Nacional] é multiplicar, até 2022, a produção atual da área energética de forma acentuada (150% a produção e em 50% a produtividade agrícola e industrial de etanol combustível; e em 300% a geração de bioeletricidade); na área externa, as perspectivas são igualmente importantes (100% o volume de exportação de produtos agrícolas; 150% a exportação de produtos agrícolas processados; 100% o faturamento do setor de exportação do agronegócio, em valor presente; e em 125% o saldo da balança comercial do agronegócio, em valor presente). Também segundo as diversas lavouras, criações e recursos florestais, o crescimento estimado tanto para produção quanto para a produtividade são bastante fortes. Com isso, em 2022, a complexidade e o dinamismo da agricultura e da agroindústria brasileira, já verificados na atualidade, serão ampliados de forma significativa.” (BRASIL, 2011, p. 12-13).

regional²⁵ – clara evidência de um novo *padrão de reprodução do capital* (OSÓRIO, 2012), baseado na exploração e exportação de especialização produtiva (*commodities* agrominerais, insumos alimentares e bens industrializados de baixíssimo valor agregado).

Gráfico 4: Evolução do volume médio dos reservatórios do Nordeste do Brasil



Fonte: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Agência Nacional das Águas (BRASIL, 2018). Os valores referem-se ao percentual de volume armazenado com relação à capacidade dos reservatórios.

²⁵ Adequado àquilo que se caracterizou como uma “Política Nacional de Irrigação”, comprometida com a promoção da irrigação “como instrumento de eficiência na produção agrícola e de erradicação da pobreza com a geração de emprego e renda”. Sobre a Política Nacional de Irrigação como um instrumento do desenvolvimento regional nestes termos Cf. A Nova Secretaria Nacional de Irrigação e sua relação com o desenvolvimento regional. In: **Boletim Regional**. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, nº 13, 2011, p. 12-17.

Capítulo 3

A estruturação urbana e regional a partir das obras do PISF: o caso da região de *Salgueiro e entorno*.

3.1 O território de *Salgueiro e entorno*.

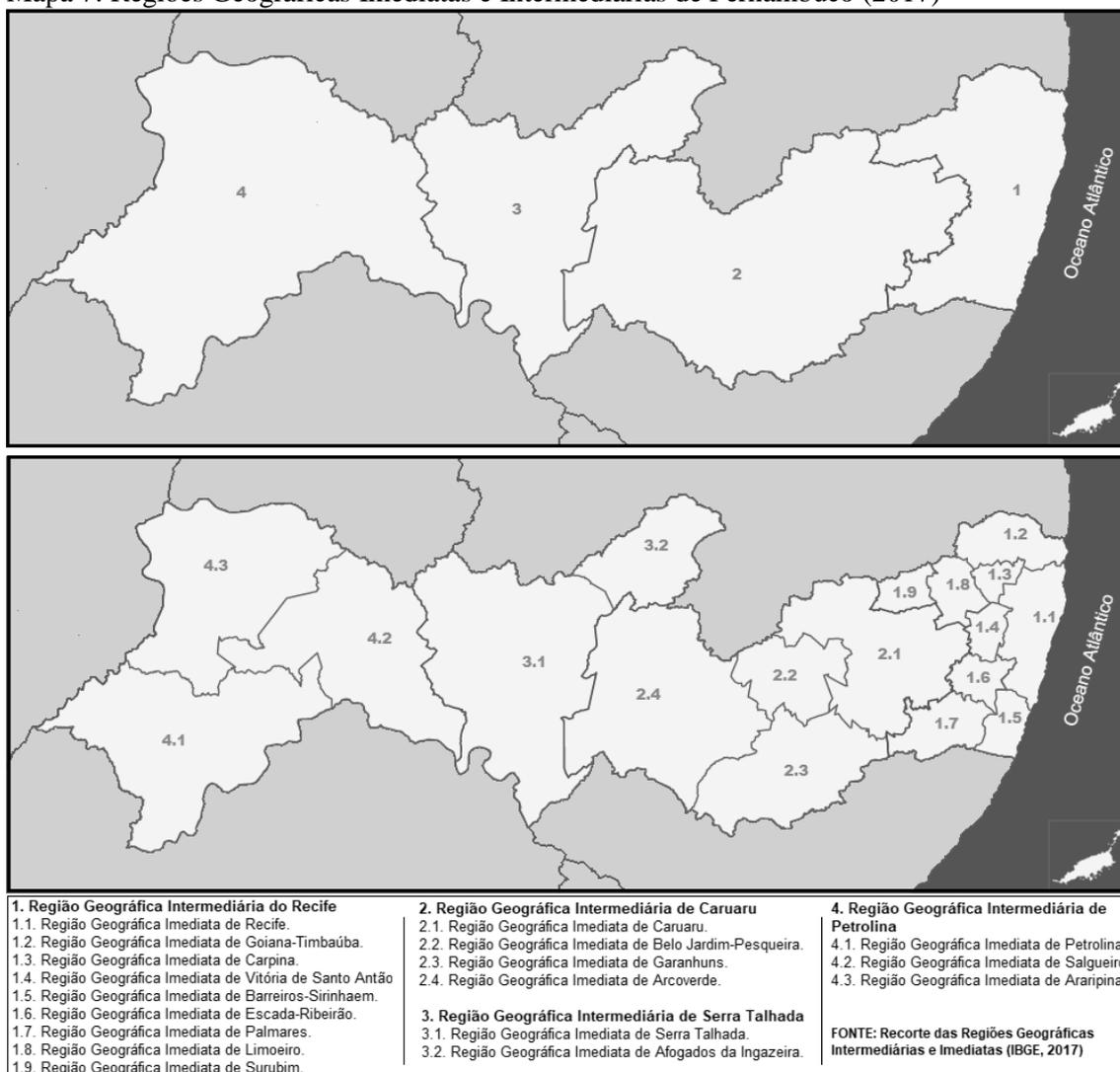
Localizada no Sertão do Estado de Pernambuco, a Região de *Salgueiro e entorno* é composta por municípios pertencentes a duas *Regiões Geográficas Imediatas* (mapa 7),¹ compreendendo uma extensão territorial de 13. 556,57 km².

Proposta como uma região de planejamento, desenvolvimento e aportes estratégicos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), em função da “grande concentração de investimentos públicos, com importantes projetos de infraestrutura” entre os anos de 2007 e 2014 (PERNAMBUCO, 2017, p. 06), esta região compreende os municípios de Cedro, Mirandiba, Parnamirim, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova, Verdejante, Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Cabrobó e Salgueiro – este último na qualidade de principal centro urbano e econômico da região (mapa 8).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável de Salgueiro e entorno (PERNAMBUCO, 2017, p. 15) “cada município situado nesse território apresenta peculiaridades territoriais, ambientais, econômicas e sociais” cuja dinâmica recente permitiu entendê-los como polos de interiorização de projetos e negócios, bem como “eixos estratégicos e respectivas linhas de ação” de políticas públicas para o crescimento.

¹ De acordo com o IBGE, “a Divisão Regional do Brasil consiste no agrupamento de Estados e Municípios em regiões com a finalidade de atualizar o conhecimento regional do País e viabilizar a definição de uma base territorial para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos. Ademais, visa contribuir com uma perspectiva para a compreensão da organização do território nacional e assistir o governo federal, bem como Estados e Municípios, na implantação e gestão de políticas públicas e investimentos”. Assim, ainda de acordo com o site oficial do instituto, ao longo de todo século XX, “foram elaboradas pelo IBGE divisões regionais contemplando os conceitos de Zonas Fisiográficas (década de 1940 e 1960), Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas (1968 e 1976, respectivamente) e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1990)”, recentemente atualizado segundo o recorte de Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017), incorporando mudanças ocorridas no território ao longo das últimas décadas. Cf. **Divisão Regional do Brasil: O que é**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/2231-np-divisoes-regionais-do-brasil/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Sobre os atuais critérios de região e regionalização Cf. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Acesso: 07 Ago. 2019).

Mapa 7: Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de Pernambuco (2017)



Fonte: André Paiva Rodrigues, 2019.

Conforme esclarece Coelho et. al. (2015, p. 324), atualmente Salgueiro é considerado o município mais desenvolvido da região, por apresentar Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e renda *per capita* superiores aos outros municípios, correspondendo respectivamente a 0,699 em 2010 e R\$ 11.762,87 em 2016, bem como taxas superiores de urbanização (80,72%), de infraestrutura e *valor adicionado bruto*² – exercendo evidente primazia econômica sobre a região e maior poder de concentração demográfica (tabela 7 e mapas 9, 10, 11).

² Valor Adicionado Bruto (VAB), aqui, refere-se ao total que cada setor da economia (agropecuária, indústria, comércio e serviços) acresce ao montante de tudo que foi produzido em uma determinada região.

Mapa 8: Região de Salgueiro e entorno



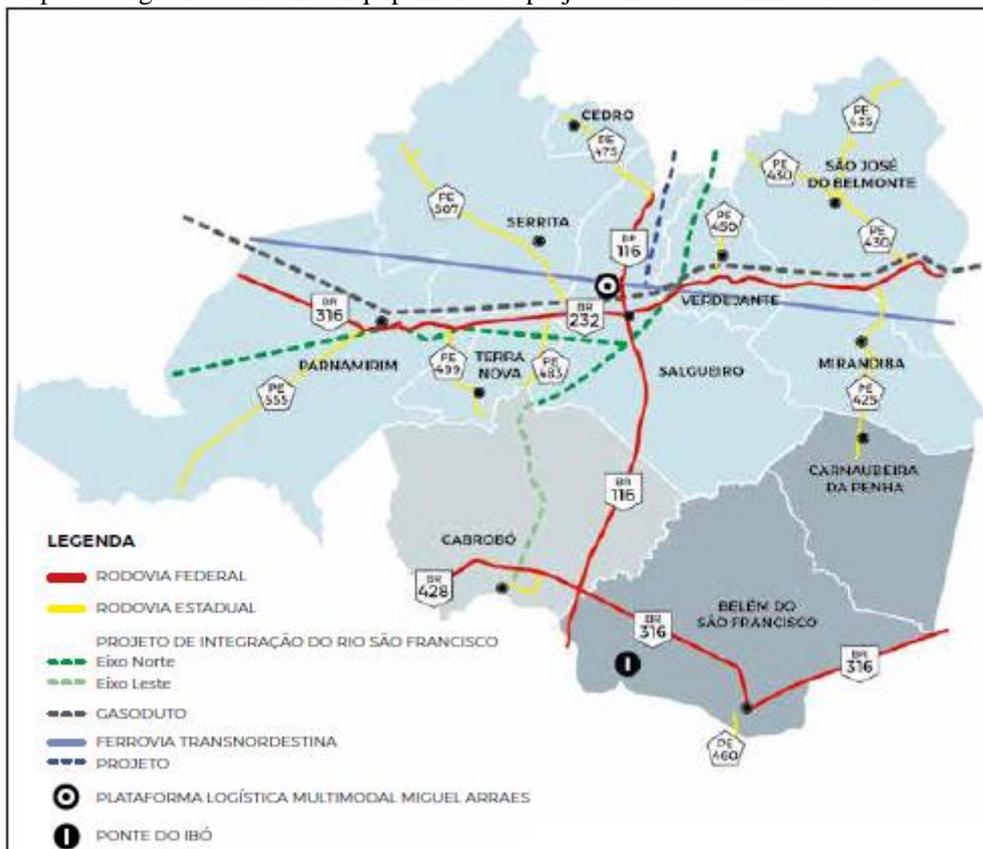
Fonte: André Paiva Rodrigues, 2020.

Tabela 7: Salgueiro e entorno: Território, População e Dados Socioeconômicos

MUNICÍPIO	ÁREA km²	POPULAÇÃO 2010			ESTIMATIVA POP. 2015	DENSIDADE Hab/km²	TAXA DE URBANIZAÇÃO	IDHM 2010	PIB PER CAPITA 2016
		TOTAL	URBANA	RURAL					
BELÉM DO SÃO FRANCISCO	1830,80	20.253	12.582	7.671	20.675	11,06	62,12	0,642	R\$ 6.409,73
CABROBÓ	1657,71	30.873	19.798	11.075	33.247	18,62	64,13	0,623	R\$ 9.924,80
CARNAUBEIRA DA PENHA	1004,66	11.782	1982	9.800	12.603	11,73	16,82	0,573	R\$ 4.814,29
CEDRO	148,75	10.778	6.291	4.487	11.515	78,45	58,37	0,615	R\$ 5.849,57
MIRANDIBA	821,68	14.308	7.141	7.167	15.098	17,41	49,91	0,591	R\$ 6.971,05
PARNAMIRIM	2621,42	20.224	8.377	11.847	21.193	7,79	41,42	0,599	R\$ 6.827,88
SALGUEIRO	1686,81	56.629	45.713	10.916	59.769	33,57	80,72	0,669	R\$ 11.762,87
SÃO JOSÉ DO BELMONTE	1474,09	32.617	16.168	16.889	33.677	22,13	49,57	0,610	R\$ 6.047,36
SERRITA	1538,44	18.331	6.356	11.975	19.017	11,92	34,67	0,595	R\$ 5.590,93
TERRA NOVA	296,18	9.278	5.014	4.264	10.185	28,95	54,04	0,599	R\$ 5.358,65
VERDEJANTE	476,04	9.142	2.692	6.450	9.450	19,20	29,45	0,605	R\$ 5.350,71
TOTAL	13556,57	234.215	132.114	102.541	246.429	17,27	56,40	0,611	R\$ 6.809,80

Fonte: IBGE, 2016 (apud PERNAMBUCO, 2017, p. 15).

Mapa 9: Salgueiro e entorno: Equipamentos e projetos na área de infraestrutura



Fonte: CODEPE/FIDEM (PERNAMBUCO, 2017, p. 40).

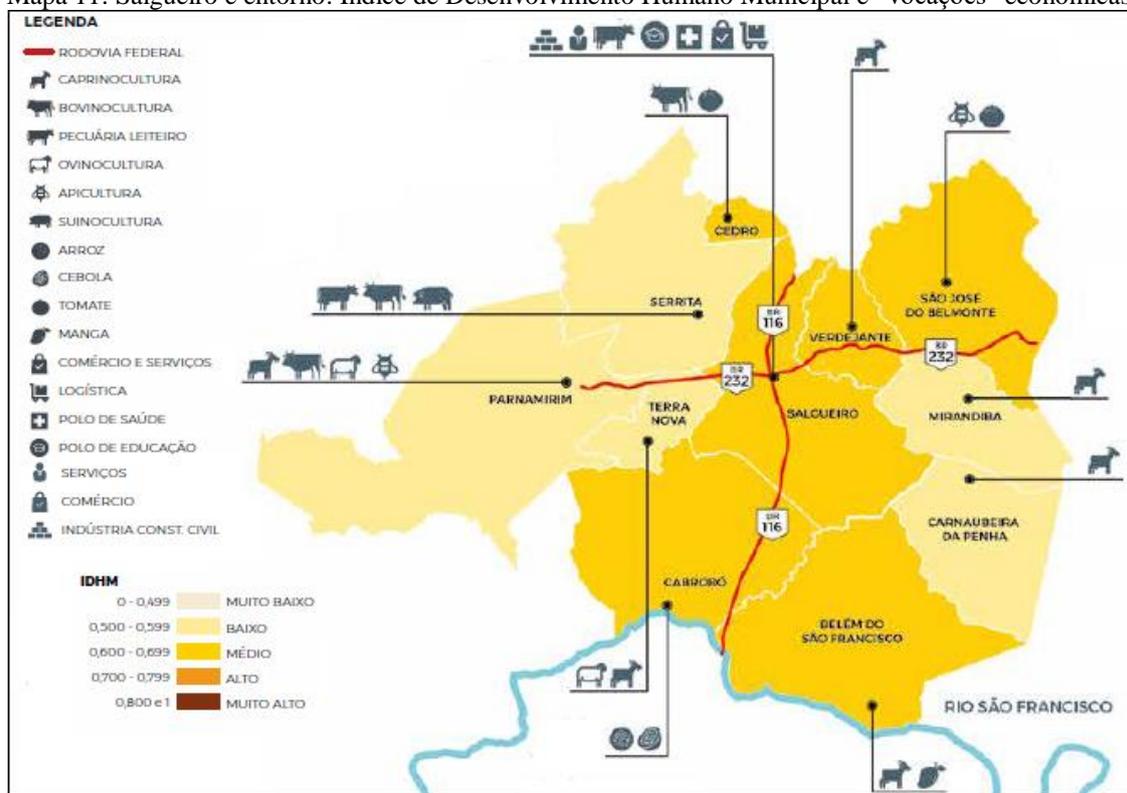
A condição de Salgueiro como polo em escala microrregional, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Salgueiro e entorno (PERNAMBUCO, 2017, p. 42) é, nos termos do documento, *irreversível* – mesmo se mantida uma condição inferior a outros municípios médios e grandes do Estado. Ainda de acordo com o texto, “a posição geográfica, combinada à singular relação com dois vetores de conexão macrorregionais nas direções Norte-Sul e Leste-Oeste [o cruzamento das rodovias BR-232 e BR-116], ofertam uma oportunidade ímpar”, fortalecendo ainda mais sua vocação de cidade-polo, “quando somada essa condição à instalação da ferrovia Nova Transnordestina e ao Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF”.

Um conjunto de fatores conferem a Salgueiro a condição de polo de desenvolvimento regional, sobretudo pela concentração de investimentos estruturadores em andamento como o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF e a Nova Transnordestina. Além disso, apresenta oferta de serviços de saúde de média e alta complexidade, contando ainda com serviços especializados do HEMOPE [Fundação Hemocentro de Pernambuco] e do IMIP [Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira], e com clínicas de Oftalmologia e Nefrologia. Também dispõe de UTI, em modelo de Parceria

Por outro lado, Carnaubeira da Penha é o município com menor índice de renda *per capita* (R\$ 4.814,29) e que se apresenta como último em termos de IDHM (0,573) e equipamentos e projetos na área de infraestrutura. Sua economia é predominantemente voltada para atividades agropecuárias, com destaque para o cultivo de frutas (como caju, goiaba, banana) e rebanho de caprino (43 469 cabeças) – o terceiro maior de toda região em estudo, de acordo com Censo agropecuário do IBGE (BRASIL, 2017).³

No município de Carnaubeira da Penha, conforme dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), “a agropecuária envolve a maior parte da população ocupada e representa a maior parte do valor adicionado pela economia local com destaque para a produção para o próprio consumo (45,1%)” (PERNAMBUCO, 2017, p. 29). Estes dados colocam o município no pior lugar em termos de desenvolvimento e diversificação econômica da região.

Mapa 11: Salgueiro e entorno: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e “vocações” econômicas



Fonte: CODEPE/FIDEM (PERNAMBUCO, 2017, p. 43; *Adaptado*).

O “entorno” ao município de Salgueiro é responsável pela maior parte do produto agropecuário do território, destacando-se a produção de frutas, grãos e a

³ Ainda assim bem atrás dos municípios de Parnamirim (74.096 cabeças) e Belém do São Francisco (53.175 cabeças) de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (BRASIL, 2017).

caprinocultura em pequenas e médias propriedades (COELHO et. al., 2015, p. 325-330). A dinâmica econômica traçada a partir do *valor adicionado bruto* (VAB) da região (PERNAMBUCO, 2017; IBGE, 2017; COELHO et. al. 2015), confere aos municípios do entorno uma vocação evidentemente agropecuária (em contraste com a economia de Salgueiro, mais diversificada e centrada nos setores de comércio, serviço e indústria da construção civil).

A atividade agrícola de culturas temporárias – entendidas pelo IBGE como culturas de curta ou média duração (ciclo vegetativo inferior a um ano) que após a colheita necessitam de novo plantio para produzir – é de grande importância na economia do semiárido brasileiro gerando emprego e renda para pequenos produtores (COELHO et. al., 2015, p. 325), sendo também o tipo de agricultura característica do “entorno” do município de Salgueiro.

São José do Belmonte, Serrita, Cedro e Parnamirim lideram a produção de culturas temporárias possuindo, respectivamente, um total de 6.476, 034; 4.689, 570 e 2.661, 111 hectares de terras utilizadas para tal fim, contabilizando 2.202; 1.259; 577 e 785 estabelecimentos agrícolas deste tipo. Entre as culturas que apresentam maior importância nestes municípios estão cana-de-açúcar, feijão, mandioca, palma forrageira, milho e sorgo em grão e forrageiros de acordo com o censo agropecuário do IBGE (2017). Já com respeito às culturas permanentes – aquelas de ciclo vegetativo longo, que permitem colheitas sucessivas sem necessidade de novo replantio – destaca-se, novamente, São José do Belmonte isolado em primeiro lugar com 2.085, 192 hectares de área produtiva e 925 estabelecimentos agrícolas, também de acordo com o IBGE. As principais culturas produzidas são de frutas tropicais, especialmente banana, goiaba, caju, coco-baía e maracujá.

Na pecuária, Serrita, Parnamirim e São José do Belmonte apresentam as maiores extensões de terras para criação – 33.817,254 ha; 32.642,54 ha e 25.247,828 ha, respectivamente –, bem como as maiores quantidades de cabeças de gado, com especial destaque para pecuária bovina, ovina, asinina, equina e muar. Na pecuária caprina, a mais difundida na região, Parnamirim assume com vantagem a primeira posição, seguida de Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Salgueiro, Cabrobó, Mirandiba – todas com elevados números de animais e próximas entre si em termos de quantidade: 74.096 cabeças para o município líder, seguido em ordem decrescente 53.175; 43.469; 34.658; 31.658 e 21.451 cabeças (IBGE, 2017).

A região de *Salgueiro e entorno* não tem existência senão do ponto de vista daquilo que nos propomos a observar neste trabalho: como área de influência e transformações no sertão pernambucano, ocasionadas pelas obras do eixo norte do PISF – e, de igual maneira, pela estrada de Ferro Nova Transnordestina. Trata-se daquilo que Corrêa (2000, p. 27) chama de *região de planejamento capitalista*, “um território definido sobretudo por limites políticos-administrativos, os quais encerram problemas sociais e econômicos comuns”.

As regiões de planejamento são unidades territoriais através das quais se aplica um discurso de recuperação e (ou) progressismo, uma ideologia que tenta restabelecer um suposto equilíbrio rompido com o processo de desenvolvimento (CORREA, 2000) ou instaurar um moderno/novo padrão de reprodução do capital (OSÓRIO, 2017), capaz de elevar sua produtividade espacial e utilizá-la como ferramenta de inserção e competição do ponto de vista da hierarquia dos lugares (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

As ações que decorrem a partir de uma região de planejamento visam essencialmente uma maior integração da região ao modo de produção capitalista, em sua versão dominante; atua, de igual maneira, sobre as formas que a luta de classes e os conflitos sociais assumem em função do novo ritmo e forma de acumulação impostas. Enquanto elemento mais básico da política territorial – aquele que define o recorte de tais políticas e da inversão de capitais – presta-se à “adaptação permanente das formas e das normas” (SANTOS, 1998, p. 54); no caso como se dá este processo na história econômica brasileira, transforma a reserva e os produtores da acumulação primitiva tradicionais em combustível à implantação do “novo”, recriando os termos entre o arcaico e o moderno (OLIVEIRA, 2008), definindo uma típica configuração e funcionamento dos territórios no Brasil, marcada por forte heterogeneidade estrutural que repõe eternamente o discurso da necessidade do desenvolvimento regional e urbano sem jamais alcançá-lo (fatores que justificam um recorte a partir de uma regionalização que prioriza um “planejamento capitalista” àqueles tradicionais).

A noção de “*Salgueiro e entorno*”, deste modo, não se refere à regionalização proposta pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), que tradicionalmente dividia o estado a partir das chamadas Meso e Microrregiões de Desenvolvimento e, mais recentemente, em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (mapa 7), mas através da proposta de regionalização da *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE) e da *Agência de Planejamento e Pesquisa do Estado de Pernambuco* (CONDEPE/FIDEM), apresentada como um plano de

desenvolvimento regional (PERNAMBUCO, 2017) ou, nas palavras do próprio documento, “instrumento orientador” das iniciativas de diferentes atores sociais e econômicos de forma a alcançar o desenvolvimento “consolidando a região como polo dinâmico de interiorização do desenvolvimento do Estado”.

3.2 Salgueiro e entorno: crescimento urbano e das funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio e mineração.

Os grandes projetos de desenvolvimento na atual fase mundializada de produção, circulação e consumo – globalização – demandam sobre os territórios que são instalados, uma nova e crescente composição de objetos técnicos, científicos e informacionais dispostos em forma de sistemas solidários a círculos mais amplos de reprodução do valor (SANTOS, 1998; 2000; 2013 e SANTOS & SILVEIRA, 2001); “novos fixos e fluxos, novos sistemas de objetos e de ações para consolidação de uma nova base produtiva e logística capaz de imprimir velocidade e fluidez, atributos fundamentais na reprodução do capital” (GTAgrária das AGBs Rio de Janeiro e Niterói, 2015, p. 182).

Seguindo estes pressupostos, será precisamente no nível das forças produtivas – ou formas de reprodução do capital – que residem as transformações que abrem as possibilidades mais ricas para o estudo a que nos propomos, a saber, os impactos das obras de integração de bacias na região de *Salgueiro e entorno*. O crescimento significativo em metalurgia, têxtil/confecções, administração técnico-profissional, alojamento, alimentação e construção civil – este último, na ordem de 2.850% na primeira década deste século – de que nos fala Coelho *et. al.* (2015, p. 324), é reflexo direto deste processo.

As transformações impostas a *Salgueiro e entorno* como consequência das obras de transposição do rio São Francisco se dão, sobretudo, na intervenção do Estado sobre seu rebaixado nível e diversidade de meios de produção – um movimento de criação e incremento da composição constante de capital em grande escala. Aquilo que ideologicamente é anunciado como um socorro às regiões e populações sertanejas mais carentes, trata-se, mais propriamente, da ação de um Estado capturado pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital, a fim de viabilizar o uso e ocupação do solo sobre áreas que até então se tratavam de um *exército de lugares de reserva* (SANTOS, 2013 *apud* ELIAS, 2006, p. 65), nos termos de uma agricultura hodierna – tal como praticada em amplas áreas do vale do rio São Francisco (RIDE Petrolina-Juazeiro) e em

outros tantos trechos modernizados do Nordeste brasileiro (MATOPIBA, Zona da Mata) – e de uma produção corporativa do espaço habitado, tal como a descreve Santos (2013).⁴

Este incremento no nível das forças produtivas age no sentido de estreitar e complexificar “as relações do fenômeno econômico com a produção tecnológica”, isto é, no aumento da “*interação técnica e econômica*” (SILVA NETO, 2002, p. 06).⁵ Como consequência, segundo Santos (2013, p. 119), “infraestrutura e superestrutura se modificam fundamentalmente”, e o processo correspondente de urbanização e organização regional também conhecem mudanças. Neste contexto,

(...) o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pela sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções. As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação “nacional”, indispensável à realização do modelo nacional adotado. As respectivas tarefas são consideradas prioritárias e as aglomerações urbanas são preparadas para realizá-las a contento. As demais tarefas, consideradas menos relevantes, agregam-se, por necessidade funcional, mas de forma subordinada, às tarefas hegemônicas. A cidade se define segundo as modalidades dessas combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional e da amplitude da respectiva divisão territorial do trabalho. As atividades não hegemônicas são, em geral, deixadas à “espontaneidade” do mercado. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações (SANTOS, 2013, p. 119).

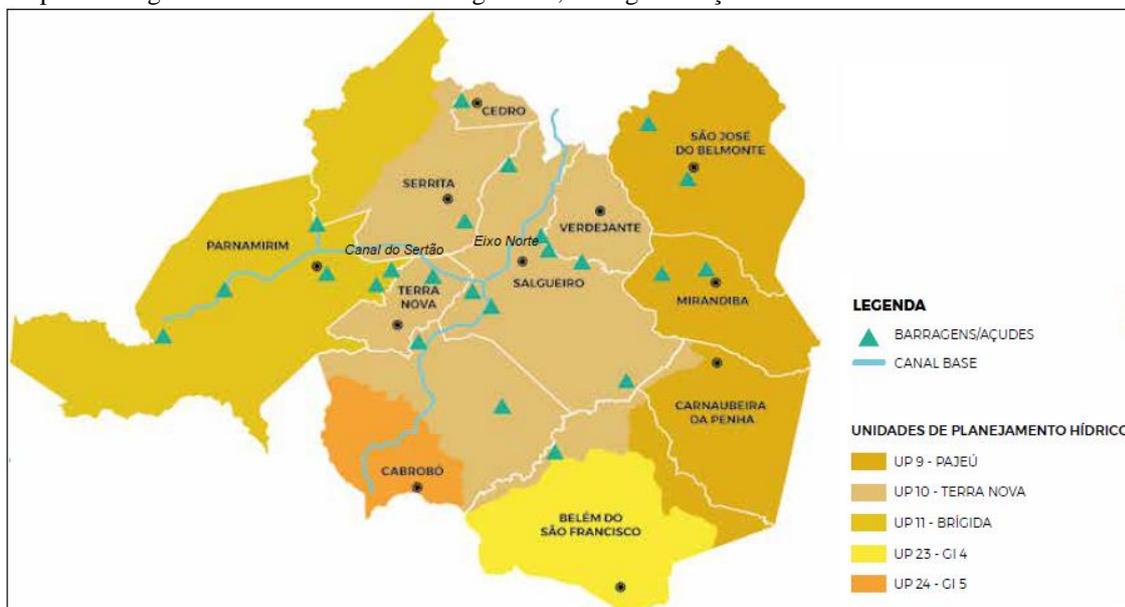
Entre os anos de 2007-2010 – auge das mobilizações dos canteiros das obras “símbolos” do projeto neodesenvolvimentista nacional (PISF e Estrada de Ferro Transnordestina) –, a região de *Salgueiro e entorno* viveu seus dias de maiores transformações sobre sua infraestrutura, Produto Interno Bruto (PIB) e reorganização regional. Entre os principais equipamentos e projetos concebidos na área de infraestrutura hídrica, diretamente ligados à estruturação do PISF em seu território, destacam-se a construção do canal do Entremontes – ramal que transfere a água do Eixo Norte de transposição para o oeste da *Região Geográfica Intermediária de Petrolina* –,

⁴ Cf. *Urbanização corporativa* em SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

⁵ “Quanto maior o ITE [*índice de interação técnica e econômica*] maior vantagem comparativa interlocalidades e, conseqüentemente, maior a potencialidade de desenvolvimento econômico local em bases endógenas. Quanto menores forem, mais reclamam a presença reguladora do Estado como fator de desenvolvimento local” (SILVA NETO, 2002, p. 07).

a instalação de perímetros irrigados para lavouras e os sistemas de integração das águas transpostas com os açudes e barragens, com fins à sinergia hídrica local (PERNAMBUCO, 2017, p. 21. Mapa 12).

Mapa 12: Salgueiro e entorno: Bacias hidrográficas, barragens e açudes



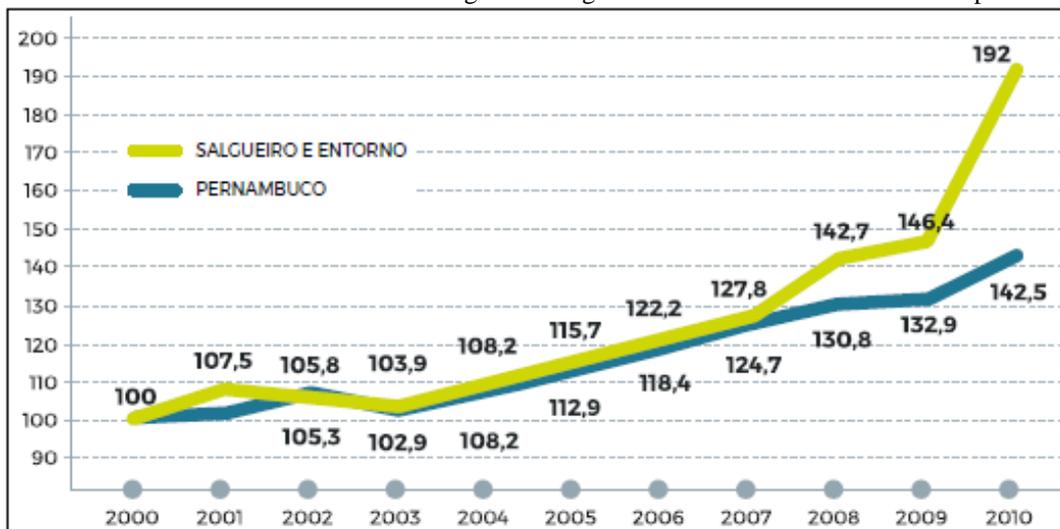
Fonte: CONDEPE/FIDEM (PERNAMBUCO, 2017, p. 21)

Em decorrência dos investimentos previstos, em implantação e concluídos a partir de 2007 – ano em que se iniciaram os chamados projetos estruturantes (PISF e Estrada de Ferro Transnordestina) em *Salgueiro e entorno* –, ainda devem ser mencionados investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em urbanização de assentamentos precários (R\$ 1,13 milhões) e saneamento básico (R\$ 41,18 milhões), entre 2007 e 2014, de acordo com dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2017, p. 14).

O conjunto destes investimentos, associados ao aumento do emprego e renda entre os anos de 2007 e 2014, aqueceram o comércio e serviço da região, impactando diretamente seu Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável de Salgueiro e Entorno* (2017, p. 20), o período de desenvolvimento acelerado “decorrente, sobretudo, da implantação de obras de infraestrutura, a exemplo do Projeto de Integração do Rio São Francisco (...)” fez com que a região passasse a crescer acima da média estadual no período de 2007 a 2010, “quando a taxa de crescimento do produto interno bruto foi de 14,5% ao ano, enquanto o produto estadual cresceu à taxa de 4,5% a.a.” – contrastando com o período anterior,

entre 2000 e 2007, período em que a área de *Salgueiro e entorno* acompanhou a evolução da economia pernambucana (Gráfico 5).

Gráfico 5: Crescimento do PIB bruto da região de Salgueiro e Entorno e Pernambuco comparados



Fonte: CONDEPE/FIDEM (PERNAMBUCO, 2017: 08-09)

Com o grande aporte de obras públicas, ainda de acordo com Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2017, p. 19), “dinamizou-se a economia local, o setor industrial, impulsionado pelo segmento de construção, saltou de 10,0% para 30,5% do valor adicionado bruto (VAB) da área”. Como consequência, os demais setores perderam importância relativa, fazendo com que setores tipicamente urbanos da economia se reforçassem na cidade de Salgueiro – com importantes implicações em suas funções de cidade primaz regional.

Encaminhando-se para se enquadrar naquilo que Sposito (2004 e 2006) classifica como cidade de médio porte – cidades entre 100.000 e 500.000 habitantes, com papéis regionais de intermediação nas relações econômicas e institucionais, na rede urbana – o crescimento observado na cidade de Salgueiro “trouxe na sua essência a *expansão* da rede de serviços, especialmente as de transporte, de alojamento, de alimentação, de educação e saúde, além de diversos segmentos do varejo” (PERNAMBUCO, 2017, p. 19; *grifo nosso*).

No plano das relações mais amplas, o que se projeta para a cidade é um reforço de seu papel de apoio ao agronegócio e mineração, sobretudo no campo da agrologística (logística de armazenamento e transporte),⁶ com importantes projetos nesta área, entre

⁶ A agrologística, neste contexto, é um segmento empresarial, mais do que apenas um conjunto de infraestruturas, que se ocupa especialmente do movimento (transporte, armazenagem, distribuição) de

os quais se destaca a *Plataforma Logística Multimodal Miguel Arraes* – um conjunto de instalações de centrais de cargas rodoviárias, sedes de operadoras de logística, estação de armazenagem aduaneira e um distrito agroindustrial associado⁷ – além, evidentemente, da estrada de ferro Transnordestina.

A Ferrovia Nova Transnordestina é um projeto privado da *Transnordestina Logística S.A.*, empresa do grupo *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)* que conta com financiamento público para sua construção (CNI, 2018, p. 65-69). Em princípio trata-se de um sistema de engenharia voltado prioritariamente ao transporte de minério de ferro proveniente do município de Paulistana no Piauí, considerada uma das maiores jazidas do Brasil. Todavia são evidentes os potenciais de uso que a estrada de ferro oferece à agroindústria regional (mapa 13).

Com extensão de 1.752 km, seu traçado abrange 81 municípios dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. A ferrovia tem início no município de Eliseu Martins (PI), com destino aos Portos de Pecém (CE) e Suape (PE), cuja derivação de ramais ocorre em Salgueiro, constituindo importante infraestrutura econômica de ligação do sertão ao litoral. Os trechos finalizados correspondem a 630 km do projeto e considerando os trechos em andamento, o projeto apresenta uma cobertura de 52% do traçado previsto (CNI, 2018, p. 79).

Do exposto, temos que a consecução da segurança hídrica nos termos propostos pelo PISF se articulará e dará novo sentido a estes dois projetos de infraestrutura em curso na região (a *Ferrovia Nova Transnordestina* e a *Plataforma Logística Multimodal Miguel Arraes*), dois grandes projetos de investimento que fortalecerão o papel de Salgueiro como cidade de suporte à economia primário-exportadora do sertão pernambucano e do semiárido como um todo. Ainda, a partir da dinâmica traçada pela indústria de construção civil e das atividades de comércio e serviços da cidade, contribuiu neste período para a ampliação de suas funções de intermediação, com efeitos diretos e indiretos sobre a interação econômica e institucional de seu “entorno”,

produtos e insumos da agroindústria e setores da mineração, bem como dos serviços associados, tais como gestão de fretes e seguros, controle de custos, burocracia de contratação, negociação e comércio, financiamento de infraestruturas, gestão de frotas, etc. Cf. Rota para o Futuro. Desenvolvimento Nacional pela Agrologística. In: **Engenharia**. São Paulo: Engenho Editora Técnica, n. 631, 2016.

⁷ Apesar do relativamente baixo valor estimado para sua implantação (R\$ 5 milhões) por envolver apenas obras de construção civil, esse projeto deverá ser um marco fundamental na ativação econômica do sertão pernambucano e dos estados limítrofes (PERNAMBUCO, 2017, p. 12), com destaque para o agronegócio globalizado que passará a contar com canais de armazenamento, transporte e comercialização de sua carga, em um quadro de segurança e sinergia hídricas garantidas pelo PISF.

remetendo àquilo que Sobarzo (2010, p. 32) entende como cidade no contexto de encruzilhada – isto é, local de articulações de relações próximas e distantes: a primeira referente ao seu entorno regional, na oferta de serviços imediatos, especialmente relacionados ao comércio, educação e saúde (horizontalidades); a segunda relacionada a vetores que se projetam para fora da região, nos círculos internacionais da produção e circulação, a partir de agentes com atuação global (verticalidades).

Mapa 13: Ferrovia Transnordestina



Fonte: Transnordestina Logística S.A., 2017.

Entre 2010 e 2013 observa-se que Salgueiro se qualifica no sentido de tornar-se local de realização de parte das atividades da cadeia produtiva de valor do agronegócio – seja de relações próximas ou distantes do município – pois, crescentemente, organiza-se como ponto de concentração de serviços, produtos e agentes necessários à agroprodução, bem como centro privilegiado de armazenagem, distribuição e transporte para círculos mais amplos – conforme atestam alguns dos projetos estruturantes em curso no município –, associado a uma relevante infraestrutura rodoviária, já consolidada, mas também em fase de modernização (mapa 9).⁸

⁸ A partir de 2007 foram aprovados investimentos da ordem de R\$ 43 milhões de reais em projetos de modernização rodoviária, dos quais se destacam a construção da Ponte do Ibó (concluído) em Belém do São Francisco, ligando o estado de Pernambuco à Bahia, e a pavimentação da estrada Conceição das Crioulas, em Salgueiro (PERNAMBUCO, 2015), ainda em curso, conforme observamos em campo.

A depender de uma organização e crescimento consistentes da agricultura comercial na região de *Salgueiro e entorno* – necessariamente, a partir dos sistemas técnicos do PISF –, a cidade de Salgueiro pode vir a desempenhar algo próximo àquilo que Elias (2006 e 2017) classifica como *cidade do agronegócio*, na qualidade de cidade adaptada às demandas do agronegócio globalizado: única em “sua” região com condições técnicas em fazê-lo atualmente (e com alguns processos já iniciados neste sentido, conforme descrevemos).

Por força do estágio ainda inacabado dos projetos estruturantes que cingem a região – todos, aliás, em atenção às demandas do agronegócio –, as funções de atendimento às necessidades do campo moderno ainda não são hegemônicas no conjunto de sua economia (PERNAMBUCO, 2017), porém “as ações estratégicas para o Desenvolvimento Econômico de Salgueiro”, conforme esclarece seu Plano Diretor (SALGUEIRO, 2008, p. 03-04), priorizam este modelo de crescimento, isto é, a ampliação e consolidação das infraestruturas e serviços ligados à agrologística e ao “potencial produtivo que estará disponível a partir do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, com especial atenção à gestão dos recursos hídricos dos açudes, dos cursos d’água e das águas subterrâneas do município”, bem como “o desenvolvimento tecnológico correspondente à possibilidade de aplicação de novas técnicas e processos para o aumento da produtividade na agricultura”.

Não queremos dizer com isto que o crescimento urbano de Salgueiro e a reestruturação técnico-produtiva de seu “entorno” no sentido de transformá-las, respectivamente, em *cidade do agronegócio* e *região produtiva do agronegócio*, nos termos propostos por Elias (2006 e 2017) e Elias & Pequeno (2015), estão inscritos na ordem necessária das coisas, como um fenômeno inexorável. O que buscamos ressaltar é que tomadas de decisão nesta direção – obtidas a partir do elevado incremento na interação técnica e econômica de *Salgueiro e entorno*, proporcionadas pelos projetos estruturantes – já foram dadas, bem como racionalizadas como modelo de desenvolvimento, nos termos da lei nº 1635/058 que institui o Plano Diretor do município primaz. As condições necessárias para a difusão do agronegócio globalizado e das novas dinâmicas urbanas em *Salgueiro e entorno* estão postas pelo PISF, ainda que meramente existir não seja condição suficiente para concretizá-las. Para sua realização, faz-se necessário um reaquecimento do crescimento econômico, dos preços das *commodities* e do mercado de terras; a atual crise econômica, política (“efeito” Lava

Jato) e ambiental (seca 2012-2017) paralisam esta dinâmica e jogam pesadamente contra todo este processo em curso – assunto que abordaremos mais adiante.

3.3 Salgueiro e entorno: Vilas Produtivas Rurais, reassentamento de populações e a nova relação campo-cidade.

A adição intensiva de objetos técnicos e sistemas de engenharia, a expansão de perímetros irrigados e o uso intensivo de corretivos químicos e fertilizantes necessários para a viabilização de uma agricultura comercial industrializada em áreas de semiárido – dadas suas características pedológicas e climáticas adversas, semelhante ao que ocorreu e vem ocorrendo em áreas de Cerrado –, além de “mudar a *composição técnica e orgânica da terra*”, permitem “expandir no campo o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização” (ELIAS, 2006, p. 62; *grifos no original*), bem como a dispersão de equipamentos, infraestruturas e unidades produtivas – consideradas até então tipicamente urbano-industriais – sobre seus territórios, tornando cada vez menos claras as diferenças morfológicas e o “cotidiano” (modos de vida e trabalho) entre campo e cidade (LEFEBVRE, 1999; MONTE-MOR, 1994; 2006).

Como consequência, do ponto de vista econômico, as cidades não podem mais ser identificadas como locais onde se concentram os meios de produção da indústria, comércio e serviços, tampouco o campo como o espaço onde estes mesmos meios produtivos – e, conseqüentemente, suas correspondentes relações sociais – tornam-se escassos ou mesmo esparsos. Cidade e campo hoje, e cada vez mais, fazem parte de um *continuum* (ROSA, 2010). O território agrário incorpora, crescentemente, “atividades que até então só eram desenvolvidas naqueles espaços considerados urbanos” (FOLADOR e TEIXEIRA, 2005, 02), possibilitados que estão pelo aumento de uma infraestrutura de transportes e comunicações que ampliaram o alcance da produção e circulação em todos seus aspectos.

Tais processos, reproduzindo aquilo que se observou nos países de capitalismo central ao longo do século passado, permitem que setores sociais urbanos se apropriem extensamente dos territórios ao seu redor, para implementação de seus modos de vida, produção e consumo, agora de forma dispersa, ao sabor de seus interesses (REIS, 2006, p. 20); a urbanização supera os limites das cidades e “explode” ou se estende por toda região (LEFEBVRE, 1999; MONTE-MÓR, 1994; 2006).

A consequência disso, por um lado, é a formação de áreas de urbanização dispersa ou fragmentada – formação de núcleos urbanos ou bairros espalhados pelo campo que se estendem por uma ampla área, separadas territorialmente, mas mantendo estreitos vínculos entre si e a sede municipal, como partes de um único tecido urbano (REIS, 2006, p. 12-15). Por outro lado, ocorre o aumento do número de pessoas residentes no campo com atividades não agrícolas e o “aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que buscam combinar a agricultura com outras fontes de rendimento, normalmente não vinculados diretamente ao processo de produção agropecuária” (FOLADOR e TEIXEIRA, 2005, p. 02).

Tais processos que podem ser descritos como uma “urbanização” do campo ou, em termos mais precisos, uma urbanização que se estende ao campo e o penetra, proporcionando novas morfologias e relações campo-cidade – *urbanização extensiva* (MONTE-MOR, 1994; 2006) –, é outro aspecto daquilo que, na região de *Salgueiro e entorno*, pode ser entendido como impactos das obras de transposição do Rio São Francisco (PISF). Em outras palavras, tal projeto age diretamente naquilo que define o processo de constituição das diferenças e relações entre campo e cidade.

As chamadas Vilas Produtivas Rurais (VPR) atendem a cada uma das características daquilo que estamos a descrever, a partir de Roberto Monte-Mór (1994 e 2006), como *urbanização extensiva*: fisicamente, formam manchas urbanas ou pontos urbanizados dispersos pelo campo, integrados a partir de grandes eixos de transporte entre si e a sede municipal, como partes de uma única cidade “mediante a expansão da base material requerida pela sociedade e pela economia contemporâneas” (MONTE-MOR 2006, p. 17); sob a ótica da adoção de novos modos de vida, trabalho e consumo (“cotidiano”) pela população, passam a ser locais onde cresce o exercício de novas atividades não-agrícolas, relacionadas à incorporação do modo de vida urbano – em especial, a possibilidade de obtenção de *renda da terra* em sua modalidade urbana, nas formas de ampliação da moradia, aluguel, turismo e lazer a partir dos lotes recebidos pelos reassentados.

Considerando a produção material do espaço, é importante observar que as VPR de Salgueiro possuem importante papel na (re)estruturação urbana do município, com evidentes condições – e mesmo tendência – de reorientar o sentido de expansão da

cidade, isto é, agindo como espécies de “extensores urbanos”⁹, já que estão localizadas nas áreas do entorno do núcleo urbano da sede, áreas que de acordo com a lei 1.635/08 que institui o Plano Diretor do município, possuem permissão de “parcelamento urbano, servindo como reserva de área para o crescimento ordenado da área urbana” (SALGUEIRO, 2008, p. 20).¹⁰

Essas áreas adquiridas e urbanizadas pela União, destinadas ao reassentamento das famílias desapropriadas pelas obras do PISF, passam a apresentar algumas feições e mesmo papéis semelhantes aos subúrbios em médias e grandes cidades. Equipadas que estão com lotes residenciais e produtivos (cada vez mais utilizados para construção, seja ampliação da casa recebida como para uma segunda residência), infraestrutura básica hídrica e elétrica, acesso aos serviços sociais básicos de educação e saúde (escolas de ensino fundamental I e II; posto de saúde), áreas para comércio, templos religiosos e lazer, estas vilas já apresentam indícios característicos da forma como se dá a expansão territorial urbana no Brasil – tradicionalmente acelerada, conforme indica Sposito (2010, p. 122), através da “implantação de loteamentos [resultantes da iniciativa do poder público em construir conjuntos habitacionais nos entornos urbanos], pela imediata ou não incorporação imobiliária destes lotes, pela construção de equipamentos industriais, comerciais e de serviços de grande porte”.¹¹

Os processos de suburbanização transformam, crescentemente, os arredores da cidade, inicialmente ocupados por atividades rurais, em espaços que vão se tornando

⁹ Extensores urbanos são grandes objetos ou conjunto de equipamentos que direcionam o crescimento das cidades, integrando seus núcleos secundários. Tais infraestruturas variam em termos de formas, funções e dimensões, mas apresentam sempre as mesmas consequências no processo de expansão das cidades – i.e. fazem-nas estender (NETO SILVA, 1990, p. 14). A implantação deste tipo de infraestrutura, ainda de acordo com o autor, pode ser caracterizada por seu porte “agigantado”, por um relativo distanciamento das áreas urbanas mais densamente ocupadas e por uma capacidade retransmissora de uma dada organização espacial. Cf. SILVA NETO, *Op. Cit.*, p. 12-19. **Extensores urbanos: proposta de um conceito auxiliar para análise da organização territorial.**

¹⁰ De acordo com o próprio Plano Diretor municipal (SALGUEIRO, 2008, p. 20), está entre as principais ações estratégicas de ordenamento do crescimento e planejamento da expansão urbana do município justamente “estimular a expansão urbana no lado norte e oeste da sede”, exatamente no sentido onde estão localizadas as VRP do município (Cf. MAPA 4, CAPÍTULO 2) sendo permitida, ainda, em suas adjacências, “na parcela do território no qual predominam as atividades agrícolas” (*zona rural* na classificação da seção II do documento, referente ao zoneamento) “a figura do condomínio rural como área de lazer e turismo rural de baixa intensidade de ocupação”.

¹¹ “Por meio de extensores [urbanos] e de programas de habitação popular, a cidade aumenta desmesuradamente a sua superfície total e este aumento de área encoraja a especulação, o processo recomeçando e se repetindo em crescendo. E, afinal, os pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou que lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou lhes dão, sujeitos que estão, na cidade corporativa, à lei do lucro.” (SANTOS, 1998b, p. 46).

suburbanos para, na sequência, tornarem-se de fato urbanos (SPOSITO, 2010, p. 122). Esse processo, relativamente lento, prossegue a autora, “resulta da somatória de pequenas iniciativas individuais, não articuladas entre si, referentes à mudança de uso de uma parcela da terra rural para uso urbano e/ou desmembramento de uma parte dela para fins residenciais”, em geral (e primeiramente), “voltados ao lazer de finais de semana e, depois, assumidos como primeira moradia”.

Muitas famílias das VPR de Salgueiro têm aplicado o dinheiro para ampliação da casa que receberam como direito ao reassentamento nas vilas. Outros, ainda, utilizam parte dos lotes destinados originalmente à produção agrícola e pecuária, para construção de uma segunda residência para familiares ou mesmo para renda.¹² Tal como esclarece Nogueira (2018, p. 10) “antes mesmo da finalização da construção das casas nas vilas (...) as famílias já começaram a interagir nas obras”. Já nos primeiros anos, ainda de acordo com a autora, nota-se um padrão de reforma nas casas, assim como pequenas construções no lote residencial.¹³

Imagem 2: Construções nas VPR de Salgueiro



¹² Muitas famílias das VPR de Salgueiro têm “aplicando o dinheiro para ampliar a casa de três quartos que receberam nas vilas produtivas rurais (...) a família da agricultora Maria de Lurdes dos Santos se mudou em peso para o local, cada irmão em uma casa. Os primos brincam juntos. ‘Eu achei ótimo, achei bom demais. Outra coisa que lá a gente morava dentro da casa dos meus pais e hoje eu tenho minha casa’, comemora.” Cf. **Obras de transposição modifica jeito de viver no interior de Pernambuco e Paraíba**. Portal G1 de notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/02/obra-da-transposicao-modifica-jeito-de-viver-dos-sertanejos-de-pe-e-pb.html>>. Acesso 21 Jan. 2019

¹³ “As principais mudanças verificadas nas casas são a ampliação das cozinhas, ou mesmo a construção de uma segunda cozinha nos fundos da casa, a construção de garagens, quartinhos de despejo e varandas ao redor das casas. Com menor incidência, porque dispendioso, vimos a substituição das portas e janelas de ferro por congêneres de madeira. Em alguns lotes já se verifica, ainda, a edificação de novas casas e outros tipos de imóveis, como uma quadra de futebol *society*, uma quadra de forró. Até o momento foram construídas seis novas casas de moradia na Vila, sendo uma para um senhor viúvo que cedeu sua própria casa para um filho que se casou, e outras cinco para a constituição de um novo chão de casa para novos casais, filhos dos reassentados” (NOGUEIRA, 2018, p. 11).



Fonte: André Paiva Rodrigues, 2019.

Conforme indica Sposito (2010, p. 124), os negócios relativos à transformação da terra rural em terra urbana são muito interessantes aos proprietários, pois permitem a obtenção de uma *renda da terra urbana*. A partir da lógica de produção do espaço urbano que cresce transformando terra rural em terra urbana – como o que se verifica nas VPR de Salgueiro –, “a cidade estende-se para além dela (...) sem imediatamente, transformá-las em terra de uso e ocupação urbanos”, produzindo “uma nova configuração econômica e social, na qual as especificidades do campo e da cidade, bem como de suas populações diminuiriam na mesma intensidade em que o campo se tornasse um local pluriativo” (ROSA, 2010, p. 190), isto é, local do exercício de novas

funções, marcado pelo aumento das atividades não agrícolas – em especial, moradia, turismo e lazer.¹⁴

Faz-se interessante notar um segundo efeito ligado ao processo de retirada da população residente na faixa de obras do PISF para as VPR: a ação direta que tais deslocamentos incidiram sobre as sedes de municípios. Por ocasião da migração temporária e (ou) definitiva de pessoas da área rural para urbana, incrementou-se o processo de urbanização e o preço da terra urbana das cidades da região, em especial em Salgueiro.¹⁵ Parte considerável das pessoas que aguardavam a construção das VPR permaneceram nas cidades após a conclusão das obras, sobretudo os mais jovens – não obstante a dificuldade de adaptação em ambiente urbano de idosos e uma parte dos agricultores.¹⁶

Outros tantos desapropriados, classificados como “*moradores*” sem título de posse – aqueles que não sendo proprietários de terras, mas moradores “de favor” na casa de seu patrão ou então prestadores de algum tipo de serviço para o proprietário de terra, não receberam nenhum auxílio governamental – e médios proprietários ou *moradores com benfeitorias* que excedessem R\$30.000,00 para efeito de indenizações na desapropriação, não receberam lotes na VPR (FERNANDES, 2019, s/n), tendo boa parte se encaminhado para as sedes de municípios. Ainda, pôde-se observar o fenômeno de algumas comunidades rurais que não foram realocadas em vilas produtivas, mas entraram em processo de desaparecimento, em função das transformações introduzidas pelas obras e equipamentos instalados do projeto de transposição, com boa parte de seus antigos moradores migrando para as zonas urbanas de seus municípios.¹⁷

¹⁴ Tal como esclarece Moreira (1995, p. 89-111) uma das especificidades da mercadoria terra é apresentar “uma possibilidade de uso bastante flexível: pode incorporar diversos valores de uso”. Em nosso caso, ainda seguindo o autor, “a flexibilidade na utilização das terras envolve não só uma flexibilidade na produção de diversas mercadorias agropecuárias, mas também uma flexibilidade de utilização não propriamente agrícola” que, no caso em tela, são usos urbanos ligados à moradia, lazer e turismo, bem como usos futuros, respondendo àquilo que o autor classifica como “*formação de expectativas sobre o futuro*” – neste caso, a própria possibilidade de obtenção de renda da terra urbana em suas mais variadas formas.

¹⁵ Entre 2007 e 2011, auge das obras do PISF, “o aumento de renda dos moradores e a presença de trabalhadores de fora aqueceram comércio e o segmento de serviços (...) e o mercado imobiliário viveu um *boom*, com valorização de até 100% do metro quadrado construído” na cidade de Salgueiro. (CORREIA, 2018, s/n).

¹⁶ Cf. COUTINHO, Katherine. Desapropriados pela transposição têm adaptação difícil à vida na cidade. Portal G1 de notícias. Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/12/desapropriados-pela-transposicao-tem-adaptacao-dificil-vida-na-cidade.html>> Acesso 21 Jan. 2019.

¹⁷ “(...) na comunidade do Riacho da Boa Vista, que vai desaparecer para dar lugar a uma barragem (...) foi chegando a sensação de isolamento. Em um local onde havia dezoito famílias, restaram somente quatro,

Neste sentido, Pedro Paulo Nunes (2014, p. 79-84) dirá que o *Programa de Reassentamento de Populações* (PBA-08) é a evidente desintegração do campesinato, dado seu caráter expropriador e, conseqüentemente, fortalecedor do processo de proletarianização e mobilidade do trabalho em favor da agroindústria e das atividades de comércio e serviço urbanas.

Com relação às Vilas Produtivas Rurais (VRP) haveria de se considerar, ainda, um último fenômeno, que poderia ser descrito como uma “desarticulação política e administrativa” destes núcleos. Conforme pudemos levantar junto à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Salgueiro e por informações obtidas junto ao Ministério da Integração Nacional, por meio do serviço de informação ao cidadão, a organização das vilas e manutenção de seus equipamentos possuem responsabilidades compartilhadas entre associação de moradores, município e Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR).

Neste contexto, a administração das vilas é de responsabilidade da associação de moradores; a manutenção dos equipamentos sociais (postos de saúde, escolas) fica a cargo do município ao qual a vila pertence. As áreas produtivas das vilas, os canais e estruturas do PISF em seu entorno são de responsabilidade do Ministério.

Esta “redução da esfera e da capacidade de decisão e ação dos poderes locais e regionais”, conforme esclarecem Vainer e Araújo (1992, p. 38), são externalidades negativas razoavelmente comuns em lugares alcançados por Grandes Projetos de Investimento. Assim,

Os GPI geram enclaves também do ponto de vista político. Ao ser atravessada pela intervenção externa, a estrutura política local/regional (e aí está incluída a administração) é desarticulada pelo poder mais alto que se alevanta. Ao invés de descentralização, o que ocorre é a captura de determinado espaço por lógicas e estruturas de poder e de decisão que lhe são

deixando os dias cheios de incerteza e insegurança (...) As estradas também vão ficando desertas. Com menos moradores, menos vida nos sítios, o transporte praticamente desapareceu. A dezoito quilômetros do centro da cidade, quem ainda não conseguiu se mudar se sente desamparado. Como o agricultor Francisco Miguel de Souza. “Só tem carro aqui na segunda-feira pra gente ir pra cidade. O carro vem buscar e vem deixar, mas é particular, a passagem é 7 reais. E se chegar a adoecer uma pessoa, enquanto for ligar pra vir um carro, e for caso de urgência, a pessoa tem morrido, quando chegar aqui”, conta ele. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas tem sido procurado por agricultores que não sabem o que fazer. No centro da cidade, as casas se valorizaram por causa da mudança do pessoal dos sítios. “Os imóveis estão sendo superfaturados, os aluguéis aumentaram valores, não têm condições de vir pra cidade”, explica a tesoureira do Sindicato, Gerlândia Vieira de Moraes.” Cf. Obras de transposição modifica jeito de viver no interior de Pernambuco e Paraíba. Portal G1 de notícias. Fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/02/obra-da-transposicao-modifica-jeito-de-viver-dos-sertanejos-de-pe-e-pb.html>>. Acesso 21 Jan. 2019

estranhas, conformando, em alguns casos verdadeiros territórios sob jurisdição do empreendimento (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 38).

Deste modo, pode-se dizer que através do GPIs o centro hegemônico também se apropria política e administrativamente de determinados territórios, a fim de garantir ou agilizar seu modelo de desenvolvimento e modo típico de repartição social do produto (VAINER e ARAÚJO, 1992), fator que ganha significância quando, por exemplo, aparecem propostas de privatização do projeto, concessões e (ou) estímulos a parceiras público privadas (PPP) na região, a partir das múltiplas faces do “*hidronegócio*”.

3.4 Salgueiro e entorno: heterogeneidade estrutural e hierarquia urbana.

Do ponto de vista das transformações ou dos impactos produzidos pelas obras do projeto de integração de bacias (PISF) na região de *Salgueiro e entorno* caberia menção a dois fenômenos importantes em curso, um interno e o outro externo aos municípios da região: a crescente *heterogeneidade estrutural* introduzida na economia e no território em questão e as mudanças impressas na *hierarquia das cidades*, como consequência das diferenciações produzidas pelas obras e ativação do projeto.

Em relação ao primeiro fenômeno, temos que a sobreposição de objetos técnicos e sistemas de engenharia observada na economia e no arranjo territorial dos municípios de *Salgueiro e entorno* – decorrente do imenso aporte realizado em hidráulica de solução (integração de bacias, açudes, perímetros irrigados etc.) – insinua o estabelecimento de um arranjo produtivo moderno, organizado em sistema a partir dos usos e interações (potenciais ou efetivas) dos instrumentos recém-chegados do PISF, paralelamente disposto ou justaposto à configuração técnica e socioeconômica anterior – o arranjo produtivo tradicional da região.

Produz-se, assim, uma descontinuidade ou dois circuitos da economia que podem ser lidos nos termos de uma *heterogeneidade estrutural*¹⁸ i.e. a ocorrência *simultânea e complementar* de aspectos avançados (modernos) e atrasados (arcaicos)

¹⁸ A expressão é do economista Aníbal Pinto (2000) e faz menção à forte diferença entre um setor moderno e um arcaico existente nas economias periféricas. Francisco de Oliveira utilizará a imagem de um *Ornitórrinco* ao referir-se à acentuada situação de heterogeneidade estrutural observada na economia brasileira. Dirá o autor que “(...) talvez possa se dizer que o ornitórrinco [seja] uma exacerbação da heterogeneidade estrutural” (OLIVEIRA, 2013, p. 150). Isto é, uma situação de desenvolvimento desigual, porém inteiramente complementar, entre as diferentes “formas” da economia – moderna e arcaica –, não sendo uma coisa nem outra (assim como a forma indefinida do animal), que alia altas taxas de crescimento econômico, em bases completamente modernas, com permanência (e mesmo aumento) da desigualdade social e rebaixadas condições de vida e trabalho.

nos processos de desenvolvimento econômico – característica marcante de sua atual configuração territorial.

Conforme esclarece Francisco de Oliveira (2013, p. 61) “a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a expansão de uma economia capitalista (...) [que] não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos”, nem as estruturas social e física que são seus resultados. Ainda de acordo com o mesmo autor,

(...) a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2013, p. 60; *grifos no original*).

Incorpora-se aqui a noção de que a estruturação de um sistema de produção, circulação e organização do qual o PISF é representante redefine o papel e as formas do arranjo territorial de *Salgueiro e entorno*, no sentido de qualifica-la – e efetivamente introduzi-la – nos círculos de produção do agronegócio globalizado (ELIAS 2006 e 2017; SANTOS e SILVEIRA, 2001) seguindo, contudo, o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil: na forma de uma modernização desigual e combinada (OLIVEIRA, 2013, p. 59).

O que poderia se esperar caso a economia regional aprofundasse seu processo de desenvolvimento a partir do projeto de integração de bacias é, por um lado, uma maior sobreposição de formas e instrumentos de diferentes idades – ou pertencentes a fases distintas de reprodução do capital – no campo, como consequência da adição de terras ao circuito produtivo de valor da agropecuária empresarial, transformando-se em uma *Região Produtiva do Agronegócio* (RPA);¹⁹ na cidade, por outro lado, o surgimento ou avigoramento – em especial, em Salgueiro – do que é chamado por Santos (2008) de *subsistemas da economia urbana*, ou o amadurecimento da *heterogeneidade estrutural* no interior da economia urbana, produzindo aquilo que é a característica das cidades dos países dependentes ou subdesenvolvidos: os dois *circuitos da economia urbana*²⁰ –

¹⁹ Sobre o conceito de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA). Cf. PEQUENO e ELIAS (2015). **(Re)estruturação urbana e desigualdade socioespacial em região e cidade do agronegócio.**

²⁰ Cf. SANTOS, Milton (2008). **O Espaço Dividido** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. A ideia central contida nesta noção, de acordo com o autor, é “(...) que a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco.

fenômeno já esboçado entre os anos de 2007 e 2011, por ocasião do rápido crescimento da cidade no contexto de expansão das obras do PISF.²¹

Já em relação ao aspecto ligado à mudança na hierarquia das cidades, partimos do pressuposto de que “a posição relativa de cada lugar é dada, em grande parte, em função das técnicas de que é portador (...)” (SANTOS, 1988, p. 63), isto é, da possibilidade local de acumulação a partir do capital constante e orgânico instalado. Dessa maneira, entender as cidades e sua importância na rede urbana da qual fazem parte, é captar o constante movimento do *valor* enquanto categoria socioespacial ou, dito de outro modo, seu papel no interior daquilo que se convencionou chamar de *divisão territorial do trabalho*.²²

A partir das obras do PISF e demais projetos estruturadores em *Salgueiro e entorno*, a concentração de instrumentos técnicos, científicos e informacionais sobre as cidades e o campo – elementos que, a nosso ver, determinam os termos da diferenciação e hierarquia desses territórios – gera uma vantagem do ponto de vista da lógica das empresas e do capital, permitindo uma participação mais vantajosa da região no esforço

Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos” (SANTOS, *Op. Cit.*, p. 38-39). A diferença fundamental entre as atividades de cada circuito, ainda segundo o autor, é justamente relacionada às diferenças de tecnologia e de organização da produção, circulação e consumo; “o circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia ‘capital intensivo’, enquanto no circuito inferior a tecnologia é ‘trabalho intensivo’ e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada.” (*Ib. Idem*). Uma situação flagrante de *heterogeneidade estrutural*. Simplificadamente – e apesar dos vários “desvios” ou situações de forma mista – pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, indústrias, serviços modernos, atacadistas, transportadores (setores que se ligam às classes ricas e médias através de seu potencial de consumo). O circuito inferior, por seu turno, é formado essencialmente pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão, pelos serviços informais e de subsistência e por formas de produção arcaicas (voltado essencialmente, mas não exclusivamente, para as classes pobres).

²¹ Em Salgueiro, a estruturação de um novo e melhor definido *circuito superior da economia urbana* entre os anos de 2007 e 2011 pode ser observada no crescimento de 2.850% na construção civil (COELHO et. al. 2015); no aumento significativo em administração técnico-profissional, serviços médicos, indústrias, alojamento e alimentação (PERNAMBUCO, 2017); na construção do primeiro *shopping center* com grandes marcas nacionais e no *boom* de valorização imobiliária da ordem de 100% (CORREIA, 2018).

²² No atual estágio da produção do valor cria-se em escala inédita um uso altamente seletivo dos territórios por parte das empresas, das instituições e indivíduos como condição, meio e produto dos circuitos ou cadeias espaciais de produção – não obrigatoriamente contínuos no espaço, às vezes profundamente segmentados. Estes circuitos, ao constituírem-se, organizam uma hierarquia dos territórios desde a escala regional até a escala mundial, definindo forma e qualidade dos lugares, bem como quantidade de seu acesso aos fluxos globais. A todo momento incluem privilegiadamente pontos do espaço nestas cadeias de produção global do valor; ao mesmo tempo em que preterem outros tantos pontos, fazendo-os perder importância relativa, conforme o caso.

de acumulação e obtenção de mais-valia, tornando-os – ainda que parcialmente – *pontos luminosos*.²³

Produz-se, dessa forma, uma mudança na divisão territorial do trabalho e, conseqüentemente, na hierarquia urbana do semiárido – medida em termos de densidade técnica, articulação e atenção às demandas de círculos de produção mais amplos – em favor dos municípios cingidos pelo PISF.

3.5 Salgueiro e entorno: estagnação e crise.

Descrevendo o funcionamento da dinâmica política no Brasil, Singer (2018, p. 23) dirá que serão os partidos políticos realmente existentes no Brasil – no total de três em sua concepção – que, de fato, encarnam a luta de classes no país. Para o autor, a imbricação entre o moderno e arcaico – aspecto característico de nossa formação social e econômica, conforme supõe Oliveira (2013) – implica na existência de um influente partido de classe média que se alia ao partido que administra o atraso, o do interior, para juntos bloquearem as ações que o partido popular promova (ou ouse promover) e gerir a miséria do subproletariado.

Tal funcionamento, por vezes, traz um enorme problema para a democracia: “a dificuldade do partido de classe média vencer as eleições presidenciais”, quando ocorre realinhamentos eleitorais – ocasião em que a adesão do subproletariado ao partido popular permite-o tornar-se representante de suas demandas – estimulando uma dinâmica radicalizada, e mesmo o golpismo, a expensas do partido popular (SINGER, 2018, p. 23-24). Tal processo explicaria o *quebra-cabeça* do período Dilma (2011-2016) e o ponto de estagnação e crise que nos interessa entender, a fim de compreender o atual estágio de letargia, e mesmo de reversão, dos processos em curso na região de *Salgueiro e entorno*.

No Brasil, entre 2003 e 2016, a coalizão de classes e reformismo fraco do lulismo embora não ameaçassem o sistema capitalista – ao contrário, resignou-se à

²³ De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 264), aqueles territórios que acumulam recursos, densidades técnicas e informacionais demandados nacional e internacionalmente – e, portanto, se tornam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização – podemos chamar de *pontos luminosos*. Ao contrário, os espaços onde estas características não existem nas formas e intensidades demandadas, são chamados de *pontos opacos*. Esses pontos são metáforas utilizadas pelos autores, a fim de elucidar sua importância no âmbito da produção do valor em escala global, mas também descrições literais destes territórios quando observados por imagens noturnas produzidas por satélites, onde é possível observar grandes eixos e porções dos territórios iluminados intervalados por áreas escuras, ou opacas, dos “vazios” tecnológicos.

política e economia concebidas pela ordem, a partir de um modo ardiloso de regulação do conflito social (DOS SANTOS, 2019, p. 98-166) – “estressou” o padrão de acumulação baseado na *superexploração do trabalho*, ao tentar diminuir pouco e lentamente a reserva de mão-de-obra (exército industrial de reserva), a diferença entre o salário mínimo e o salário médio da economia (desigualdade) e a pobreza absoluta (SINGER, 2018, p. 24)²⁴ – sem, contudo, se mostrar capaz ou interessado de gerar alternativas a uma economia ancorada na exploração de recursos naturais e industriais de baixo valor agregado, dependentes e complementares ao mercado externo, cada vez mais organizados a partir de grandes projetos de infraestrutura (DOS SANTOS, p. 338-364).

Tais contradições de classe, associadas à reversão da conjuntura internacional favorável às *commodities* produziram, a partir de 2013, uma crescente dificuldade do governo Dilma Rousseff em levar a cabo a concepção que orientou, simultaneamente, sua política econômica *neodesenvolvimentista* – intervencionista e planejadora, mas assumindo compromissos com os principais aspectos da macroeconomia liberal – e ação política orientada à conciliação e ordem: *modo lulista de regulação do conflito social*.²⁵ O fortalecimento de uma oposição radicalizada e ações orientadas para deposição da presidente – assentadas em entendimentos entre os partidos da classe média e do interior – não tardaram em se concretizar e alcançar os resultados esperados, viabilizando o processo de *impeachment*.

Neste contexto, iniciativas do projeto político encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores, em especial aquelas ligadas à concentração de capitais em setores da economia considerados estratégicos e competitivos, sofreram desgaste, principalmente aquilo identificado como a *política das campeãs nacionais*, isto é, “(...) apoio à internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetores do desenvolvimento capitalista nacional” (DOS SANTOS,

²⁴ Ao suavizar alguns dos elementos que compõem o quadro do subdesenvolvimento brasileiro, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff pressionaram as condições de reprodução do capitalismo no país, necessário à composição de seu programa político. Assim, seguindo Singer (2018) e Dos Santos (2019), o lulismo ao impor um modo de regulação das contradições de classe produziu um confronto com os grupos dominantes, mesmo sem querer – ou melhor, quanto mais tentou evitá-lo.

²⁵ Esta expressão é Fábio Luís Barbosa dos Santos (2019) e refere-se a uma “pacificação social do país por mais de uma década”, organizada a partir de uma “conjunção entre pequenos ganhos para os de baixo [aos extremos inferiores da pirâmide social brasileira], com os lucros de sempre – e ainda maiores – para os de cima” (DOS SANTOS, *Op. Cit.*, p. 113), em especial para com os bancos e capital internacional viabilizando, inclusive, a partir do prestígio do presidente Lula e a identidade de esquerda de seu partido, consentimento do proletariado sindicalmente organizado a ajustes, em princípio, impopulares.

2019, p. 106), via liberalização de crédito, empréstimos e investimentos condizentes com estratégias de expansão e proteção destes setores, notadamente no campo da produção e exportação primária – agroindustrial e mineração – e da construção civil.

A interrupção de grandes e numerosos projetos de infraestrutura, em um quadro de ataque neoliberal – que pretendia não só reestabelecer as condições de reprodução do capitalismo à brasileira como controlar diretamente os rumos do sistema político –, atingiu o país, ou melhor, “o mecanismo comum para geração de empregos, formação de demanda e ampliação dos investimentos (...) conduzidos historicamente no Brasil por agências e recursos estatais” (CAMPOS, 2019a, p. 03).

Organizando seu ataque sob a forma de um combate à corrupção, os agentes interessados no desmonte do *reformismo fraco* mobilizaram recursos no sentido de reversão dos processos iniciados pelo partido dos trabalhadores, nos parâmetros da ordem que endossou.²⁶ No que tange especificamente às iniciativas para infraestruturas “a operação cumpriu um papel de fragilizar as maiores construtoras nacionais do setor, abrindo o mercado doméstico para empresas estrangeiras” (CAMPOS, 2019a, p. 04) e paralisa quase completa dos investimentos estatais em grandes projetos de engenharia, bem como reversão do intervencionismo estatal e das capacidades burocráticas de planejamento e condução de ações ditas desenvolvimentistas.

Salgueiro e entorno desde 2013 e, em especial, a partir de 2016, tornou-se local privilegiado para observação dos processos descritos. A região foi diretamente atingida pelos efeitos da agenda nacional anticorrupção, da operação Lava Jato e seus impactos sobre as empreiteiras brasileiras que, por sua vez, respondem ao reestabelecimento das condições de acumulação tipicamente brasileira – superexploradora do trabalho e dependente (ou associada) – que estamos a chamar de *reversão neoliberal*, por ocasião de desgaste e fim do modo lulista de regulação do conflito social e esgotamento do ciclo de *commodities* e crise econômica.

Na região a que por hora nos ocupamos, estes fatores produziram aquilo que Correia (2018) chamou de “meio do caminho”, ao referir-se à reversão do crescimento

²⁶ Podemos considerar agentes desde sempre interessados no desmonte da “*reforma gradual*” encabeçada pelo lulismo aquilo que Boito Júnior (2019, p. 09) chama de “seguintes burgueses perfeitamente integrados ao capital internacional” – a chamada de *burguesia associada* –, e agentes do próprio capital internacional que juntos capturaram o sistema de justiça – Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal. Para o autor, “essa captura, possível em grande medida por causa do pertencimento de juízes, promotores e delegados à alta classe média, permitiu o desmonte de seguimentos inteiros da economia controlados pela grande burguesia interna e da política neodesenvolvimentista dos governos do PT (...) tendo ela cumprido o papel de alterar o bloco de poder no Brasil e permitido a constituição da hegemonia do capital internacional e da fração da burguesia a ele associada (...)” (BOITO JR. *Op. Cit.*, p. 09).

da cidade de Salgueiro e sua estruturação em importante centro da economia do sertão pernambucano. A paralisação dos projetos estruturantes no município e dos processos iniciados em função destes investimentos, de acordo com a autora, levou à situação “de um futuro que não chegou” em sua totalidade; à sua já consolidada vocação logística, esperava-se adicionar a capacidade de distribuição de até 30 milhões de toneladas por ano de minérios e grãos, a partir dos grandes projetos logísticos (CORREIA, 2018, s/n), bem como a requalificação das zonas rurais da região em áreas crescentemente produtivas, em função das obras de transposição do rio São Francisco – processos igualmente interrompidos parcial ou totalmente.

O avanço prometido a partir da “mobilização dos canteiros das megaobras símbolos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do projeto desenvolvimentista nacional, que em Salgueiro viveu seus dias mais prósperos” (CORREIA, 2018, s/n) – que em poucos anos animou o mercado de trabalho local, atraindo profissionais de vários estados, promovendo aumento de renda, da arrecadação municipal e da composição técnica e orgânica do capital no município e entorno –, sucumbiram ao ritmo do reordenamento político e econômico descrito.

Completando este quadro de crise, marcado pela estagnação e já alguns indícios de reversão dos processos introduzidos pelas obras estruturantes em *Salgueiro e entorno*, faz-se mister acrescentar, ainda, a profunda crise ambiental que se abateu no semiárido brasileiro: a seca ocorrida entre os anos de 2010 e 2017 (BURITI e BARBOSA, 2018), contribuindo sobremaneira para o impedimento da requalificação econômica e territorial da produção agropecuária na região – inviabilizando, no período de 2007-2017, seu crescimento e diversificação.

Em conjunto – crise ambiental (seca), política (*impeachment*, Operação Lava Jato) e econômica (queda dos preços das *commodities*, recessão) –, estes fatores contribuíram para estagnação e crise da região de *Salgueiro e entorno* e, por hora, deixou “no meio do caminho” as transformações já esboçadas por ocasião da estruturação dos sistemas de integração de bacias e logística de transporte e distribuição, assunto que veremos na sequência.

3.5.1 Efeitos da Operação Lava Jato sobre a indústria da construção civil no Brasil e seus desdobramentos em *Salgueiro e entorno*.

O ensejo de conciliar um elemento externo – as condições de dependência e associação internacionais do país – ao desenvolvimentismo brasileiro, concretizou-se no

apoio à internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país (DOS SANTOS, 2019, p. 106), identificadas como canais do desenvolvimento capitalista nacional ou segmento burguês interno – que supostamente pretendia, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), “estabelecer alguns limites, mesmo que tímidos, à penetração do capital estrangeiro no Brasil” (BOITO Jr., 2019, p. 09). A chamada *política das campeãs nacionais* “se materializou principalmente por meio de uma diplomacia empresarial, praticada pelo Itamaraty, e pela política de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)” (DOS SANTOS, 2019, p. 344).

A forte expansão dos investimentos do governo federal, sobretudo a partir do segundo governo Lula (2007-2010), deveu-se em boa parte ao Programa da Aceleração do Crescimento (PAC). Tais inversões induziram investimentos privados e dinamizaram o mercado interno da construção civil, fortalecendo as expectativas sobre as demandas das grandes empresas do ramo (CARVALHO, 2018, p. 27-36). O bloco de inversões do PAC priorizou, entre os anos de 2007-2010, a área de energia (54,5% do total), infraestrutura social e urbana – que inclui habitação e saneamento –, com 33,9% e investimentos em infraestrutura logística (rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias), representando 11,6% do total (CARVALHO, 2018, p. 29).

Abandonando, em parte, a tese da contenção fiscal do setor público imposta pelo receituário neoliberal dos anos de 1990, e o próprio crescimento das receitas trazidas pelo aumento dos preços das *commodities* e crescimento da demanda interna, abriu-se um espaço maior que foi ocupado por investimentos públicos, traduzidos em termos de um discurso de emancipação nacional e forte crescimento que permitiram ao Brasil, entre outras coisas, “(...) obter inédito protagonismo internacional relacionado às iniciativas externas de promoção tanto da integração sul-americana como das relações sul-sul, especialmente a formação dos BRICS” (POCHMANN, 2019, p. 08), bem como “crescimento maior do PIB e de vários de seus componentes” (CARVALHO, 2018, p. 32), como o acúmulo expressivo de reservas internacionais.

Durante o ciclo de expansão das *commodities* – e, conseqüentemente, das condições econômicas por ela possibilitadas – que se estendeu até o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), essa política de proteção e expansão de setores ditos estratégicos alcançou relativo êxito. Entretanto, elucida Dos Santos (2019, p. 108), “a conjunção de desaceleração econômica e escândalos de corrupção, que escalou a partir de 2014, colocou este projeto na defensiva”. Nas palavras do autor,

Enquanto a economia brasileira entrava em recessão, numerosas denúncias explicitaram esquemas de corrupção envolvendo empreiteiras e outras “campeãs nacionais”, no país e no exterior. Estas revelações minaram a confiabilidade do governo e do partido que o comandava, e comprometeram os alicerces do projeto neodesenvolvimentista com que se identificavam. Mesmo antes da crise de agudizar, o BNDES se mostrava mais preocupado com as investigações do que com os investimentos (...) Por outro lado, diversos indícios questionaram a eficácia da estratégia das “campeãs nacionais”. Em primeiro lugar, algumas empresas que receberam vultuosos aportes do BNDES passaram, pouco depois, para o controle internacional (...) Ao mesmo tempo, há indícios de que as “campeãs nacionais” acessaram créditos de longo prazo para reduzir custos de capital, ou mesmo para lucrar por meio da manipulação das taxas de juros: investiam o dinheiro emprestado na compra de títulos do governo, que pagavam juros mais altos (DOS SANTOS, 2019, p. 108).

Associada aos gigantescos protestos iniciados em Junho de 2013 – inicialmente como manifestações de esquerda, rapidamente transmutado em movimento de centro e direita –, a crescente e persistente contestação às políticas encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores transforma-se em um levante da classe média e dos setores interessados na desmobilização da *Nova Matriz Econômica*. Neste contexto, uma ambiciosa coalizão de poder, costurada por representantes do partido da classe média (PSDB) e do partido do interior (MDB), pôs-se em movimento e ligou-se à Operação Lava Jato.²⁷

Conforme esclarece Boito Jr. (2019, p. 09), a Lava Jato não foi, todavia, apenas obra da classe média: “o departamento de Justiça [dos Estados Unidos] agiu nas sombras. Apenas algum tempo depois de iniciada a operação é que o jornalismo (...) foi revelando amplo envolvimento do Estado norte-americano com a operação [Lava Jato]”. Ainda de acordo com autor, pesquisas recentes têm demonstrado que “(...) o imperialismo de Washington vem fomentando há anos a formação de uma rede de instituições internacionais que se dizem de combate à corrupção e com a qual pode acuar governos incômodos ao redor do mundo”.²⁸

²⁷ “Ressentido pela quarta derrota seguida em eleições presidenciais, o PSDB [partido da classe média] forneceu elementos para construção do golpe parlamentar. Embora o protagonismo tenha sido do PMDB [partido do interior], que assumiria a Presidência, a formulação jurídica, o programa econômico, a ponte com o empresariado e a legitimação perante a classe média passaram pelo PSDB – para não falar da centena de votos que o tucanato galvanizava no legislativo. A mobilização impulsionada pela Lava Jato, via meios de comunicação, recobriu a derrubada de apoio social” (SINGER, 2018, p. 31).

²⁸ A luta conta a corrupção, de acordo com Campos (2019, p. 03), se configurou enquanto uma agenda internacional nas últimas décadas. As origens desta pauta global, ainda de acordo com o autor, remontam “ao *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) – fundado em 1977 nos EUA e reformulado em 1988 – que internacionalizou a bandeira do combate à corrupção”. Para Bratsis (2019, p. 23), a corrupção tem se convertido em um dos mais proeminentes assuntos internacionais por sua funcionalidade à economia

Assim, “o resultado foi não apenas a destruição da construção pesada e da engenharia brasileira que monopolizavam o mercado de obras públicas no Brasil e concorriam no mercado internacional com as empresas norte-americanas e europeias” (BOITO Jr., 2019, p. 09), mas também, em termos igualmente desastrosos, a desconstrução da ideia da Petrobrás e da cadeia de valor do petróleo como instrumento/agente de desenvolvimento nacional, em favor das petroleiras estrangeiras (RUAS, 2019, p. 10).

Assim, os burocratas de Estado – desembargadores, juízes, procuradores e delegados – agiram em nome de interesses variados. Mantinham relação de representação com a alta classe média da qual, de resto, faziam parte e, ao mesmo tempo, representavam os interesses do imperialismo norte-americano. *No primeiro caso, agiram para bloquear a pequena ascensão social das camadas de baixa renda; no segundo caso, para abrir ainda mais a economia nacional ao capital estrangeiro.* Nenhum desses resultados foi ou é apresentado como objetivo dessa operação (BOITO Jr., 2019, p. 09; *grifo nosso*).

Conforme esclarece Campos (2019b, p. 138), a operação Lava Jato, em termos gerais, teve como resultado “o rompimento da barreira de proteção que resguardava às empresas brasileiras de engenharia o mercado doméstico de obras e serviços”, bem como uma desnacionalização do setor, via liquidação de bens pelos grandes grupos de engenharia e compra de construtoras nacionais por grupos estrangeiros. Com isso, sugere Pochmann (2019, p. 07), a autonomia nacional foi atacada, desconstituindo produção interna e tornando-a mais dependente do exterior – situação condizente com a condição de dependência brasileira.²⁹

Em números, a Lava Jato foi responsável por “2 a 2,5% de contribuição na retração do PIB de 2015 e 2016, respectivamente, em função dos impactos nos setores metalomecânicos, naval, construção civil e engenharia pesada, cujas perdas podem totalizar até R\$ 142 bilhões” (DE PAULA e MOURA, 2019, p. 05). Os principais efeitos na indústria de construção civil, prosseguem os autores, são impressionantes:

capitalista em sua fase mundializada. Nos termos do Banco Mundial, “combater a corrupção tornou-se prioridade política para a comunidade internacional em desenvolvimento ao longo das últimas duas décadas e extensos esforços de reforma nesse sentido foram empreendidos. Tais reformas apoiam-se na ideia de que a corrupção é uma disfunção da administração pública que surge na presença do monopólio e do sigilo, o que, por sua vez, pode ser controlado promovendo-se prestação de contas e transparência.” (*apud* BRATISIS, p. 21).

²⁹ “De certa forma, é a materialização da tese central do realismo periférico, responsável pelo convencimento das elites governantes locais a respeito da importância de aderir voluntariamente ao receituário de submissão da nação ao sistema de hierarquia dominante no mundo. Nesse sentido, é a subordinação verificada no processo de globalização conduzido pelas grandes corporações transnacionais, capaz de constrianger as possibilidades de algum protagonismo nacional nas cadeias globais de valor” (POCHMANN, 2019, p. 08).

Entre 2014 e 2017, o setor registrou saldo negativo entre contratações e demissões de 991.734 vagas formais (...). Quando analisamos as maiores empreiteiras, seu desmonte e descapitalização também são notórios. Os dados levantados pelo jornal *O Empreiteiro* mostram que somente entre 2015 e 2016, por exemplo, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa tiveram queda em suas receitas brutas de, respectivamente, 37%, 31% e 39%. Entre 2016 e 2017, a Odebrecht assistiu a um recuo de 40% do mesmo indicador; enquanto a Camargo Corrêa de 41% e a Queiroz Galvão, de 24%. A Odebrecht é o caso mais emblemático: a maior construtora nacional tinha, em 2014, um faturamento bruto de R\$ 107 bilhões, com 168 mil funcionários e operações em 27 países. Em 2017 – três anos e meio após a eclosão do escândalo e com seu presidente/herdeiro preso – seu faturamento era de R\$ 82 bilhões, com 58 mil funcionários e atividades apenas em 14 países. Outras gigantes do setor – Queiroz Galvão, OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa – também assistiram a um derretimento conjunto de seus ativos financeiros consolidados de uma ordem de R\$ 25,77 bilhões em 2014 para aproximadamente R\$ 8,041 bilhões em 2017 (perda de 68,57%). Muitas das empreiteiras, obrigadas a executarem planos de desinvestimentos para adequarem-se ao novo cenário de menos projetos e obras, além de arcarem com pesados acordos de leniência junto às autoridades, também se desfizeram de muitos ativos para grupos estrangeiros (DE PAULA e MOURA, 2019, p. 05).

Em *Salgueiro e entorno*, o resultado deste desmonte das políticas de investimento e planejamento ancorados em grandes projetos de infraestrutura pode ser observado em cada um dos projetos estruturantes da região. A interrupção parcial ou total das obras e inversões, a partir de 2014, alcançadas pelos desdobramentos da Operação Lava Jato sobre a *Mendes Junior* – empresa que tocava as obras do PISF – e a *Odebrecht* – principal prestadora de serviços junto à *Transnordestina Logística S/A*, responsável pela Ferrovia Nova Transnordestina –, interrompeu parte substancial das transformações econômicas e territoriais iniciadas nos municípios da região, por ocasião de implantação dos projetos estruturantes.³⁰

As tendências observadas na qualificação de Salgueiro como cidade do agronegócio – via incremento de sua vocação logística e diversificação de seu setor de serviços e comércio auxiliares às atividades no campo – foi interrompida. Nos demais municípios da região, de igual maneira, a consecução das condições necessárias para seu incremento agrícola e pecuário – no sentido de torná-los aptos à organização de uma

³⁰ Após a citação da Mendes Junior na Operação Lava Jato, em junho de 2014, o Ministério da Integração Nacional fez uma consulta ao Tribunal de Contas de União sobre a possibilidade de transferir o contrato a outra empresa diante do comprometimento da capacidade técnica da Mendes Junior, com possível impacto na execução de serviços, gerada por dificuldades de financiamento na obtenção de créditos no mercado. Segundo Araújo (2016) “a Mendes Junior foi uma das poucas empresas envolvidas na Operação Lava Jato que o Ministério da Transparência (extinta Controladoria-Geral da União) puniu e declarou inidônea”. Em 2016, ainda de acordo com a autora, a empreiteira entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça de Minas Gerais, onde fica sua sede, e conclui: “desde 2014, quando o então vice-presidente, Sérgio Cunha Mendes, foi preso pela Polícia Federal, a empresa enfrenta uma grave crise financeira”. Cf. ARAÚJO, Carla. **Ministério vai tirar Mendes Jr. de obra do rio São Francisco**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/com-aval-do-tcu-ministerio-podera-tirar-mendes-jr-de-obra-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso 14 Jan. 2019.

agropecuária em modelos industriais e comerciais modernos – não se concretizaram; permanecem à espera da conclusão das obras do PISF, sem a qual inviabiliza-se qualquer outro investimento em infraestrutura de hidráulica de solução – notadamente, a formação de perímetros irrigados.

A observação em campo revelou que nenhum dos grandes projetos federais na região foram concluídos. A *Ferrovias Transnordestina* está paralisada, com trilhos e vagões sem uso. O local reservado à *Plataforma Multimodal Miguel Arraes* permanece, igualmente, com máquinas e equipamentos sem utilização, com pouco ou nenhum avanço naquilo que foi realizado até 2014, junto ao entroncamento dos ramais Norte-Sul e Leste-Oeste da Transnordestina. Nos canteiros do Eixo Norte da transposição há um número pequeno de trabalhadores e lento ritmo de edificação e reparos por todo seu trajeto. No terreno reservado ao que seria o aeroporto municipal – projeto abandonado, conforme pudemos levantar junto aos funcionários das secretarias do Desenvolvimento Rural e do Planejamento e Meio-Ambiente – não há construção alguma, nem mesmo reparos nas vias de acesso ao local.

Conforme relata Correia (2018, s/n) “a decadência econômica de Salgueiro é o espelho da história de sonhos desconstruídos do Brasil na última década”. Os novos horizontes que se abriram na região a partir dos projetos de infraestrutura, prossegue a autora, incentivaram investimentos altos dos empresários locais sem, contudo, concretizarem-se, inaugurando “uma onda de desemprego e de falências de empresas [que] derrubou a economia local, que ainda não se recuperou do baque”.

Na cidade, o problema se intensificou a partir de 2013, quando a construção da Transnordestina, cuja entrega deveria ter acontecido em 2010, começou a se arrastar. Na época, a Odebrecht (também investigada na Lava Jato) rescindiu contrato com a Transnordestina Logística S/A, conhecida pela sigla TLSA, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional, à frente do projeto, por desacordos sobre reajustes contratuais. (...) Por fim, em 2016, o Tribunal de Contas da União determinou a suspensão de repasses federais por indícios de irregularidades, e os trabalhos cessaram de vez. (...) [Do mesmo modo] A maior fábrica de dormentes do mundo (estruturas de concreto posicionadas entre os trilhos) também está ociosa. Com capacidade de produtiva de 5 mil unidades por dia, a operação inaugurada pelo ex-presidente Lula em 2010 recebeu investimentos de R\$ 115 milhões. A unidade fechou as portas em 2013, demitindo 300 funcionários. (...) Nos canteiros da Transposição [PISF] também é difícil encontrar operários ou máquinas trabalhando. O presidente Michel Temer chegou a inaugurar uma estação de bombeamento em Cabrobó, município próximo, em fevereiro passado. De lá para cá, contudo, não houve grandes avanços no trecho de Salgueiro. Atrasado há anos, o andamento do projeto foi travado por questões judiciais envolvendo a empresa Emsa, contratada para a conclusão do projeto, e as concorrentes da licitação, que questionam o resultado (CORREIA, 2018, s/n).

O rastro de prejuízos apenas no município de Salgueiro pode ser medido tanto em termos da situação orçamentária da prefeitura como em número de empresas endividadas ou falidas. Desde 2015, segundo dados da prefeitura de Salgueiro disponibilizados por Correia (2018), a arrecadação municipal registrou queda de 66%, bem como dívidas deixadas pela Mendes Júnior na ordem de R\$ 5 milhões ao município e de pelo menos R\$ 100 milhões junto aos setores de comércio e serviço local.³¹

Do ponto de vista do declínio econômico, ainda faz-se necessário mencionar os prejuízos sobre pequenas e médias empresas locais, bem como o elevado número de desempregados. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, de recordista na geração de emprego em Pernambuco em 2010 – com 5.273 postos de trabalhos criados neste ano (CAGED, 2010) –, Salgueiro foi parar em quarto lugar no *ranking* das cidades que mais demitiram no país em 2013, com a perda de 3.402 postos de trabalho formais no acumulado deste ano (CAGED, 2013) – resultados que se repetem até a presente data.³² Por sua vez, a alta aposta feita por pequenos e médios empresários da região deixaram, ainda, um grande número de empresas do chamado *circuito inferior da economia* – altamente dependente de “trabalho intensivo” e, dessa forma, importante do ponto de vista da geração de emprego e renda – em grandes dificuldades.

Referindo-se aos altos investimentos e níveis de endividamento de pequenos e médios empresários que fizeram inversões e dívidas maiores do que seus fluxos de caixa permitiam – por ocasião das novas possibilidades que se abriram em Salgueiro, a partir dos grandes projetos de infraestrutura –, Correia (2018) levanta exemplos de “empresas em um estado pior do que o inicial”, dada a ausência de perspectivas

³¹ “Em Salgueiro e no Ceará, somente a Mendes Júnior tem cerca de 50 credores. Para alguns, a empresa deve mais de R\$ 10 milhões. Em plano de recuperação judicial, a empreiteira responde por meio do escritório Nemer e Guimarães Advogados. Em nota, o escritório informou que, em todo o Brasil, ‘a Mendes Júnior tem um passivo trabalhista de R\$ 36,6 milhões abrangendo 1.895 credores. A proposta de pagamento dos créditos trabalhistas foi aprovada na Assembleia Geral realizada no dia 16 de abril deste ano’. Segundo o comunicado, ‘o pagamento será feito em um ano da homologação do plano, no limite de R\$ 1 milhão por mês’.” (CORREIA, 2018, s/n).

³² Cf. Ministério do Trabalho (MT). **Evolução do Emprego do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged/>> Acesso: 28 Fev. de 2019.

concretas de conclusão das obras federais, obstruídas pelos desdobramentos da Operação Lava Jato.³³

Em síntese, no segmento da indústria da construção, os efeitos da Lava Jato em *Salgueiro e entorno* repercutiram de maneira muito forte e generalizada – sobretudo a partir de seus desdobramentos entre 2014-2016, momento em que a desaceleração dos gastos federais e descapitalização das grandes empreiteiras se aceleram (CAVALHO, 2018, p. 115-123; POCHMANN, 2019, p. 07). Sob o pretexto de combater a corrupção, a operação desmontou – e mesmo paralisou – empresas, acabou com milhares de postos de trabalho e estagnou a cadeia produtiva da construção civil, impactando diretamente a consecução dos grandes projetos de investimento em curso. As maiores construtoras a atuar na região – Mendes Júnior e Odebrecht – tiveram perdas substanciais em suas receitas no período, próximas à média de 85% de perda de receitas das “campeãs” da construção civil – que, em conjunto, passaram de um faturamento de R\$ 71 bilhões para aproximadamente R\$ 10 bilhões.³⁴

A desestruturação do segmento da construção civil – ao lado do setor de petróleo e gás – contribui sobremaneira, por um lado, para o aprofundamento da crise econômica iniciada no segundo governo Dilma Rousseff (2014-2016), por ocasião do fim da *Nova Matriz Econômica* e queda permanente dos altos preços das *commodities* no mercado internacional, assunto que desenvolveremos na sequência; por outro, levou ao desmonte dos últimos setores em que o capital nacional era forte e competitivo interna e externamente, acentuando, ainda mais, a tendência de desnacionalização de nossas

³³ “Os novos horizontes que se abriam para Salgueiro a partir dos projetos de infraestrutura incentivaram investimentos altos dos empresários locais. O rastro de prejuízos, contudo, deixou pequenas e grandes empresas em um estado pior do que o inicial. Erivaldo Barros, 55, tinha um pequeno galpão de água mineral na cidade. Ele investiu R\$ 40 mil para ampliar a capacidade de atendimento cinco anos atrás. Até 2016, a Central de Água fornecia três carretas com 1,2 mil garrações de 20 litros – 24 mil litros por semana – para o Projeto de Transposição. Mas a empresa dele fechou as portas em janeiro, depois de levar um calote de R\$ 150 mil da Mendes Júnior. ‘Deixaram a gente na miséria total’, reclama (...) João Ronaldo Araújo, dono da JR Locações, amarga um débito de R\$ 390 mil há três anos também da Mendes Júnior. ‘Todo mundo se preparou acreditando que ia crescer. Investi R\$ 600 mil na ampliação do galpão e na compra de equipamentos. Agora estou devendo R\$ 400 mil ao banco, meu faturamento caiu mais de 80%. Penso que teria sido melhor se esse suposto desenvolvimento nunca tivesse chegado porque a gente era pequeno, mas, pelo menos, não tinha dívidas’, desabafa”. Cf. CORREIA, 2018. **Salgueiro, a cidade que ficou no meio do caminho**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/05/03/salgueiro-prejuizo-transnordestina-transposicao/>> Acesso: 19. Mar. 2018.

³⁴ Cf. CAMPOS, 2019. **A agenda internacional anticorrupção, a operação Lava Jato e os impactos sobre as empreiteiras brasileiras**.

atividades produtivas e, conseqüentemente, a imposição de uma lógica global sobre a economia e território nacionais.³⁵

Politicamente, a Lava Jato contribuiu para colocar fim à política de *coalizão de classes* e *reformismo fraco*, nos termos proposto pelo lulismo. Seguindo Pochmann (2019, p. 08), põe fim à perspectiva de projeto nacional e convergência de interesses internos em torno de rumos negociados, aprofundando a polarização no interior da sociedade. Seu objetivo principal, acrescentamos, foi reestabelecer as condições de reprodução do capitalismo à brasileira – superexplorador do trabalho – e a retomada do controle direto dos rumos do sistema político pelos atores dominantes da economia brasileira, distante – e mesmo avesso – a qualquer coalizão e concessão de classes a médio e longo prazos.

3.5.2 Efeitos da crise econômica brasileira sobre os projetos estruturantes de *Salgueiro e entorno*.

Na primeira década dos anos 2000 diversos países da América Latina passaram a apresentar relevantes taxas de crescimento econômico, apoiadas em um reforço do modelo de inserção internacional baseado na exportação de produtos agropecuários e minerais e investimento de grandes projetos de infraestrutura – resultando em uma exacerbação das especializações produtivas no nível do território (OSÓRIO, 2012b, p. 103-133) e novas regionalizações, a partir da organização dos processos de reestruturação econômica para tais fins (ELIAS, 2006 e 2017).

A aceleração do crescimento econômico mundial – especialmente das chamadas economias emergentes da China e Índia – sustentou uma forte alta nos preços de *commodities* agrominerais por mais de uma década, sendo um dos principais mecanismos que permitiram o projeto nacional encabeçado pelo presidente Lula da Silva (2003-2010) de aceleração do crescimento econômico com diminuição da desigualdade, evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem (SINGER, 2012).

A partir da grande elevação da demanda externa, conforme esclarece Manzi (2016, p. 37), “os preços das *commodities* internacionais que estavam em baixa ao

³⁵ Acelerando ou radicalizando uma abertura e associação subalterna da economia nacional ao circuito mundial de produção, circulação e consumo, em um flagrante movimento de reformulação dos termos de dependência, mais direto e assertivo nesta direção – condizente com aquilo que Bambirra (2015) e Marini (2017) entendem por integração do país às estruturas monopolísticas mundiais e Santos e Silveira (2001) por círculos de cooperação internacional.

longo da década de 1990, registraram substancial aumento”.³⁶ Tais aumentos permitiram – e mesmo demandaram – grandes projetos de infraestrutura que viabilizassem a produção extrativista e agroindustrial em grande escala, levando à acumulação de ativos fixos (portos, rodovias, hidrovias, ferrovias, hidrelétricas etc.) que aumentaram o patrimônio líquido do estado e, simultaneamente, recuperaram as expectativas das empresas sobre a demanda futura (CARVALHO, 2018, p. 29-30), induzindo investimentos privados.³⁷

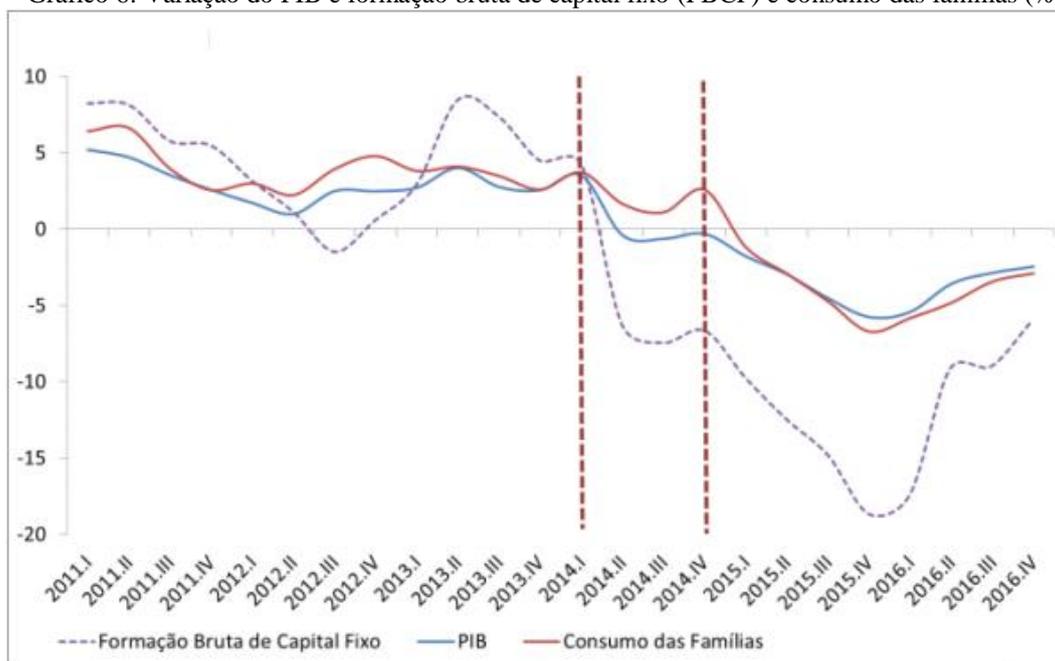
A partir de 2013, todavia, a desaceleração econômica das principais economias mundiais, entre elas da China e Índia, derrubou parte significativa do que compunha os preços dos três principais grupos de *commodities* (combustíveis, metais e produtos agrícolas). Conforme salientam Rossi e Mello (2017, p. 02), a rápida redução do preço das *commodities* e fatores de incertezas internacionais, associados a “falhas na condução da política econômica”, contribuíram decisivamente para a desaceleração da economia brasileira e, conseqüentemente, acentuada queda na taxa de investimento – entre eles aqueles direcionados aos grandes projetos de investimento, como os de *Salgueiro e entorno* que nos interessa particularmente –, que passa a apresentar patamares negativos a partir do segundo semestre de 2014.

Como mostra o gráfico 6, a queda na taxa de investimento – definida como formação bruta de capital fixo (FBCF) – é extremamente relevante na composição do PIB até 2014. A partir de então, o consumo das famílias passa a ser o principal motor do crescimento diante das sucessivas quedas dos investimentos em equipamentos sociais e infraestruturas que praticamente paralisam-se quando associados a fatores institucionais e jurídicos decorrentes do avanço da Operação Lava Jato a partir de 2014.

³⁶ “O apetite da China por commodities internacionais pode ser observado por meio do aumento da demanda e consumo interno dos chineses de commodities internacionais. Em 2015, por exemplo, a China consumiu aproximadamente 54% da produção global de alumínio, 50% de níquel e 46% da produção global de zinco. No tocante às commodities agrícolas, apesar do consumo ser menor (algodão 31%, arroz 30% e milho 22%) os valores continuam bastante significativos e com impactos positivos para os países exportadores de commodities internacionais. A magnitude desses valores pode ser igualmente percebida quando são observadas as pautas de importação da China e da Índia. No caso chinês, as importações de produtos e bens básicos saltaram de US\$ 31 bilhões em 2001, para US\$ 297 bilhões em 2008 e US\$ 525 bilhões em 2014. Na Índia, as importações desses bens cresceram no mesmo período de US\$ 20 bilhões para US\$ 118 bilhões, e posteriormente para US\$ 195 bilhões. Ou seja, nos dois países mais populosos do mundo houve um crescimento sem precedentes da demanda por commodities internacionais. As compras chinesas se multiplicaram em aproximadamente dezessete vezes e as indianas em dez vezes em um período inferior a duas décadas (2001 – 2014)” (MANZI, 2016, p. 37).

³⁷ Entre os anos de 2007 e 2010, o componente do PIB que mais cresceu foi o investimento em equipamentos sociais e infraestrutura física, em torno de 9,1% de crescimento real médio anual. Superando em 3,3 pontos percentuais o segundo componente da demanda, o consumo das famílias. Cf. CARVALHO, 2018, p. 12 e 32-33.

Gráfico 6: Variação do PIB e formação bruta de capital fixo (FBCF) e consumo das famílias (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e Centro de Estudos da Conjuntura e Política Econômica-CECON-UNICAMP *apud* ROSSI e MELLO (2017, p. 02).

A redução da demanda externa e do preço das *commodities*, bem como o conjunto de políticas de austeridade econômica escolhido pelo segundo governo Dilma Rousseff (2014-2016) diante da crise política – Lava Jato, *Impeachment* – e dos desequilíbrios internos da economia brasileira, decorrentes da assim chamada *Nova Matriz Econômica* (SINGER, 2018, p. 43-53) ou *agenda FIESP* (CARVALHO, 2018, p. 55-59)³⁸ desaceleraram – ou mesmo impediram – de se levar adiante ou concluir os grandes projetos de engenharia em curso.

De acordo com o relatório sobre infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2018, p. 13) uma conjugação entre crise econômica e fiscal (desajuste das contas públicas) agiu pesadamente contra a formação bruta de capital fixo. Desconsiderando o “fator Lava Jato” – já abordado na subseção anterior –, temos que

³⁸ Conjunto de medidas levadas à frente entre os anos de 2011 a 2014 para beneficiar o setor industrial. Neste sentido, o centro de mudança do modelo econômico se deu através de uma retomada da intervenção sistemática do Estado para atender as reivindicações da indústria nacional, via queda das taxas de juros, desoneração da produção e dos investimentos privados e taxas de câmbio consideradas “competitivas” ao setor, associadas a um programa de aportes financeiros do Estado em bens e serviços reivindicados pelos empresários como indispensáveis. Conforme esclarecem Singer (2018) e Carvalho (2018), o conjunto destas ações foi referendado pelas associações patronais que, não obstante serem atendidas naquilo que demandavam, abandonaram o governo e mudaram de posição, opondo-se a Dilma Rousseff e deixando afundar o modelo econômico que conceberam em aliança com o Estado, logo que começaram a surgir os primeiros sinais de esgotamento desta política – em ampla contradição com o sistema financeiro e a lógica de exploração de especialização produtiva (portanto, às novas condições de dependência).

(...) o desajuste das contas públicas teve sérias consequências negativas sobre a formação bruta de capital fixo. Em especial, a necessidade de conter gastos levou o Governo Federal a paralisar inúmeras obras, inclusive importantes projetos de infraestrutura (...) O baixo dinamismo econômico, observado a partir de 2014, afetou diretamente o setor de construção, causando, inclusive, o abandono de alguns empreendimentos. Esse foi o caso, em especial, de projetos de concessão estruturados com base em projeções que se mostraram muito otimistas quanto à demanda futura e cuja lógica econômico-financeira se veria comprometida pela brutal recessão, ocorrida no período 2014/2016. (CNI, 2018, p. 13, grifos no original).

A paralisação de obras, de acordo com este mesmo relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2018, p. 25), “não só compromete muitos projetos de infraestrutura, como também constitui problema em outras áreas”, em especial o financiamento de projetos secundários, auxiliares e paralelos na região que se instalam – definindo um perfil maior e mais abrangente da crise quando ela se faz presente, por ocasião da interrupção dos projetos, como aquela que se abate em *Salgueiro e entorno*, afetando diretamente as expectativas das empresas sobre a demanda futura e, portanto, o investimento.³⁹

Segundo cálculos da CNI (2018, p. 56), o atraso na entrega das obras da Transposição gerou um custo – impacto da melhoria no acesso à água sobre a economia dos municípios da região que não se realizou – próximo de R\$ 1 bilhão para o *Salgueiro e entorno*, de 2010 a 2015, considerando apenas o impacto negativo no Produto Interno Bruto (PIB) do setor agropecuário do Estado (tabela 8).

O valor, segundo o relatório, refere-se apenas ao “custo de oportunidade dos recursos investidos no projeto, que permaneceram até recentemente sem gerar benefícios para a sociedade”, excluindo os prejuízos causados pela depreciação das instalações de canais e de açudes já construídos e subutilizados – ou sequer utilizados, conforme foi observado em campo para longos trechos do canal principal de transposição (Imagem 3).

³⁹ Obras de infraestrutura paralisadas não são ruins por si só, mas também pelo que elas sinalizam para investidores interessados em novos projetos. Elas apontam que, em adição aos riscos comerciais e de construção, há também riscos de projeto, fiscais e políticos, que devem ser considerados. Quanto maiores esses riscos, maior o retorno exigido pelo investidor e menor a inversão em infraestrutura (CNI, 2018, p. 13; grifos no original).

Imagem 3: Objetos do PISF (canais, bomba adutora, aqueduto).



Fonte: André Paiva Rodrigues, 2019



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2017

Imagem 4: Estação de bombeamento e sistema elétrico, Cabrobó – PE.



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2017.

Tabela 8: Custo do atraso em termos de menor PIB agropecuário (R\$ mil de 2013)*

Estado	Eixo	2010**	2011	2012	2013	2014	2015
Ceará	Norte	75.077	12.641	145.930	84.045	139.487	144.281
Rio Grande do Norte	Norte	62.968	16.994	110.107	69.863	57.535	59.491
Pernambuco	Norte	192.866	129.169	147.337	177.636	195.949	202.613
	Leste	1.087.258	944.868	1.340.815	1.649.848	1.679.774	1.736.899
Paraíba	Norte	174.235	192.232	174.248	227.947	232.981	241.475
	Leste	524.192	517.401	540.324	540.514	593.836	612.553
TOTAL		2.116.597	1.813.304	2.458.761	2.749.854	2.899.561	2.997.312

FONTE: CNI, 2014 *apud* CNI, 2018, p. 56. (*) Valores e preços básicos / (**) Considera apenas metade do ano.

De igual maneira, os investimentos em obras complementares em *Salgueiro e entorno* – açudes, ramais de derivação de água dos eixos principais e novos sistemas adutores, bem como a execução do Ramal do Entremontes, nos municípios de Terra Nova, Serrita e Parnamirim – não se viabilizam por conta dos atrasos nas obras.⁴⁰ Tais projetos, caracterizados pelo Plano Nacional de Segurança Hídrica-PNSH (BRASIL, 2019, p. 52) de “*Projetos de indução de desenvolvimento (Supply Driven) com aproveitamento de águas do rio São Francisco*” dependem de investimentos adicionais que, do ponto de vista do conceito de segurança hídrica do PNSH, deveriam ser implementados após a consecução das obras principais do PISF e em associação com o setor produtivo.⁴¹

⁴⁰ O Ramal do Entremontes, na região de *Salgueiro e entorno* e *Araripe pernambucano*, conta com aproximadamente 70 km de extensão e prevê adução de aproximadamente 25m³/s. Seu custo de implantação está, de acordo com Plano Nacional de Segurança Hídrica (BRASIL 2019, p. 52), em torno de R\$ 1,61 bilhões e sua conclusão prevista para 2021 – a depender da consecução das obras do Eixo Norte do PISF.

⁴¹ “(...) a magnitude dos projetos de aproveitamento do rio São Francisco [e do próprio PISF], especialmente daqueles ainda não iniciados, recomenda-se como etapa prévia para tomada de decisão sobre todos esses empreendimentos a realização de estudo de detalhamento de planos de desenvolvimento regional (...) A infraestrutura hídrica deve ser tratada apenas como uma das variáveis, que se soma às questões relativas à capacidade de investimento dos setores público e privado para instalação das demandas, ao mercado consumidor, ao suprimento de energia, à logística de transporte, à preservação ambiental, entre outras, para aferição e qualificação da indução do desenvolvimento a partir da oferta de água” (BRASIL, 2019, p. 55).

Das obras complementares à transposição do Rio São Francisco em *Salgueiro e entorno* dependem a captação e redistribuição de águas do rio São Francisco para todo o sertão central e sertão de Araripe em Pernambuco (mapa 7), bem como da região do Cariri e Centro-Sul do Ceará. A implementação de um sistema de abastecimento de água do Programa de Integração de bacias – como intenta do governo de Pernambuco, a partir de ações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado e a União, a partir do Plano Nacional de Segurança Hídrica – é central para viabilização de “obras e propostas de aproveitamento de águas do rio São Francisco cujo objetivo principal é o desenvolvimento regional” (BRASIL, 2019, p. 54) – isto é, “efetividade plena à capacidade de produção dos perímetros de irrigação na bacia do São Francisco”, em especial daqueles em fase de implantação e projeto que juntamente com outros grandes projetos de infraestrutura – como a *Ferrovia Nova Transnordestina* e os centros logísticos locais – tornam-se necessários à adição destas terras ao circuito de produção do agronegócio.

Neste contexto, a infraestrutura hídrica deve ser tratada como uma das variáveis mais importantes na indução de crescimento baseado em “especialização produtiva” – fato condizente com os reajustes na divisão internacional do trabalho neste início de século que, no limite, confere sentido aos grandes projetos de desenvolvimento, seja em sua fase ascendente – de implementação de projetos, (re)primarização da pauta exportadora – seja em sua fase decadente, de estagnação e crise dos mesmos.

Conforme indica Manzi (2016, p. 38), no decorrer das três ou quatro últimas décadas “a pauta de exportações brasileiras sofreu importantes alterações em virtude do processo de ‘primarização’ das exportações nacionais e do crescimento da importância relativa de commodities internacionais nas vendas externas do país”.⁴² Este processo, de acordo com Osório (2012b, p. 111) deve ser lido no termos de um novo *padrão de*

⁴² “De fato, a importância das exportações de bens básicos e agrícolas é percebida quando se observa a pauta de exportação do país nas duas últimas décadas. Em 2001, os produtos básicos e agrícolas representaram aproximadamente 26% das exportações brasileiras. Ao longo dos anos 2000, as exportações de bens básicos e produtos agrícolas ganharam participação nas vendas externas do Brasil e representaram em 2010, 44 % das exportações totais e 46% em 2014. Nesse contexto, as exportações brasileiras atingiram seu pico em 2011, quando o total vendido pelo país no exterior alcançou US\$ 256 bilhões. Somente as exportações que incluem todos os produtos básicos e bens básicos alcançaram US\$ 122 bilhões. As vendas externas do grupo de bens composto pelos minérios metalúrgicos (ferro, cobre e alumínio) representaram aproximadamente 17,2% do total exportado pelo país ou US\$ 44 bilhões em 2011. As exportações oriundas da soja e derivados totalizaram US\$ 23 bilhões e representaram 9,8% no total das vendas externas. No terceiro grupo de commodities mais importante da pauta de exportação brasileira, formado por carnes e derivados, as exportações somaram US\$15,3 bilhões” (MANZI, 2016, p. 38-39).

reprodução do capital que se impôs ao Brasil – e à América Latina como um todo –, a partir da década de 1980, como resultado de uma exacerbação da especialização produtiva no continente que tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agropecuários ou extrativistas (mineiros), com produção e também atividade de montagem ou processamento de recursos naturais e agrícolas (agroindústria) e de serviços de baixo e médio níveis de qualificação, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e comércio internacional – evidenciando uma crescente *especialização exportadora*, que recoloca os termos de dependência e subdesenvolvimento adequados às atuais necessidades da economia em sua fase mundializada.

A este respeito, conforme sinaliza Biachi e Macedo (2018, p. 02), a crise do modelo de reprodução urbano-industrial nos anos 1980 – *padrão industrial* – e a reestruturação do capitalismo mundial no quartel final do século XX alteraram o papel do Brasil e da América Latina na divisão internacional do trabalho. Neste sentido,

a indústria de transformação perdeu força e se iniciava, já naquela década, o processo de desindustrialização em curso no Brasil e na região, mas que ficará mais evidente no século XXI. Em contrapartida, as atividades agrícolas e minerais, e os segmentos da indústria de transformação ligados a elas, tornaram-se os mais dinâmicos e seriam aqueles com os quais o país ampliaria sua participação no comércio exterior, numa clara demonstração de seu papel na divisão internacional do trabalho. Não apenas aumenta a participação das commodities agrícolas e minerais na pauta de exportação, com queda na participação relativa dos produtos industriais, como o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) direcionar-se-ia mais para esses setores, especialmente a partir de 2003 quando o crescimento da demanda mundial puxada pelo “efeito-China” aumentou o dinamismo interno dessas atividades, consolidando o novo padrão de reprodução no país que Osório (2012a e 2012b) denomina como “padrão exportador de especialização produtiva” (pós-1980) em contraposição ao “padrão industrial” dominante na fase anterior (1930-1980). (BIACHI e MACEDO, 2018, p. 03-04)

Assim, se hipótese levantada estiver correta, dada a prevalência do novo padrão de especialização produtiva – que marcou o fim do padrão industrial que, com diversas etapas, prevaleceu no Brasil entre meados da década de 1930 e 1980 (OSÓRIO, 2012a e 2012b) –, aos primeiros sinais de alta nos preços das *commodities* e da demanda internacional, a reativação dos grandes projetos de infraestrutura voltados à agrologística, em Salgueiro, e à agricultura de regadio em bases comerciais e industriais modernas nos municípios do “entorno”, tendem a se tornar, novamente, prioridades do ponto de vista das estratégias de desenvolvimento do estado na região e da valorização do capital nestes setores.

Novas pressões sobre os recursos naturais territorializados – terra e água – poderão ser observadas na região, potencialmente capazes de reiniciar todo o processo de reestruturação econômica e territorial de *Salgueiro e entorno* – tal como aqueles que se esboçaram entre os anos de 2007 e 2013 –, no sentido de transformá-la em uma região produtiva do agronegócio e de comando agrologístico, a partir dos grandes projetos estruturantes regionais – a expensas das atuais formas de produção, circulação e investimentos baseadas em pequenas e médias unidades de produção tradicional.

3.5.3 Uma década de seca: estresse hídrico, paralisação e crise produtiva no campo de *Salgueiro e entorno*.

Entre os anos de 2012 e 2016, conforme observam Buriti e Barbosa (2018, p. 21), o semiárido brasileiro passou por uma das mais intensas e longas secas da história. Sua ação provocou impactos generalizados na economia regional, em especial sobre a produção agrícola e pecuária, afetando os preços dos alimentos e reduzindo a oferta de produtos, como sói ocorrer neste tipo de extremo climático – ou “*natural hazards*”, na linguagem proposta por BARBOSA (2000, p. 07).

Ainda no ano de 2012, o número de pessoas afetadas diretamente pela seca aproximou-se de 5 milhões em todos os municípios que compõem a região do semiárido brasileiro (SAB), segundo cálculos de Buriti e Barbosa (2018, p. 21). Gonçalves (2012, s/n) aponta que neste mesmo período a participação do Nordeste na produção nacional de grãos caiu para 7,5%, puxada pela expressiva quebra de 80% na produção de grãos no SAB. Estes impactos observados por ocasião da intensa seca, prolongada até 2017, fizeram com que 80% das cidades da região nordestina decretassem estado de emergência ou calamidade em razão dos efeitos do fenômeno.⁴³

De acordo com o *Informativo sobre a estiagem no nordeste-nº 113* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2017b), “o panorama de baixa pluviosidade fez com que a produção agrícola do Semiárido caísse em todos os estados áridos do Nordeste” com uma única exceção referente aos municípios semiáridos do estado de Minas Gerais, “onde os efeitos da seca não mostraram influência”.

⁴³ “Desde 2012, a região passa por poucas chuvas, perdas de safras e baixa vazão de água nos rios, e está caminhando para o sexto ano seguido de estiagem severa em 2017. Neste período, quase 80% das cidades do Nordeste decretaram estado de emergência ou de calamidade por seca ou por estiagem pelo menos uma vez (...) Em quatro dos nove estados da região, o percentual de cidades com decretos é superior a 90% nestes cinco anos”. Cf. **Nordeste em emergência: história de uma seca sem fim**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/nordeste-em-emergencia-historias-de-uma-seca-sem-fim.ghtml>> Acesso: 06. Mar. 2019.

Segundo o documento, no período de estiagem em questão, o ano de 2016 foi o pior em termos de perda de produção agrícola na região, sendo registrado para o estado de Pernambuco retrações superiores a 60% de seus principais produtos, em comparação com o período anterior (2009-2010) (tabela 9).

Tabela 9: Participação da Quantidade Produzida no Semiárido Nordestino em relação à produção de seus estados (excluído o Maranhão, onde não há Semiárido).

Participação da Quantidade Produzida do Semiárido Nordestino (%)							
Culturas anuais	Média 09/10	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Cana-de-açúcar	10	10	8	8	7	7	7
Feijão (em grão)	80	77	47	71	57	57	62
Mandioca	55	51	46	39	46	49	41
Milho (em grão)	52	49	16	41	29	29	20

Fonte: IBGE, 2016 *apud* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2017b, s/n)

Pode-se observar, deste modo, que ao tomar como base a produção dos anos anteriores ao início da estiagem – média da produção das safras de 2009 e 2010 –, “os municípios do Semiárido produziam 80% do feijão, 55% da mandioca e 52% do milho obtidos no Nordeste. Com os efeitos da estiagem, essas participações se retraíram, em 2012, para 47%, 46% e 16%, respectivamente”. (BRASIL, 2017b, s/n). Assim,

Constata-se que, em 2013, feijão e milho se recuperaram parcialmente; na contramão, mandioca manteve a queda. Os anos que se seguiram mantiveram uma tendência de produção inferior ao início do período de estiagem, culminando, em 2016, em uma grande queda de produção. A cultura que mais sofreu impacto foi o milho o qual, mais da metade, era plantado nos municípios do Semiárido e, na última safra, a quantidade produzida ficou em um quinto do que se produz na Região. Mesmo a mandioca, que durante os últimos anos teve um desempenho crescente, nessa última safra também experimentou uma retração de 14 pontos percentuais em sua participação na Região. (BRASIL, 2017b, s/n).

Quando observado por estados, a sequência de tabelas (10, 11, 12) apresenta um panorama detalhado da participação das principais culturas alimentares do semiárido – feijão, milho, mandioca – durante o período considerado. Sua variação média, conforme exposto, demonstra quebra generalizada das safras.

Tabela 10: Produção de Feijão, no Semiárido, entre 2009 e 2016 (em toneladas).

UF	PRODUÇÃO (em 1.000 t)							Variação (base média 09/10) %					
	Média 09/10	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AL	24,84	15,39	1,28	8,64	9,85	5,92	0,71	-38,03	-94,84	-65,24	-60,35	-76,17	-97,16
BA	244,26	117,50	30,16	163,40	156,37	204,37	73,45	-51,90	-87,65	-33,11	-35,98	-16,33	-69,93
CE	95,37	235,07	41,06	44,87	93,11	54,47	46,99	146,47	-56,94	-52,96	-2,37	-42,89	-50,73
MG	32,97	21,70	21,05	14,15	15,78	13,69	17,60	-34,19	-36,15	-57,09	-52,12	-58,48	-46,61
PB	26,30	32,31	2,11	14,57	13,84	4,85	6,91	22,85	-91,99	-44,59	-47,37	-81,58	-73,73
PE	96,71	104,45	16,89	40,35	51,99	33,02	23,64	8,01	-82,54	-58,28	-46,24	-65,85	-75,55
PI	304,55	200,70	127,80	40,17	42,86	128,49	80,34	-34,10	-58,04	-86,81	-85,93	-57,81	-73,62
RN	13,57	30,31	1,81	7,33	9,05	3,37	2,76	123,32	-86,69	-45,99	-33,34	-75,15	-79,68
SE	25,54	7,53	3,00	14,66	6,98	5,18	1,61	-70,50	-88,25	-42,62	-72,69	-79,72	-93,68

Tabela 11: Produção de mandioca, no Semiárido, entre 2009 e 2016 (em toneladas).

UF	PRODUÇÃO (em 1.000 t)							Variação (base média 09/10) %					
	Média 09/10	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AL	185,11	175,93	205,27	131,40	138,37	127,28	115,20	-4,96	10,89	-29,01	-25,25	-31,24	-37,76
BA	1.684,78	1.469,74	915,51	603,62	922,50	1.027,44	810,64	-12,76	-45,66	-64,17	-45,25	-39,02	-51,88
CE	365,84	440,13	188,94	165,12	251,83	139,43	160,20	20,31	-48,36	-54,87	-31,16	-61,89	-56,21
MG	274,39	251,70	232,40	208,47	209,33	203,17	200,85	-8,27	-15,30	-24,02	-23,71	-25,96	-26,80
PB	85,24	71,93	45,65	35,74	31,08	37,18	36,97	-15,62	-46,45	-58,07	-63,54	-56,38	-56,62
PE	577,94	448,58	311,79	273,46	280,17	355,00	116,51	-22,38	-46,05	-52,68	-51,52	-38,58	-79,84
PI	304,55	200,70	127,80	40,17	42,86	128,49	80,34	-34,10	-58,04	-86,81	-85,93	-57,81	-73,62
RN	402,70	251,43	195,59	58,10	146,88	133,84	84,59	-37,56	-51,43	-85,57	-63,53	-66,76	-78,99
SE	77,48	78,14	70,61	65,01	57,41	41,23	37,01	0,86	-8,87	-16,09	-25,91	-46,79	-52,24

Tabela 12: Produção de milho, no Semiárido, entre 2009 e 2016 (em toneladas).

UF	PRODUÇÃO (em 1.000 t)							Variação (base média 09/10) %					
	Média 09/10	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AL	28,33	29,77	0,46	6,56	8,51	13,32	4,10	5,08	-98,38	-76,86	-69,95	-53,00	-85,52
BA	677,86	420,96	86,87	593,80	354,73	609,13	231,14	-37,90	-87,19	-12,40	-47,67	-10,14	-65,90
CE	335,42	856,98	102,16	102,09	320,03	114,78	98,41	155,49	-69,54	-69,56	-4,59	-65,78	-70,66
MG	73,75	59,75	41,07	36,60	67,13	57,88	65,12	-18,98	-44,31	-50,37	-8,98	-21,52	-11,70
PB	51,29	55,43	3,09	13,81	19,40	6,42	9,71	8,08	-93,98	-73,08	-62,17	-87,48	-81,08
PE	125,07	117,02	18,83	20,42	47,51	23,96	10,84	-6,43	-84,95	-83,67	-62,02	-80,84	-91,34
PI	96,85	167,15	12,05	18,32	38,88	46,69	22,70	72,59	-87,56	-81,09	-59,85	-51,80	-76,56
RN	235,28	451,26	24,89	101,27	119,47	31,93	19,51	91,80	-89,42	-56,96	-49,22	-86,43	-91,71
SE	714,69	468,25	267,68	652,56	715,29	457,04	109,47	-34,48	-62,55	-8,69	0,08	-36,05	-84,68

Fonte: IBGE, 2016 *apud* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2017b, s/n)

Em *Salgueiro e entorno*, os efeitos da estiagem podem ser observados quando se comparam alguns dados dos censos agropecuários do IBGE (2006 e 2017). Por exemplo, as áreas produtivas na região diminuíram em todos os municípios no período, com exceção de Belém do São Francisco (apresentando um pequeno acréscimo de pouco mais de 8 mil ha). Entre os municípios que mais perderam área produtiva em termos absolutos estão Parnamirim e Salgueiro, com uma redução de 26.911 e 23.430 hectares, respectivamente (tabela 13). O mesmo pode ser observado em relação ao

número de imóveis rurais na região: uma tendência à diminuição na maioria dos municípios (Cabrobó, Mirandiba, Verdejante, Cedro, Terra Nova, Parnamirim).⁴⁴

Tabela 13: Áreas produtivas e nº imóveis rurais dos municípios de *Salgueiro e entorno* (2006-2017).

Município	Área 2006 (hectares)	Área 2017 (hectares)	Total (hectares)	Nº imóveis 2006	Nº imóveis 2017
Parnamirim	134 193	107 282	- 26.911	1 939	1 917
Salgueiro	75 053	51 623	- 23.430	1 765	1 988
Cabrobó	62 928	44 233	- 18.695	1 666	1 466
Serrita	98 087	81 814	- 16.273	2 089	2 223
São José do Belmonte	83 273	68 313	- 14.960	2 934	2 972
Mirandiba	36 616	23 188	- 13.428	1 262	991
Terra Nova	20 198	13 716	- 6.482	496	457
Carnaubeira da Penha	49 575	43 434	- 6.141	2 024	2 098
Verdejante	25 879	20 804	- 5.075	1 317	1 243
Cedro	10 401	7 270	- 3.131	875	637
Belém do S. Fco.	34 286	42 627	+ 8.341	1 459	1 650
<i>Salgueiro e entorno</i>	630 489	501 304	- 129 185	17 826	17 678

Fonte: Censo agropecuário do IBGE de 2006 e 2017 (trabalhada pelo autor).

Para ambas culturas – temporárias e permanentes –, os censos agropecuários (IBGE 2006 e 2017) mostram quedas na região condizentes com os dados apresentados para o Nordeste como um todo. Observa-se, contudo, um aumento de pastagens e criação caprina em todos os municípios da região – fatores condizentes com a situação de estiagem descrita –, sobretudo entre aqueles que apresentaram crescimento no número de imóveis rurais no período em questão, em especial Salgueiro e Belém do São Francisco que expandiram significativamente seu rebanho (tabela 14).

O conjunto dos dados das tabelas 13 e 14, deste modo, parece indicar aqueles aspectos já observados na agropecuária nordestina como um todo: quebra e, conseqüentemente, retração acentuada na produção em função da seca de 2012-2016. Estes efeitos, conforme pudemos observar em trabalho de campo, prolongam-se até o ano 2019 nestes municípios, tendo reduzido os excedentes da agricultura praticada na região – que já não mais distribui produtos no Ceasa e feiras livres das cidades, que comercializam produtos essencialmente vindos de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) –, conforme expuseram funcionários do Incra e da Secretaria de Desenvolvimento Rural

⁴⁴ Os dados referentes à diminuição do número de imóveis rurais na região precisam ser considerados de forma mais cautelosa. Em um primeiro momento sugerem se tratar de um abandono de propriedades em função da seca, todavia é mais provável que signifiquem um aumento da concentração rural sem incremento da produção agrícola – um quadro onde propriedades aguardam uma valorização da terra ou condições propícias para sua exploração, como a perenização da água e implantação dos sistemas hidráulicos de produção.

de Salgueiro, que recomendaram atenção ao extremo climático ao abordar a corrente situação da produção agropecuária regional – essencialmente, em seu atual estágio, praticada em pequenas e médias propriedades.

Tabela 14: Rebanho caprino e pastagem nos municípios de *Salgueiro e entorno* (2006-2017).

Municípios	Rebanho Caprino 2006 (cabeças)	Rebanho Caprino 2017 (cabeças)	Total (cabeças)	Pastagem Plantadas 2006 (hectares)	Pastagem Plantadas 2017 (hectares)
Belém do S. Francisco	21 585	53 175	+ 31.595	538	941
Salgueiro	14 834	34 658	+ 19.824	5 899	4 700
Parnamirim	59 026	74 096	+ 15.070	14 907	21 463
Cabrobó	19 532	31 461	+ 11.929	3 666	3 950
Carnaubeira d Penha	34 329	43 469	+ 9.140	680	958
Serrita	9 041	14 573	+ 5.532	20 783	27 047
Verdejante	6 478	11 780	+ 5.302	1 371	3 064
Mirandiba	17 341	21 451	+ 4.110	1 349	1 610
Terra Nova	5 487	8 859	+ 3.372	1 969	995
S.J. do Belmonte	5 595	6 475	+ 880	10 115	5 890
Cedro	363	916	+ 553	1 762	762
<i>Salgueiro e entorno</i>	193.611	300.913	+107.302	61 690	71 380

Fonte: Censo agropecuário do IBGE de 2006 e 2017 (trabalhada pelo autor).

Os dados ambientais demonstram tendências de regressão das atividades agrícolas em *Salgueiro e entorno* entre os anos de 2012-2017 e sua reorganização em bases modernas, a partir dos objetos técnicos e sistemas de engenharia em fase de implantação na região – condizente com o segundo período do PISF, marcado por paralisia nas inversões e na reorganização espacial anteriormente observada, dado crise política (Lava Jato, desmanche do pacto conservador e reformismo fraco) e econômica (crise fiscal, política econômica de austeridade, queda dos preços das *commodities* e da demanda internacional) em curso no país.

Não obstante os dados apresentados acerca dos efeitos deletérios da estiagem, este longo período não resultou em morte e migração em massa de retirantes da seca, tampouco em calamidade socioeconômica e política (CONTI, 2013, p. 18; CARVALHO, 2018, s/n). Antes que os serviços dos novos sistemas técnicos de integração de bacias, sinergia e segurança hídrica em escala regional estivessem disponíveis, os elementos que compõem as propostas de *convivência com o semiárido* e as políticas sociais nascidas da articulação com este novo paradigma – como a promoção de tecnologias sociais hídricas (TSH), o *Programa 1 Milhão de Cisternas* (P1MC) e o *Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar* (Pronaf),

entre outras ações – mostraram-se fundamentais no enfrentamento da questão (ROCHA, 2013; FAO, 2016), apontando para soluções alternativas àquela dos grandes projetos de investimentos hidráulicos e hidrológicos.

Os efeitos da universalização das políticas sociais e da assistência/inclusão produtiva dos pequenos e médios produtores são elementos que garantiram a superação da pobreza rural nos níveis observados entre 2003-2016 (FAO, 2016) e não os grandes projetos de investimento (GPI) que possuem inscritos na lógica de seu funcionamento, conforme intentamos demonstrar, a captura/sujeição em massa das populações, terras e recursos naturais territorializados à lógica de reprodução ampliada do agronegócio globalizado – em especial na versão que é apresentada pelo *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional* (PISF).

Conforme esclarece Carvalho (2016, s/n) as “tecnologias sociais [hídricas] têm sido ferramentas importantes para abastecimento de água dessa população” no período em tela. Apesar da duração e intensidade desta estiagem, prossegue a autora, a população tem conseguido lidar com esse extremo climático. Assim,

“[...] Diversos estados brasileiros vem lidando com a questão da seca atualmente. No Nordeste, onde o fenômeno já é um conhecido do povo, a seca vem desde 2012. Essa é considerada pelos pesquisadores como uma das mais severas enfrentadas pela população. Contudo, é possível ver uma melhor convivência com esses períodos de grandes estiagens por parte de quem reside no Semiárido brasileiro. Essa melhoria vem de um fator já conhecido: a luta e a resistência popular. Soma-se a isso as diversas iniciativas da sociedade civil organizada. Estamos vivendo um dos maiores períodos de estiagem do Semiárido brasileiro e observamos que não houve morte humana e que não houve forte processo de migração campo/cidade. Muitas políticas que incidiram no Semiárido permitiram que as famílias ficassem, (...) A seca é um fenômeno natural e precisamos conviver com ela. O problema está nas desigualdades sociais, na concentração da terra e da água. Isso é um problema. É possível conviver com o Semiárido e um conjunto de experiências de organizações mostram comprovam isso” (CARVALHO, 2016, s/n).

Segundo Relatório das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO, 2016, p. 13) foram notáveis os avanços sociais para as populações residentes em áreas rurais no Brasil, entre os anos de 2003 e 2016, decorrentes das políticas sociais adotadas. “[...] A extrema pobreza caiu de 21,8%, em 2002, para 7,6%, em 2014, o que representou uma queda de 65,2%; e a pobreza foi reduzida de 49%, em 2002, para 20,2%, em 2014, uma redução de 58,7%”. Tais medidas, prossegue o documento, estão ligadas a decisões políticas e novas estratégias comprometidas com a erradicação da pobreza e distribuição de renda, via criação, ampliação e integração de programas

sociais, bem como inclusão produtiva com oportunidades de trabalho rural – com destaque aos planos do “*Pesquisa e extensão rural para agricultura familiar*”; “*Identificação e registro da agricultura familiar*”; “*Registro e fomento da pesca e aquicultura artesanais*”; “*Aquisição de alimentos da agricultura familiar*”; “*Alimentação escolar e agricultura familiar*”, em especial nos termos que foram aplicados pelo Programa “*Brasil Sem Miséria*” dos governos de Dilma Rousseff (2011-2016) (*Op. Cit.*, p. 22).

Isto permite afirmar, seguindo Baptista e Campos (2013, p. 63), que a resiliência das populações no semiárido, bem como qualquer projeto de desenvolvimento que se pretenda inclusivo na região, deve ser diferente daquele “ainda fortemente vigente, que concentra a terra e a água, desconhece e desvaloriza o conhecimento dos agricultores, utiliza sem critérios, a não ser o do lucro e do enriquecimento, a natureza como se ela fosse inesgotável”, dentro de uma tônica de *combate* à seca – e não de *convivência* com seus ciclos e características –, estruturadas, geralmente, na forma de grandes obras de infraestrutura hídrica.⁴⁵

O êxito das políticas sociais entre os anos de 2003-2016 está nos resultados alcançados na redução da pobreza extrema e na criação de emprego e renda no campo; no caso específico da região do semiárido brasileiro (SAB), os programas preparados a partir da perspectiva de convivência com o semiárido mostraram-se importantes articuladores das medidas de desenvolvimento rural locais com as políticas de desenvolvimento social adotadas em âmbito nacional (CONTI e SCHOEDER, 2013; FAO, 2016).

Além dos benefícios diretos à população rural, as políticas de desenvolvimento rural do período – em especial no âmbito do programa *Brasil Sem Miséria* – produziu outro tipo de resultado, que impactou positivamente a gestão pública, segundo dados das Nações Unidas (FAO, 2016):

⁴⁵ “A construção de grandes obras de infraestrutura hídrica – geralmente concentradas e alocadas nas proximidades das grandes fazendas - e projetos de irrigação associados à implantação de polos de desenvolvimento com base em monoculturas agroquímicas, não apenas não aumentaram a disponibilidade de água para as famílias, como ampliaram processos de concentração de poder e dependência econômica e política, favorecendo a criação de um ‘novo coronelismo’ modernizado.” (BAPTISTA e CAMPOS, 2013, p. 62). Ao comentar avaliações de projetos de irrigação no semiárido brasileiro feitas pelo Banco Mundial, prosseguem os autores, constatou-se que, apesar do rápido crescimento econômico observado em tais empreendimentos, eles acabaram por gerar externalidades sociais (e ambientais) negativas, acentuando contradições onde foram implementados. Assim, concluem seguindo dados do banco, “esses projetos significam um sucesso do ponto de vista da lucratividade empresarial, mas também um desastre do ponto de vista dos ganhos sociais.” (*Id. Ibidem*).

O plano desafiou as políticas públicas para que conseguissem chegar aos mais pobres e para que atuassem de forma mais integrada, e estimulou a criação de novos arranjos institucionais envolvendo mudanças no marco legal, iniciativas de coordenação federativa e novas formas de valorização do protagonismo das agricultoras e dos agricultores familiares. Os avanços conquistados demonstram que é possível ganhar escala, ampliar a cobertura dos programas e melhorar a “integração e a articulação entre os tempos e lógicas das diversas ações” (Mello *et al.*, 2015, p. 30), aprofundando a combinação de políticas sociais e de desenvolvimento rural. Um aprendizado importante refere-se aos tempos e processos da construção da autonomia das famílias e da superação da pobreza (...) um aperfeiçoamento necessário seria considerar que o acompanhamento da assistência técnica e extensão rural deveria ser mais intenso e por um período de tempo maior, inclusive para permitir a ampliação gradual de acesso às políticas de apoio à produção e às demais políticas de desenvolvimento rural. (FAO, 2016, p. 29).

Deste modo, o desenvolvimento do semiárido, explicita duas lógicas de intervenção política: “uma que concentra a água, a terra, as riquezas nas mãos de uma pequena oligarquia, utilizando-se, para isso, dos recursos públicos; outra que desconcentra a oferta e o acesso da água, promulgando um desenvolvimento com justiça e inclusão social” (BAPTISTA e CAMPOS, 2013, p. 66). A primeira privilegia as grandes obras de infraestrutura hídrica, a produção de *commodities* e o mercado de terras, na perspectiva do combate à seca e da acumulação capitalista (dinamização e incorporação de novas áreas ao processo produtivo). A segunda combina assistência técnica e social, crédito, apoio à comercialização, acesso à água, terra e energia elétrica, na perspectiva da convivência com a seca, da agroecologia e do modo de vida “camponês” (CONTI e SCHROEDER, 2013).

A quebra expressiva nas safras agrícolas de 2012-2017, conforme elencado anteriormente, não foi um problema senão do ponto de vista do projeto hegemônico em curso no semiárido, fundado nos preceitos do desenvolvimentismo e no ideário de progresso indefinido da economia, e não do ponto de vista das necessidades de acesso à água e alimentos básicos para população. Isto porque, “apesar da diminuição na produção, as famílias continuaram colhendo uma quantidade de alimentos que supre sua necessidade de consumo e o excedente [foi] vendido gerando renda” (PRAGANA, 2018b, s/n). Feiras de produtos agroecológicos “surgiram neste período em algumas regiões e outras conseguiram se manter com número reduzido de feirantes,” complementa a autora.⁴⁶

⁴⁶ Por ocasião da normalização dos índices pluviométricos no interior nordestino, já em suas os primeiros meses, “as feiras agroecológicas também retomam sua força, tanto no aumento de famílias produtoras, como na variedade de alimentos comercializados” (PRAGANA 2018a, s/n). “Essa realidade do Semiárido foi sendo construída por um conjunto de políticas públicas complementares que permitiram a ampliação

A transposição do rio São Francisco e o modelo de agricultura que se esboça a partir da expansão dos perímetros irrigados e integração de objetos hidráulicos que o projeto propõe é parte deste raciocínio desenvolvimentista que “não considera as peculiaridades da região, tenta artificializar a natureza e parte do pressuposto de ser este um lugar onde não chove, de natureza morta, do castigo divino, do destino incerto, terra de ninguém e de vidas secas” (BAPTISTA e CAMPOS, 2013, p. 61).⁴⁷ É resultado, também, da crença da infinitude da água (SUASSUNA *apud* CARVALHO, 2016, s/n) mas, sobretudo, das necessidades de acumulação nos marcos do atual estágio da economia que tende a enquadrar o Brasil e a América Latina como área de exploração de especialização produtiva – não sendo, pois, alternativa necessária do ponto de vista da população mais pobre do SAB, mesmo quando considerada a mais longa e intensa seca da história da região.

Alguns exemplos do que estamos a argumentar podem ser encontrados no território de que nos ocupamos nesta pesquisa. Inspirados pelo discurso de defesa e reafirmação de uma sociodiversidade e de pertencimento das pessoas a seu espaço, bem como no acesso e conservação da terra, da água e do patrimônio natural observou-se no território de *Salgueiro e entorno* grupos que a partir de seu compromisso com a valorização das tradições e conhecimentos das comunidades e seu modo de ser e viver, impõem resistência à reconfiguração do campo e das cidades na região em áreas meramente funcionais à acumulação corporativa. Em sua luta, conforme pudemos inferir a partir da edição especial de 19 anos do jornal da Associação Quilombola Conceição das Crioulas (AQCC), buscam o reconhecimento do meio rural como território de produção e reprodução da vida e da diversidade étnica e cultural como categoria sociopolítica e estratégica de desenvolvimento (CRIOULAS, a voz da resistência, 2019).

Formada a partir da resistência e reação às rebaixadas condições de vida e precariedade do trabalho na região, a AQCC – associadamente aos núcleos indígenas Atikuns, ligados por laços de organização política e parentesco – lutam pelos seus direitos de reconhecimento e permanência nas terras onde se encontram, bem como

do acesso à água às famílias, assistência técnica agroecológica, acesso a crédito, entre outras” (PRAGANA, 2018b, s/n).

⁴⁷ “Uma economia sem produção,” nos termos reivindicados pelo ex-Ministro da Integração Nacional para descrever a região, João Reis Santana Filho (2010-2011) – advogando, pois, grandes projetos de infraestrutura para o “aumento da escala de produção” e melhora das “vantagens comparativas” desta área (SANTANA FILHO, 2007, p. 14).

preservação de suas tradições, saberes e modos de viver formando, nas palavras de Givânia Maria da Silva – uma de suas principais lideranças –,⁴⁸ “um tecido entre identidade quilombola, territorialidade e educação, numa perspectiva coletiva e emancipatória” (SILVA, 2016, p. 55).

Sustentando um discurso de oposição ao latifúndio, ao agronegócio e ao mercado de terras, organizam sua luta a partir tanto da manutenção e defesa dos aproximadamente 16.000 hectares de terras da comunidade como das atividades agrícolas, artesanais e pecuarista de pequeno porte que praticam, cujo cunho não é comercial, “mas de subsistência e sustentabilidade do território e da cultura local” (SILVA, 2016, p. 45), como parte a identidade e cultura das comunidades associadas à AQCC (quilombolas e indígenas) – apontando, portanto, para sociabilidades e modelos de gestão diferentes daqueles dominados por lógicas do mercado e da razão desenvolvimentista que no atual período regem a maior parte das ações nos territórios (do qual o PISF é representante e, como tal, busca reforçar).

A Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas é dividida em 16 núcleos populacionais ou sítios: Conceição das Crioulas, Lagoa, Paula, Paus Brancos, Rodiador, Massapê, Sítio, Queimada, Garrote Morto, Poço da Pedra, Mulungu, Lagoinha, Amparo, Curtume, Boqueirão e Pedra Preta. Tradicionalmente seus habitantes “utilizam a água dos açudes, barreiros e caldeirões de pedra mais próximos para as atividades cotidianas” (CARVALHO, 2016, p. 05), não sendo raros os problemas derivados da qualidade, disputa e falta deste recurso, amenizados a partir de 2007 no âmbito das políticas sociais para as populações rurais e lutas encabeçadas por suas lideranças pelo saneamento, abastecimento e tecnologias sociais hídricas.

A disputa por terras e sua ocupação ilegal foi durante muito tempo outro grande problema enfrentado pela comunidade (CARVALHO, 2016, p. 06-07), fazendo do território e das práticas socioespaciais de seus habitantes (territorialidade) o ponto central sob as quais as demais questões – simbólicas e (ou) práticas – vão se aglutinando (SILVA, 2016, p. 133-134).

⁴⁸ Educadora nascida no quilombo de Conceição das Crioulas, licenciada em *Letras* em 1996 pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC-Salgueiro) e especialista em *Programação de Ensino* pela mesma instituição. Mestra em *Políticas Públicas e Gestão da Educação* pela Universidade de Brasília (UnB). Foi subsecretária de políticas para comunidades tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir) entre os anos de 2007 e 2008, ex-Coordenadora-Geral de Regularização dos Territórios Quilombolas do INCRA (2008-2015) e Membro Fundador da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas do Brasil-CONAQ e da Comissão Estadual Quilombola de Pernambuco.

Atualmente, a produção agrícola gira em torno da produção de alimentos – feijão, mandioca, milho, abóbora e melancia – e fibras (fibra de caroá e de palha do catolé) para característico e forte artesanato local, em substituição à antiga produção de algodão – anteriormente responsável pela expulsão de índios e quilombolas para as áreas de menor capacidade de produção, por ocasião das intrusões de fazendeiros brancos em suas terras, ou de sua sujeição na forma de “parceiros” (meeiros/terceiros) ou assalariados nestas mesmas fazendas. A obtenção de carne se dá através da cadeia produtiva de caprinos e ovinos, bem como da pesca artesanal nos açudes.

Por um lado, o uso de terras comuns utilizadas coletivamente e a troca de mercadorias entre os membros da comunidade ainda existem e são relativamente frequentes; a produção de valores de uso – como alimentos para o consumo do produtor, da comunidade e dos animais, bem como de peças de artesanato para as mais diversas atividades – ainda fazem parte do cotidiano de expressiva parte de sua população, conforme pudemos constatar por ocasião do trabalho de campo; por outro lado, a disposição e capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e mercadorias através da AQCC também foram observadas. Iniciativas ligadas ao beneficiamento de poupa de umbu e artesanato para produção e comércio estão bem consolidadas em sua sede. Ações na área de educação, que incluem parcerias com universidades no Brasil e mesmo do exterior, também são regulares e, potencialmente, são capazes de agregar valor na forma de troca de saberes, treinamentos e turismo (alguns já existentes nas áreas de produção agroecológica, produção áudio visual, artes plásticas).

Programas governamentais voltados ao pequeno produtor, bem como as políticas sociais de atenção e socorro aos grupos vulneráveis, como o Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), são elementos que também dinamizam a economia de Conceição das Crioulas, a exemplo do que fizeram em diversas partes do país, nos termos expressos pelo relatório das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2016).

Assim, também na escala da região de *Salgueiro e entorno* está presente o confronto de modelos de desenvolvimento adotados no semiárido, o primeiro expresso na concentração de terras e água, em grandes projetos de infraestrutura, no agronegócio, no cultivo de espécies ecologicamente inaptas ao clima e solo regionais – e, por isso mesmo, altamente dependentes de irrigação, agroquímicos e insumos tecnológicos – em oposição ao segundo modelo, baseado em inúmeras experiências locais de organização

e produção de baixo impacto, baseadas em tradições e culturas populares, de matriz agroecológica e que expressam formas de convivência com as características naturais nas quais estão ineridas, e não o combate e extrema antropização e exploração.

Considerações finais

Verifica-se, por tudo que foi levantado e exposto, que a narrativa capitalista sobre o “desenvolvimento” do semiárido, que se tornou muito influente em todo país no período lulista, apresenta-se, segundo nosso entender, da seguinte forma: (i) o crescimento tem que consistir na absorção da força de trabalho do setor tradicional da economia sertaneja – dita arcaica, com pouco ou nenhum uso de insumos modernos e excedentes, um verdadeiro repositório de pobreza – para o setor moderno ou tipicamente capitalista, cujas produtividade e adição de valor agregado são muito maiores; (ii) para que este movimento ocorra, o setor moderno (agronegócio) deve ser livre para crescer tão rapidamente quanto possível, e com este fim devem-se remover todos os impedimentos à sua expansão e consolidação; e (iii) mesmo que durante o crescimento do setor moderno alguns pequenos e médios produtores sejam deslocados ou sujeitados a uma lógica que desfaça sua tradicional sociabilidade – por exemplo, como resultado da aquisição de territórios habitados por camponeses para a instalação de grandes projetos de apoio ao agronegócio, como o PISF ou novas estradas de ferro – isto pode ser considerado, no máximo, como um problema momentâneo e não deve servir de justificativa para seu impedimento, dado que a força de trabalho associada à pequena produção será, paulatinamente – a partir do progresso proporcionado por estes investimentos –, absorvida. Disto decorre que a colocação de entraves ao crescimento do setor “moderno” da economia, seja pela proteção dos pequenos produtores ou do meio-ambiente, constitui um atraso ou razão desprovida de sentido econômico.

Para justificar esse discurso, tradicionalmente se faz referência às rebaixadas condições de vida e trabalho das populações do semiárido; o fantasma do flagelo sertanejo – supostamente imposto pelas condições climáticas e pedológicas naturais –, sempre que necessário é acionado, à guisa de justificativa para os modelos que, não obstante os enormes impactos que geram, impõe a lógica de ampliação da acumulação corporativa como modelo de desenvolvimento para a região.

Esses argumentos, datados historicamente e tributários do desenvolvimentismo proposto no âmbito do nacionalismo econômico das décadas de 1940 e 1950 e da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em seus anos iniciais de criação, desconsideram as formas concretas pelas quais o capitalismo se desenvolve na periferia de seu sistema, recriando e consolidando relações superexploradoras e violentas de reprodução do valor, como forma de competição (e compensação) diante dos elevados

padrões de produtividade dos centros de capitalismo desenvolvido, em termos que reproduzem uma acumulação primitiva permanente.

Como consequência, sem reduzir a pobreza através do desenvolvimentismo e seus projetos, o capitalismo em economias periféricas produz, por um lado, taxas elevadas de crescimento da produção, com agravamento da pobreza absoluta e da desigualdade, por outro lado – um modelo descrito por Francisco de Oliveira (2008) como um “ornitorrinco”.

Este quadro se torna ainda pior se o crescimento do setor “avançado” da economia causar a desarticulação ou deslocamento de pequenos produtores, o que ocorre quando as terras dos “camponeses” são tomadas, por exemplo, para a construção de grandes projetos de desenvolvimento – isto para não mencionar a expropriação vinda da especulação fundiária ou do confronto armado por terras.

De igual maneira, ainda haveria de se considerar as atuais condições de produção e circulação da atual fase do capitalismo, marcado pela crescente incapacidade de absorção de trabalho vivo ao longo de suas cadeias de reprodução do valor. Conforme observa Kurz (1997),

Só agora, passado o período de incubação dos anos 80, as novas forças produtivas pós-fordistas da microeletrônica e seus conceitos correlatos de racionalização (descritos em seu conjunto, de acordo com o referencial teórico escolhido, como segunda ou terceira revolução industrial) mostram seu verdadeiro potencial de crise: *pela primeira vez, a riqueza material (...) é produzida antes pelo emprego tecnológico da ciência que pelo dispêndio de trabalho humano abstrato*. O capital começa a perder sua capacidade de valorização absoluta e alcança com isso aquele estágio, extrapolado logicamente por Marx, no qual a forma de socialização do sistema produtor de mercadorias – que “repousa no valor” – esbarra em seus limites históricos (...) Pela primeira vez na história da modernidade, uma nova tecnologia é capaz de economizar mais trabalho, em termos absolutos, do que o necessário para a expansão dos mercados de novos produtos. Na terceira revolução industrial, a capacidade de racionalização é maior do que a capacidade de expansão. *O anterior efeito de uma fase expansiva, criadora de empregos, deixou de existir. O desemprego tecnológico da antiga história da industrialização faz seu retorno triunfal (...)* (KURZ, 1997, p. 67-68 e p. 164-165; *grifos nossos*).

Particularmente o agronegócio globalizado é um grande exemplo que ilustra este processo; é notória a baixa capacidade de geração de emprego e renda na agroindústria o que, por si, já compromete o argumento que defende a expropriação da pequena produção e (ou) proletarização da força de trabalho no campo como modelo de desenvolvimento.

Em parte, a realidade desses fatos descritos é o que está por trás da resistência dos movimentos sociais e grupos que buscam propostas baseadas em justiça, inclusão

social e tecnologias ditas sociais – isto é, diversificadas, de pequeno porte e baixos impactos, implementadas e geridas pelas próprias comunidades –, como as entidades que buscam consolidar o paradigma de convivência com a seca, entre elas a *Articulação no Semiárido Brasileiro* (ASA).

O que está em jogo nesse discurso é a necessidade de um modelo alternativo ao discurso desenvolvimentista que defenda e promova a pequena produção, as formas de organização tradicionais e familiares de trabalho, a organização coletiva e “horizontal” das ações indicadas e a consolidação de políticas e direitos sociais (BAPTISTA e CAMPOS, 2013).

Assim, o que se projeta na região são dois modelos de desenvolvimento que, em linhas gerais, compõem duas visões políticas e econômicas opostas ou uma contradição entre racionalidades; a primeira, baseada em uma mentalidade que carrega consigo a lógica da produção de valores de uso e convivência com o semiárido; a segunda, baseada em uma sociabilidade que carrega em si o *ethos* de uma sociedade produtora de mercadorias, assentada substancialmente na produção de valores de troca, representada pelos grandes projetos de hidráulica de solução, em especial a integração de bacias e incorporação de terras (PISF), como aponta nossa visão sobre o PISF.

Conforme indica Oliveira (2013, p. 115), a globalização assumiu as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, isto é, “integrando o capital em escala mundial, criando empresas mundiais” a partir de um forte comando que orienta “produzir em qualquer lugar do mundo” onde as possibilidades de apropriação das terras e recursos naturais territorializados sejam possíveis (a baixos custos e a partir do patamar tecnológico vigente, maximizadores de lucros extraordinários).

Neste quadro, ainda de acordo com o autor, a mundialização do capitalismo une dialeticamente o mercado das regiões altamente industrializadas e financeirizadas com todos os demais, de média ou pequena presença industrial e financeirização – tendo como consequência, seguindo Lefebvre (1999) e Monte-Mor (1994 e 2006), a unificação do campo com a cidade e a prevalência do urbano como modo de socialização dominante –, fazendo com que o centro da produção capitalista não esteja mais somente nos países ricos, “mas em todos os lugares onde as empresas multinacionais estão”, gestando “uma nova divisão internacional do trabalho, redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo” onde

“o centro está onde for possível conectar interesses nacionais, internacionalizando-os” (OLIVEIRA, 2013, p. 115).

A unidade dialética que se forma entre campo e cidade a partir dos vetores modernos da economia em sua fase mundializada exige unidade similar entre os setores da atividade econômica – ou melhor, são resultados destas. O que se forma neste movimento é uma urbanização baseada na acumulação que se processa no campo, mas a partir das cidades e seus serviços. Como resultado, as cidades se estendem até o campo, seja integrando-o ao tecido urbano através de seus objetos, sistemas de infraestruturas e cotidiano (*urbanização extensiva*), seja instalando/expandindo centralidades, fragmentos ou núcleos de urbanidade em seu interior, capazes de sustentar uma agroprodução em bases modernas (*cidades do agronegócio*), isto é, exacerbadamente especializada, industrial e financeirizada, produtora exclusiva de valores de troca e integrada aos mercados mais “desenvolvidos” do país e do mundo.

Observaram-se elementos de tal fenômeno na região de *Salgueiro e entorno*. Os equipamentos do PISF instalados em seu território permitem, em conjunto, um ordenamento intencional e específico dos territórios que atingem, no sentido de transformá-los em espaços da mundialização; em outras palavras tal projeto é, seguindo a noção proposta por Santos (1998), elemento central de uma “produção raciocinada do espaço”, que tem como objetivo a captura do semiárido pelas cadeias monopolistas de produção do valor.

A partir da instalação dos objetos técnicos e sistemas de engenharia do PISF, observou-se na área estudada um expressivo incremento dos meios de produção e do papel crescente da agrologística na reestruturação das atividades locais, ambas apontando para o reforço da especialização produtiva no nível de seu território; identificou-se um aumento da integração econômica e fortalecimento da divisão territorial do trabalho no interior da região; um estreitamento das relações entre campo e cidade foi observado, inclusive com a adição de vários extensores urbanos ao longo dos canais e reforço de atividades que dependem de uma integração exacerbada com a sede dos municípios; outrossim, a combinação num mesmo lugar de sistemas técnicos de “idades” diferentes encetou a estruturação de dois circuitos de produção altamente diferenciados por suas rentabilidades efetivas e potenciais, definindo novos contornos e

escalas da heterogeneidade local, sobretudo na economia urbana da cidade primaz – não obstante tal processo encontrar-se estagnado.¹

O que tentou-se empreender nesta pesquisa foi conhecer a “anatomia” do mais recente e complexo sistema de *hidráulica de solução* do semiárido brasileiro e daquilo que ele, enquanto portador de intencionalidades e lógica, impõe às cidades e ao conjunto de lugares que alcança. Concluimos que o ordenamento territorial do qual o PISF é parte e, simultaneamente, catalizador é condizente com a natureza da economia em sua fase mundializada e busca impor uma matriz de desenvolvimento baseada na exportação de especialização produtiva (bens primários) e na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista da acumulação corporativa, reatualizando os termos de dependência da região e do país.

Nesta matriz, que se define pela orientação da produção de bens primário-exportadores em grande escala, ligada ao novo paradigma agrário regional (monoprodução irrigada) busca-se, mais do que a expansão das atividades agropecuaristas, mas a exacerbação de sua rentabilidade por meio da generalização do modelo de agronegócio globalizado – plenamente dominante nas áreas de cerrado do país. A dinâmica espacial que surge em decorrência desse fato pretende uma ocupação intensiva do território, a expansão de seu conteúdo técnico e científico, uma dependência de suas relações com as finanças e circuitos de produção, consumo e circulação cada vez mais amplos, promovendo fortes requalificações de seus arranjos produtivos e deslocamentos cada vez maiores e mais frequentes de populações (em geral realocadas em função desses “ajustes”).

Os grandes empreendimentos, conforme procuramos argumentar, não surgem em socorro ou atenção às populações das regiões em que são promovidos, nem mesmo surgem em função exclusivamente de demandas nacionais, mas se viabilizam na escala e quantidade que temos visto – em especial nas periferias do sistema capitalista de produção – como imperativo da “*competição repressora*” do mercado e das finanças globais por recursos humanos (trabalho) e naturais (insumos) cada vez mais escassos (KURZ, 1997, p. 68).

¹ A paralisia e mesmo retração destes novos fenômenos, de igual maneira, são parte das transformações ocorridas por ocasião da introdução dos projetos estruturantes em Salgueiro e nos municípios ao seu redor. Esta nova categoria de crise que alcança a região, do tipo “custo econômico de paralisação” – que inclui perdas em negócios que não se efetivaram e de deterioração de capital investido – é enorme e inédita nesta área e, até o momento, se configura no grande e mais generalizado impacto do PISF nestes municípios, atingindo atores econômicos privados e públicos de variados tamanhos.

A endogenização destas condições externas passa pelo Estado nacional transformado, nessa situação, em recurso político para o estabelecimento dos padrões de dominação internacional. Ao programar suas políticas territoriais, busca no aumento da “produtividade espacial” as condições de “ativação do desenvolvimento” de suas regiões mais rebaixadas economicamente e, conseqüentemente, um reforço daquilo que Santos (1997, p. 49) descreve com uma “transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional” – situação traduzida em linguagem política recente como neo ou novo desenvolvimentismo e perseguida por vários governos no país, em especial no período *lulista* (2003-2016).

O modo *lulista* de regulação do conflito social, que procurou conciliar demandas e paradigmas diferentes em seu interior, recolocou os termos de uma modernização conservadora em anos recentes no país, bem como regulou a dimensão que a crise mundial do capitalismo toma no Brasil, que se expressa através da luta global por quantidades cada vez maiores de matérias-primas e energia, concentração de capitais no campo, migração de serviços e finanças aos setores de *commodities*, mercado de terras e edificação – que se traduz em uma pressão crescente sobre as cidades, o campo e meio-ambiente, transformando suas relações que passam a ser mais complexas e justapostas, sob a rubrica “questão territorial”, dada impossibilidade de trata-las individualmente neste início de século.

Referências:

AB'SÁBER, Aziz. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. *In: Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, 13 (35), 1999, p. 09-60.

_____. **Os Domínios de Natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. 7º ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, Henri. Conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento – anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. *In: Em Pauta* (Uerj), v. 11, nº 32, 2013, p.113-130.

ALMEIDA, Flávio Gomes de. & PEREIRA, Luiz Firmino Martins. O Papel da distribuição e da gestão dos recursos hídricos no ordenamento territorial brasileiro. *In: ALMEIDA, Flávio Gomes de. & SOARES, Luiz Antônio Alves (Org). Ordenamento Territorial*. Coletâneas de textos com diferentes abordagens no contexto Brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste**: alternativas da agricultura. Campinas: Papirus, 1988.

ARAÚJO, Christiane E. **A partir das águas**: argumentações midiaticizadas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco. Brasília, UNB, Tese de Doutorado, 2012.

ARTICULAÇÃO POPULAR PELA REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO. **Aceleração do crescimento na bacia do rio São Francisco**: o traçado de conflitos e injustiças sociais e ambientais. Relatório de conflitos socioambientais. Mimeo, 2008.

ASSUNÇÃO, L. Márcio & LIVINGSTONE, Ian. Desenvolvimento inadequado: construção de açudes e secas no sertão do Nordeste. *In: Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, n. 47, v.3, pp. 425-448, jul./set. 1993.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2º ed. Col. Pátria Grande. Florianópolis: Insular, 2017.

BARBOSA, Diva Vinhas Nascimento. **Impactos da seca de 1993 no semiárido baiano**. O caso Irecê. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2000.

BARROS, Juliana. **O desencantamento das águas no sertão** - crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 2014.

BAPTISTA, Naidison de Quintella. & CAMPOS, Carlos Humberto. Formação, organização e mobilização social no Semiárido brasileiro. *In*: CONTI, Irio Luiz. & SCHROEDER, Oscar (orgs.) **Convivência com o semiárido brasileiro**. Autonomia e protagonismo social. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil, 2013.

BERNARDES, Nilo. As Caatingas. *In*: **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, 13 (35), 1999. P. 69-78.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e rural. *In*: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e Campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOITO Jr., Armando. As facetas ocultas da Lava Jato. *In*: O Combate à corrupção com fins políticos. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 13, nº 143, Setembro de 2019.

BORGES, André. Uso de água no Brasil deve crescer 24% até 2030. *In*: **Revista Exame**. Dez. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/uso-de-agua-no-brasil-deve-crescer-24-ate-2030/>> Acesso em: 30 Dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de impacto ambiental do projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste setentrional**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do semiárido brasileiro**. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional: Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Integração. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**. Ministério da Integração Nacional. Agência de desenvolvimento do Nordeste. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Recife, abril de 2005b.

_____. Ministério da Integração. **Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (PBA-7)**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, DF, 2005c.

_____. Ministério da Integração. **Programa de Reassentamento de Populações (PBA-8)**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, DF, 2005d.

_____. Ministério da Integração. **Programa de Regularização Fundiária nas Áreas do Entorno (PBA-19)**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, DF, 2005e.

_____. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **São Francisco Sustentável**. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Integração Nacional. A Nova Secretaria Nacional de Irrigação e sua relação com o desenvolvimento regional. *In: Boletim Regional*. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, nº 13, 2011, p. 12-17.

_____. Câmara dos Deputados. **Seca**. Análise, pressupostos, diretrizes, projetos e metas para o planejamento de um novo Nordeste: Brasília, DF, 2013.

_____. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília, DF, 2013b.

_____. Ministério da Integração Nacional. Informações sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao.index.aps>>
Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Relatório de Avaliação da Execução de Programa de Governo N° 81. Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco na Fase de Pré-Operação. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/10679.pdf>> Acesso em: 26 Jun. 2017.

_____. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília, DF, 2018.

_____. Agência Nacional de Águas. Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH. Brasília, DF, 2019.

BRATSIK, Peter. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. *In: Revista Crítica Marxista*, Campinas, n° 44, Fevereiro de 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. *In: Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v.11, n.19, 2016, p. 145-165.

CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale. *In: Revista do Departamento de Geografia*, Universidade de São Paulo, n. 17, p. 83-93, 2005.

CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *In: Estudos Avançados*. São Paulo, v. 28, n. 82, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique. Os Efeitos da crise econômica e da operação Lava Jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. *In: Mediações – Revista de Ciências Sociais*. V. 24, n. 1, 2019a.

_____. A agenda internacional anticorrupção, a operação Lava Jato e os impactos sobre as empreiteiras brasileiras. *In: Jornal dos Economistas*. Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro – CORECON/ RJ, nº 360, Agosto de 2019b.

CARLOS, Ana Fani. A. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” *In: GEOUSP*. Espaço e Tempo. Revista da Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, n. 13, 2003, p. 179-180.

CARVALHO, Elen. Conviver com a seca é aprendizado constante do povo do semiárido. *In: ASA na mídia*. Notícias sobre a rede ASA e as organizações. OUT. 2016. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/imprensa/asa-na-midia?artigo_id=9888>. Acesso em: 07 Jul.2019.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**. Do *boom* ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CARVALHO, Maria Letícia de Alvarenga. **Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas**. Col. Terras de Quilombos. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CASTRO, César Nunes de. & PEREIRA, Caroline Nascimento. Revitalização do rio São Francisco. *In: boletim regional, urbano e ambiental*, n. 17, jul.-dez., 2017.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Dilema brasileiro: pão ou aço. 10º ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CENTRO TECNOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO DO RIO GRANDE DO NORTE. Programa de Integração do São Francisco. Centro Tecnológico do Negócio Rural – CTARN. Disponível em: <<https://ctarn.ufersa.edu.br/programa-de-integracao-do-sao-francisco-pisf/>> Acesso em: 18 Jan. 2017.

COELHO, Jorge. **As Secas do Nordeste e a Indústria das Secas**. São Paulo: Vozes, 1985.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

COELHO, Renato de Oliveira; MACHADO, José; COELHO, José Benjamin & ROLIM NETO, Fernando. Economia e agropecuária na Microrregião de Salgueiro em Pernambuco. In: **Revista Geama** – Environmental Sciences. v. 1, n. 3, Dezembro 2015. p. 322-331.

COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento**. O processo de criação da SUDENE. São Paulo: Perspectiva, 1976.

COLOMBO, Lucinéia. A Sudene e a mudança institucional no regime militar. In: **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.8, n. 13, pp. 153-175, jul./dez., 2013.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF. Perímetros irrigados. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/polos-de-desenvolvimento-1/juazeiro-petrolina>>. Acesso em: 17 Jun. 2018.

CONTI, José Bueno. & FURLAN, Sueli Ângelo. Geocologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandir L. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

CONTI, Irio Luiz. & SCHROEDER, Oscar (orgs.). **Convivência com o semiárido brasileiro**. Autonomia e protagonismo social. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil, 2013.

CONTI, Irio Luiz. Introdução à convivência com o semiárido. In: CONTI, Irio Luiz. & SCHROEDER, Oscar (orgs.) **Convivência com o semiárido brasileiro**. Autonomia e protagonismo social. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Grandes obras paradas: como enfrentar o problema?** Confederação Nacional da Indústria. Brasília, 2018.

COSTA, Edmilson. **Globalização e capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DE NEGRI, Fernanda. & ALVARENGA, Gustavo. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. *In: Radar*: IPEA, n.13, abril de 2010.

DE PAULA, Luiz Fernando. & MOURA, Rafael. A Lava Jato e a crise econômica Brasileira. *In: Jornal dos Economistas*. Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro – CORECON/ RJ, nº 360, Agosto de 2019.

DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 4º ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

_____. **Perspectivas Nordestinas**. 2º ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004b.

ELIAS, Denise. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Scripta Nova, Bracelona, vol. x, 2006, p. 59-81.

_____. **Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional**. XVII ENANPUR. São Paulo (SP), 2017.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectiva sobre o urbano e o rural. *In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon. (org). Cidade e Campo. Relações e contradições entre urbano e rural*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, Angela. & DANTAS, George. Os indesejáveis na cidade: as representações do retirante da seca (Natal 1890-1930). *In: Scripta Nova: Revista eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona/Cataluña, 2001. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-96.htm> >. Acesso em: 05 Mar.2017

FERREIRA, Angela.; DANTAS, George & EDUARDO, Anna. Em torno das cidades: urbanismo e secas no Nordeste brasileiro. *In: Scripta Nova: Revista eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona/Cataluña, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-104.htm>>. Acesso: 20 Fev.2016

FILHO, J. R. Projeto São Francisco: garantia hídrica como elemento dinamizador do semiárido nordestino. Brasília (DF). *In: Inclusão Social*, 2007, p. 14-18.

FOLADOR, Ana Cristina Venturoti. & TEIXEIRA, Marcus da Cunha. A “urbanização” do campo e suas implicações para a sustentação da pedagogia da Alternância: percepções de uma comunidade rural. *In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

FRANK, André Guder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *In: Monthly Review*, vol. 18, nº 04, 1966.

FURTADO, Celso. Novos exercícios de demiurgia: a questão nordestina. *Economia*. *In: FURTADO, Celso. Economia*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Seca e Poder**. Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

_____. **O Nordeste e a Saga da Sudene** (1958-1964). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Col. Arquivos Celso Furtado, v.3, 2009.

GONÇALVES, Carolina. Produção de grãos no semiárido nordestino diminui 80% com seca. *In: Empresa Brasil de Comunicações*. EBC Agência Brasil, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-08-19/producao-de-graos-no-semiarido-nordestino-diminui-80-por-causa-da-seca>>. Acesso em: 06 Ago.2017.

GTAgrária das AGBs Rio de Janeiro e Niterói. Os “grandes projetos de desenvolvimento” e seus impactos sobre o espaço agrário do Rio de Janeiro. *In:*

MITIDIERO JÚNIOR, M. Antônio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (org.). **A Questão Agrária no Século XXI**. Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **A produção do espaço urbano pelo Lulismo**: contradições específicas da dependência. XVII ENANPUR. São Paulo (SP), 2017.

LEFEBVRFE, Henri. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Luís Afonso Fernandes; MARGARIDO, Marco Antonio. Causas do atual ciclo de alta de preços de commodities. In: **Análises e Indicadores do Agronegócio**.v.3, n.7, julho 2008.

LIMA, Renato Junior de. & SOUSA, Eliane Pinheiro de. Desenvolvimento rural dos municípios da Região Integrada Petrolina (PE) – Juazeiro (BA). In: **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista. Ano XIV, nº 23, 2017, p. 1-18.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 5º ed. São Paulo: Editora Vozes, 1997.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6º ed. Col. Pátria Grande. Florianópolis: Insular, 2017.

MANZI, Rafael Henrique Dias. O fim do superciclo das *commodities* internacionais e seus reflexos na economia brasileira. In: **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1, nov. 2016.

MENEZES, Edith O.; MARAIS, José M. L. **Seca no Nordeste**. Desafios e soluções. 2º ed. São Paulo: Atual, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental. *In*: M. Santos, M. A. A. D. Souza, et al (Org.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994, p.169- 181.

_____. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Texto para discussão (281). UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2006.

NOGUEIRA, Verena Sevá. Vilas Produtivas Rurais e “Terra do Governo”: reassentamento de famílias rurais atingidas por obras da transposição do rio São Francisco. *In*: **31º Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília/DF, dezembro de 2018.

NUNES, Pedro Paulo de Lavor. **Transposição do rio São Francisco**. A Funcionalidade do Estado Capitalista no Simulacro das Políticas de Reordenamentos Territoriais. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2014.

OLIVEIRA, Ariovalo U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**. O debate NA DÉCADA DE 2000. Vol. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo. Boitempo, 2008.

_____. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo. Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Marcos de Jesus. **Lulismo**: um inventário (pretensamente) crítico. Anais da XII Edição das Jornadas Bolivarianas, Florianópolis, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/PC/Downloads/14_lulismo_um_inventario_0%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/14_lulismo_um_inventario_0%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 Ago.2017

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). **Superação da fome e da pobreza rural**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Brasília, 2016.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA et. ali. *Padrão de Reprodução do Capital*. Contribuições da teoria marxista de dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: Novo padrão de especialização produtiva. In: FERREIRA et. ali. *Padrão de Reprodução do Capital*. Contribuições da teoria marxista de dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b.

PEQUENO, Renato e ELIAS, Denise. (RE)Estruturação urbana e desigualdades sócioespaciais em região e cidade do agronegócio. In: *GEOgraphia*, ano 17, n. 35, 2015 (p. 10-39).

PERNAMBUCO. Agência de Planejamento e Pesquisa do Estado de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Município de Salgueiro e seu Entorno**. Recife, 2017.

PEREZ-MARIN, A. M.; SANTOS, A. P. S. dos (org.). **O Semiárido brasileiro: riquezas, diversidades e saberes**. Campina Grande, PB: INSA, 2013.

POCHMANN, Márcio. Lava e vaza jato na decadência nacional. In: **Jornal dos Economistas**. Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro – CORECON/ RJ, nº 360, Agosto de 2019.

PRAGANA, Verônica. Com a regularidade das chuvas no Semiárido, as feiras agrocológicas retomam sua força. In: **ASA na mídia**. Notícias sobre a rede ASA e as organizações. MAI. 2018a. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10526&start=6>. Acesso em: 07 Jul.2019.

_____. Intercâmbio entre famílias rurais de regiões semiáridas do planeta é caminho para superação dos desafios das mudanças climáticas. Guardiães da biodiversidade e conhecedoras da convivência com o Semiárido, famílias agricultoras se tornam embaixadoras brasileiras. *In: ASA na mídia*. Notícias sobre a rede ASA e as organizações. NOV. 2018b. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10707>. Acesso em: 07 Jul.2019.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROCHA, José Camelo da. Soberania e segurança alimentar no Semiárido. *In: CONTI, Irio Luiz. & SCHROEDER, Oscar (orgs.) Convivência com o semiárido brasileiro*. Autonomia e protagonismo social. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil, 2013.

RODRIGUES, André & LUZ, Vera. **A estruturação do espaço agrário, urbano e regional a partir das obras de “hidráulica de solução”**: o caso da transposição do rio São Francisco (2007-2018) [Mimeo]. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, André & LUZ, Vera. **A estruturação do espaço urbano e regional a partir de Grandes Projetos de Hidráulica de Solução**: o caso da transposição do rio São Francisco. Universidade Federal do Espírito Santo, XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), p. 3.532-3.551, 2019. Disponível em:<<http://periodicos.ufes.br/?journal=simpurb2019&page=article&op=view&path%5B%5D=25980>>. Acesso em: 12 Dez. 2019

RODRIGUES, Arlete Moysés. Quais são os impactos socioambientais da transposição do rio São Francisco? **Com Ciência**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/02/16.shtml>>. Acesso em: 14 Dez.2016

ROSA, Lucelina Rosseti e FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. *In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (Org). Cidade e Campo*.

Relações e contradições entre urbano e rural. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROSSI, Pedro e MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. *In: Nota do Cecon*. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – IE/UNICAMP, n. 1, Abril 2017.

SANTANA FILHO, João Reis. A Integração de Bacias sob a ótica do Desenvolvimento Regional. O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. *In: Boletim Regional*. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, nº 5, 2007, p. 12-22.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico científico informacional. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 4º ed. Col. Espaços. São Paulo: Nobel, 1998b.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. 2º ed. São Paulo: Record, 2001.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. Instituto de Economia da Unicamp (IE), Campinas, 1997.

_____. 2013: o gato subiu no telhado. *In: Jornal dos Economistas*. Conselho Regional de Economia dos Rio de Janeiro – Corecon-RJ: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.coreconrj.org.br/anexos/2A711BDBBB1D03044FA0D5320DCA068C.pdf>>. Acesso: 30 Dez. 2018.

SCOTT, Parry. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. In: Andrea Zhouri. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. 1 ed. Brasília: ABA, 2012, v. 1, p. 122-146.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas**. Appris: Curitiba, 2016.

SILVA *et al.* Conflitos ambientais e as águas do São Francisco. In: **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.24, n.4, 2015, p.1208-1216.

SILVA NETO. M. L. Extensores urbanos: proposta de um conceito auxiliar para a análise territorial. In: **Extensores urbanos**: o caso da cidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado), FAU-USP, São Paulo, junho de 1990.

_____. Proposição de um índice de interação técnica e econômica para os municípios do estado de São Paulo. São Paulo: Fipe/USP, Relatório de pesquisa. 2002. (mimeo.)

SILVA, Roberto M. Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SILVA, Vânia. A Financeirização na produção do espaço urbano. **XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina** (EGAL). Reencuentro de saberes territoriales latino-americano. Lima, Perú, 2013.

SILVA, William Ribeiro da. Reflexões em torno do urbanismo no Brasil. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e Campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O Lulismo em crise.** Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIQUEIRA, Ruben. A transposição do Rio São Francisco: águas e falácias do desenvolvimento. **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/3715-a-transposicao-do-rio-sao-francisco-aguas-e-falacias-do-desenvolvimento>>. Acesso em: 17 Out. 2018.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. *In*: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e Campo.** Relações e contradições entre urbano e rural. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade. *In*: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e Campo.** Relações e contradições entre urbano e rural. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valorización en América Latina. *In*: **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, março-abril de 2013.

THOMAZ, Daniel Mandur. A indústria da precariedade no Brasil. **Carta Capital**, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/a-industria-da-precariedade>>. Acesso em: 12 Fev.2017.

VAINER, Carlos B. e ARAÚJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidroelétricos e desenvolvimento regional.** Rio De Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

VIANNA, Pedro Costa Guedes. As grandes obras hídricas e as tecnologias sociais hídricas, uma convivência necessária. *In*: MITIDIERO JÚNIOR, M. Antônio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (org.). **A Questão Agrária no**

Século XXI. Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

WARDE, Walfrido. **O Espetáculo da Corrupção.** Como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

WESTIN, Ricardo. Senado do Império estudou a transposição do São Francisco. *In: Senado Notícias*, 05 de Junho de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/05/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco>>. Acesso em: 22 Jul.2018.